

**João Benvindo de Moura**  
**José Ribamar Lopes Batista Júnior**  
**Maraisa Lopes**  
[organização]

# SENTIDOS EM DISPUTA

## discursos em funcionamento



**Sentidos em disputa:  
discursos em funcionamento**





## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

### **Reitor**

José Arimatéia Dantas Lopes

### **Vice-Reitora**

Nadir do Nascimento Nogueira

### **Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação**

Helder Nunes da Cunha

### **Pró-Reitor de Pesquisa**

Pedro Vilarinho Castelo Branco

### **Superintendente de Comunicação**

Jacqueline Lima Dourado

### **Coordenador do NEPAD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso**

José Ribamar Lopes Batista Júnior

### **Editor**

Ricardo Alaggio Ribeiro

### **EDUFPI - Conselho Editorial**

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



**Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

*Todos os Direitos Reservados*

**João Benvindo de Moura**  
**José Ribamar Lopes Batista Júnior**  
**Maraisa Lopes**  
(Organizadores)

**Sentidos em disputa:**  
**discursos em funcionamento**



Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

---

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

M929s Moura, João Benvindo de.

Sentidos em disputa: discursos em funcionamento / João Benvindo de Moura, José Ribamar Lopes Batista Júnior, Maraisa Lopes, organizadores – Teresina: EDUFPI, São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

313 p.

ISBN: 978-85-509-0108-4 [EDUFPI];

978-85-7993-383-7 [Pedro & João Editores]

1. Análise do Discurso. 2. Estudos da Linguagem. 3. Sentidos e Discurso. 4. Autora. I. Batista Júnior, José Ribamar Lopes. II. Lopes, Maraisa. III. Título.

CDD: 401.41

**Capa:** Hélio Márcio Pajeú.

**Imagem da capa:** Pintura rupestre de 12 mil anos que retrata as disputas entre os primeiros habitantes da América. Está localizada no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato – PI. Foto: Maraisa Lopes.

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil).



**Pedro & João Editores**

www.pedrojoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2017

## Não há vagas

O preço do feijão  
não cabe no poema.  
O preço do arroz  
não cabe no poema.  
Não cabem no poema o gás,  
a luz, o telefone  
a sonegação  
do leite,  
da carne,  
do açúcar,  
do pão.  
O funcionário público  
não cabe no poema  
com seu salário de fome,  
sua vida fechada  
em arquivos.  
Como não cabe no poema  
o operário  
que esmerila seu dia de aço  
e carvão  
nas oficinas escuras.  
- porque o poema, senhores,  
está fechado:  
“não há vagas”  
Só cabe no poema  
o homem sem estômago  
a mulher de nuvens  
a fruta sem preço  
O poema, senhores,  
não fede  
nem cheira.

(Ferreira Gullar – 1930/2016)



## Apresentação

A coletânea “Sentidos em disputa: discursos em funcionamento”, organizada por João Benvido de Moura, José Ribamar Lopes Batista Júnior e Maraisa Lopes, abriga 17 capítulos que em sua heterogeneidade teórico-analítica e temática têm em comum o tratamento dado à linguagem como objeto de observação privilegiado para a compreensão da sociedade.

Os autores lidam, em seus estudos, pesquisas, reflexões e análises, com a complexidade que constitui as relações estabelecidas entre: o discurso, a mídia e a política; o discurso e o sujeito; o discurso e as imagens de si e do outro; o político e a língua; a escrita e o imaginário de leitor ideal; os processos de identificação e de resistência; o discurso docente e as práticas de letramento inclusivo; o discurso literário e as questões de gênero; a autoria e sua normatização; a persuasão e as estratégias discursivas; o parasita e o niilista; a ideologia e o poder no/do discurso; argumentos de autoridade e o discurso humorístico; o silenciamento e a interdição em torno da pedofilia; o discurso literomusical e o religioso na música.

A partir do conceito de *ethos* político, trabalhado por Maingueneau (2008) e Charaudeau (2008), o foco do primeiro capítulo “Uma análise dos *ethé* de identificação no discurso de Donald Trump em entrevista televisiva”, é discutir os *ethé* que o representante do partido conservador assume em seu discurso durante entrevista concedida ao programa *The Tonight Show Starring Jimmy Fallon*, no dia 12 de janeiro de 2016. O que observam os autores Adriano de Alcântara Oliveira Sousa, Osvaldo Marreiros



da Silva Junior e Ricardo Ícaro Moura de Oliveira Madeira, é que solidariedade, potência, chefia, inteligência, humanidade configuram os *ethé* do político em busca de adesão dos eleitores.

Em “Cinderela Surda e Cinderela Pop: da produção de sentidos em adaptações literárias para o público infantojuvenil”, na busca por compreender de que modo se constrói a imagem do surdo e a imagem do ouvinte em adaptações literárias, Alanny Silva Luz, Érika Lourrane Leôncio Lima e Maraisa Lopes analisam o funcionamento discursivo das narrativas dos livros paradidáticos “Cinderela Surda” e “Cinderela Pop”. As autoras mostram como se dá o movimento de sentidos entre o mesmo e o diferente, a partir da análise da paráfrase e da polissemia, visto que essas obras são adaptações do clássico “Cinderela”. Enfatizam, ainda, os efeitos de (des)identificação dos sujeitos produzidos pelo discurso das duas obras.

Em “Sujeito e escrita: os efeitos de sentido da/na política de escrita do Enem”, Amilton Flávio Coleta Leal e Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta propõem uma reflexão acerca da relação entre sujeito e escrita, tomando como lugar de observação discursos sobre a redação do Enem. A partir dessa relação, os autores problematizam de que modo o Enem, inscrito em uma política pública, projeta um sujeito-leitor ideal e institui uma política de língua, partindo do pressuposto de que o modo como o sujeito se relaciona com escrita tem a ver com o modo como ele se relaciona com o conhecimento, com a linguagem e com a sociedade.

Cássio Eduardo Soares Miranda, no capítulo “Uma lógica subvertida: Grice, Lacan e a Análise do Discurso”, propõe estabelecer um contraponto entre Grice e Lacan, visando percorrer o princípio de cooperação de Grice, bem como as categorias concernidas neste princípio. Dessa forma, o autor busca demonstrar que a teoria de Grice é reducionista ao passo que suprime a presença do sujeito de seu discurso e do discurso da ciência.

Com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, em “Privilégios para deficientes: uma análise discursiva sobre uma peça publicitária que circulou em Curitiba, em 2015”, Clevisvaldo Pinheiro Lima, Valdeny Costa de Aragão Campelo e Maraisa Lopes analisam o confronto de enunciados que, sobrepostos, disputam o espaço de um mesmo *outdoor*. Os autores dão a ver o jogo de sentidos instaurados em torno da significação de “privilégios” e “direitos” em enunciados que se referem a pessoas com deficiência.

Deborah Jordanna Soares Sousa e Thiago Manchini de Campos tratam da função política e do processo de dicionarização da língua “bajubá” falada por travestis. Com base no processo de gramatização instaurado pelo dicionário bilíngue “Diálogo de Bonecas”, que traduz do bajubá para o português palavras e expressões do cotidiano das travestis, os autores mostram como o bajubá se configura como uma forma de resistência e legitimação da existência de um grupo social, permitindo a identificação e a autoafirmação do sujeito travesti. Ao lado disso, situam o papel social do dicionário à medida que ele estabelece sentidos para as práticas sociais e culturais historicamente marginalizadas.

No capítulo “Leitura e escrita: percepções sobre letramento na educação inclusiva”, a partir da análise de entrevistas com professores de duas escolas de Goiás e de duas escolas do Distrito Federal, Denise Tamaê Borges Sato e José Ribamar Lopes Batista Júnior refletem sobre o processo de universalização da escolarização no âmbito da inclusão. Para tanto, os autores adotam o método da Análise do Discurso Crítica, mais especificamente a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) em articulação com os métodos etnográficos, a fim de compreender as práticas de letramento inclusivo. A pesquisa demonstra que a educação inclusiva é regulada por textos de leis, resoluções e formulários que colonizam a prática inclusiva. Aponta para o fato de que as práticas dominantes continuam determinando as práticas inclusivas por meio da ideologia hegemônica disseminadora da ideia de competência escolarizada ligada à escrita e seus usos

sociais estabilizados. E, ainda, mostra que o professor ocupa um lugar secundário, de desprestígio, nesse processo.

Edivaldo Gomes Barbosa reflete sobre as relações de gênero em um contexto colonial a partir da análise do discurso literário no capítulo “‘Maria’: submissões históricas da mulher da colônia no conto ‘Dina’ de Luis Bernardo Honwana”. O autor revela como a mulher aparece inscrita no contexto colonial, dando a ver discursos que reiteram ideologias dominantes e acentuam as diferenças de gêneros.

A análise do discurso literário também é foco do capítulo “O discurso literário na obra *Júlio César*, de Shakespeare: disputa de sentidos num jogo de imagens”, no qual Érica Patricia Barros de Assunção e João Benvindo de Moura, com base na noção de *ethos* trabalhada por Maingueneau e nas contribuições teóricas de Amossy e Aristóteles, analisam a obra *Júlio César*, de Shakespeare. Os autores evidenciam como a imagem de Júlio César é peça central do jogo imagético à medida que ele é representado por duas oposições: justo e tirano. Mostram ainda os efeitos da construção dessa imagem na disputa política pelo poder em Roma.

Em “Propostas de escrita de redação do Enem: sujeito-enunciador ou sujeito-autor das ideias expressas no texto?”, Francisco Renato Lima e Safira Ravenne da Cunha Rêgo buscam compreender, por meio de pesquisa de campo com alunos de um curso preparatório para o Enem, até que ponto a autoria é comprometida no exame nacional, e de que forma os alunos lidam com o conjunto de diretrizes e normas estabelecidas para a realização da prova de redação. Resulta da pesquisa a compreensão de que ao ordenar o que se deve fazer e como fazer, o que evitar e por que evitar, o que usar e em que medida usar, as diretrizes e normas da redação do Enem funcionam como um mecanismo manipulador de opiniões, pensamentos e comportamentos.

Ismael Paulo Cardoso Alves e João Benvindo de Moura no capítulo “Discursos sobre o autismo: o contrato de comunicação e as estratégias de persuasão na revista *Isto é*” propõem identificar as

estratégias de persuasão presentes em “Os segredos do autismo”, matéria da referida revista que relata a vida de uma criança autista, descreve as características prototípicas da síndrome e divulga descobertas científicas sobre o tema. Com base nos princípios teórico-metodológicos da Semiologia de Charaudeau, os autores revelam a finalidade contratual e as estratégias discursivas – de legitimidade, credibilidade e captação – da revista.

Em “A embreagem paratópica e seu elo etéreo: o parasita metamorfoseado em sujeito niilista em Memórias do Subsolo”, João Benvenuto de Moura e José Mágnico de Sousa Vieira discutem o modo como o sujeito reconfigura seu *ethos*. Para isso, os autores baseiam-se na noção de paratopia de Maingueneau e tomam sequências discursivas extraídas do romance de Dostoiévski como lugar de observação, nas quais é possível visualizar as implicações decorrentes dos lugares habitados pelo sujeito da enunciação. Segundo os autores, há uma “progressão enunciativa que apresenta o parasita tanto como aquele que se utiliza do sujeito niilista para nutrir-se quanto como àquele que permite a progressão de sua imagem niilista”.

No capítulo “O discurso e suas imbricações com o poder e a ideologia”, Maria do Socorro de Andrade Ferreira empreende uma discussão teórica visando observar as noções de discurso, enunciação, ideologia e poder, com base em Foucault, Benveniste, Bakhtin, Ducrot, Althusser, Maingueneau, Barthes e Charaudeau em face de suas contribuições para a análise do discurso.

Mariana Ramalho Procópio busca identificar as imagens de Brasil e de Estados Unidos projetadas no discurso de Barack Obama, proferido em março de 2011, na ocasião da visita do chefe de estado norte-americano ao país. Neste capítulo, intitulado “As estratégias argumentativas do presidente Obama para a construção de imagens do Brasil”, pautada em Maingueneau e Charaudeau, a autora observa, a partir das estratégias argumentativas, que o imaginário social para o qual o Brasil é privilegiado pela natureza, seu povo é virtuoso e batalhador, e tem o progresso como uma

marca, o aproxima dos EUA, fazendo com o que os dois países sejam ditos como semelhantes.

Em “Argumentos de autoridade e discurso humorístico: da imitação ao método confuso”, Rony Petterson Gomes do Vale objetiva mostrar as características do argumento de autoridade em relação a duas estratégias discursivas próprias do discurso humorístico, a saber: o método confuso e a imitação (captação e subversão). Partindo do estudo do argumento de autoridade na retórica e na teoria da argumentação, e do conceito de imitação proposto por Maingueneau, o autor analisa fragmentos das seguintes obras: *Grammatica do Português pelo Methodo Confuso*, *História do Brasil pelo Método Confuso*, *Homem: manual da proprietária*, *Mulher: manual do proprietário*.

No capítulo “Um olhar para a violência sexual contra crianças e adolescentes: analisando o discurso do âmbito terapêutico”, Sandro Xavier apresenta um recorte de sua tese de doutorado em linguística que trata do discurso de terapeutas sobre o trabalho que realizam com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso Crítica, o autor entrevista oito terapeutas, cujo discurso permite observar de que modo se dá a incorporação do discurso da família pelo terapêutico, o funcionamento do silenciamento e da interdição em torno dos casos de pedofilia.

Shara Lylian de Castro Lopes em “Súplica cearense: um diálogo entre música e religião”, pautada no pressuposto da interdiscursividade trabalhado por Maingueneau, analisa o *ethos*, as cenas enunciativas e a intertextualidade produzidos pela canção “Súplica Cearense”, de Gordurinha e Nelinho. A autora afirma que por meio dos *ethé* nordestinos religiosos e devotos, bem como das cenas enunciativas também religiosas, é que se delineia o discurso literomusical na música.

Assim composta, essa coletânea configura-se como um convite à apreciação de trabalhos que trazem à tona o modo como pelo funcionamento da linguagem é possível observar as estratégias, o

jogo, a tensão, o confronto de múltiplos discursos em diferentes arenas.

Ressalta-se ainda que a obra resulta do esforço de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD), que reúne professores e alunos da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em contribuir para a produção e circulação de conhecimento.

Campinas, São Paulo, Janeiro de 2017.

**Profa. Dra. Greciely Cristina da Costa**  
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS



# SUMÁRIO

1. **UMA ANÁLISE DOS *ETHÉ* DE IDENTIFICAÇÃO NO DISCURSO DE DONALD TRUMP EM ENTREVISTA TELEVISIVA** 19  
Adriano de Alcântara Oliveira Sousa; Osvaldo Marreiros da Silva Junior; Ricardo Ícaro Moura de Oliveira Madeira
2. **CINDERELA SURDA E CINDERELA POP: DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM ADAPTAÇÕES LITERÁRIAS PARA O PÚBLICO INFANTOJUVENIL** 35  
Alanny Silva Luz; Érika Lourrane Leôncio Lima; Maraisa Lopes
3. **SUJEITO E ESCRITA: OS EFEITOS DE SENTIDO DA/NA POLÍTICA DE ESCRITA DO ENEM** 49  
Amilton Flávio Coleta Leal e Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
4. **UMA LÓGICA SUBVERTIDA: GRICE, LACAN E A ANÁLISE DO DISCURSO** 65  
Cássio Eduardo Soares Miranda
5. **“PRIVILÉGIOS” PARA DEFICIENTES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE UMA PEÇA PUBLICITÁRIA QUE CIRCULOU EM CURITIBA, EM 2015** 79  
Clevisvaldo Pinheiro Lima; Maraisa Lopes; Valdeny Costa de Aragão Campelo
6. **LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE: A DICIONARIZAÇÃO DO *BAJUBÁ* ENQUANTO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO TRAVESTI** 93  
Deborah Jordanna Soares Sousa e Thiago Manchini de Campos
7. **LEITURA E ESCRITA: PERCEPÇÕES SOBRE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA** 107  
Denise Tamaê Borges Sato; José Ribamar Lopes Batista Júnior



8. **“MARIA”: SUBMISSÕES HISTÓRICAS DA MULHER DA COLÔNIA NO CONTO “DINA” DE LUIS BERNARDO HONWANA** 131  
Edivaldo Gomes Barbosa
9. **O DISCURSO LITERÁRIO NA OBRA *JÚLIO CÉSAR*, DE SHAKESPEARE: DISPUTA DE SENTIDOS NUM JOGO DE IMAGENS** 147  
Érica Patrícia Barros de Assunção; João Benvindo de Moura
10. **PROPOSTAS DE ESCRITA DE REDAÇÃO DO ENEM: SUJEITO-ENUNCIADOR OU SUJEITO-AUTOR DAS IDEIAS EXPRESSAS NO TEXTO?** 165  
Francisco Renato Lima; Safira Ravenne da Cunha Rego
11. **DISCURSOS SOBRE O AUTISMO: O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO NA REVISTA ISTOÉ** 187  
Ismael Paulo Cardoso Alves; João Benvindo de Moura
12. **A EMBREAGEM PARATÓPICA E SEU ELO ETHÉREO: O PARASITA METAMORFOSEADO EM SUJEITO NILISTA EM *MEMÓRIAS DO SUBSOLO*** 203  
João Benvindo de Moura; José Magno de Sousa Vieira
13. **O DISCURSO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O PODER E A IDEOLOGIA** 223  
Maria do Socorro de Andrade Ferreira
14. **AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DO PRESIDENTE OBAMA PARA A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO BRASIL** 239  
Mariana Ramalho Procópio
15. **ARGUMENTOS DE AUTORIDADE E DISCURSO HUMORÍSTICO: DA IMITAÇÃO AO MÉTODO CONFUSO** 259  
Rony Petterson Gomes do Vale

|   |     |
|---|-----|
| <b>16. UM OLHAR PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANALISANDO O DISCURSO DO ÂMBITO TERAPÊUTICO</b> | 273 |
| Sandro Xavier   |     |
| <b>17. SÚPLICA CEARENSE: UM DIÁLOGO ENTRE MÚSICA E RELIGIÃO</b>   | 293 |
| Shara Lylian de Castro Lopes  |     |
| <b>Sobre os autores</b>   | 307 |



# UMA ANÁLISE DOS *ETHÉ* DE IDENTIFICAÇÃO NO DISCURSO DE DONALD TRUMP EM ENTREVISTA TELEVISIVA

Adriano de Alcântara Oliveira Sousa  
Oswaldo Marreiros da Silva Junior  
Ricardo Ícaro Moura de Oliveira Madeira

## Introdução

Compreendendo o avanço constante do liberalismo no processo político atual nos Estados Unidos, a figura de Donald Trump se mostra extravagante por conta, principalmente, do seu caráter muito conservador, posição questionada por vários. Os posicionamentos do político têm sido foco da mídia, tanto pelo apoio de alguns que o consideram aquele que vai “tornar a América grande novamente”, como diz o seu slogan de campanha, quanto pela oposição que opta pelo liberalismo.

Por conta disto, entrevistas nas quais Donald Trump expõe a sua imagem ao público em busca de votos têm sido bastante corriqueiras, e, por conseguinte, é foco deste trabalho discutir sobre os *ethé* que o representante do partido conservador assume em suas aparições. Para tal, este capítulo terá seu aporte teórico conduzido à luz das teorias da Análise do Discurso de linha francesa no qual Maingueneau (2008) e Charaudeau (2008) terão seus conceitos revisitados no que concerne à questão do *ethos* político.

Para fazer esta pesquisa, o *corpus* selecionado foi um vídeo de uma entrevista que o então pré-candidato Donald Trump concedeu ao programa de entrevistas *The Tonight Show Starring Jimmy Fallon*, exibida no dia 12 de janeiro de 2016. Após coletar e selecionar

algumas das falas do político, objetiva-se identificar os *ethé* presentes no seu discurso e como ele os assume no decorrer da entrevista.

## Referencial Teórico

Para o estabelecimento inicial dos conceitos de *ethos* é necessário que seja feito um resgate dos clássicos, e Maingueneau (2008) o faz trazendo à tona o fato de que a noção de *ethos* vem da Grécia Antiga, com Aristóteles, creditando assim à sua obra *Retórica* o primeiro registro de explanação a respeito do tema que vem interrelacionado a *logos* e *pathos*.

Tomando a antiga retórica e suas noções básicas propostas por Aristóteles e enfatizando o que pode ser aproveitado à contemporaneidade, Maingueneau (2008) afirma que, na visão de Aristóteles “[...] *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança.” Cabe ao destinatário fazer atribuição do que se credita ou não à imagem do falante.

O reaparecimento da noção de *ethos* na contemporaneidade – mais especificamente nos anos 80 – não se deu, de saída, dentro do quadro da retórica, mas, sobretudo por meio das problemáticas relativas aos discursos. Houve, então, um interesse crescente pelo *ethos* que está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, devido às novas tecnologias e mídias (MAINGUENEAU, 2008). Nessas condições, encontram-se destacados nas noções de *ethos* discursivo a figura do político e os traços do discurso político que serão tratados mais especificamente neste trabalho.

Para Maingueneau (2008), a noção de *ethos* é muito intuitiva e, por isso, com frequência somos tentados a recorrer a essa característica, dado que essa noção intuitiva constitui uma dimensão de todo ato de enunciação. Além disso, para o autor é

preciso observar que existem dificuldades com relação a essa noção, e para isso ele se valeu de conceitos que buscam diminuir essas dificuldades.

Segundo ele, o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Por isso, Maingueneau (2008) estabelece uma distinção entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*, apontando que essa distinção fica mais visível

no domínio político ou na imprensa “de celebridades”, por exemplo, em que a maior parte dos locutores, constantemente presentes na cena midiática, é associada a um tipo de *ethos* não-discursivo que cada enunciação pode confirmar ou infirmar (MAINGUENEAU, 2008).

Desse modo, é preciso que o intérprete utilize índices sobre os quais deve se apoiar, que vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação. O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente.

Há sempre elementos contingentes num ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário, pois o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multi-sensoriais.

Além disso, o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido, pois a noção de *ethos* remete a coisas muito diferentes conforme seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário. Maingueneau (2008) suporta essa ideia através de um exemplo político: “um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um

demagogo”, demonstrando que os fracassos em matéria de *ethos* acontecem com frequência.

Desse modo, o autor define alguns princípios mínimos acerca de *ethos*:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2008).

Maingueneau (2008) inclui sua noção de *ethos* no quadro da análise do discurso demonstrando que a perspectiva que defende ultrapassa o domínio da argumentação. “Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso”. Ele observa ainda que esse fenômeno é particularmente evidente quando se trata de discursos como a política, por exemplo, que devem ganhar um público que está no direito de ignorá-los ou recusá-los.

Assim, é preciso entender que o discurso se utiliza da cena de enunciação para ser validado. Maingueneau (2006) propõe a integração de três elementos para se compreender a cena enunciativa:

Cena englobante – diz respeito ao tipo de discurso, isto é, o lugar social do qual ele emerge, atribuindo ao texto caráter pragmático.

Cena genérica – está relacionada às configurações específicas de um determinado gênero, sendo também importante identificar os interlocutores e a finalidade do mesmo.

Cenografia – corresponde às manifestações discursivas oriundas do próprio texto, na medida em que o processo de enunciação toma

forma e garante o status de entendimento, a partir das pistas concedidas pelo orador (MAINGUENEAU, 2006).

Sendo assim, a cenografia corresponde ao ato de colocar em prática o discurso, no processo de enunciação. A noção de *ethos* de Maingueneau permite articular corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito. Portanto, “a instância subjetiva que se manifesta no discurso não se deixa conceber apenas como um estatuto associado a uma cena genérica ou a uma cenografia, mas como uma ‘voz’ indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado” (Maingueneau, 2008).

Para Maingueneau (2008), todo texto escrito tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O autor prefere, assim, utilizar o termo “tom”, que tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral. De fato, o fiador implica um “mundo ético” do qual ele é parte indissociável e ao qual ele dá acesso. Esse “mundo ético” ativado pela leitura pressupõe certo número de situações estereotípicas associadas a comportamentos.

Maingueneau usa ainda o termo “incorporação”, o qual define sob três aspectos:

- a enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador, ela lhe dá corpo;
- o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008).



O *ethos efetivo* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente ou indiretamente.

Além disso, Maingueneau (2008) propõe ainda um *ethos híbrido*, uma mistura de *ethé*, que mescla ostensivamente traços de *ethé* diferentes. Tal *ethos* híbrido não corresponde diretamente a uma realidade social; porém, esse *ethos* artificial não é tão arbitrário: ele dá consistência ao que se pretende no discurso. Observa-se “a capacidade do discurso de criar *ethé* que não remetem a modos de dizer socialmente atestados, e que, no entanto, têm eficácia social, uma vez que permitem definir cenas de enunciação nas quais os atores sociais dão sentido a suas atividades” (Maingueneau, 2008).

Assim, é possível se encontrar *ethé* de acordo com a noção dada por Maingueneau na política, tema do qual se tratará esse trabalho. Ao tratarmos do discurso político, observa-se que, de acordo com Maingueneau (2008), algo da experiência sensível se põe na comunicação verbal e, desse modo, as “ideias” suscitam a adesão por meio de *uma maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*.

Para Charaudeau, o *ethos* não é uma propriedade exclusiva de si, mas sim um conceito que se relaciona com a imagem que aquele que fala decide emitir a partir de seu discurso, tendo em consideração como o outro o vê. Já o ouvinte constrói o *ethos* do locutor a partir de dados preexistentes ao discurso e pelos dados trazidos pelo locutor. Segundo o autor, “o sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos”.

Charaudeau (2008) afirma que não existem marcas específicas de *ethos*, já que ele transparece nos tipos de comportamento do sujeito (tom de voz, gestos, maneirismos) e, claro, nas propostas do falante. Quando Donald Trump assume um tom de voz gritado e agressivo e uma linguagem corporal autoritária e inquieta, combinados à ideias reacionárias e ataques a adversários, constrói-

se uma imagem que Trump acha adequada e que ele quer atribuída a si.

Existem duas categorias identitárias presentes no discurso político, de acordo com Charaudeau (2008): os *ethé* de credibilidade, baseados na razão, que incluem: o *ethos* de “sério”, de “virtude” e de “competência”, e os *ethé* de identificação, baseados no afeto, que são: o de “potência”, de “caráter”, de “inteligência”, de “caráter”, o de “humanidade” de “chefe” e de “solidariedade”. Os *ethé* de identificação serão discutidos abrangentemente na análise do *corpus* do trabalho.

A crescente onda de discursos de direita nos Estados Unidos, no que diz respeito à xenofobia, racismo e nacionalismo impulsionou o pré-candidato do partido republicano Donald Trump, empresário e ex-apresentador de televisão, responsável por entrevistas polêmicas, que têm encontrado tanto repúdio quanto apoio de parte do eleitorado americano. Uma entrevista que o pré candidato concedeu ao programa de entrevistas *The Tonight Show Starring Jimmy Fallon* será analisada com o objetivo de identificar os *ethé* presentes no discurso de Trump.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a análise do *corpus* do trabalho, selecionamos uma entrevista concedida por Donald Trump ao programa de variedades americano *The Tonight Show Starring Jimmy Fallon* em 12 de janeiro de 2016. Em seguida, transcrevimos os trechos que melhor exemplificam a construção dos *ethé* de identificação no discurso do político, que tratavam especificamente da concorrência apertada com a então pré-candidata do partido Democrata Hillary Clinton, de sua proposta de restringir a entrada de muçulmanos nos Estados Unidos e da promessa do retorno de antigos valores americanos.

Logo após, procuramos estabelecer relações entre os *ethé* de identificação no discurso político descritos por Charaudeau (2008)

e a entrevista concedida por Donald Trump a Jimmy Fallon, buscando no discurso do político exemplos previstos e explicitados pelo autor francês.

As partes da entrevista utilizadas no corpo do capítulo foram traduzidas para o português e inseridas em notas de rodapé, objetivando maior compreensão do leitor. Fatos midiáticos relevantes mencionados pelo político também foram clarificados pelos autores para uma melhor compreensão da análise da entrevista de Trump.

Na próxima seção, fazemos a análise da entrevista de Donald Trump e apresentamos os resultados obtidos.

### **Análise dos Dados e Resultados Obtidos**

Nesta seção, discutiremos os efeitos de sentido do discurso de Donald Trump na entrevista ao apresentador Jimmy Fallon exibida no dia 12 de janeiro de 2016 na televisão americana, bem como a construção do *ethos* de identificação que o político ambiciona criar. Ao tratar do discurso político, Charaudeau (2008) afirma que o *ethos* de identificação é construído no afeto social, onde através de um processo irracional, o cidadão funda sua identidade com a do político. Nessa obra, o autor divide o *ethos* de identificação em *ethos* de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade.

Na entrevista analisada, Trump reitera três pilares de sua polêmica campanha: a acirrada concorrência com a pré-candidata do partido democrata Hillary Clinton, suas controversas ideias a favor de restringir o acesso aos Estados Unidos por muçulmanos e por fim, o resgate dos valores americanos, representado pelo *slogan* “*Let’s Make America Great Again*”, ou “*Vamos Fazer a América Grande Outra Vez*”.

Logo no início da entrevista, ao ser indagado por Fallon sobre o segredo do sucesso de sua campanha, Trump faz uso do *ethos* de solidariedade ao afirmar:

“We have a campaign that’s really good, we travel, we work hard, we’ve just come back from Iowa, New Hampshire, South Carolina and it’s about making our country great, it’s a theme, it’s a theme we have, make America great again, and people, that’s what people want, the country to be great again”<sup>1</sup>.

O ethos de solidariedade se constitui a partir da atenção às necessidades coletivas e do desejo de se estar junto à população (Charaudeau, 2008), trabalhando conjuntamente. Trump cita o slogan de sua campanha três vezes como uma estratégia discursiva de reforço de seus ideais. O político também insiste que o mote “fazer a América grande outra vez” é uma vontade popular, tarefa que ele se propõe a cumprir. Ao afirmar que isso é uma tarefa que “nós temos”, o político tenta persuadir que sua missão não é pessoal, e sim um valor maior compartilhado.

Nesse extrato, percebe-se também o *ethos* de chefe assumido por Trump. Ao tomar para si o papel de mantenedor dos valores tradicionais americanos, sem interferências externas, Donald Trump assume a figura de um guia supremo, que Charaudeau (2008) descreve como sendo uma necessidade para a permanência de um grupo social. O político quer deixar bem claro que apenas ele pode reviver os tempos mais conservadores, e segundo ele, melhores, ao contrário dos concorrentes.

Percebe-se ainda nesse trecho um *ethos* de potência mais brando, mostrado por Charaudeau (2008) como a determinação de agir, extrapolando as palavras e se demonstrando em ação quase militar ou esportiva, no momento em que Trump menciona que

---

<sup>1</sup> “Nós temos uma campanha que está indo muito bem, quer dizer, nós viajamos, trabalhamos duro, nós acabamos de chegar de Iowa, New Hampshire, South Carolina e é sobre fazer o nosso país grande outra vez, é um tema, é um tema que nós temos, tornar a América grande outra vez, e é o que as pessoas querem, que a América seja grande outra vez.” (tradução nossa)

<sup>2</sup> “Eu sabia que haveria polêmica, mas sabe, há algo acontecendo e nós estamos falando de um período curto de tempo, é temporário, mas tem algo acontecendo lá fora, há ódio, você olha o que está acontecendo, olhe para Paris, olha para o

está trabalhando duro em sua campanha ao percorrer lugares distantes como Iowa, New Hampshire e South Carolina.

Logo em seguida na entrevista, o apresentador Jimmy Fallon afirma que as opiniões de Trump são conhecidas por serem polêmicas, especialmente no que se refere a muçulmanos. Nesse ponto, o entrevistado evidencia suas posições mais intolerantes ao revelar que é favor da proibição da entrada de muçulmanos nos Estados Unidos. Trump diz:

“(...) I did, I did, but you know there’s something happening, and we are talking about on a short-term basis, it’s temporary, but do you mean, there’s something happening out there, there’s hatred, you look at what’s going on, look at Paris<sup>a</sup>, look at all that happened in Los Angeles<sup>b</sup> just recently, look at the World Trade Center, people flying airplanes into the World Trade Center, into the Pentagon<sup>c</sup>, we gotta figure out what’s going on (...)”<sup>2</sup>.

Presente em políticos de personalidade forte, a indignação de Trump, proveniente de um pré-julgamento, expressa com força e com berros, está alinhada com o *ethos* de caráter (CHARAUDEAU, 2008, p.140). Aqui o entrevistado faz uso também da polêmica, com o fim de alfinetar a gestão do democrata Barack Obama no que diz respeito à questão anti-terrorista, pois Trump afirma que a proibição da entrada de muçulmanos no país sanaria o problema e faria com que ataques terroristas que aconteceram em outros lugares fossem evitados.

O *ethos* de chefe se encontra presente no momento em que Trump conclama os cidadãos americanos a “descobrir o que está acontecendo”. Voltando-se para o cidadão de maneira explícita, a

---

<sup>2</sup> “Eu sabia que haveria polêmica, mas sabe, há algo acontecendo e nós estamos falando de um período curto de tempo, é temporário, mas tem algo acontecendo lá fora, há ódio, você olha o que está acontecendo, olhe para Paris, olha para o que aconteceu em Los Angeles recentemente, olhe para o World Trade Center, quer dizer, as pessoas atacando o World Trade Center e o Pentágono, nós precisamos descobrir o que está acontecendo”. (tradução nossa)

figura do guia-pastor se mostra evidente pois, segundo Charaudeau (2008), este é um agregador, cuidador de um rebanho que ilumina seu caminho de forma tranquila, cumprindo etapas previamente determinadas.

Análoga à polêmica, Trump faz uso de outra eficaz estratégia discursiva prevista por Charaudeau: a advertência. Apesar de defender a não-entrada de muçulmanos nos Estados Unidos, atitude vista como xenofóbica, o pré-candidato Republicano suaviza sua fala ao afirmar que essa seria uma medida temporária, mas não afirma por quanto tempo ficaria em vigor, nem em quais circunstâncias seria revogada. Outra estratégia utilizada para suavizar seu discurso aparece quando o entrevistado afirma ter amigos muçulmanos, mas não todos, que concordam com o que ele diz.

Observa-se também um *ethos* de inteligência, na figura da malícia, no momento em que Trump menciona a proibição da entrada temporária de muçulmanos nos Estados Unidos. De acordo com Charaudeau (2008), para um político lidar com a oposição, é preciso ele se valer de ideias e direções que ele poderá não seguir em momentos seguintes, pois a malícia faz com que os políticos não revelem todas as suas intenções para que possam realizar certos projetos.

Em um momento seguinte da entrevista, Fallon, de maneira cômica, questiona Trump sobre sua sensibilidade como ser humano, perguntando ao mesmo se ele em algum momento chora, ao que Trump responde:

Trump: - Yeah. When I was one I cried...

Fallon: - You're a grandpa. Are you a grandpa?

Trump: - I am. In fact, my daughter, my beautiful daughter... Have anyone here ever heard of Ivanka? She's going to have her third baby in two months or so and I'm very happy about that. She's been terrific and... beautiful children<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Trump: - Sim. Quanto eu tinha um ano de idade eu chorei...

Fallon: - Você é avô. Você é avô?

A resposta de Trump sobre se alguma vez na vida ele tinha chorado sugere a construção de um *ethos* de humanidade, na figura do sentimento por sua família e como um homem público com sentimentos, mas que sabe controlá-los, de acordo com o sugerido por Charaudeau (2008).

Na parte final da entrevista, Fallon pergunta sobre as opiniões de Trump acerca da campanha eleitoral de sua concorrente direta, Hillary Clinton:

“Well, it’s tough. I mean, I think she’s having a tough time. She’s got some guy<sup>d</sup> who... I mean, who should be easy to beat, I mean, how can you lose like this? He really isn’t even a democate... Well, he said he’s a socialist, I think he may be a step beyond a socialist, and she’s not doing well. She’s about tied in Iowa, she’s losing in New Hampshire, which is sort of amazing, and I think she’s got maybe a race that’s going to be a little tough. I think she’ll win, I guess... but she’s got the e-mail problem<sup>e</sup>, she’s got a big problem with the e-mails, and we’ll see what happens. Who knows? You know, it’s the world of politics, she’ll really never know. But she certainly has a race that is a lot different than what people thought”<sup>4</sup>.

---

Trump: - Sim, sou. Na verdade, minha filha, minha linda filha... Alguém aqui já ouviu falar na Ivanka? Ela vai ter seu terceiro bebê em mais ou menos dois meses e eu estou muito feliz por isso. Ela tem sido ótima e... (tem) lindos filhos. (tradução nossa)

<sup>4</sup> “Bem, é difícil. Quer dizer, eu acho que ela está enfrentando dificuldades. Ela está concorrendo com um cara<sup>4</sup> que... Quer dizer, que seria fácil de se derrotar, quer dizer, como ela poderia perder assim? Ele nem é um democrata... Bem, ele disse que é socialista, eu acho que ele talvez esteja um passo à frente de ser socialista, e ela não está indo bem. Ela está quase empatada em Iowa, ela está perdendo em New Hampshire, o que é incrível, e eu acho que ela está enfrentando uma corrida que será um pouco difícil. Eu acho que ela ganhará, eu acho... mas ela tem esse problema do e-mail<sup>5</sup>, ela tem uma problema grande com os e-mails, e veremos o que acontecerá. Quem sabe? Sabe, é o mundo da política, ela, nunca saberá na verdade. Mas ela certamente tem uma corrida que está bem diferente do que as pessoas pensavam (que seria)”. (tradução nossa)

Observando as respostas sob a ótica de Charaudeau (2008), Trump deixa sobressair os *ethé* de inteligência e potência de forma intrincada: ao considerar o candidato socialista fácil de ser vencido pela adversária e mesmo assim conseguir vencê-la em muitos estados, ele demonstra astúcia e malícia para comprovar que a situação está difícil para Clinton e que ele tem muita força para manter uma disputa acirrada. Trump utiliza malícia ao utilizar a expressão “I guess” como dúvida sobre a capacidade de Clinton vencer a disputa pela candidatura. Inclusive a utilização do verbo “beat” deixa claro o *ethos* de potência, por esse ser um verbo ligado à ideia de força física, estratégia novamente utilizada em outros momentos da entrevista. O *ethos* de caráter também se mostra presente através das figuras da provocação e polêmica, bem como da citação de problemas políticos na campanha da adversária, como o caso dos e-mails de Hillary Clinton e o questionamento do direcionamento político de Bernie Sanders.

A seguir, o entrevistador Jimmy Fallon menciona uma teoria da conspiração que havia surgido, sugerindo que Donald Trump havia sido contratado pelos democratas para forjar uma campanha:

“Ok, I’ll tell you, I’ll set the record straight right now, the newest poll just came out today where I’m beating her easily and substantially and I’m winning against Hillary one on one, so, you know... Look, and I haven’t even started on her yet, although last week I did a little bit of that... I guess. We haven’t even started. So, don’t forget, when I originally said I was running everyone said ‘No, he’s not gonna run, he’s doing it for fun’, you know, it’s turned out to be really good. A lot of people were wrong”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> “Ok, vou te contar, vou colocar em pratos limpos agora mesmo, a mais recente pesquisa saiu hoje mesmo e estou derrotando ela facilmente e substancialmente e estou ganhando da Hillary um a um, então sabe... Olha, e eu nem comecei com ela ainda, apesar de semana passada ter começado um pouquinho... eu acho. Nós nem começamos ainda. Então, não esqueça, quem eu inicialmente disse que estava concorrendo todos disseram ‘Não, ele não vai concorrer, eles está fazendo isso por diversão’, sabe, e acabou se tornando algo realmente bom. Muitas pessoas estavam erradas”. (tradução nossa)



Pode-se verificar nesse trecho que Trump utiliza-se do *ethos* de inteligência na figura da malícia – percebida de maneira positiva pela plateia – para desconstruir essa teoria, algo necessário para se vencer as guerras eleitorais, como citado por Charaudeau (2008), ao mencionar resultados de pesquisas de estados em que o candidato republicano está vencendo Clinton. O *ethos* de potência de Trump se mostra mais uma vez presente na utilização de termos como “beating”, “easily” e “substantially”, assim como o *ethos* de coragem ao afirmar que ainda nem começou a “guerra” diretamente contra Clinton. Trump ainda conclui dizendo que provou que muitos estavam errados acerca de sua seriedade como candidato à presidência dos Estados Unidos no início de sua campanha, confirmando esse *ethos* de coragem, bem como sintetizando sua figura política através de muitos outros *ethé* mencionados no decorrer dessa análise.

### **Considerações Finais**

Sob a perspectiva do que foi exposto e com embasamento no aporte teórico da Análise do Discurso de linha francesa, foi possível encontrar e analisar os diferentes *ethé* do candidato à presidência dos Estados Unidos Donald Trump num trecho de sua entrevista ao programa de *The Tonight Show Starring Jimmy Fallon*, enquanto este era ainda apenas pré-candidato.

De tal modo, foi possível verificar que o político enfatiza em seu discurso os *ethé* de solidariedade, de potência, de chefe, de inteligência, e de humanidade, visto que estes são reflexos das imagens de si que ele tenta repassar para a sociedade americana, por julgar que esta será a favor de suas convicções para melhorar o país.

## Referências

BISPO, K.S. **Marcas político-ideológicas na fala da presidente Dilma Rouseff na assembleia geral da ONU/2011: o funcionamento do discurso sobre a mulher.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Programa de pós graduação em Letras. São Cristóvão, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político.** Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. **A propósito do ethos.** In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo.* São Paulo. Editora Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cenas da Enunciação.** Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições Ltda., 2006.

YouTube. (2016, Janeiro 12). Donald Trump Talks Muslims, President Obama and Hillary Clinton [Video file]. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=-GBnxfTKICs>

---

<sup>a</sup> Menção aos atentados ocorridos à casa de shows Bataclan e ao Stade de France em 2015.

<sup>b</sup> Ameaça de atentados terroristas em Los Angeles em dezembro de 2015.

<sup>c</sup> Referência aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

<sup>d</sup> Referência a Bernie Sanders, que concorria à vaga para candidato a presidente pelo Partido Democrata contra Hillary Clinton nas eleições primárias presidenciais de 2016.

<sup>e</sup> Referência ao escândalo envolvendo Clinton que veio à tona em março de 2015, em que se descobriu que a então secretária de Estado dos Estados Unidos, de 2009 a 2013, usava seu e-mail pessoal para questões referentes a seu mandato, o que criou debates acerca da legalidade dessa ação.



# CINDERELA SURDA E CINDERELA POP: DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM ADAPTAÇÕES LITERÁRIAS PARA O PÚBLICO INFANTOJUVENIL

Alanny Silva Luz  
Érika Lourrane Leôncio Lima  
Maraisa Lopes

## **Algumas formulações introdutórias**

O aparecimento da Literatura voltada ao público infantojuvenil ocorreu por volta do século XVII, a partir do trabalho de adaptações de clássicos literários e contos de fadas. Tais obras, na grande maioria, oriundas da cultura francesa, passaram a ser produzidas com o intuito de popularizar as versões originais, incentivar a leitura e aproximar o leitor jovem da cultura local do país. Os clássicos continuam sendo recontados, e, hoje, inclusive, são tendência também nas produções cinematográficas por possuírem um conteúdo onírico latente e abrigarem a presença do elemento mágico, que auxilia as personagens a vencerem dificuldades, construindo no imaginário do público-alvo expectativas por um final feliz, mesmo que este final já não seja mais eterno, como outrora representado em “e foram felizes para sempre”.

Carvalho (2009) aponta que a adaptação literária para leitores infantojuvenis tem sido objeto de preocupação de poucos leitores especializados, haja vista o pequeno número de trabalhos publicados, os quais acabam centrando-se mais fortemente na área de teoria literária. Nesse sentido, acreditamos que leituras outras, que busquem a produção de sentidos nestes textos, sejam extremamente relevantes.

É nesse ponto que nos propomos a pensar as adaptações a partir das especificidades da Análise de Discurso, com vistas à compreensão de efeitos de sentido peculiares a essa produção, principalmente, se considerarmos que a literatura dialoga com uma exterioridade perpassada pela história, que constitui *memória discursiva* em diferentes produções e implica efeitos de sentido decorrentes da inscrição dos sujeitos e dos discursos em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos.

Conforme Pêcheux (*apud* GADET; HAK, 1997, p.166-176), toda atividade discursiva está investida de uma materialidade ideológica que guarda uma ou várias formações discursivas, que são parte constitutiva do processo de interpelação-assujeitamento, fundamentais para os processos de identificação e subjetivação dos sujeitos. Estes se identificam e se desidentificam num deslocamento, “ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2003, p. 36), pois todo dizer joga com o equívoco e a ideologia num movimento de incompletude.

É importante lembrar que, como afirmam Lajolo e Zilberman (1988), a tradição da literatura infantojuvenil brasileira se inicia em 1880 com uma produção literária advinda de traduções e adaptações, chegando-se à prática editorial moderna que acompanhamos na atualidade. Sendo assim, dentre as muitas possibilidades de textos a serem analisados, selecionamos duas adaptações para o clássico *Cinderela*, já que esta obra já foi adaptada diversas vezes mundo a fora e no Brasil, ganhou versões ‘diferenciadas’, como a gauchesca, no Sul, e, a em Língua Brasileira de Sinais, voltada à Comunidade Surda.

### **Das adaptações focalizadas e de suas condições de produção**

Para este movimento analítico, selecionamos dois exemplares discursivos: *Cinderela Surda* (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003) e *Cinderela Pop* (PIMENTA, 2015). Inicialmente, buscamos compreender as *condições de produção* dos exemplares que compõem

nossa análise. Para Orlandi (2015), as *condições de produção* estão divididas em sentido estrito e amplo, sendo a primeira explicada didaticamente como o contexto imediato ou as circunstâncias de enunciação, e, a segunda, como o contexto sócio-histórico e ideológico.

Pensando nosso material, quanto à obra *Cinderela Surda*, é importante observar que esta foi publicada em 2003, pela editora da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), um ano após a publicação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconheceu e regulamentou o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em âmbito nacional. O período anterior à publicação desta lei foi marcado por um grande número de manifestações da Comunidade Surda por todo o país, em favor da garantia de acesso à educação de surdos e valorização da cultura e identidade dessa comunidade. Trata-se de uma edição bilíngue, pois traz o texto em Língua Portuguesa e em LIBRAS, transcrito em Escrita de Sinais. Ser apresentado de forma bilíngue significa, produz como efeito a própria possibilidade de leitura do texto por membros de uma comunidade que, embora seja constituída por brasileiros que residem no Brasil, não tem a Língua Portuguesa como sua língua materna.

Há de se atentar para o fato de que os autores desta adaptação são: Caroline Hessel, surda, designer gráfica (ULBRA), professora de Língua de Sinais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro da diretoria da Federação Nacional de Educação e Integração de surdos (FENEIS/RS); Fabiano Rosa, surdo, pesquisador e professor de Língua de Sinais; Lodenir Karnopp, ouvinte, tradutora e intérprete de Língua de Sinais-Língua Portuguesa, Doutora em Linguística e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trabalha com surdos desde 1988. Os três parecem-nos compartilhar as formulações próprias à Comunidade Surda, o que nos permite compreender a incorporação de elementos próprios à Cultura Surda ao texto adaptado.

*Cinderela Pop*, obra escrita por Paula Pimenta, escritora brasileira contemporânea com significativa produção direcionada aos adolescentes, fez parte da coletânea *O livro das Princesas*, releitura de clássicos e contos de fadas elaborados ao lado de Meg Cabot, Lauren Kate e Patrícia Barboza. Foi publicada em 2015, pela Editora Galera Record, escrita em Língua Portuguesa, trazendo à tona a discussão sobre a possibilidade de reconstrução do ideal de princesa partindo de um momento específico em que as adolescentes e mulheres brasileiras lutam pela ruptura de padrões sociais determinados pela sociedade machista em que vivemos, por meio de ações como as promovidas em redes sociais a partir da veiculação de hashtags como: #meuprimeiroassedio, #meuamigosecreto e #chegadesilêncio, ou ainda, por ações governamentais que instigaram a discussão sobre o tratamento dispensado às mulheres, como, por exemplo, a seleção do tema "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira" para a Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ocorrido em 2015, bem como a inclusão de fragmentos de textos de Simone de Beauvoir discutindo o papel social da mulher, no mesmo exame.

### ***Cinderela Surda e Cinderela Pop: sentidos possíveis***

Conforme Pêcheux (2002), todo enunciado é linguisticamente descritível e oferece lugar à interpretação que encontra sentido de ser, apenas porque há o outro que é capaz de interpretar. No batimento entre descrição e interpretação, o discurso-outro se apresenta ao analista como um conjunto de “coisas-a-saber”, sobre as quais “ninguém pode estar seguro de saber do [sobre o] que se fala” (PÊCHEUX, 2002, p. 55), contudo, pode-se, nos momentos de interpretação, compreender os sentidos investidos de significância para e por sujeitos.

Isto posto, temos que todo discurso se dá pela tensão “entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 2015). Esta tensão entre os

movimentos de *paráfrase* e *polissemia* aparenta-nos ser significativa em nosso material, pois ao observarmos os seguintes recortes

[1] O pai de Cinderela casou-se novamente, mas ficou doente e morreu em seguida (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p.10).

[2] A única coisa certa naquele momento é que eu não queria ver o meu pai nunca mais. Ele tinha morrido para mim (PIMENTA, 2015, p.20).

vemos que em [1], trecho de *Cinderela Surda*, há a manutenção da construção da ausência da figura paterna calcada na morte, tal qual feito na obra clássica, trazendo como efeito a produção de efeitos positivos em torno dessa figura, já que até a morte de seu pai, Cinderela vivera uma vida tranquila e não sofrera com os desmandos de sua madrasta e suas meio-irmãs.

Já em *Cinderela Pop* [2], notamos um funcionamento diferente. Nessa obra, o falecimento trata-se de uma construção discursiva, a interrupção do relacionamento entre pai e filha se dá pelo anúncio de que “para mim [ela] ele tinha morrido”, quando Cinderela revoltada após ter descoberto que seu pai trairá sua mãe, resolve romper suas relações com seu pai.

A partir desse movimento de tensão entre o mesmo e o diferente, “entre o já dito e o a se dizer” (ORLANDI, 2015, p.37), sujeitos se significam em um processo de criação e produtividade que faz intervir o diferente a partir dos equívocos da língua, que tornam possíveis as transformações e movimentos, tanto dos sujeitos como dos sentidos. *Cinderela Surda*, significada por meio de processos parafrásticos, mantém a figura do pai no mesmo campo de significação que a obra clássica, ou seja, o pai que morre e deixa a filha órfã sob a tutela da madrasta má. Já *Cinderela Pop* apresenta uma ruptura com relação a esta construção, denotando certo deslocamento de sentidos a partir da rejeição à figura do pai, situação não referida no texto clássico.



No bojo dessa relação entre o mesmo e o diferente, os sujeitos simbolizam-se e produzem sentidos. Em ambas as adaptações, o princípio do complexo de Electra parece-nos funcionar, o qual, para a Psicanálise, trata-se a fase de desenvolvimento psicosexual das crianças do sexo feminino, as quais idealizam e constroem, no pai, a figura do homem amado e desejado, desenvolvendo sua sexualidade e subjetivando-se em relação ao sexo oposto. Essa construção, determinada pelos discursos próprios aos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), coloca a mulher face ao seu oposto, o homem, numa relação de dependência, para não dizer, da própria existência.

Althusser (1985), relendo Marx, apontara que toda a sociedade se organiza a partir de forças coercitivas simbólicas que atuam no interior das classes sociais. Como modo de impor dominação, os AIE, secundariamente repressivos por serem ideológicos, interpelam o sujeito de modo que se reproduzam as práticas ideológicas dominantes nas relações de produção. Partindo desta compreensão, os trechos abaixo retratam como a materialização de uma posição feminina sempre subjugada à relação com o seu oposto, o homem, se dá nos materiais analisados:

O príncipe queria encontrar uma moça com a qual se casar. A madrasta ficou feliz, pois queria casar uma de suas filhas com o príncipe (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p. 14).

Ele sempre diz que está esperando por uma garota especial, que tem certeza que a encontrará algum dia, de repente, que a reconhecerá à primeira vista e que então a tratará como uma princesa de contos de fadas (...) (PIMENTA, 2015, p.42).

Desses extratos, depreendemos que a constituição do sujeito feminino nas adaptações analisadas está amplamente atravessada pelo imaginário social, difundido e legitimado pelos AIE, de que há a necessidade de formação de um par, homem-mulher, com vistas à constituição de uma família, de um lar. São trazidos à baila os

sentidos próprios às noções de casamento, de amor, de realização conjugal, que têm sido bastante discutidas face à entrada da mulher no mercado de trabalho e à assunção de posições contrárias, por parte destas, quanto ao matrimônio e à maternidade.

Percebemos, ainda, que ambas as adaptações, embora distem da data de publicação do original, retomam a formulação estabelecida pelo clássico *Cinderela* – a de que as meninas precisam depositar suas expectativas sobre o fato de que um ‘príncipe’ as virá encontrar para que, a partir do matrimônio, estabeleçam-se as condições para que elas possam ser significadas, identificadas, nomeadas enquanto ‘princesas’.

Especialmente em *Cinderela Surda* são ressaltadas condições econômicas desfavoráveis para a protagonista, em muito relacionadas à sua condição de surda. Nesse meandro, a ideia do casamento com um príncipe rico instaura a possibilidade de ascensão social através do enlace matrimonial. Ao se constituir o par homem-mulher, esta mulher seria significada a partir de um lugar outro, o da riqueza, o do poder, o da completude.

Conforme Althusser (1985, p. 95), “somos sempre sujeitos e que, enquanto tais, praticamos interruptamente os rituais do reconhecimento ideológico”. Essa prática garante que sejamos sujeitos concretos que podem mobilizar, no contexto sócio-histórico, os “pré-construídos”, já esquecidos, que por meio dos “já-ditos”, torna possível todo o dizer (ORLANDI, 2015, p. 29). Diante disto, em nosso material, observamos a construção de um dizer sobre duas Cinderelas, a Cinderela Surda e a Cinderela Pop, a Cinderela Surda e a Cinderela Ouvinte:

Cinderela era uma jovem surda, linda e bondosa (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p. 10).

Você adorava usar vestidinhos, e foi só depois de vir para cá que passou a usar essas calças jeans meio rasgadas e blusas escuras (PIMENTA, 2015, p.31).

Nada de jeans e tênis (...) o fato é que quero você vestida de donzela e não como um moleque (PIMENTA, 2015, p.30).

A partir desses enunciados, tomamos, de Pêcheux (1995), para reflexão, os pensamentos sobre as imagens dos sujeitos projetadas nos discursos. Assim, nos trechos destacados, nota-se que a mulher surda, a Cinderela Surda, significa-se a partir da adjetivação: surda, linda e bondosa. O encadeamento de tais adjetivos parece-nos produzir, enquanto efeito, o apagamento de possíveis sentidos negativos que poderiam ser atribuídos a um sujeito na condição de surdo; ser linda e bondosa demarca a construção da imagem de um sujeito que se enquadra nos parâmetros, nas representações sociais estabelecidas. Ser linda e bondosa constitui os sentidos próprios à imagem que se tem de uma princesa, ou seja, sou surda, [mas] sou linda, sou bondosa, sou princesa.

Se em *Cinderela Surda*, o sujeito se/é significa(do) como princesa, enunciando sobre sua beleza e bondade, em *Cinderela Pop*, a imagem da mulher projetada, em nada se aproxima à da princesa tradicional, já que se trata de alguém que usa calças jeans meio rasgadas, blusas escuras e que se veste como um moleque. Se por um lado este efeito negativo é criado, em “não reconheço seu rosto, mas percebi que ela tem atitude, muita opinião e, certamente...ritmo” (PIMENTA, 2015, p. 61), a ausência da feminilidade é suprida por características como atitude, opinião e ritmo, o que mais uma vez nos representa funcionar para a construção de um ideal de princesa, pois, se não pela característica física, que seja por meio da expressão de características positivas que se construa tal imagem. Há de se considerar que em ambas as adaptações recorre-se às características psicológicas para qualificar as Cinderelas, mas será a surda aquela ligada ao adjetivo linda, o que nos parece sintomático, já que uma garota surda, em nossa sociedade preconceituosa, sofreria com o preconceito e ao ‘ser linda’, livrar-se-ia deles.

Para Lebrun (2008), o sujeito está sempre se confrontando com a alteridade, sua identificação é ideológica e sofre mutações de

acordo com as reorientações sociais ao longo da História. Essas mutações sociais trabalham no inconsciente do sujeito e confirmam que ele é um sujeito falado, dividido e assujeitado. Sua materialização é constituída por “condições determinadas, impelidas de um lado pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva” (ORLANDI, 2015, p. 51).

A identificação do sujeito, enquanto posição, o que Pêcheux (1995) compreende como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito), acontece previamente, a partir de uma dada formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito. Se os discursos ocorrem, tal qual expresso por Orlandi (2015) entre

estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade (ORLANDI, 2015, p. 51).

Não se pode dizer que a identificação do sujeito se dá de forma homogênea. Pêcheux (1995) afirma que diferentes modalidades de subjetivação se desdobram, fazendo intervir sobre o sujeito os processos de identificação. Em sua obra “Semântica e Discurso”, Pêcheux (1995) apresenta três modalidades de subjetivação. A primeira refere-se ao “bom sujeito”, aquele que se filia ao sujeito-universal; a segunda, ao contrário, caracteriza o discurso do “mau-sujeito”, que se rebela contra a forma-sujeito universal; e, a terceira, consiste numa atividade de transformação-deslocamento da forma-sujeito sem que haja, uma anulação da mesma. O que ocorre é a desidentificação do sujeito enunciador.

Considerando tais classificações, as obras que analisamos nos parecem denotar movimentos de subjetivação distintos, a saber:

Cinderela era filha de nobres franceses e aprendeu a Língua de Sinais Francesa com a comunidade de surdos nas ruas de Paris. O rei e a rainha contrataram o mestre Le Epeé para ensinar a Língua de Sinais Francesa ao príncipe herdeiro do trono (HESEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p. 08).

Meu pai não havia sido infiel a ela, apenas. Ele havia jogado fora a nossa família inteira. Todo aquele mundo perfeito. Destruíu o nosso castelo encantado (PIMENTA, 2015, p.21).

Percebemos a partir da leitura dos trechos, que a *posição-sujeito* Cinderela Surda se marca por um lugar de enunciação significado pela oposição entre o pertencimento à nobreza e à sua necessidade de estar em meio à Comunidade Surda, nas ruas de Paris, para aprender a Língua de Sinais Francesa, para aprender a língua e sujeitar-se a ela, subjetivando-se.

Em *Cinderela Pop*, temos uma *posição-sujeito* Princesa que enuncia a partir de uma experiência de vida que outrora se constituía como perfeita, como encantada, mas que fora maculada a partir do afastamento do pai. Trata-se de uma *posição-sujeito* que enuncia a partir do lugar discursivo pertencente àqueles filhos que experimentam a separação de seus pais, lugar que, na obra, apenas era enunciado pela Cinderela Pop.

A modalidade de subjetivação relacionada ao “mau sujeito” pode ser reconhecida pela presença de dúvida, questionamento, revolta ou ainda distanciamento. Nesse sentido, consideremos os excertos abaixo:

A comunicação entre elas era difícil, pois a madrasta e as irmãs só faziam poucos sinais (HESEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p. 08).

A questão é que a voz que falou comigo era a mesma que eu evitara por mais de um ano. [...] – Pai? (PIMENTA, 2015, p. 25-26).

Reconhecemos o distanciamento como configurador da modalidade “mau sujeito” em ambas as obras. Em *Cinderela Surda*,

havia distanciamento da madrasta e irmãs para com a jovem. Cinderela estava à margem da relação familiar, ocupando posto de serviçal da casa, além de não estabelecer diálogo com as outras integrantes devido ao fato de que elas desconheciam a Língua de Sinais. Em *Cinderela Pop*, Cíntia passou a morar com a tia e evitar contato com o pai, madrasta e meio-irmãs, distanciando-se.

A terceira modalidade de subjetivação, transformação-deslocamento, encontra-se menos explícita que as outras duas, pois se instala na prática político-ideológica e social. Em *Cinderela Surda*, temos uma princesa que pertencia originalmente à classe nobre, mas após perder o pai operou uma desidentificação para com esta classe, haja vista ter de conviver com a Comunidade Surda nas ruas de Paris e desempenhar os serviços braçais da casa. Já em *Cinderela Pop*, Cíntia desidentifica-se com o construto social de que mulheres devem ser femininas, vestirem-se como donzelas para esperar e casar-se com um príncipe.

Ainda sobre esse processo de desidentificação e um consequente processo de identificação, através do qual o sujeito constrói identidade, destacamos:

Todos ficaram surpresos quando viram a luva entrar, perfeitamente, na mão da Cinderela (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p.30).

Pena que estou sem o outro pé do sapato. Eu o perdi em um baile, e o príncipe que o encontrou nunca mais o devolveu para mim. Ele então deu um sorriso ainda mais lindo, pediu licença, foi atrás do palco e em poucos segundos voltou com o meu All star (PIMENTA, 2015, p. 145).

Na adaptação *Cinderela Surda*, percebemos uma desidentificação no trecho em que a princesa é reconhecida pela luva, que se encaixou perfeitamente às suas mãos. A luva não se trata de um objeto aleatório que substituíra o sapato de cristal; trata-se de um objeto que permite ao mesmo tempo um processo de desidentificação da Cinderela Surda com o grupo ouvinte, já

que não calça os sapatos da história clássica, e, um processo de identificação com a Comunidade Surda, pois ao substituir o sapato pela luva estabelece relação direta com a Língua de Sinais, com a Comunidade Surda, com os surdos, posto que estes se significam através da sinalização, por meio de suas mãos.

Em *Cinderela Pop*, a mesma duplicidade pode ser observada, há a desidentificação com relação ao modelo de sapato adequado às donzelas, e, por conseguinte, ao substituí-lo por um exemplar de *All Star*, há uma identificação com o que significa ser adolescentes, uma vez que este é um modelo bastante usado pelos jovens.

Finalizando nossa investida analítica, vale ressaltar as passagens que encerram as adaptações:

O príncipe e Cinderela casaram-se e foram felizes por longos anos (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003, p.32).

Tive que concordar com ele. Aquele final era muito melhor (PIMENTA, 2015, p. 147).

Identificamos, nos excertos acima, um deslocamento com relação ao ‘viveram felizes para sempre’ do texto clássico. Nota-se que os sujeitos enunciam a partir do reconhecimento de que a sociedade na qual estamos inseridos hoje tem práticas culturais distintas das de sociedades de outrora. A modernidade como influenciadora das relações entre casais, não concebe mais os relacionamentos arraigados na ideia do “para sempre”. Isso constitui o que Bauman (2004) denomina relações fluídas ou líquidas, que são permeadas pelo aspecto de instabilidade; em que há a desvalorização do que é coletivo e a valorização da individualidade, uma vez que não se concebe mais a ideia da perenidade, da unidade familiar, mesmo que em histórias ficcionais.

## Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado:** notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004.
- CARVALHO, D. B. A. de. **Quando se adapta uma obra literária para crianças e jovens, que gênero textual é adaptado?**. 2009. Disponível em <[http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos\\_autor/arquivos/quando\\_se\\_adapta\\_uma\\_obra\\_literaria\\_para\\_crianças\\_e\\_jovens\\_que\\_genero\\_textual\\_e\\_adaptado.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/quando_se_adapta_uma_obra_literaria_para_crianças_e_jovens_que_genero_textual_e_adaptado.pdf)>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.
- GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- HESSEL, C.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. **Cinderela Surda.** Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2003.
- KARNOPP, L. B.; MACHADO, R. N. **Literatura Surda:** ver histórias em língua de sinais. In: *2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação*, 2006, Canoas. 2 SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira:** história & histórias. 4.ed. São Paulo: Ática, 1988.
- LEBRUN, J. P. **A perversão comum:** viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- ORLANDI, E. **A Linguagem e seu Funcionamento:** as formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. **Discurso e Leitura.** 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura e acontecimento. 3 ed. Campinas ,SP: Pontes, 2002.



PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PIMENTA, Paula. **Cinderela Pop**. 2 ed. Rio de Janeiro: Galera, 2015.

## SUJEITO E ESCRITA: OS EFEITOS DE SENTIDO DA/NA POLÍTICA DE ESCRITA DO ENEM

Amilton Flávio Coleta Leal  
Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo produzir uma reflexão a partir do texto veiculado pela Revista *Veja* que, ao divulgá-lo permite ao sujeito-leitor pensar questões latentes de interpretação, da relação sujeito/escrita e do nível de compreensão da posição-sujeito o candidato mediante a proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/2007. Dessa forma, inscritos teoricamente na Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux e, no Brasil, desenvolvida por Orlandi, a nossa questão incide em tomar os conceitos de formações imaginárias e interpretação nos recortes em análises.

### **A política de escrita**

Produzir uma reflexão, a partir de uma escrita de um candidato, em uma condição de produção de Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, nos faz pensar o que é a escrita. A escrita enquanto processo, percurso de um sujeito é um terreno movediço, pois a produção simbólica é, a nosso ver, um produto de um entrelaçamento de práticas de leituras; de práticas individuais como também de sua escolarização, do lugar institucional que a legitima em sociedade: a escola.

Assim, para falar da relação sujeito/escrita, remetemos a Auroux (1992). O autor, ao refletir sobre o processo revolucionário e tecnológico da gramatização, diz que a escrita foi a principal ferramenta na origem das tradições linguísticas. Para ele, a escrita é uma tradição de saber linguístico; escrever é um ato que se produz pelo conhecimento à língua e por ela significamos. Para Rancière (1995, p. 7), a escrita é:

[...] antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política.

A escrita é o lugar do político. Não do político de fazer política; a língua é política porque é o lugar da disjunção (RANCIÈRE, 1995). O conceito de escrita, segundo o autor, é um gesto político e sujeito a divisão; é algo que não se realiza sem significação. Dessa maneira, entendemos que a escrita é política porque é um gesto que determina a forma da sociedade pela divisão política das posições-sujeito. Compreendemos que a escrita é política porque traça e significa uma (re) divisão entre as posições dos sujeitos, ou seja, pela relação de poder, opera-se uma divisão entre a ordem do discurso e a das condições de produção em que os sujeitos estão inscritos.

Na esteira de Rancière (1995), que trata da escrita como a divisão do político e a língua como lugar da disjunção, dizemos que a democracia é condição de litígio e consenso. O consenso, discutido por Rancière (1995, p. 18), refere-se à inclusão. Para o autor, “a noção de consenso é a de que todo mundo está incluído de antemão”. Nesse sentido, a política do Exame Nacional/ENEM tem um discurso abrangente que agrega inúmeros candidatos potenciais ao ingresso às universidades brasileiras. Há um número de questões em que o candidato se propõe a responder. Dentre estas nos chama a atenção a proposta de redação. Esta configura uma projeção imaginária de sujeito-leitor como aquele capaz de ler,

interpretar e compreender a formulação e produzir a redação. De certa forma silenciam-se as condições de produção, diferenças do processo de ensino e aprendizagem das distintas regiões do país. Há um consenso instituído no perfil da prova, nas instruções que configura a possibilidade do ingresso à universidade. Assim, propõe que se produza um texto condizente a proposta instituída ao concurso de disputa nacional.

Há regulações, há certas imposições que norteiam o candidato. Ou seja, não se escreve o que se quer. Há um fio condutor, uma projeção imaginária de um sujeito-leitor, de um candidato x. As possíveis respostas produzem, conseqüentemente, a divisão, a classificação. A sociedade funciona interpelada pelas relações jurídicas, pelo político.

O político, na perspectiva discursiva, refere-se à divisão dos sentidos, uma vez que não são unos, embora se tenha a ilusão de serem. (ORLANDI, 2010). Para a autora, essa divisão tem a ver com o fato de que a nossa sociedade é estruturada pela estratificação das relações de poder. Nesse sentido, refletir sobre o político na escrita é um gesto que determina a relação deste com a sociedade e com a história, fazendo significar um imaginário de sujeito letrado, culto, competente. De outro lado, como gestar uma discussão da posição-sujeito, candidato, aquele que diante de distintas condições de produção coloca pelo simbólico uma interpretação que destoa da proposta de redação? Vejamos o recorte (01) que segue.

Excerto Proposta de redação ENEM - 2007.

Todos reconhecem a riqueza da diversidade no planeta. Mil aromas, cores, sabores, texturas sons encantam as pessoas no mundo todo; nem todas, entretanto, conseguem conviver com as diferenças individuais e culturais. Nesse sentido, ser diferente já não parece tão encantador. Considerando a figura e os textos acima como motivadores redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema.

### **O desafio de se conviver com a diferença**

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas sem ferir os direitos humanos.

Prova 1- ENEM 2007.

O recorte (01) permite depreender que há textos motivadores disponibilizados no Caderno de Prova de Redação que tematizam sobre o assunto “O desafio de se conviver com a diferença”. A questão que emerge da formulação (01) toca a posição-sujeito candidato, interpela-o de modo a fazê-lo a produzir um texto dissertativo-argumentativo, a se colocar na textualidade de escrita “os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação”.

A Escola vista como lugar de institucionalização da escrita, é uma instituição regulada pelo Estado, marcada por práticas que confrontam os interesses e as necessidades materiais das diferentes classes na reprodução e transformação das relações de produção. (SILVA, 2002). No recorte (01), a projeção imaginária da escola se constitui na formulação ao solicitar que o candidato desenvolva o tema proposto ancorando-se “nos conhecimentos adquiridos e nas reflexões feitas ao longo de sua formação”. Ou seja, o espaço escolar está marcado por práticas reguladoras do Estado que individua o sujeito de direito na sociedade. A forma como o sujeito produz conhecimento remete a sua formação, as ideias e valores.

A relação Escola-Estado, assim como sujeito-língua, dá visibilidade às relações de poder que estão em funcionamento no espaço político, em que o Estado, na condição de regulador-político, institui uma política de língua. Discorrer sobre o lugar político na língua é uma questão engenhosa, já que a língua é constitutiva do político.

Nesse sentido, o INEP como instituição, porta-voz do Estado, que propõe o Exame Nacional do Ensino Médio, funciona por um mecanismo político-ideológico que é próprio do Estado em relação

à sociedade. Há instituído no processo do Exame Nacional de Ensino Médio, a projeção imaginária do avaliador. Na proposta de redação do ENEM pressupõe a avaliação. O professor-corretor é parte do processo e está inscrito no Programa como o avaliador.

Dessa forma, compreendemos que o discurso da política do Exame do Enem provém de um discurso da gestão. Ou seja, o gesto de avaliar o outro (o sujeito-candidato) é um discurso do porta-voz INEP, proveniente de uma política que filtra o processo de ensino que perpassa o discurso administrativo e ressoa na mundialização que converge saberes, a relação do homem com o mercado de trabalho, com uma política de desenvolvimento nacional pela qualificação de profissionais.

A avaliação, nesse sentido, mantém uma estreita relação com a competência, e tudo isso resulta em um discurso de autoconhecimento, método para o desenvolvimento, para a capacitação e seleção de candidatos aptos a ocupar os lugares nas universidades públicas.

Assim, refletir sobre o político na escrita é uma questão que envolve as relações de poder e, tal como Rancière (1995), compreendemos que estas particularizam uma redivisão de sujeitos, sob a forma de classificação e seleção, excluindo aqueles que, pela escrita, não demonstram competências exigidas pelo Estado. Althusser (2010), em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, diz que a Escola é uma instituição que tem a função de transmitir os sentidos legitimados, institucionalizados. Esta é uma questão que faz aflorar reflexões sobre os efeitos de sentido de escrita produzidos na Escola, como instituição que reproduz as normas do Estado.

Pêcheux (2012) afirma que, em um conjunto de regras, há sempre o que é proibido e/ou permitido, que tomam a forma de “não diga aquilo, mas diga isso” (p.142). Assim, qualquer ataque a essa ordem “imaginária” é visto como uma quebra/desvio das regras; um posicionar-se fora da língua. E a escrita, conforme Silva (1998) funciona, também, como critério de seleção e exclusão dos

sujeitos. Dessa forma, a escrita numa relação política, conforme propõe Rancière (1995), remete-nos a Lagazzi (1998, p. 25):

O sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas a relação que ele estabelece com essa formação dominante e com as outras formações discursivas que aí se entrecruzam, a relação que ele estabelece entre as várias formações discursivas, é própria da história de cada sujeito.

É pelo processo histórico que compreendemos como as relações de poder se constituem na sociedade. A posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva e afetada pelo simbólico produz sentidos, isto é, a constituição dos sujeitos e dos sentidos tem a ver com a história, porque é ela que provê a linguagem de sentidos.

Para Orlandi (2007, p. 296), o político “reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos, pela diferença, pela divisão, pela dispersão”. Nesse sentido, compreendemos que a escrita divide a sociedade entre aqueles que sabem escrever e aqueles que não a dominam. Nossa sociedade capitalista se constitui como uma sociedade de escrita que divide e seleciona os sujeitos, dadas as condições de produção. No Exame Nacional, essa divisão se dá pela competência, ou não, na escrita, em que os sujeitos são postos numa relação de hierarquização, pela nota obtida no Exame. Assim, a escrita legitima a posição-sujeito e os mecanismos do Estado o individualiza. O modo como o sujeito toma a escrita, constitui-se e produz sentidos, e o modo como se relaciona com a escrita são o modo como ele se relaciona com o conhecimento, com a linguagem e com a sociedade.

Observemos o excerto (02) veiculado na Revista *Veja* (2007)<sup>6</sup> que remete a proposta de redação do ENEM 2007, citada no excerto

---

<sup>6</sup> A proposta de redação do Enem (2007) solicitou que o participante escrevesse um texto sobre o desafio de se conviver com a diferença; e tratava a questão da diferença social, racial e étnica como uma necessidade de igualdade.

(01). O jornalista Reinaldo de Azevedo, ao escrever um texto de opinião sobre o processo avaliativo do Exame Nacional diz:

Um dos meus sobrinhos, filho da minha irmã, fez a prova: “Mandei ver, Tio. Falei que índio praticar infanticídio é uma diversidade que eu não respeito”. E eu: “Cara, você fez isso? Então já se danou (empreguei outro verbo, eu confesso...)”. Ele: “Claro que não né, Tio? E eu sou besta? “Tava” na cara que era para elogiar a diversidade” (Revista *Veja* - 27 de agosto de 2007).

No momento da produção, o traço, o risco e o rabisco constitui o entrelaçamento do sujeito com a produtividade que o significa, o constitui no processo, o de dar visibilidade ao simbólico, pela interpretação. (MOTTA, DI RENZO, 2014).

Para Orlandi (2012), o gesto de interpretação, assim como o gesto de leitura, é um ato simbólico, uma prática discursiva. Segundo a autora (2012, p. 87), “estar na língua, com gestos de interpretação, significa que a língua faz sentido, em que ela é afetada pela história”. Assim, o gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, que o constitui em uma posição-sujeito.

No excerto (02), disponível em circulação nacional, pela Revista *Veja*, edição de 27/08/2007, observa-se a posição do sujeito-leitor em relação ao item solicitado na proposta de redação, qual seja: escrever um texto dissertativo-argumentativo, na norma culta da língua, que apresente coesão e coerência e que respeite os direitos humanos. (In: Proposta de Redação, ENEM/2007).

Primeiramente, há de se pensar na prática de leitura que permeia a formação do sujeito-leitor. Há, no diálogo entre o tio com o sobrinho, uma questão no plano da interpretação. Há pistas que colocam o sobrinho, na posição de candidato, em um lugar distante daquilo que se pede no enunciado da prova de redação do Enem. Ao dizer que o infanticídio (considerado um crime) é uma diversidade, a posição-sujeito candidato inscreve-se numa formação discursiva que o distancia da proposta de redação que



tem como objetivo um texto sobre o desafio de se conviver com as diferenças<sup>7</sup>, tendo como condição o respeito aos direitos humanos.

Pode-se dizer que a posição-sujeito candidato, ao responder para o tio, faz uso de certa sagacidade. Observa-se que a posição-sujeito de candidato é interpelada, ideologicamente, a elogiar a diversidade, como se a escrita, carregada de elogios, produzisse efeitos outros no possível corretor (interlocutor). A resposta do tio ao sobrinho – “então já se danou” – é algo que nos chama a atenção: observa-se, no movimento do discurso, que o tio compreende o distanciamento do sobrinho em relação à proposta de redação, isto é, o próprio tio adverte o sobrinho sobre a questão da interpretação e da leitura, da relação sujeito-leitor com o texto.

A interpretação, compreendida tal como Orlandi (2012), é o vestígio do possível, o lugar da ideologia, materializada pela história. Pode-se dizer que, ideologicamente, o candidato pensa ter feito algo salutar/relevante ao elogiar a diversidade, porém, do ponto de vista discursivo, a posição-sujeito candidato esvaece não compreende a formulação, distancia-se da proposição da redação.

Conforme Orlandi (2012) apropriar-se da escrita é um gesto de interpretação<sup>8</sup>, um ato simbólico, uma vez que se trata de uma relação necessária do sujeito com a linguagem. Nessa direção, a proposta do Exame Nacional convoca o sujeito-candidato a refletir politicamente, respeitando os direitos humanos. Tem-se nesse processo a posição do Estado e a do candidato. Gestos distintos, mas que intervêm no real do sentido: inclusão e ou exclusão do Programa.

Dessa forma, compreendemos que a noção de sujeito-leitor é constitutiva de uma prática de leitura, sendo definida por Orlandi (1988, p. 50) como “um sujeito capaz de livre determinação dos sentidos, ao mesmo tempo em que é submetido às regras das instituições”. Assim, o sujeito é “livre” para atribuir sentidos ao

---

<sup>7</sup> Tema da redação do Enem 2007

<sup>8</sup> A materialidade discursiva não tem um sentido transparente; o sujeito produz gestos de interpretação. (ORLANDI, 2012).

texto, porém há uma mediação, um fio discursivo que conduz os gestos de interpretação de forma que os sentidos a um texto não são quaisquer um.

Há uma memória discursiva que reverbera sentidos. A memória apreendida como “espaço móvel da disjunção, de deslocamentos e retomadas, de conflitos, de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos”. (PÊCHEUX, 1969, p. 85). A afirmação do autor remete-nos aos sentidos transversos, desdobramentos, retomadas próprias do funcionamento da linguagem.

Como se dá o gesto de interpretação<sup>9</sup>? Do ponto de vista da Análise de Discurso cunhada pelo francês M. Pêcheux e, no Brasil, por Orlandi depreende-se que é preciso considerar a matéria significativa e a exterioridade, pois, conforme Orlandi (2012, p. 17), “o gesto de interpretação fora da história não é formulação, é fórmula, não é significação, é rearranjo”. Assim, compreendemos que o gesto de interpretação se dá na/pela história. Não se trata da história cronológica, mas da história que constitui a significação do simbólico.

No excerto (02) da Revista *Veja* (27/08/2007), o candidato foi “pego”<sup>9</sup> pela evidência da formulação ao interpretar a proposta de redação do ENEM. Nota-se que a posição-sujeito candidato foi “capturado” pela naturalização dos sentidos, pois, ao ler “respeite os direitos humanos”, o candidato é tomado pelo lugar da evidência dos sentidos. Retomamos Orlandi (2012), que diz sobre o legível, o interpretável e o compreensível. Percebe-se que o suposto candidato não está no nível do compreensível da proposta de redação; nota-se uma questão de interpretação, de constituição dos sentidos. Assim, compreendemos, tal como Orlandi (2012) e Henry (2013), que a linguagem é uma questão que se abre e o simbólico intervém na produção dos sentidos.

---

<sup>9</sup> A interpretação é um gesto, é um ato no nível do simbólico. (ORLANDI, 2012).

Pode-se dizer que há um atravessamento do discurso pedagógico<sup>10</sup> no discurso do candidato, que se inscreve numa posição ideológica em relação à proposta de redação. O discurso pedagógico funciona como autoritário, e o sujeito-aluno, afetado por esse discurso, inscreve-se em uma projeção imaginária  $x$ , sendo ideologicamente, interpelado em uma condição de produção, no modo de dizer, de escrever<sup>11</sup>. Observa-se, no texto da *Veja* (27/08/2007), o sujeito-candidato inscrito numa formação imaginária em relação ao avaliador diz de forma naturalizada que faz uso do elogio para “respeitar” a diversidade.

Para a posição-sujeito candidato elogiar a diversidade significa estar incluído no processo avaliativo; e isso nos faz compreender que as reflexões sobre a língua, particularmente da escrita, nos coloca em um lugar em que a literalidade e a transparência não têm espaço, pois estar na língua é abrir-se à multiplicidade de sentidos. Dessa maneira, compreendemos que, ao interpretar na literalidade, a posição-sujeito candidato, no excerto (02) apropria-se da palavra “infanticídio”<sup>12</sup> para dizer de um ato pertencente à cultura indígena e que, portanto, precisa ser preservado, elogiado. Nota-se uma tomada de posição linear, literal, não há questionamentos há uma tentativa vã de agradar o interlocutor.

As análises permitem observar o funcionamento das seguintes formações imaginárias: a imagem que o sujeito-candidato tem da prova de redação e do corretor. A projeção desse jogo de imagens permite-nos dizer que, ao escrever, o participante antecipa o

---

<sup>10</sup> O discurso pedagógico não leva em conta as condições de produção da leitura do aluno – tão caras à Análise de Discurso – fazendo que o aluno real e o virtual coincidam sem que se opere uma mudança nas condições de produção.

<sup>11</sup> Respeitar os Direitos Humanos é um discurso do Estado inscrito na proposta de redação do Enem.

<sup>12</sup> **Infanticídio** indica o **ato voluntário de matar uma criança**. No Código Penal Brasileiro, o infanticídio é crime previsto no artigo 123, em que se lê: infanticídio implica matar um bebê durante ou logo depois do parto, estando sob o efeito do estado puerperal. A pena prevista é detenção, que pode ir de dois a seis anos. Disponível em: [http://www.significados.com.br/infanticidio\\_](http://www.significados.com.br/infanticidio_)

“possível corretor”, acreditando que possa regular o seu discurso. Segundo Orlandi (2009, p. 39) “o sujeito antecipa seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras irão produzir”. Esse mecanismo regula a argumentação, fazendo que o sujeito diga de um modo e não de outro, pensando produzir o efeito pretendido em seu interlocutor.

Pelo mecanismo de antecipação, o sujeito-candidato projeta-se de forma imaginária no lugar do avaliador, organizando seu texto em relação à imagem do seu leitor (PÊCHEUX, 1969). De acordo com Pêcheux (1969, p. 82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro; a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Diante do que afirma Pêcheux, Costa (2011) diz que, nessa rede imaginária, um sujeito projeta imagens do lugar do outro, de si mesmo e do referente (objeto imaginário), e o funcionamento da linguagem é acionado pelo mecanismo de interpretação e seus gestos/efeitos de sentido no jogo de construção discursiva.

O jogo das formações imaginárias diz respeito ao imaginário de professor-corretor como o punidor de erros. Dessa forma, a posição-sujeito-autor, equivocadamente, faz elogio como um recurso de linguagem para produzir um efeito *x*, a boa nota na produção escrita. Nesse sentido, ao falar das relações atuais que permeiam as discussões acerca da produção do conhecimento, Orlandi (2002, p. 205) afirma que “todos estão incluídos, mas uns têm competência, outros, conhecimento sofrível”. Compreendemos que as formações discursivas, imaginárias, ideológicas e as condições de produção permeiam o processo avaliativo do ENEM. Ou seja: há uma “disputa” que envolve a produção do conhecimento, que resulta, muitas vezes, numa relação de exclusão. Não significa, entretanto, que os sujeitos, ditos segregados, não tenham conhecimento, mas que, numa sociedade capitalista e hierarquizada, as relações sociais inscrevem-se no campo da competência.

A nosso ver, a leitura do diálogo (garoto *versus* tio) nos faz olhar para as bases da formação escolar e para os diferentes lugares sociais de que provém o sujeito-aluno. Refletir sobre essas condições de produção é algo que merece leitura(s) outra(s), uma vez que toca em uma questão bastante “delicada” e efervescente de discussões: a política de escrita. Tudo isso nos faz pensar que a matéria significativa tem sua plasticidade, porém há um fio condutor que perpassa os modos de dizer; faz-nos pensar, sobretudo, nas condições de produção do sujeito-aluno, proveniente de distintas condições de ensino, que se inscreve no Exame do Enem e concorre a uma vaga para o ensino superior.

### **Considerações finais**

É difícil pôr um ponto final (ORLANDI, op.cit), quando se sabe que algumas ideias não puderam ser aprofundadas e outras foram surgindo durante o processo de análise. A Análise de Discurso trabalha com a língua em movimento, em funcionamento, em per(curso); entendendo que a língua não se fecha e, portanto, tem essa peculiaridade de ser um dispositivo teórico-analítico em que o ponto final não significa o “término”, mas o início de outro processo.

Observamos, ao longo desta reflexão, a relação sujeito/escrita. Esta nos faz pensar a Escola como lugar autorizado para as projeções imaginárias das políticas de ensino. De outro lado, entendemos que a política avaliativa do Exame Nacional desliza para outros sentidos, passando a funcionar como uma forma de representatividade<sup>14</sup> para o ensino no país. Do ponto de vista discursivo, o deslizamento de sentidos se dá pela própria língua, que é condição da projeção imaginária de uma política de escrita.

Pêcheux (1995) afirma que as formações discursivas estão no nível do processo discursivo, na forma como as palavras são disponibilizadas. Para tanto, filiar-se à teoria da Análise de Discurso é compreender que “os sentidos não estão predeterminados na língua. Eles dependem das relações

constituídas nas/pelas formações discursivas” (ORLANDI, 1999, p.44). Courtine (1984) compreende as formações discursivas como uma matriz de sentidos que regula o que pode e deve ser dito, funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Isso nos faz pensar que é pela linguagem que se constroem as práticas discursivas (DI RENZO, 2012) – e a escrita, nesse bojo, é um meio de subjetivação, onde as relações de poder são legitimadas.

Considerando as relações de sentido que perpassam o discurso, pode-se dizer que o INEP, na condição de órgão regulador do Estado, posiciona-se como o lugar autorizado da regularidade, da normatividade e da língua institucionalizada no Exame Nacional. Compreendemos que as relações que permeiam o espaço escolar estão marcadas por práticas reguladoras, diretamente ligadas a um sujeito que acate e faça valer o jogo de imposição de ideias e valores do Estado.

A relação entre Escola e Estado, assim como entre sujeito e língua, dá visibilidade às relações de poder que estão em funcionamento no espaço político, em que o Estado, regulador-político, institui uma política de língua. Nesse sentido, o ENEM inscreve-se numa política pública de avaliação que mobiliza sentidos sobre a relação entre a produção escrita e a posição sujeito-aluno. Dessa forma, discorrer sobre a política de escrita do Enem é legitimar uma posição-sujeito aluno ideal(izado), inscrita no discurso institucional do Exame.

Henry (2013) diz que a ciência não vem para dar respostas, mas para pôr questões. É preciso que se volte às bases. Precisa-se de um olhar atento para as relações institucionais que permeiam as questões do fracasso no ensino/aprendizado da escrita. Para tanto, o que nos moveu a refletir sobre a política de escrita no Exame Nacional foi pensar o lugar da leitura, da escrita, da interpretação e da unificação (homogeneização) na escrita da redação, enquanto práticas distintas em suas condições de produção. Faz-nos pensar na política de escrita do ENEM e um olhar outro para a sala de aula; indo além do imediatismo dos dados numéricos/estatísticos, e

pensar nas condições de produção de leitura e escrita, sobretudo na posição-sujeito-aluno (real), nas bases de língua e de ensino de escrita na Escola.

Dessa forma, compreendemos que a avaliação está no domínio da educação, e a problematização acerca da política avaliativa do Exame Nacional é uma questão necessária, porém que faz pensar as condições reais de infraestrutura para as bases da educação; e as consequências positivas da prática de investimentos à sala de aula.

## Referências

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, Reinaldo. *Exame do Enem: vigarice ideológica, cretinismo, mistificação*. Revista VEJA 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/exame-enem-vigarice-ideologica-cretinismo-mistificacao/>. Acessada em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, Brasília. *ENEM 2007*. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2007/2007\\_amarela.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2007/2007_amarela.pdf). Acesso em 22 fev. 2016.

CAMPOS, Thiago Manchini de. *Brasil, um país de todos: língua, liberdade e cidadania (por uma análise dos discursos e políticas públicas educacionais)* 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, IEL. Campinas, SP, 2009.

COSTA, Grciely Cristina da. *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2011.

COURTINE, Jean Jacques. *Définitions d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours in philosophiques*. v. IX, n. 2. Paris, 1984.

DI RENZO, Ana Maria. *O estado, a língua nacional e as construções das políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

- GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, p.63-82, 2006.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. 2. ed. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Posfácio de Oswald Ducrot. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2013.
- LAGAZZI, Suzy. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, UNICAMP, Campinas, 1998.
- LEAL, Amilton Flávio Coleta. *A formulação da proposta de redação do ENEM: a projeção imaginária do sujeito-escriptor ideal*. 110f Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UNEMAT, Cáceres, 2015.
- MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da & Di RENZO, Ana Maria. Escrita, sujeito leitor e escola: relações de poder. In *Revista Anpoll*, nº37, p.80 - 93, Jul./Dez. 2014.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Editora Cortez, 1988.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. *Escritos*. Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri – Labeurb. Nº 5, 1999.
- \_\_\_\_\_. Breve retrospecto sobre o ensino da Língua. *Revista Relatos*, nº 03. Publicado pelo Projeto História das Ideias Linguísticas, IEL – UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Análise de discurso*. In: \_\_\_\_\_. *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2011.
- \_\_\_\_\_. (Org.). Políticas públicas de ensino. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas, SP. Editora RG, 2010.



PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HACK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: B. Mariani et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramalhete [et al]. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 265 p. (Coleção Trans).

SILVA, Mariza Vieira da. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, UNICAMP, Campinas, 1998.

# UMA LÓGICA SUBVERTIDA: GRICE, LACAN E A ANÁLISE DO DISCURSO

Cássio Eduardo Soares Miranda

*Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma tem mil faces secretas sob  
a face neutra e te pergunta, sem interesse pela  
resposta, pobre ou terrível, que lhe deres:  
trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

## **Introdução**

De todos os trabalhos escritos até hoje sobre a subjetividade na linguagem, o de Benveniste apresenta-se como um dos marcos iniciais e como aquele que faz uma reflexão da presença da subjetividade na linguagem. Inicia, por assim dizer, que a linguagem exerce papel de constitutivo do homem, sendo fundante de uma categoria denominada sujeito. Para ele, a subjetividade é “*a capacidade do locutor se propor como sujeito*” (Benveniste, 1989, p. 286), sendo a possibilidade do falante se colocar com Eu na emergência de seu discurso.

De acordo com esse autor, é o pronome pessoal Eu que funciona como um marcador formal permitindo o surgimento da subjetividade na linguagem, sendo único na instância discursiva. É *Ego que diz Ego*, sustenta Benveniste, onde esse sujeito se dispõe como centro da enunciação e o promotor da subjetividade na medida em que se tem a capacidade de dizer Eu. Dessa forma, o sujeito proposto por ele coincide com o eu homogêneo, centrado,

que se constitui a partir de uma interrelação com o Tu (pessoa não-subjetiva), transcendendo-o, porém.

Se por um lado Benveniste se inscreve como o representante de uma tradição filosófica iluminista e fenomenológica “*que formula e opera com a equivalência eu=sujeito=consciência*” (LEITE, 1994, P. 14) exprimindo assim plena consciência de si e do mundo, por outro a psicanálise de Freud e Lacan aponta para a cisão entre o *eu* e o *sujeito* ao inaugurar a noção de inconsciente como lugar onde reside a verdade deste sujeito<sup>13</sup>. Ao operar com a distinção entre ego<sup>14</sup> e sujeito, a psicanálise propõe pensar o discurso a partir de outra vertente, não mais visto tão somente pela frente, pelo lado comumente tomado como correto, mas por outro ponto, se não primordialmente, pelo seu avesso. Desde então, o ego é uma instância imaginária<sup>15</sup>, o lugar onde se operam as alienações e identificações. O sujeito, ao contrário, é o humano atingido em sua singularidade a partir de uma configuração triádica-edipiana, devido ao acesso à linguagem, que o leva a portar-se segundo uma configuração simbólica que o remete à sua verdade. Neste aspecto, o sujeito pode responder tanto a partir do registro do simbólico<sup>16</sup> quanto do imaginário que, por sua vez, funciona como um engodo,

---

<sup>13</sup> Sujeito, em Lacan, é uma posição em uma estrutura que o marca enquanto dividido entre consciência e inconsciente, sendo constituído *na e pela* linguagem, aparecendo como um golpe no narcisismo humano ao destituir o filho do homem da posição centrada no consciente. Nestes termos, o sujeito é onde ele não pensa: “Penso o que sou, ali onde não me penso pensar” (LACAN), marcado pela divisão fundamental que advém sobretudo no discurso, denunciando a presença do inconsciente, topos onde o sujeito não pensa.

<sup>14</sup> Aqui permaneceremos com a nomenclatura *ego* para estabelecermos os contrapontos necessários à teoria lingüística de Émile Benveniste, mesmo sabendo que a denominação mais correta, do ponto de vista da fidelidade aos textos freudo-lacanianos seja *eu*.

<sup>15</sup> Do francês, *imaginaire*: caracteriza a relação desprovida de individualidade distinta por falta de um acesso verdadeiro à linguagem. Cf. FAGES, 1984.

<sup>16</sup> Segundo Lacan, simbólico é tudo aquilo que é coextensivo a toda a ordem da linguagem. Cf. LACAN, 1996.

uma confusão entre ego e sujeito<sup>17</sup>, provocando um mascaramento da verdade do sujeito. Por este viés, sustenta Fages:

É isto precisamente que faz toda a ambiguidade do Eu pronome pessoal que tem por função representar o sujeito, mas frequentemente o mascara. E a linguagem falada, no que confere ao Eu pronome pessoal um estatuto objetivo, reforça culturalmente sua ambiguidade (FAGES, 1984, p. 28).

Com a evolução dos estudos da linguagem, surge a noção de discurso como aquele espaço que se situa entre a língua e a fala, sendo *“o efeito de sentido construído no processo de interlocução”* (BRANDÃO, s.d. p. 89). O discurso será, portanto, a implicação do sujeito em sua fala. Se o discurso é o resultado *a-posteriori* de um processo de interlocução ele deve ser compreendido em sua dimensão interacional, ou mais precisamente aqui, em sua implicação conversacional.

Sendo assim, o presente texto intenciona trabalhar com os conceitos de *lógica e conversação* propostos por H. Paul Grice que, segundo ele, representa uma tentativa de se construir uma linguagem que seja ideal, *“cujas sentenças serão claras, com valor de verdade determinado, e confiadamente livres de implicações metafísicas”* (GRICE, 1981, p. 82), fazendo um contraponto com a teoria psicanalítica lacaniana, que apregoa que aquilo que marca o processo de comunicação é, sobretudo, a determinação proveniente do inconsciente, por fazer com que o sujeito se apresente enquanto tal em sua fala. Por esse caminho, Lacan propõe uma subversão da lógica griceana ao propor a presença de uma lógica do inconsciente, isto é, a presença do sujeito dividido, cindido na fala. Para Lacan, há um momento na fala na qual o sujeito, à sua revelia, deixa transparecer furos em seu discurso. Tais furos apresentam-se como anunciadores indeléveis da presença do inconsciente da

---

<sup>17</sup> Nesta perspectiva, poderíamos dizer que o ego coloca-se na posição de um impostor, porque fantasiado de sujeito. No inconsciente é que se revela a verdade do sujeito.

presença do inconsciente, sendo um *acontecimento*<sup>18</sup> que aparece como uma formação do inconsciente (LACAN, 1957).

Ao se estabelecer paralelos entre Grice e Lacan, pretende-se percorrer o *princípio de cooperação* de Grice, bem como as categorias que este princípio encerra, procurando demonstrar que a teoria de Grice é reducionista por descrever a fala como um processo quase que puramente mecânico, encarregada da transmissão de informações objetivas do melhor modo possível, eliminando, em tempo, a presença do sujeito de seu discurso, tal como faz o discurso da ciência.

### **Ponto de partida**

Certamente o artigo de Grice, escrito em 1957, marca o início da teoria contemporânea da comunicação. Paul Grice, filósofo-linguista pragmático da universidade de Harvard, torna-se conhecido desde então por suas análises sobre a intencionalidade no discurso, tendo trabalhado com as regras da comunicação e as implicâncias de sua não-observância. Centrando seus estudos nos princípios que regulam a interpretação dos enunciados, ele não se ocupa das relações entre estrutura gramatical e força ilocutiva<sup>19</sup>. Desse modo, seu modelo trata de analisar o tipo de lógica que atua e rege a conversação e, assim, propõe princípios normativos que *“se supõem aceitos tacitamente por todos os que participam de bom grado de uma conversação”* (VIDAL, s.d., p. 78). Dessa maneira, Grice propõe uma análise de um tipo particular de lógica que rege a

---

<sup>18</sup> Em filosofia, acontecimento é “um fato ou um evento que tem certo caráter acidental ou fortuito ou mais ou menos do qual não se pode excluir tal caráter”, sendo da ordem do inesperado. Normalmente, quando tal situação ocorre, ela provoca uma alteração no sistema ou na estrutura. (cf. ABBAGNANO, 1982).

<sup>19</sup> Conteúdo acional de um enunciado que permite ao alocutário, num determinado contexto enunciativo, reconhecer o objetivo daquilo que é comunicado pelo locutor a partir de um determinado ato de fala como, por exemplo, fazer um pedido ou prometer algo. A linguagem não serve apenas para descrever um estado de coisas, mas também para realizar uma intenção.

conversação, sendo amparada por princípios não-normativos que se supõem aceitos por todos os participantes de uma conversação.

Inicialmente esse lingüista descreve que há uma condição básica para a inteligibilidade do discurso. Esta condição é denominada por ele de *princípio de cooperação*, segundo o qual os participantes de uma conversa observam uma determinada ordem e um propósito comum fixado desde o início pelos falantes, sendo uma espécie de pacto estabelecido entre eles. O *princípio de cooperação* é, na realidade, “um certo tipo de ‘condição preparatória’ que se espera que os participantes observem” (GRICE, id.,Ibid.) e demanda que o locutor deve fazer sua contribuição tal como ela é requerida, no tempo certo e na direção e intercâmbio conversacional em que se está engajado. Caso não ocorra ajuste dos participantes, a conversação torna-se desconexa e absurda. A partir do *princípio da cooperação*, algumas categorias ou normas se desenvolvem com a finalidade de produzir resultados em consonância com tal princípio. São elas: categoria de quantidade, qualidade, relação e modo.

A primeira delas – *quantidade* - se relaciona, como o próprio nome diz, com a quantidade de informação que se deve dar. O filósofo aponta as máximas correspondentes a elas: “1- *faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida (para o propósito corrente da conversação)*. 2- *Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido*” (GRICE, id. ibid, p. 86). Na categoria de *qualidade*, Grice aponta para veracidade das informações: “*trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira*” (p. 83), na qual a pessoa não deve dizer aquilo que acredita ser falso ou aquilo para o qual não possa fornecer evidências necessárias. Dentro da classificação da categoria de relação, ele apresenta uma única máxima – *seja relevante* – onde se espera que os participantes de uma conversação façam intervenções que se relacionem com aquilo que está falando.

Finalmente, a categoria de *modo* encerra em si o *como* da fala, muito mais que o seu conteúdo propriamente dito. Ao defender a

clareza da fala ele orienta ao falante a evitar obscuridades, ambiguidades, prolixidades desnecessárias e desordem.

Desta breve apresentação das ideias de Grice, nota-se a tentativa em criar uma lógica conversacional que seja suficientemente racionalista, isenta de uma *subjetividade*, ou que seja de fato guiada pelos domínios da razão, embora ele reconheça, de certa forma, que há algo no sujeito que o leva a romper com a lógica ou contrato estabelecido na conversa. Ele diz: “*eles aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer; e na verdade, uma ruptura radical com tal hábito exigirá um grande esforço*” (p. 85).

Em resumo, pode-se dizer que as *máximas conversacionais* de Grice são inspiradas nos imperativos categóricos kantianos e estabelecem certas exigências de perfeição, estando longe, porém, de retratarem a realidade das trocas conversacionais de cada dia. Se de um lado constata-se um exagero, ao mesmo tempo verifica-se um certo elogio ao consciencialismo e à racionalidade, nessa meta de clareza e eficiência. Se uma conversação segue rigorosamente tais máximas – o que para nós é impossível – ela atende o princípio geral do conceito de *implicatura*. Para Grice, o falante é capaz de significar algo a mais do que aquilo que disse de modo explícito e exato, através do abandono de alguma máxima, produzindo, com isso, de forma intencional, o sentido a mais, que ele denomina, então, *implicatura*.

### **Subversão da lógica**

Tendo Freud como seu fundador e Lacan como aquele que opera uma revolução paradigmática estrutural, a psicanálise consiste em um método de investigação que procura, essencialmente, evidenciar o significado inconsciente das palavras e das produções imaginárias de um sujeito. Ao utilizar o método da *associação livre*, onde o sujeito fala tudo o que lhe vem à cabeça, a psicanálise tem como ferramenta de trabalho a fala tomada em sua

máxima especificidade, que é o significante. O que funciona como articulador dessa teoria é a noção de inconsciente proposta por Freud. A referência ao inconsciente é uma constante na teoria psicanalítica, sendo estritamente necessário operar com rigor sobre este conceito, não podendo ser entendido como algo obscuro ou o oposto de consciente, ou ainda visto como aquilo que é apenas o desconhecido, mas, antes, como *“o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado”* (LACAN, 1996, p. 124). Essa instância psíquica encontra-se nitidamente separada por uma barreira constituída pelo recalçamento. O recalçamento consiste em excluir da consciência toda representação psíquica que é tida como ofensiva e que não passa pelo crivo do supereu<sup>20</sup>. Pensar no inconsciente é apontar para o sujeito dividido, para o sujeito que surge como produto de uma hiância, isto é, de uma divisão presente no sujeito como uma falha, um espaço entre a falta-a-ser e o complemento materno, sendo promulgadora da falta estrutural psíquica que instaura um vazio no sujeito e o permite desejar. Leite sustenta que *“apontar para a divisão real do inconsciente equivale a fazer vigorar a hiância descoberta por Freud entre o sistema pré-consciente/consciente e o sistema inconsciente, fundada pelo recalçamento originário”* (LEITE, op. Cit, p. 71). Todavia, esta falta só tende a apontar para a cisão do sujeito, para a ruptura que uma vez se deu entre o sujeito e o desejo da mãe operado por uma metáfora: a metáfora paterna. Este sujeito só se apresentará como dividido porque ele ultrapassa a relação especular com o seu outro se tornando constituído dentro de uma relação com outro elemento que irrompe na estrutura produzindo a subversão do sujeito e a conseqüente cisão do eu.

Ao se trabalhar privilegiadamente com o discurso do sujeito e tendo apenas a fala do paciente como meio, a psicanálise argumenta que o sujeito é constituído na linguagem, na ordem

---

<sup>20</sup> Correspondente a uma das instâncias psíquicas propostas por Freud, o supereu é visto, num primeiro momento, como o responsável pela consciência moral ou pela censura social.



simbólica, e o inconsciente, por sua vez, não está dentro nem fora, mas na própria fala do sujeito. Trilhar por este caminho é verificar que o inconsciente se manifesta na fala à revelia daquilo que espera o sujeito, uma vez que “o sujeito diz mais do que pensa e do que quer dizer; a fala tem a propriedade de ser inevitavelmente ambígua” (CASTRO, 1986, p. 5).

Dessa maneira, fazer apontamentos à teoria de Grice a partir de uma leitura lacaniana é questionar a concepção homogeneizadora do discurso e a proposta desse filósofo em construir uma linguagem ideal, livre de furos e *plenamente* sobre o controle do eu. Se o sujeito é efeito da linguagem, a psicanálise se ocupará de um discurso não mais homogêneo, mas heterogêneo, por vezes repleto de furos, advindo de um sujeito que tem como característica o fato de ser dividido.

O racionalista H. Paul Grice cria um sistema lógico conversacional a ser seguido pelos participantes de uma conversa. Todavia, o enfoque griceano presta-se, a nosso ver, talvez, muito mais ao discurso científico, que tem como ideal integrar o universo da razão e excluir o sujeito da cena. O cientista deseja construir um discurso que fale sobre o mundo e não sobre si, baseado na possibilidade deste discurso ser uma verdade positiva acerca do objeto que ele fala. Eis o critério de objetividade que a ciência impõe como ideal. A tese de Grice não é inteiramente aplicável à comunicação conversacional humana por preconizar um saber que ao ser utilizado garantirá a plena eficiência do diálogo.

Em outra perspectiva, o discurso consciente será visto como lacunar e, conseqüentemente, estas lacunas aparecerão na conversação através dos atos falhos, trocadilhos, chistes e provocarão uma quebra do contrato conversacional estabelecido pelos participantes de uma troca. Esta quebra, que segue uma lógica particular, pode ocasionar naquilo que Grice denominou de *conversa desconexa e absurda*, afetando a categoria de modo, por exemplo. Nesta categoria, conforme dito é necessário que o falante evite prolixidades desnecessárias. Porém, em uma fala, o

inconsciente escapa ao domínio do sujeito, aportando como um não-convidado indesejado sendo aquele, conforme assegura Lacan, que não retorna em horas fixas, mas aparece à revelia do sujeito. Ao aparecer, a recomendação de se evitar prolixidades cai por terra, uma vez que *“a tagarelice é uma prática do Inconsciente, na qual quem fala, o eu, é suposto ter intenções de significação, pelo fato de que o que ele tagarela lhe é atribuído”* (VICENTE, 2000, p. 34).

### Um ensaio de análise

Em *Nunca lhe prometi um jardim de Rosas*, a adolescente Débora, ao ser entrevistada pela Dra. Fried rompe com as normas de relevância e modo. No diálogo entre as duas, após o desabafo de Débora sobre uma intervenção cirúrgica quando ainda criança, ela questiona a doutora:

- *Quer dizer que você não vai ficar indiferente... (...)*
- *não, não vou! Pode estar certa disso! Respondeu a doutora.*
- *então vou contar uma coisa que ninguém sabe. Nunca disseram que estavam arrependidos, nenhum deles. Por terem penetrado em mim sem a menor consideração, por terem me obrigado a suportar toda aquela vergonha de senti-la, por terem mentido tanto e de modo tão estúpido, mentiras para mim soaram como deboche. Nunca me pediram que eu perdoasse a eles por essas coisas e nunca perdorei a ele.*
- *como assim?*
- *é porque nunca perdi o tumor. Continua lá, continua me comendo por dentro. Só que agora é invisível.*
- *isso pune a você, não a eles.*
- *Upuru nos pune, a eles e a mim.*
- *Upu o que? (GREEN, 1974, P. 46- 47).*

Neste caso, podemos dizer que irrompe no discurso de Débora uma fração de um discurso inconsciente, sob a forma de um automatismo mental, em que um elemento delirante persecutório aparece sob forma de seres cósmicos e espetaculares que habitam seu inconsciente. O significante *Upuru* aparece como uma

obscuridade para Dra. Fried, que demonstra dificuldade em entender o discurso da garota, promovendo um corte abrupto no processo de comunicação. Entretanto, por mais vazio e sem sentido que pareça esse discurso, ele expressa o inacessível do inconsciente de sua paciente, por nomear a “síntese das lembranças e das emoções daquele último dia no hospital, desde quando todas as coisas se tornaram cada vez mais cinzentas e obscuras (id., Ibid). assim, aquilo que parecia ser incomunicável sinaliza a presença de uma comunicação, comunicação de uma verdade, a verdade da dimensão imaginária do inconsciente de Débora. Com Lacan, pode-se dizer que:

Mesmo se não comunica nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo se nega a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade. Mesmo se é destinado a enganar, especula sobre a fé no testemunho (LACAN, 1996, p. 116).

Considerando o que foi dito, constata-se que há um acontecimento na conversação, ou seja, há o aparecimento de um fato não esperado na fala do sujeito envolvido na conversação. Este acontecimento é sempre da ordem do inesperado e aponta para a divisão do sujeito como provocadora de tensões no processo de comunicação, tendo em vista que a fala é constituída pela cadeia de significantes mas segue a lógica do inconsciente, lógica esta que contradiz os princípios da lógica griceana.

### **À Guisa de conclusão**

Com seu princípio de cooperação, Grice defende que cada participante de uma conversação deve apresentar contribuições que respondam às expectativas de seu par conversacional, dirigido por um princípio que comanda as trocas verbais, sendo, portanto, uma condição *sine qua non* de toda e qualquer comunicação verbal possível.

Ao estabelecer um contraponto entre as teorias de Grice e a psicanálise, a unicidade do sujeito é rebatida pelas ideias de Freud e Lacan ao questionar a homogeneidade do discurso do sujeito falante que realizada uma fala heterogênea advinda de um sujeito dividido. Aquilo que para Grice é visto como um ruído no processo, para Lacan é entendido como um acontecimento na estrutura, pois *“todo ato falho é um ato bem sucedido, e mesmo bem graciosamente elaborado [...]”* (LACAN, 1996; p. 133). Dessa forma, é preciso ver o discurso pelo seu avesso, pelo aquilo que é dito não só explicitamente, mas também implicitamente, sendo *contaminado* pelo inconsciente denunciador do denunciador do descentramento do sujeito, uma vez que o psicanalista advoga que *“o discurso não se reduz a seu discurso explícito. Carreia com ele, como o próprio pensamento ou comportamento, o peso do outro de nós mesmos. Aquele que ignoramos ou recusamos”* (LEMAIRE, 1976, p. 81).

Não só a concepção psicanalítica é capaz de demonstrar o reducionismo das ideias de Grice<sup>21</sup>, mas também Maingueneau, ao afirmar que as máximas são *“sensíveis à variedade dos gêneros de discurso e das culturas, que impõem, às vezes, regras contrárias à de Grice. (...) Toda interação é perpassada por tensões”* (MAINGUENEAU, 2000, p. 39).

Do mesmo modo, os pressupostos defendidos por O. Ducrot, a partir de Bakhtin, servem para apontar por um caminho paralelo ao de Grice, uma vez que sua teoria polifônica tem como objetivo fundamental contestar a tese da unicidade do sujeito falante. Na polifonia, há a presença de múltiplas vozes em um mesmo discurso dominante. Esta teoria questiona a hipótese de Paul Grice de um sujeito pleno, senhor de sua fala. Por sua vez, a psicanálise flerta com essa teoria ao dizer que o sujeito não possui uma unicidade; antes, conforme fora dito, ele é dividido. Esta divisão emerge no

---

<sup>21</sup> Ao se tratar de tais aspectos na teoria de H. Paul Grice, não se deve desconsiderá-la por completo, uma vez que ela nos fornece recursos importantes que nos ajudam a sermos mais econômicos e menos ambíguos, sobretudo no que tange à produção de textos.

discurso através de *múltiplos* sujeitos ou outras vozes que constituem o discurso do falante. O eu se constitui a partir do Outro, no discurso do Outro, não sendo *senhor de sua própria morada*, estando submetido a uma instância inconsciente.

Entretanto, é oportuno destacar que, A partir de 1970, Lacan inaugura um ensino diferenciado daquele realizado até então. Trata-se de uma elaboração teórica mais voltada à topologia e à formalização dos seus grafos e matemas, como consequência da impossibilidade de uma nomeação. Nesse segundo tempo de seu ensino, Lacan não procura mais acrescentar uma decifração e um saber sobre o não sabido, ou seja, acréscimo de saber sobre a verdade lógica do Sujeito ao longo da experiência analítica. De sua clínica e suas relações com a lógica e com a topologia, conclui que há sempre um limite na compreensão, sendo aquilo que escapa ao entendimento. Sua segunda clínica, podemos dizer, baseia-se muito mais no fato de que a linguagem não aparece mais como meio de comunicação, mas como aparelho de gozo. Se assim o é, os erros, os lapsos, os equívocos possuem uma nova função, não mais aquela de apontar para os rumos do simbólico, mas para dar as pistas ao real.

Entretanto, apesar de serem reducionistas, as ideias do filósofo da linguagem fornecem bom material para o texto científico escrito e nos faz pensar, com Maingueneau que *“mesmo na interação mais polêmica deve existir um mínimo de cooperação, uma vontade comum de respeitar certas regras”* (id., ibid).

## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I e II**. Campinas: Pontes, 1989.

- BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, s.d.
- FAGES, J.B. *Introdução à leitura de Lacan*. Rio de Janeiro: Semeion, 1984.
- GREEN, H. **Nunca lhe prometi um jardim de rosas**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GRICE, H. P. **Lógica e conversação**. Pragmática. Campinas: UNICAMP, série fundamentos em lingüística, vol. IV, p. 81- 103, 1981.
- LACAN, J. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LEITE, N. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LEMAIRE, A. **Ótica lacaniana da linguística**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- VICENTE, Sônia. A sessão analítica: um problema econômico. In: **Correio revista da Escola Brasileira de Psicanálise**. N. 26, abr. 2000.
- VIDAL, M. Victoria Escandell. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel, s.d.



# “PRIVILÉGIOS” PARA DEFICIENTES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE UMA PEÇA PUBLICITÁRIA QUE CIRCULOU EM CURITIBA, EM 2015

Clevisvaldo Pinheiro Lima

Maraisa Lopes

Valdeny Costa de Aragão Campelo

## **Introdução**

Garantir às pessoas com deficiência o direito de participar dignamente da vida em sociedade foi, e ainda é, objeto de luta encabeçada por diversas entidades. Ao longo da história, muitas têm sido as batalhas enfrentadas pelos deficientes e seus representantes para a obtenção de garantias mínimas e para rechaçar o processo de significação dos deficientes como incapacitados, inúteis, amaldiçoados, ou até mesmo, castigados por Deus.

Nas sociedades antigas, os deficientes, quando não eram sumariamente eliminados, eram abandonados à própria sorte. No período medieval, a Igreja passara a exercer grande influência sobre a sociedade e, há relatos de que, em determinado momento deste período, esta Instituição passara a acolher às pessoas com deficiência, impedindo que elas fossem sacrificadas ou abandonadas, entretanto estas ainda continuavam sendo privadas de uma efetiva participação política e social (FUZETTO; SOUZA, 2015).

Este cenário de completa marginalização e exclusão social se mantém praticamente inalterado até a chegada da Idade Moderna,



quando, com o advento do Renascimento, rompem-se com muitos costumes medievais e práticas teocentristas. Por valorizar a inteligência, o conhecimento, o uso da razão e a análise de evidências empíricas, a ciência ganha impulso, novas descobertas levam à invenção de diversos instrumentos científicos, ocorrências que contribuíram significativamente para o estudo das causas das deficiências, bem como para as pesquisas acerca dos processos de reabilitação e aprendizagem das pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2011).

A elaboração da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, posteriormente, de inúmeros outros documentos que tratam exclusivamente sobre a pessoa com deficiência, põe em evidência a necessidade de participação e integração na sociedade por parte destas pessoas. No Brasil, podemos destacar três leis, a saber: a Lei nº 7853/89, que dispõe sobre o apoio e integração social da pessoa com deficiência; a Lei nº 10.098/00, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência; e a Lei nº 13.146, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

Entendemos, assim, que, na atualidade, há benefícios que são assegurados às pessoas com deficiências, os quais se marcam como o resultado de um árduo processo de luta por direitos, mas principalmente, por cidadania. Além disso, cabe ressaltar que no cenário brasileiro, consoante o último censo (IBGE, 2010), constata-se a existência de mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, representando, portanto, aproximadamente 24% da população.

Nesse meandro, uma peça publicitária, concebida por Boaski (2010) como uma das ações criadas para comunicar, fora posta em circulação em Curitiba, no Paraná, chamando-nos à atenção quanto à sua produção de sentidos ao questionar os direitos estabelecidos às pessoas com deficiência. Tomando a peça publicitária como um discurso, concebemo-la como efeito de sentidos entre locutores, tal

qual Pêcheux (1995), e, laçamo-nos à compreensão deste discurso posto em funcionamento filiando-nos à Análise de Discurso iniciada por Michel Pêcheux, na França, e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil.

### **Algumas Compreensões**

Ao propormo-nos a analisar nosso arquivo a partir da perspectiva da Análise de Discurso, doravante AD, assumimos que a linguagem não serve apenas para estabelecer comunicação, mas para produzir sentidos, o que não nos permite considerá-la neutra e transparente. Entende-se, portanto, que não se pode estudar a linguagem fora de seu contexto social, ou seja, fora de suas condições de produção, pois, como nos esclarece Orlandi (2015, p.37), “há sempre uma relação entre o dizer e as condições de produção desse dizer”. Nesse sentido, nosso olhar analítico não recai apenas sobre o enunciado posto, mas sim sobre como o discurso significa, entendendo que, para isso, é imprescindível refletir sobre “a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2015, p. 14).

Sobre ideologia, Pêcheux (1996) afirma que esta é responsável pelas condições históricas e sociais de produção do discurso, não existindo práticas discursivas, a não ser através da e pela ideologia. Para ele, a materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística, que se corporifica por meio das formações discursivas. Como coloca Pêcheux (1995), essa interpelação do sujeito em sujeito ideológico se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina. Esta, por sua vez, é definida por Orlandi (2015, p.41) como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

A noção de formação discursiva evoca a ideia do pré-construído, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (HENRY, 1993). Através da ideia de pré-construído, entendemos que determinadas formulações usadas em um discurso dado remete a outro discurso já-dito e que continua na base do dizível em nossa memória discursiva, afetando, conforme Orlandi (2015, p. 29) o modo como o sujeito (se) significa em uma situação discursiva dada.

Como dito anteriormente, para este movimento analítico, temos como materialidade significativa uma peça publicitária composta por dois outdoors que tratam sobre os direitos das pessoas com deficiência. Buscando compreender suas condições de produção, pensando-as tal qual Orlandi (2015), temos as de sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato e as de sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. Nesta pesquisa, ao pensar no contexto imediato de veiculação da peça publicitária, teremos a posição-sujeito representantes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência enunciando por meio de dois outdoors expostos na cidade de Curitiba, no Paraná, especificamente, na Rua Santa Cecília, a qual se localiza na divisa entre os bairros Pilarzinho e Vista Alegre.

Apresentar a localização precisa do local onde o outdoor se encontra, justifica-se, em primeiro lugar, por entendermos que, o espaço urbano significa e que funciona como um “sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares, trata-se de um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2001, p.186). Por outro lado, quando consideramos o suporte sob o qual o discurso encontra-se materializado, o outdoor, compreendermos a busca pela leitura deste discurso pelo maior número possível de pessoas. Para atender a este fim, os outdoors se encontram, em geral, localizados em pontos estratégicos em áreas de grande circulação.

Num primeiro momento, ao ponderar sobre o local de exposição da peça que se tornara nosso material de análise,

pareceu-nos que esta pudesse não ter sido exposta em um local selecionado de acordo com o que fora dito anteriormente, já que se encontrava em um bairro residencial, em que, comumente, há um menor fluxo de pessoas e carros se comparado a bairros comerciais, no entanto, quando observamos a rua em que o outdoor fora veiculado, bem como seu entorno, notamos a existência de sedes de importantes meios de comunicação do município de Curitiba, tais como as das TVs Bandeirantes e RIC TV (afiliada da Rede Record em Curitiba) e das rádios FM Independência e Radio Colombo, caracterizando a busca por ampla leitura, o que, neste caso, fora garantido por meio destes meios de comunicação, os quais se encarregariam pela divulgação deste discurso.

Torna-se possível sugerir, desse modo, que a grande repercussão obtida por nosso material de análise se deva ao local de sua exposição, pois, segundo Orlandi (2001), é a articulação entre o espaço urbano, numa perspectiva discursiva, a história e a língua que produzem sentidos.

Consultando os discursos disponíveis sobre a publicidade, soubemos que os textos veiculados por outdoors caracterizam-se por serem mensagens curtas, diretas, com o objetivo de convencer às pessoas acerca de um produto, serviço ou ideia. Hypolito (2006, p.52) afirma que há dois modos de se apreender o outdoor: um semântico e outro estético, sendo o primeiro a formulação em si “fundamentada no repertório dos signos, comum ao emissor e receptor e [...], o segundo, a apreensão estética fundamentada num conjunto de elementos de percepção, implícitos e subconscientes”.

Não se pode deixar de considerar, em sentido amplo, além das diversas concepções sócio-ideológicas construídas historicamente acerca dos direitos das pessoas com deficiência, um fato que significa: no período em que o discurso foi veiculado na cidade de Curitiba o comando municipal cabia ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), um partido de esquerda que tem, historicamente, como um de seus princípios basilares a luta pelos

direitos e defesa das minorias sociais, e que, à época, compunha a base aliada ao governo federal.

Isso se torna importante na medida em que, no período em questão, o país vivia sob vários aspectos, mas, sobretudo político, uma forte crise, havendo inclusive a construção de um clamor popular pelo impeachment da presidenta, o que cindira o povo brasileiro em dois grandes grupos: os contra o governo e os pró-governo. Esta cisão, de certo modo, também nos parece funcionar na produção discursiva em apreço, pois ao tocar em questões que envolvem políticas públicas de assistência retoma-se um campo discursivo sobre o qual são produzidos diversos discursos pautados por esta polarização política.

Pensando, então, a formulação deste discurso, cumpre-nos apresentá-lo:



Figura 1 – Materialidade inicial da peça publicitária

Essa primeira materialidade fora posta em circulação no dia 30 de novembro do ano de 2015, por um grupo denominado **Movimento pela Reforma de Direitos**. O enunciado *pele fim dos privilégios para deficientes* carrega em si um turbilhão de sentidos. A

utilização de *privilégios* e não *direitos* instaura um processo de significação que nos aparenta tomar por base toda a discussão que ocorre em sociedade sobre a necessidade ou não de, por exemplo, haver cotas para deficientes em concursos públicos, ou ainda, vagas específicas em estacionamentos. Trata-se da possibilidade de corporificar a voz contrária à cessão de um olhar diversificado à pessoa com deficiência, como se a máxima ‘diretos iguais’ pudesse ser estabelecida sem uma política diferenciada para aqueles que embora ‘iguais’, continuam sendo significados, ditos, historicizados por grande parte da população como ‘diferentes’. Vemos aqui funcionar certo apagamento sobre a real existência de direitos específicos às pessoas com deficiência para que estas possam ter dignas condições de vida em meio a uma maioria ‘sem deficiência’. Além disso, notamos em *privilégios* os sentidos próprios às construções advindas de uma posição sujeito que enuncia contrariamente à execução de políticas públicas que beneficiem os desassistidos socialmente, quer por sua condição física, quer por sua condição financeira. Significa para nossa análise, retomar o fato de que nos meses de novembro e dezembro de 2015 forte era discussão sobre o corte ou não de pagamentos do Bolsa Família, o que motivara até mesmo uma campanha promovida pelo governo federal, nas redes sociais, que solicitava aos usuários que estes pressionassem os parlamentares a votarem pela continuidade do programa já que cogitava-se um grande corte.

Tratar de *privilégios* e não de *direitos* rompe com o semanticamente normal, com aquilo que se espera, aquilo que se pode antecipar (ORLANDI, 2015) sobre uma campanha relativa às pessoas com deficiência, já que historicamente estas têm sido constituídas a partir dos sentidos próprios à comiseração, à necessidade de garantias de direitos e de inclusão social. Assim, esse jogo discursivo permite processos de identificação e (des) identificação por parte dos sujeitos leitores com relação à peça publicitária. Tais processos puderam ser acompanhados por meio das redes sociais, já que um endereço do Facebook compunha o

texto. Se por um lado, muitos foram os usuários que compartilharam este outdoor aderindo àquilo que está explicitamente dito, por outro, muitos foram os que se colocaram em posição contrária.

Ainda sobre este primeiro momento da formulação do discurso, tem-se a impressão de que este teria sido enunciado a partir de uma posição-sujeito que enunciaria contrariamente à cessão de benefícios aos deficientes, uma posição contrária às formulações do discurso jurídico, que garantem as condições materiais de vida aos sujeitos de direito. Há ainda o silenciamento das conquistas obtidas por aqueles que lutaram ao longo da história pelos direitos das pessoas com deficiência, assim, é importante observamos que “a seleção que o sujeito faz entre o que diz e o que não diz é significativa” (ORLANDI, 1993, p.19).

Remontando mais uma vez aos discursos disponíveis sobre a Publicidade, trazemos Guimarães (2001/2003) à baila para esclarecer que a composição visual dos suportes discursivos, sob esse viés, transmite uma série de informações ao leitor. Destaca-se nesse aspecto, o uso da cor, que pode, nos textos, desempenhar função que vai desde destacar a informação e à sua organização, até à transferência e/ou incorporação de significados e valores aos discursos enunciados. Por esse motivo, convém debruçarmo-nos, ainda que brevemente, sobre o modo como as cores compõem nosso arquivo, tentando deslocar nossas compreensões do campo da Publicidade, significando-as no bojo da AD.

Dessa maneira, neste primeiro momento, observamos o forte uso da cor vermelha, utilizada para compor o fundo da página, e da cor branca, nas letras que compõem o texto. Sobre isso, Guimarães (2001/2003), assevera que a cor vermelha é tomada negativamente, conotando agressividade, violência, medo, crime, enquanto o branco nos traz à memória a ideia de paz e tranquilidade. Essa composição binária nos faz remeter a uma oposição bíblica entre bem e mal, sendo o bem representado pelo branco e o mal pelo vermelho. Se por um lado, a informação

trazida sob o fundo vermelho produz no leitor o efeito de sentido de alerta, de perigo, de algo que de algum modo carrega em si um traço de negatividade, por outro, ao apresentar-se a logomarca e o endereço da página da rede social do grupo que responde juridicamente pela campanha sob o fundo branco, parece-nos possível dizer que há a produção de um efeito de aproximação, dada a significação positiva atribuída à cor branca no imaginário coletivo.

Ao afirmar que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (ORLANDI, 2015, p. 37), a autora nos permite compreender a necessidade de olhar para os discursos como passíveis de um devir, de atualizações; o que ocorrera com nosso material: 24 horas após a publicação da primeira formulação deste outdoor em sua incompletude constitutiva, lança-se uma ‘segunda versão’.



Figura 2 – Materialidade atualizada da peça publicitária.

Se inicialmente a formulação discursiva poderia levar-nos a pensar que este outdoor pudesse ter sido enunciado a partir de uma posição-sujeito contrária à cessão de direitos aos deficientes,



neste segundo momento, sob um efeito de unidade produzido pela atualização do acontecimento discursivo representado pela circulação deste outdoor, parece-nos coerente afirmar que a peça, em sua composição, é dita a partir de uma posição-sujeito que corrobora a necessidade de garantirem-se os direitos aos sujeitos com deficiência. Enuncia-se a partir de uma formação discursiva que reconhece a garantia dos 'direitos' como forma de acesso à dignidade social e cidadania por parte dos deficientes, não deixando ser apagado o traço da luta, das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e seus representantes em meio às formulações próprias de uma sociedade que preza pela 'normalidade' e pela perfeição.

Há de se apontar que este jogo, esta estratégia usada para a formulação discursiva da peça publicitária é própria a esta esfera produtiva. Este pretense deslocamento da posição-sujeito a partir da qual o texto é enunciado produz sentido. Se no primeiro, delegava-se a autoria ao **Movimento pela Reforma de Direitos**, no segundo, esta é atribuída ao **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, fazendo significar o discurso jurídico próprio a um agrupamento como um conselho municipal, assim como a necessidade de retomada da memória coletiva sobre uma data como a de 03 de dezembro, em que se comemora o dia internacional da pessoa com deficiência, que, em 2015, tivera como temática para a reflexão "A inclusão importa: acesso e capacitação para pessoas de todas as habilidades".

Ao pensarmos o dizer *somos muitos, temos os nossos direitos*, antecedido pelo uso da hashtag, recurso utilizado nas redes sociais para agrupar diversos conteúdos sobre um determinado tema, criando um hiperlink que facilita sua busca e que permite acompanhar as postagens acerca da temática em questão. Vemos mais uma vez a recorrência ao uso das redes sociais como polo de discussão da temática, e, mais ainda, o vislumbre de se atingirem muitos *posts* com esta hashtag+enunciado, trazendo como efeito a produção de um coletivo, do consenso, da estabilização desses

sentidos em formações discursivas que fixam sentidos para o público e para as políticas públicas, consoante Orlandi (2010).

Deve-se ressaltar que o uso do tempo verbal em primeira pessoa do plural em *somos* e *temos* traz como efeito a aproximação com o público leitor, inserindo-o na campanha, mesclando os sujeitos leitores, os sujeitos deficientes e os sujeitos não-deficientes em uma só posição: a dos que são favoráveis à existência e efetividade dos direitos às pessoas com deficiência.

Ainda sobre este enunciado, é possível identificar um processo polissêmico a partir de sua implícita negação, pois ao relacionarmos a posse de direitos ao fato de serem muitos os deficientes, por oposição, teríamos ‘somos poucos, não temos direitos’. Ou seja, o número, a existência material de muitos deficientes faz com que os direitos sejam regras e não mais exceção, pois trata-se de grande parcela da população. *Somos muitos, temos direitos* permite-nos compreender a ruptura dos sentidos estabelecidos em nossa própria Constituição Federal, que em seu Artigo 5º aponta a igualdade de direitos entre os cidadãos, já que posta a igualdade entre os sujeitos não haveria a necessidade de justificar a existência de tais direitos pela quantidade numérica.

A ênfase ao quantitativo mais uma vez é dada por meio da formulação *Se tantos se revoltaram, por que tantos ainda desrespeitam*. O uso de *tantos* parece-nos legitimar a própria produção da peça publicitária, criando como efeito a compreensão de que por se tratar de algo recorrente e não de um caso isolado, há de se refletir acerca desse acontecimento. Pode-se notar, também, que o uso de *desrespeitam* remonta ao fato de que não se está reivindicando a criação de novas leis e direitos, mas sim uma mudança de postura por parte da sociedade em geral com relação àquilo que já está posto pelo discurso jurídico sobre as pessoas com deficiência. O uso de uma interrogativa com a relação à revolta da população originada pela veiculação do outdoor em sua primeira versão, por meio de *por que tantos se revoltaram?*, constrói, por meio de certa ironia, o efeito de uma necessidade de tomada de posição por parte

do leitor que se incomodou com a formulação do outdoor inicial, permitindo que se compreenda, por extensão, que aquele que se revoltou deve se somar aos que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência, deve respeitar, verdadeiramente, tais direitos.

Mais uma vez, devemos atentar para o uso das combinações cromáticas. Ao trazer a expressão *não é privilégio é direito* na cor vermelha, sob um fundo preto intensifica-se o sentido da mensagem que é o de luta, de sofrimento, de sangue derramado e de morte (GUIMARÃES, 2001/2003), acontecimentos recorrentes na vida de muitos deficientes ao longo da história, quer pela ignorância da população, por sua intolerância, ou, por preconceito. O uso do preto como plano de fundo em contrapartida ao vermelho do primeiro outdoor é tomado significativamente como uma remissão aos sentidos próprios aos movimentos de protesto.

Feitas essas considerações, acreditamos que a partir da análise por nós realizada, torna-se possível compreender que há um jogo de divergências e convergências entre os discursos sobre a questão da deficiência. Não obstante, nota-se também uma resistência silenciada. Trata-se de um campo de discussão cuja multiplicidade de efeitos de sentidos lhe é constitutiva.

## Referências

- BOASKI, Adriana. **Publicidade, Propaganda e Peça Publicitária**. 2010. Disponível em < <https://napublicidade.wordpress.com/2010/06/27/publicidade-propaganda-e-peca-publicitaria/>>. Acesso em 11.jan.2017.
- FUZETTO, Murilo Muniz. SOUSA, Marcelo A. Goes de. A proteção constitucional da pessoa com deficiência. **Intertemas**. vol.11.n.11, 2015.
- GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo: Annablume, 2001.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia**: a organização da cor-informação no jornalismo. São Paulo: Annablume, 2003.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993, p. 13-38.

HYPOLITO, Acásio. **Processos comunicacionais no meio outdoor. Uma análise semiótica**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo. 2010. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 11.jan.2017.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico**. Tradução de Vera Ribeiro. In: ZIZEK, S. (Org.) um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi [et al.] 2ed Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12.ed. Campinas, SP: Pontes editoras, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010.



# LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE: A DICIONARIZAÇÃO DO BAJUBÁ ENQUANTO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO TRAVESTI

Deborah Jordanna Soares Sousa  
Thiago Manchini de Campos

## **Introdução**

Este texto visa investigar a função política e o processo de dicionarização do bajubá – língua utilizada pelos travestis – presente em um pequeno dicionário, denominado “Diálogo de Bonecas”, criado pela comunidade travesti e direcionado para ela. Este é um grupo social formado por indivíduos que, em sua maioria, vivem na marginalidade e são vítimas de preconceitos, fazendo uso do bajubá como forma de resistência e legitimação da existência de um grupo social com língua própria, possibilitando um processo de identificação e autoafirmação do sujeito travesti. Desse modo, temos como objetivo analisar o processo de dicionarização do bajubá, considerando este um passo importante na identificação das travestis para com seu grupo social, via uma língua legitimada, que é paralelamente portadora de valores culturais. O dicionário, mais do que descrever e fixar uma língua, cumpre a função social de estabelecer sentidos para as práticas sociais e culturais.

A própria natureza e o uso do bajubá se apresentam como uma problemática no que diz respeito à sua terminologia dentro da linguística e da antropologia, já que sua constituição via empréstimo linguístico de línguas de matizes africanas, e seu uso socialmente restrito, levam a que seja classificado enquanto dialeto, código, ou gíria de grupo por diferentes autores. Neste artigo

defendemos que a dicionarização do bajubá em “Diálogo de Bonecas” instaura um acontecimento político-linguístico de institucionalização e legitimação do bajubá enquanto língua, numa perspectiva discursiva, que formula possibilidades de identificação da travesti com determinada forma sujeito e, concomitantemente, estabelece um documento que fixa uma imagem social e cultural sobre tal grupo social.

### **Caracterização do Diálogo de Bonecas e do Bajubá**

“Diálogo de Bonecas” é um dicionário bilíngue que traduz do bajubá para o português palavras e expressões do cotidiano das travestis. De acordo com Jovana Baby<sup>22</sup>, o dicionário foi produzido e publicado no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, vinculado ao momento de ascensão política da comunidade Travestis, onde se organiza e cria a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL)<sup>23</sup>, a primeira desse segmento social no país e que, ao mesmo tempo, se desvinculava de outros movimentos que não representavam os interesses das travestis em sua totalidade.

Precursor ao “Diálogo de Bonecas”, a comunidade travesti produzia um jornal intitulado “Bafón”, com notícias estritamente direcionadas às especificidades da travesti. O jornal circulava entre a comunidade enquanto veículo de propagação de uma determinada cultura e identidade travesti, sinalizando um movimento de organização político-social que tinha como base de seu funcionamento a produção e veiculação de um saber cultural através do bajubá.

O bajubá, também conhecido por pajubá – variação de cunho regionalista ou até mesmo de comunidade para comunidade – é oriundo da junção de duas línguas de matrizes africanas, o Yorubá

---

<sup>22</sup> Travesti, figura histórica, militante das causas LGBT, primeira presidente da associação Travesti do Brasil no Rio de Janeiro e atual diretora da bancada dos Direitos Humanos da cidade de Picos no interior do Piauí.

<sup>23</sup> Informações obtidas por meio de entrevista concedida.

e o Nagô sendo que, em território brasileiro, era utilizado na senzala e nos terreiros. De acordo com Lau (2015) parte da comunidade homossexual participava de cultos de candomblé, sinalizando a possibilidade de apropriação dos vocábulos recorrentes nestes cultos por estes, que o incorporaram ao seu linguajar cotidiano, potencializando assim o seu escopo e alcançando outras comunidades incorporadas ao que hoje é conhecido como o movimento LGBT.

As características peculiares do bajubá sinalizam um problema ao se lidar com a sua terminologia. Enquanto que a comunidade travesti e “Diálogo de Bonecas” definem o bajubá enquanto dialeto, diferentes autores do campo da antropologia e linguística (BORBA, 2008; SILVA FILHO & RODRIGUES, 2012; LAU, 2015) o afirmam como um dialeto, código ou gíria de grupo. De acordo com Preti (2004, p. 67) dentro das diferentes gírias se encontra a

chamada *gíria de grupo*, isto é, a de um vocabulário de grupo sociais restritos, cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelecem com a sociedade (...) A *gíria de grupo* (também denominada por alguns de *gíria marginal*) é usada por falantes que pretendem comunicar-se com seus interlocutores, sem serem entendidos por outros que não pertencem ao grupo. Preservada, portanto, a significação dos vocábulos, a gíria torna-se uma linguagem secreta, somente compreensível aos iniciados. (*ibid.*).

No que diz respeito à designação para dialeto, Preti (2000) afirma que o uso que se faz dela na dialetologia<sup>24</sup> urbana alargou mais seu campo semântico, para designar qualquer variação de grupo na língua, de natureza geográfica ou cultural. Já Gleason (1978) argumenta que as variantes linguísticas que emergem de

---

<sup>24</sup> Estuda as diferenças dialetais levando-se em consideração o espaço geográfico, em mais específico Urbano-rural. Porém, hoje, esse termo é também usado para designar dialetos que surge no meio social, devido a cultura, pois esses também espaços, porém no nível social.



diferenças geográficas não-relevantes podem constituir uma nova língua. Como se pode observar, tanto as definições de gíria de grupo como de dialeto são passíveis de serem aplicadas ao bajubá, já que este a) é utilizado no Brasil, configurando uma diferença geográfica entre outras comunidades travestis pelo mundo e b) representa um grupo restrito e socialmente marginal. As dificuldades em se caracterizar o bajubá sinalizam, de certo modo, que há um espaço a ser preenchido no que diz respeito à legitimação de seu estatuto enquanto língua.

Nesta perspectiva, “Diálogo de Bonecas” surge da necessidade da comunidade travesti criar um movimento próprio e de marcar esse momento de ruptura, buscando legitimar sua voz e construir sua identidade através da documentação e instrumentalização do bajubá, em um contexto onde ocupar o lugar de travesti era considerado ofensa. Segundo Orlandi (2009) *o dizer não é uma propriedade particular* e, nesse sentido, “Diálogo de Bonecas” aponta para irrupção de um acontecimento (FOUCAULT, 2007) que discursivamente e politicamente significa o Bajubá enquanto língua, sustentada por uma convenção social e caracterizada por diferentes necessidades da comunidade Travesti.

### **Dicionarização do Bajubá e Identificação do Indivíduo à Forma-Sujeito Travesti**

O surgimento do “Diálogo de Bonecas”, enquanto dicionário que organiza e significa o léxico e expressões do bajubá é por nós compreendido enquanto um evento de *inscrição* da posição-sujeito travesti face à língua, indicando que em seu funcionamento os sujeitos são afetados pela língua e história. O efeito deste processo é a construção e legitimação de uma cultura e identidade enquanto fenômeno linguístico e social. Deste modo, lançar o olhar para “Diálogo de Bonecas”, enquanto a materialização lexicográfica do bajubá permite observar o

funcionamento do processo de interpelação do indivíduo em sujeito, afetado pelo simbólico.

De acordo com Orlandi (2002), os processos de interpelação e de individualização são movimentos distintos, porém não separados e interdependentes. O primeiro se dá quando o indivíduo é afetado pelo simbólico na história, tornando-se desse modo *sujeito*. A forma sujeito que resulta dessa interpelação pela ideologia é histórica e possui sua materialidade própria. O segundo ocorre quando o estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento e transformação das formas de individualização do sujeito perante o Estado. Através das instituições e da determinação dos possíveis modos de sociabilidade a forma sujeito histórica é individualizada em lugares específicos (o negro, o pobre, a travesti, etc.), formas que correspondem a lugares sociológicos.

Assim sendo, postulamos que “Diálogo de Bonecas” cumpre a função político-linguística de registrar e instrumentalizar o bajubá e, conseqüentemente, cria um lugar político-social da travesti para com sua língua, que tem como efeito possibilitar a identificação do mesmo voltada a um determinado modo de “ocupar” a posição-sujeito.

Partindo de Auroux (1992), Nunes (1996) afirma que a produção do saber lexicográfico está inserida no processo de gramatização das línguas, que se configura como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p.65). Desse modo, compreendemos os dicionários enquanto instrumentos de políticas de regulação de línguas e que se configuram como um dos elementos das tecnologias de gramatização (*ibid.*). Esta se apresenta como um processo importante pois, além de ser um elemento central na formação das línguas nacionais – através da elaboração das primeiras gramáticas e dicionários monolíngues – traz uma suposta estabilidade à língua, já que a escrita, ao contrário da oralidade, fixa “a

linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver.” (*ibid.*, p.23). Assim sendo, o conceito de gramatização permite trabalhar com a historicidade das “línguas oficiais”, mas também possibilita estabelecer relações para com o processo de formação/legitimação de línguas minoritárias e manifestações linguístico-culturais de cunho regional e/ou social (PETRI, 2012), nas quais o bajubá encontra-se inscrito.

Dentro deste contexto é relevante pensar na dupla função que a gramatização desempenha, já que, ao manter e preservar certas línguas via a criação de instrumentos linguísticos, leva a que outras – via de regra minoritárias e orais – se percam no meio de uma cultura da escrita normatizada. De acordo com Auroux (1992, p.70) “as línguas, pouco ou menos ‘não-instrumentalizadas’, foram por isso mesmo mais expostas ao que convém chamar linguicídio quer seja ele voluntário ou não”. Este ponto é de extrema relevância e sinaliza a importância de, no caso do bajubá, desvincular o processo pelo qual passou – dicionarização – ao da gramatização, pois não é uma língua gramatizada com base nos instrumentos linguísticos e seus usos tradicionais<sup>25</sup> mas que, entretanto, é legitimado enquanto língua com o surgimento de “Diálogo de Bonecas”, tendo um papel fundamental na constituição identitária e linguística de um grupo social relevante e que conseqüentemente didatiza, dentro e fora deste mesmo grupo, o ensino e o aprendizado do bajubá. É a partir desta perspectiva que abordamos “Diálogo de Bonecas”, enquanto um dicionário bilingue que estabelece relações entre os sujeitos e o saber – linguístico, social, cultural – através de uma discursividade que é própria à sua materialidade.

Um dos modos desenvolvidos para a fixação da escrita foi a produção de catálogos lexicais, que viriam a se constituir em dicionários. Nunes (2006b, p.150-152) afirma que

---

<sup>25</sup> Compreendidos enquanto a existência de relações associativas e constitutivas que ocorrem entre dicionários e gramáticas e se estendem à instituição escolar. Não há uma gramática do bajubá e este não é escolarizado.

A lexicografia é uma prática que visa à produção textual do dicionário (...). Enquanto um saber linguístico de natureza prática, a lexicografia tem em vista a aquisição de um domínio de língua, de um domínio de escrita e de um domínio de enunciação e de discurso (...) o que objetivamos, então, é o estudo do léxico e do dicionário naquilo que ele tem a ver com a significação e com o sentido, ou mais especificamente, com uma semântica discursiva. Pensamos que essa abordagem traz elementos para o conhecimento do léxico e do dicionário enquanto objetos que funcionam na sociedade e na história. (...) O fato lexical é um fato social e, assim sendo, está sujeito às forças sociais, que permeiam as relações entre os sujeitos. Na articulação com o discurso, a descrição linguística atenta para esse fato, levando em consideração que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes, conforme as posições sustentadas pelos sujeitos.

Assim sendo, o dicionário é considerado como um espaço de memória discursiva caracterizado por um trabalho de seleção e reformulação sobre o já-dito. Deste modo é importante, para se compreender o seu funcionamento, considerar os eixos da memória e da formulação, ou seja, o inter e o intradiscorso, já que o trabalho da lexicografia se constitui como uma prática de cópia e reformulação, sendo que é nesse processo que os sentidos são deslocados. (NUNES, 2006a).

Baseado no funcionamento discursivo do “Diálogo de Bonecas”, iremos analisar algumas expressões, que se apresentam na forma de dicas e que se traduzem com o auxílio dos verbetes, de modo a mostrar como que a legitimação do bajubá, através da constituição de um léxico específico e sua fixação na modalidade escrita, cria um espaço de identificação e interpretação para a Travesti. Segundo Nunes (*ibid.*, p.16)

Decorre que, na análise de um verbe, questiona-se a transparência dos sentidos e procura-se compreender de que modo esse verbe tem a ver com a sociedade e com a história. Observa-se assim a dupla determinação que leva, de um lado, a ver no verbe um efeito de práticas sócio-históricas (...); de outro lado, nota-se também que os

verbetes de certo modo constroem a sociedade, de maneira que o dicionário apresenta um horizonte de prospecção, o que caracteriza seu potencial transformador quando inserido em um espaço linguístico-histórico. Desse modo, observamos nos verbetes uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo.

Ainda de acordo com Guimarães (2002, p.91)

Se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar que as palavras significam aquilo que referem, e nem mesmo que a significação, o sentido seja um modo de apresentação do objeto. O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história.

Em suma, analisar um verbete é questionar a transparência da linguagem constituída com base na relação direta entre esta e o mundo. Se a língua só significa face à história, então a prática de olhar discursivamente para um verbete permite observar o efeito de práticas sociais e históricas, rompendo assim com uma suposta autonomia da língua enquanto sistema (SAUSSURE, 2006; GADET & PÊCHEUX, 2004).

## **Metodologia**

A análise aqui proposta caracteriza-se como discursiva, o que significa efetuar uma leitura que parte do pressuposto que a língua é tomada pela história, sendo os significados sempre ancorados aos acontecimentos que permitem a produção de enunciados. Desta forma, apresentadas as bases teóricas que sustentam a nossa discussão, iremos de seguida explicitar brevemente os parâmetros de constituição do *corpus*. Nunes (2006b, p.163-164) afirma que

Ao tomarmos o dicionário como um objeto histórico e social, pensamos sua produção no interior de um complexo de formações discursivas. O recorte operado pelo lexicógrafo será sempre permeado de exclusões e silenciamentos, devido ao fato de que o discurso se produz com mecanismos de esquecimento e de que a relação entre sujeito e mundo é marcada pela incompletude. Saber disso é um primeiro gesto do lexicógrafo que seleciona uma nomenclatura e formula definições. É sabendo que o sentido pode ser outro que lidamos melhor com a incompletude da linguagem.

Deste modo, e partindo das considerações feitas por Courtine (1981, p.26) em relação à constituição do *corpus*, tendo em conta que a escolha deste é um gesto teórico-analítico por parte do pesquisador, tomamos como ponto de partida alguns pontos importantes para a nossa análise: a) o *corpus* é constituído por várias seqüências discursivas, produzidas por vários locutores que ocupam posições ideológicas heterogêneas; b) o *corpus* é constituído por seqüências discursivas produzidas em sincronia e em diacronia; c) o *corpus* é de dimensões simples.

### **Diálogo de Bonecas**

“Diálogo de Bonecas” é um pequeno dicionário, de apenas dezesseis páginas, que partilha de elementos de dicionários bilíngues e regionalistas. No seu início há, sob o título “Dialeto Criado pelos Travestis da Prostituição para se Defenderem dos Ataques Sofridos”, um texto introdutório assinado por Raul Lody, antropólogo da Academia Brasileira de História. Aqui, “Diálogo de Bonecas” é descrito em sua forma e funcionamento: “Este glossário, de vocação para dicionário, tenta traduzir o ideário das palavras e seus fortes significados sociais e culturais” (ASTRAL, 1992, p.2) . É importante atentar para o fato de que, apesar de ser apresentado enquanto glossário, a função descrita é a de dicionário enquanto patrimônio linguístico-cultural, isto é, um instrumento que, ao “fixar” a língua em sua modalidade escrita, logra em estabilizar os

sentidos do social, estabelecendo uma forte relação entre língua, cultura e sociedade. É significativo também o fato de o dicionário possuir algo muito próximo a uma ficha catalográfica, onde consta uma ficha técnica e a informação de que é “Uma publicação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) com recursos do Projeto Saúde na Prostituição”, sendo que logo abaixo há o selo do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde (PNDS/AIDS), sinalizando a institucionalização de “Diálogo de Bonecas” enquanto um meio de alcançar um extrato social minoritário e específico através da fixação do bajubá.

Após o texto introdutório, comum em dicionários regionalistas (PETRI, 2012), segue-se a seção denominada “Babadinhos (Dicas)”, onde são apresentadas frases de uso comum como: “Não desaqueendar em corre corre com três ocós” (Não sair de carro com três homens), “ A mona cá aquenda a mona dundum no meu ilê e aquenda um bajubá odara na desaqueandação da maldita” (Eu levei uma bicha negra na minha casa e dei a ela bastante explicação sobre a prevenção da AIDS), “Não aquenda o baco sem ochó de neca, a maldita está desaqueendada” (Não transe sem camisinha, a AIDS está solta) e “Mona odara e aquenda o ochó de neca” (Mulher esperta sempre usa camisinha). As condições de produção<sup>26</sup> de “Diálogo de Bonecas” e a consideração de que sua publicação está vinculada ao Projeto Saúde na Prostituição, indicam que estes enunciados têm como função significar modos específicos de ocupar a posição-sujeito travesti em contextos de prostituição. Deste modo, “Diálogo de Bonecas” cumpre a função social de ser um instrumento de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Remetemos aqui, guardando as devidas proporções, à reflexão que Gadet e Pêcheux (2004) promovem em relação à língua como uma questão de Estado, em que se administra a diversidade social, cultural, econômica, etc. face à

---

<sup>26</sup> É importante lembrar que o dicionário foi publicado poucos anos após o surgimento e alastramento da AIDS no país, especialmente entre grupos sociais que lidavam com a prostituição.

necessidade de se aprender uma língua nacional que se constitua enquanto identidade.

É nesta relação do sujeito com a linguagem como parte de sua correspondência com o Mundo – ocorrendo no âmbito da língua, mas também social e politicamente – que a forma sujeito histórica, que em nossa sociedade capitalista corresponde à do sujeito de direito e do conhecimento, se individualiza, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação (ORLANDI, 2002). Desse modo “Diálogo de Bonecas”, ao apresentar e fixar o bajubá enquanto língua composta por léxico e sentidos próprios, se configura enquanto acontecimento discursivo (FOUCAULT, 2007, PÊCHEUX, 1990) que instaura um certo saber-fazer, significando o sujeito travesti como aquele que tem o dever de conhecer seu ambiente e cultura. Cria-se assim condições para a historicização da posição sujeito travesti, a qual ocorre na articulação do conhecimento científico com a produção e circulação de um saber lexical. Segundo Silva (2006, p.112) “o dicionário é um dos símbolos de nacionalidade, na medida que legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos que irão configurar o léxico de uma língua, de um povo.” Parafraseando a autora, “Diálogo de Bonecas”, ao legitimar o bajubá enquanto língua própria dos travestis, estabilizando seu léxico, atribuindo sentidos e criando uma unidade imaginária, se constitui enquanto símbolo de uma cultura própria de um grupo social específico, sendo assim um importante instrumento na formação da identidade travesti.

Após os “babadinhos” seguem-se os verbetes. É interessante notar que estes não são apresentados do modo tradicional, sendo apenas compostos pelos nomes cabeça, compreendidos como a expressão que dá início à descrição do verbete (NUNES 2006a, p.37-38), não havendo a especificação de classe gramatical e exemplos de uso. Alguns verbetes são compostos por mais de uma palavra e a grande maioria deles, assim como os “babadinhos”, são voltados para a realidade da prostituição no meio travesti, como



pode-se observar no seguinte recorte: “Adé Bonbada – travesti com silicone”, “Alibam nagiria – polícia por perto”, “Aquenda o edi do Okó – olha a bunda do homem”, “Desaquendar o Bofe – mandar o rapaz ir embora”, “Edi matim – bunda pequena e feia”, “Entrujão – pessoa receptora de roubos”, “Ilê de Saúde – hospital, clínica”, “Naná nas trevas” – dormir na rua”, etc. Nota-se também que o léxico não tem sentido fixo, como no caso da palavra “Azuelar” e “Vovó”, utilizadas nas seguintes definições: “Azuelar pemba – cheirar cocaína”, “Azuelar a mona – roubar a mulher”, “Azuelar o core core – roubar o carro”, “Azuelar o ocó – roubar o homem”, “Azuelar taba – fumar maconha”, “Vovó – chupar”, “Vovó catarina – pessoa velha intrometida”. Azuelar é utilizado em expressões que dizem respeito ao roubo ou uso de drogas, indicando que seu funcionamento no que diz respeito ao sentido (roubar, cheirar ou fumar) depende das palavras a ele vinculadas. O mesmo ocorre no caso de Vovó.

Nestes verbetes e “babadinhos” é possível observar o funcionamento do bajubá e suas relações com as formas de identificação do sujeito travesti através de uma língua particular própria a “ele” e ao grupo social no qual está inserido. Tais verbetes nos conduzem a refletir também sobre as relações entre língua e a posição sujeito travesti; tendo em vista que o dicionário revela o movimento de idas e vindas entre uma e outra, apoiando-se essencialmente em prover dicas que descrevem certas práticas da prostituição, seja para tentar conter os processos de produção de sentidos, seja para instrumentalizar um leitor ainda jovem ou que desconheça o bajubá.

### **Considerações finais**

Ao longo deste texto discutimos algumas questões referentes a políticas de língua, tendo como cerne o bajubá e sua materialização na modalidade escrita no dicionário intitulado “Diálogo de Bonecas”. Buscamos mostrar que o dicionário, considerado um dos

pilares do processo de gramatização, cumpre não só uma função linguística, como também social. Através da evidência produzida pelos verbetes e dicas em “Diálogo de Bonecas”, que inauguram uma posição enunciativa, o indivíduo é reconhecido e se reconhece como “travesti” através de uma identificação construída discursivamente que se projeta para dentro e fora deste sujeito e o configura de modo a o incluir dentro de uma cultura e ordem social específica. Desse modo, partindo de uma perspectiva discursiva, é possível afirmar que “Diálogo de Bonecas” não só institucionaliza o bajubá, como também determina e legitima um espaço e um modo de saber-fazer específico ao indivíduo travesti através de um processo de identificação que ocorre via língua, no caso, o bajubá dicionarizado.

## Referências

- ASTRAL. Diálogo de Bonecas. Ministério da Saúde: Projeto Saúde na Prostituição. 1992.
- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- BORBA, R. Identidade e Intertextualidade: a construção do gênero e da sexualidade na prevenção de dst/aids entre travestis que se prostituem. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 9(1), 2008.
- COURTINE, J.J. **Le discours communiste adressé aux chrétiens**. Langages, v.62. Paris: Larousse, 1981.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M.. **A Língua Inatingível**. Trad. Bethania Mariani e Maria Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GLEASON, Jr. H. A. **Introdução à Lingüística Descritiva**. Trad. de João Pinguelo. Lisboa, Calouste Gulbenkian. 1978.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

- LAU, H. A **(des)informação do bajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT para a sociedade**. In: *Temática* (João Pessoa. Online), v. 11, p. 90-101, 2015.
- NUNES, J. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários**. Tese de Doutorado, IEL UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes Editores. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Lexicologia e lexicografia**. In: Eduardo Guimarães; Mónica Zoppi-Fontana. (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem**. Campinas: Pontes, 2006b, v. 1, p. 149-172.
- ORLANDI, E. **Do Sujeito na História e no Simbólico**. In: ORLANDI, E. **Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores. 2009.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PRETI, D. **Sociolinguística Níveis de Fala**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.
- \_\_\_\_\_. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 65-113, 2004.
- PRETI, V. **Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista**. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 1, p. 23-37, 2012.
- RODRIGUES, C.; SILVA FILHO, M.; **Digressões homossexuais notas antropológicas sobre coming out, Ethos LGBT e Bajubá em Belém – PA**. In: **Revista do NUFEN**, vol.4 no.1 São Paulo jun. 2012.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, M.V. **Instrumentos linguísticos: língua e memória**. In: **Letras** (Santa Maria), UFSM, v. 27, p. 109-116, 2006.

# LEITURA E ESCRITA: PERCEPÇÕES SOBRE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Denise Tamaê Borges Sato  
José Ribamar Lopes Batista Júnior

## **Introdução**

Em 2007, iniciamos nossos estudos sobre a inclusão de crianças e jovens com deficiência no ensino regular, o modo de trabalho na educação inclusiva e o contexto de mudança estrutural no sistema educacional. Nesse sentido, outras motivações alimentaram esse interesse: a importância e a pertinência em se estudar o processo de inclusão das pessoas com Síndrome de Down no ensino regular – algo muito recente enquanto política pública, bem como a perspectiva da crítica social realizada a partir da análise com diferentes instrumentos: a Análise de Discurso Crítica - proposta por Fairclough (2003); a contribuição dos Novos Estudos do Letramento e o momento - modernidade tardia (GIDDENS, 1997), que aplicados aos estudos linguísticos críticos, resultariam numa maior compreensão dos mecanismos de inserção e exclusão de agentes nos contextos específicos de uso da linguagem escrita, fortemente controlados por fatores como o próprio discurso.

A abordagem transdisciplinar da Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003) permitiu-nos a articulação entre as práticas de letramento, os discursos e a prática da educação inclusiva em Brasília, em que buscou-se a compreensão das identidades docentes, inclusive de gênero, de professores e professoras. Neste trabalho, apresentamos parte desses achados, principalmente os aspectos de formações identitárias docentes no contexto da

Educação Inclusiva de Goiânia, Taguatinga e Planaltina de Goiás, tendo em vista a diferenciação política e social existente entre a Capital Federal – primeira pesquisa<sup>27</sup>, a Capital de Goiás e uma cidade do interior goiano. Assim, nessa pesquisa qualitativa e transdisciplinar, apoiamo-nos na ADC e nos NEL como teorias e na etnografia com método, utilizando da observação participante, notas de campo e entrevistas.

## **1. Educação Inclusiva**

A proposta da inclusão nasceu, historicamente, na Escandinávia, região europeia, no ano de 1972. Segundo Pereira (1990) os postulantes iniciais acreditavam no princípio da normalização, em que as pessoas com deficiência teriam direito de serem acolhidas, de encontrarem, no ambiente social, situações e condições propícias ao exercício pleno da cidadania, e assim, tudo fosse o mais “normal” possível. Nesse sentido, não seria tornar a pessoa com deficiência normal, mas sim, tornar normal a presença de deficientes nas práticas sociais, garantindo oportunidades iguais para todos, qualidade de vida em sociedade e o cumprimento dos direitos humanos. O princípio da normalização logo se disseminou pela Europa, Canadá, Estados Unidos e ganhou força com movimentos sociais de minorias no final do século XX (BATISTA & ENUMO, 2004).

Com base neste princípio, a normalização seria o objetivo e a integração o processo. Segundo Pereira (1990), integração seria um processo muito mais complexo e amplo do que colocar crianças especiais em classes regulares. Toda a sociedade deveria estar voltada à plena participação de todos nos mais diferentes locais e práticas. As barreiras físicas e comunicativas sanadas para que os indivíduos pudessem com o auxílio de instrumentos capacitantes, vencer os obstáculos da deficiência. Em outras palavras, o processo integrador exige organização física, ambiental e processual da

---

<sup>27</sup>Ver Sato, 2008.

sociedade. A deficiência exige técnicas e instrumentos. Por meio da integração chegar-se-ia à normalização.

No entanto, em 1994, houve o advento da Declaração de Salamanca, documento gerado pela Organização das Nações Unidas - ONU, que objetivou assegurar a inserção da pessoa deficiente no sistema educacional dos países signatários. A tradução contida na revisão de 1997 substituiu o conceito de integração contido inicialmente na Declaração de Salamanca para o de inclusão (BATISTA & ENUMO, 2004). Segundo os autores, o texto original de 1994, falava em princípio integrador, sociedade integradora e política integradora. Na revisão, (2ª edição – 1997) o texto de Salamanca passou a conter os termos orientação inclusiva, ensino inclusivo e escolarização inclusiva.

O que, na primeira abordagem, demandaria um processo árduo, de toda uma sociedade, com base na reconstrução do sistema de crenças, na estrutura das escolas, no aperfeiçoamento dos processos, enfim, numa política real, passou a ser trabalhado de forma simplista e reducionista, transpondo o foco da mudança de paradigmas da integração para a inclusão que seria a mera participação física de deficientes em contextos tradicionais (SATO, 2008). Vários consultores foram contratados por escolas públicas e particulares, por secretarias de estado e de municípios, por instituições filantrópicas e sociais, para implementar e agilizar o movimento inclusivo no país (SASSAKI, 2004).

Cabe-nos fazer uma distinção entre os termos integração e inclusão no âmbito escolar. O equívoco inicia com as ideias “a criança se adequar” e “o ambiente ser adequado”, que na verdade trata-se de um jogo de palavras que não possui polarização real. Tanto a criança/deficiente como o meio social precisam de ser providos de recursos para a participação de todos. Sem tal esforço, a política se torna falha, senão inócua. Podemos evidenciar o equívoco nos termos de SASSAKI (1998), em que para o autor, a inclusão seria uma mudança *sine qua non* da sociedade, de forma incondicional, em que considerar-se-ia todo e qualquer ambiente,

um espaço comum, para pessoas com diferentes habilidades e necessidades. Embora reconheçamos os direitos da pessoa deficiente, não podemos simplesmente apagar o fato de que barreiras tanto físicas como processuais impedem o acesso a bens e serviços, e devem ser removidas. Ora, não há porque atribuir o adjetivo de inclusivas a todas as instâncias ou práticas escolares indistintamente, alegando que todos os espaços devem ser adequados e não as pessoas, apenas para que o cidadão com deficiência sinta que a lei o protege, quando na verdade, apenas esconde a falta de estrutura e preparo sob a denominação “inclusiva”.

Nesse jogo de palavras, considerando todos os ambientes inclusivos sem nenhuma intervenção, as políticas públicas suprimem o processo de adequação de recursos físicos e humanos, estruturas administrativas e orientação aos profissionais, que dariam ao processo de integração condições reais e efetivas para que todos participem com igualdade de direitos.

Neste ambiente de mudanças, novas identidades são construídas, outras são mantidas e algumas contestadas, e o contato com os diferentes letramentos compõem novas formas de ver e sentir o fenômeno da inclusão. São professoras/es, alunos/as e comunidade escolar, aqueles/as que mais sentem os efeitos dessa mudança. É preciso buscar o entendimento sobre a experiência social e política desse público e do papel que desempenha a educação na trama social. Por outro lado, a responsabilidade com a equidade e a justiça para com os setores mais frágeis da sociedade é um fator chave das ciências críticas que busca a compreensão do fenômeno como espaço à crítica e à reflexividade.

## **2. Teoria Social do Discurso (TSD)**

Segundo Fairclough (2001) a Análise de Discurso Crítica é apropriada ao estudo dos fenômenos da modernidade tardia uma vez que compreende o discurso como uma forma de ação em

sociedade, uma forma de prática social pela qual se estabelece a interação entre os agentes, constrangendo-os, moldando-os e ao mesmo tempo sendo moldada por eles.

O discurso pode moldar a prática e ser por ela constituído. Nesse processo, carrega consigo a ideologia de um grupo e de outras práticas sociais. No bojo da prática, os elementos (atividade material, as relações sociais, a ideologia e o discurso) se articulam estabelecendo posições e funções de cada um desses componentes e, por consequência, o poder. As articulações entre os elementos configuram uma prática específica em que arranjos hegemônicos se estabelecem. O discurso, como um elemento da prática, ao incorporar a possibilidade da mudança, adquire um caráter emancipatório.

As práticas sociais e suas articulações harmonizam os elementos da vida social e concorrem para a constituição de maneiras habituais de ação (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999 e FAIRCLOUGH, 2003). Cada prática possui seus próprios gêneros discursivos (modos relativamente estáveis de ação), pelos quais as pessoas atuam. Os participantes, quando adaptados à prática, colaboram para sua manutenção ou, se conscientes, podem igualmente atuar para a mudança da prática social.

As práticas, ao posicionar os sujeitos e articular seus elementos, formam as identidades (FAIRCLOUGH, 2003). O constrangimento das ações dos participantes é decorrente tanto da força das próprias articulações, como pelas representações que criam formas de ver e sentir a realidade. Estas representações constituem o conjunto de crenças que darão corpo aos aspectos identitários dos participantes. Contudo, em que pese novos discursos, novas representações surgem, as relações de dominação tornam-se visíveis e os participantes, assumindo novos papéis, criam novas oportunidades.

As práticas sociais são estruturas abstratas. Percebemos as práticas por meio dos eventos. Cada evento é uma oportunidade de negociação de normas e de posições de poder. Nesse sentido, os



textos como elementos desses eventos sociais trazem marcas das crenças, dos valores, do conhecimento (representações) que se tem daquele ambiente específico. Por isso, ao buscarmos os textos podemos desvelar aspectos constitutivos de práticas sociais. Fairclough (2003) explicita os três significados nos textos: ação, representação e identificação. Segundo o autor, há uma relação entre ação e gêneros, representação e discursos e identificação e estilos. A análise discursiva deve atentar para as relações internas do discurso (gêneros, discursos e estilos) como para seu intercâmbio com o mundo social ao qual se mantém vinculado (eventos e práticas sociais) a fim de produzir o efeito explanatório (FAIRCLOUGH, 2003) em que relações sociais ideológicas e hegemônicas são compreendidas e desveladas.

### **3. Teoria Social do Letramento (TSL)**

A Teoria Social do Letramento proposta por Barton e Hamilton (1998) conceitua letramento como usos da leitura e da escrita em contextos situados. Cada texto relaciona-se ao seu contexto de uso e atende a uma prática social (STREET, 1984). Do ponto de vista da TSL, letramento não corresponde a habilidades individuais, mas a vivências, capacidade de agir por meio do texto com base nas percepções do funcionamento da escrita no interior de uma prática.

As práticas são estruturas abstratas, podendo ser inferidas a partir da observação dos eventos. Os eventos de letramento, seguindo o conceito traçado por Heath (1983) são situações em que o texto assume um papel. Assim, toda a atividade humana em que a linguagem escrita estiver inserida será considerada um evento de letramento e ao mesmo tempo reflexo de uma prática de letramento e também de uma prática social.

Para que os participantes possam agir nos eventos de letramento é preciso que estejam não somente habituados aos gêneros textuais como é preciso que dominem a ideologia e as crenças as quais aquela prática se vincula. Pessoas para se iniciar

em uma prática de letramento devem cumprir os pré-requisitos gerados socialmente e, quando aceitas, passam a compreender os textos daquela prática a partir de suas vivências.

A abordagem conhecida como Novos Estudos do Letramento – NLS distingue o modelo de letramento autônomo do modelo de letramento ideológico. O pensamento tradicional (modelo de letramento autônomo) percebia a escrita habilidade suficiente para que uma pessoa interaja por meio da escrita em qualquer ambiente. Segundo esse pensamento, a pessoa que dominasse a tecnologia da escrita estaria habilitado a atuar de forma satisfatória sempre que a escrita fosse o mecanismo de ação (OLSON, 1994).

Em oposição ao pensamento autônomo, o autor apresenta o Modelo de Letramento Ideológico, segundo o qual, o uso da ferramenta da leitura e da escrita estaria condicionado ao grau de interação do sujeito com a prática em questão. O domínio econômico, ou questões culturais como a dos emigrantes, seriam alguns dos fatores para a ocorrência da falta de acesso à leitura e à escrita, sendo, portanto, mais uma questão ideológica e social do que física ou orgânica.

Letramentos são parte da vida social, construídos socialmente segundo articulações de ideologia, discurso e poder hegemônico. O letramento escolarizado como resultado da cultura letrada hegemônica participa na sociedade conferindo aos detentores de seu domínio o prestígio, a autoridade e o poder. Sua não assimilação estigmatiza os agentes, sendo comum a representação de cegos e incapazes (MAGALHÃES, 1998). A relação entre os eventos e as práticas de letramento, assim como na Teoria Social do Discurso, abre caminhos para a mudança, por meio da reflexividade. Para que ocorra a mudança, faz-se necessário o estudo sobre as articulações que mantêm o poder hegemônico e da relação entre as estruturas sociais e as práticas da vida cotidiana, com seus significados simbólicos e ideológicos, por meio dos quais sentimos e realizamos.

Tanto a TSD como a TSL postulam as articulações sociais, compartilham da visão crítica para a mudança e encaram o texto como fundamental para a compreensão das relações sociais. Contudo, a Teoria Social do Letramento carece de uma proposta que articule os significados do discurso nos textos e a Teoria Social do Discurso carece de uma proposta que perceba os textos em sua realização, situando-os em seus contextos de uso. Diante disso, a adoção das duas propostas torna mais amplo o estudo, bem como os pontos semelhantes entre as teorias garantem a pertinência da articulação proposta.

#### **4. Aspectos Metodológicos**

Esta investigação se deu por meio da análise de textos de entrevistas, onde buscamos os discursos em seus significados. Adotamos o método da ADC, especificamente a Análise de Discurso Textualmente Orientada, ADTO, em combinação com os métodos etnográficos, para a pesquisa de campo (FAIRCLOUGH, 2003; MAGALHÃES, 2006).

Os métodos etnográficos foram a observação participante, as notas de campo e as entrevistas. Os textos transcritos das entrevistas foram confrontados com os textos utilizados nos eventos de letramento inclusivo, buscando a interpretação da realidade social. As notas de campo foram trazidas para análise dos dados, sempre que necessário, uma vez que registram impressões e fatos ocorridos, desempenhando importante papel no auxílio da memória, bem como na validade da análise (BAUER e GASKEL, 2006).

Os participantes foram professores/as de duas escolas de Goiás e de duas escolas do Distrito Federal, assim distribuídos:

**QUADRO 1:** Participantes selecionados

| Escolas de Goiás       |                       | Escolas do Distrito Federal |                        |
|------------------------|-----------------------|-----------------------------|------------------------|
| Escola I               | Escola II             | Escola III                  | Escola IV              |
| 3 homens<br>7 mulheres | 1 homem<br>3 mulheres | 1 homem<br>2 mulheres       | 1 homens<br>5 mulheres |
|                        | 1 pai/mãe             |                             | 1 mãe                  |
| <b>Total</b>           | 15 colaboradores/as   | <b>Total</b>                | 10 colaboradores/as    |

A análise textual foi realizada segundo a ADTO, através dos três significados do discurso: identificacional, representacional e acional. Por meio do significado identificacional encontramos os estilos que marcam as identidades e os papéis assumidos, do representacional podemos acessar o conjunto de crenças, de representações e também aspectos ideológicos, e por fim, o acional relacionamos os textos às ações que são realizadas pelas pessoas.

Buscamos analisar, com base na teoria exposta, as práticas de letramento inclusivo, os discursos e as ideologias subjacentes à prática social da escolarização de pessoas com deficiência em escolas regulares.

## **5. Discursos sobre letramentos e representações**

Na presente investigação, partimos da asserção de que o a inclusão estaria incorporada pelos/as profissionais da educação regular inclusiva, sendo identificável em suas falas e atitudes (discursos e práticas). Essa incorporação seria a propulsora da mudança na prática social da educação, que passaria a adotar processos e textos voltados à inclusão, modificando também a prática docente e institucional, como estratégias a fim de contemplar todos/as os/as alunos/as.

Outra asserção seria a de que, ao atuar na educação inclusiva, o/a professor apresentaria uma mudança identitária em consonância com sua nova prática social. Professores/as seriam mais sensíveis à causa se a tivessem incorporado em suas identidades, de forma tal que não se veriam mais como professores/as regulares, mas sim como professores/as da inclusão. Essa identidade é construída no fazer. Para que o/a professor/a se sinta como um/a profissional da inclusão é preciso que domine o trabalho e tenha sentido êxito na sua atividade. Em outras palavras, teria de ter tanto o discurso como o letramento inclusivo.

Assim, as práticas de letramento, as concepções do valor e da funcionalidade da leitura e da escrita teriam relação com essa nova identidade, projetando sobre a prática, contornos próximos do fazer inclusivo. Seguindo as asserções mencionadas, abordamos as representações de letramento e de educação inclusiva nos contextos das escolas de Goiás e Distrito Federal.

## **5.1 Representações e letramentos em Goiás – as escolas I e II**

O governo do Estado de Goiás organizou a prática inclusiva nas escolas. De acordo com papéis sociais (funções), as práticas de letramento inclusivo foram construídas. A atividade letrada docente ganhou contornos e significados no próprio fazer pedagógico. As formas de compreensão sobre a escrita e leitura, bem como sobre a Educação Especial fazem parte do conjunto de crenças que são evocadas a cada movimento. Para compreendê-las, nos próximos momentos faremos uma incursão sobre as concepções de leitura e escrita dos/as professores/as participantes para mais tarde verificarmos os discursos existentes nessas concepções que acabam por desaguar na prática da inclusão.

### **a) Letramento como ferramenta para o conhecimento**

Letramento como ferramenta para o conhecimento corresponde à habilidade de leitura e escrita que permite que se

amplie um saber ou que se adquira um por meio de textos. As práticas sociais, tais como a prática médica, a farmacêutica ou a doméstica, por exemplo, exigem um conjunto de textos por meio dos quais as pessoas atuam, como receitas médicas, bulas ou contas de serviços públicos, respectivamente. Contudo, diferentes práticas podem compartilhar de determinados gêneros, ainda que indiretamente. Nesse sentido, podemos citar a receita médica como sendo um gênero da prática médica que permeia também as práticas farmacêutica e doméstica

A habilidade com textos de uma determinada prática social abre possibilidades de contato com gêneros discursivos localizados na fronteira das práticas, criando zonas de contato, pontes para a aquisição de novos letramentos. Assim, uma dona de casa que tenha o hábito de ler bulas pode por meio desse novo conhecimento também conhecer de remédios e princípios ativos, e vir a trabalhar como balconista em uma farmácia. No excerto abaixo temos a fala de Amanda, uma jovem professora que trabalha na Escola I:

#### **E assim o seu dia a dia o que que você faz?**

**Amanda:** O meu dia a dia eu estudo muito, tô preparando pra concurso público, eu estudo muito preparo as aulas, né? Provas, gosto de ouvir muito música, gosto de dançar, é isso assim, não sou de sair muito, fico mais em casa.

#### **Internet**

**Amanda:** Internet, assim pelo menos umas duas vezes eu acesso, mas assim coisas assim mais, enfim, concurso público, é informativo, por exemplo, mais informativo, essas coisas de *Orkut*, eu abro e-mail de repente tem uma coisa interessante, mas voltada pra esse lado. Preciso fazer uma pesquisa.

Estudar muito faz parte da rotina da Professora Amanda. Ela estuda para preparar aulas e para se preparar para concursos. Além disso, utiliza seu tempo livre para ouvir música e dançar. Diferentemente da professora Larissa, que considera a *internet*

como entretenimento, a professora Amanda a vê como fonte de informação.

Essa inserção na internet é demonstrada pela superação da compreensão das novas Tecnologias de Comunicação TICs como simples entretenimento. Atualmente, as redes sociais, entre elas o *Orkut* reúne grupos por áreas de interesse conhecidos como comunidades em que a troca de conhecimentos é uma constante. Preparando-se para concursos públicos a professora utiliza as ferramentas do *e-mail* e do *Orkut* para acessar outras pessoas que comungam como ela dos mesmos interesses.

Gêneros das práticas virtuais se mesclam aos gêneros instrucionais e as apostilas e provas dão a ela acesso a concursos, em que a prática administrativa se mescla à escolar. Tais gêneros discursivos circulam em diferentes fronteiras. Para acessá-los é preciso dominar a ideologia de cada local e assumir a postura de ação com domínio do “como fazer” e em que momento.

## **b) Letramento como habilidade e poder**

A compreensão da alfabetização como ferramenta suficiente e universal para agir por meio de textos, conhecida como Modelo de Letramento Autônomo, faz com que pessoas sejam depreciadas e vistas como desprovidas de conhecimento e valor, por não se sobressaírem em práticas cujas habilidades exigem o domínio de gêneros muito específicos ou porque não alcançaram determinados resultados em sua escrita, embora sejam letradas. Contudo, a habilidade com textos depende, entre outros, de fatores internos e externos à própria pessoa. Tal representação da leitura e da escrita serve a interesses ideológicos, para o estabelecimento assimétrico do poder.

O Modelo de Letramento Autônomo fomenta o controle hegemônico de países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento ou ainda entre ricos e pobres em formas de dominação ideológica, sob alegação de que a industrialização e o uso tecnológico sobressaem nos países ricos, porque em tais locais

as pessoas são mais capazes. Na educação, criam-se espaços dicotômicos entre os/as alunos/as bem sucedidos/as e os/as mal sucedidos/as, entre os/as professores/as de sucesso e os/as professores/as comuns, numa simbologia na qual a habilidade para fins determinados é determinante para o acesso ao prestígio e ao poder. Nesse sentido, a ideologia do letramento como habilidade permeia a prática docente, fazendo com que os/as professores/as tragam essa visão em suas formas de ver e sentir o fazer pedagógico, numa aproximação ou desmembramento poderoso do letramento autônomo. Como podemos ver no trecho a seguir:

**O que é que você acha, na sua visão, num balanço geral, você acha que o processo de inclusão, no modelo que ele está acontecendo aqui na sua realidade você acha que ele é positivo, ou que deixa a desejar em alguns pontos, como seria seu balanço desse processo de inclusão?**

**Larissa** Na verdade, eu acho assim, que, eu acho que está tendo muita falha nesse processo de inclusão. Primeiro porque, porque eu acho que as pessoas ainda não entenderam o que que é isso, inclusão. Sabe, eu acho que a grande parte dos professores não entende, acho que a grande maioria das pessoas ainda ao entendeu o que que é inclusão. Os professores também. Eu acho que as escolas fisicamente não estão preparadas, tanto que assim, principalmente as de ensino médio, porque os meninos terminam o Ensino Fundamental, e eles ficam órfãos. E eu, sinceramente, eu hoje eu não sou muito a favor desse modelo. Eu acho que deve haver uma inclusão, sim, mas neste modelo que a gente tá trabalhando, eu acho que não está funcionando. Porque os meninos, na verdade, eles ficam na sala de aula, mas há uma separação deles lá dentro. Porque, tá as crianças dentro da sala de aula, sempre fica aquele grupo com o professor de apoio, aquele grupo fazendo atividades, geralmente são atividades bem mais fáceis pra eles, mesmo, porque, respeitando as limitações deles, mas eles lá dentro da sala de aula eles são segregados. Não, na verdade, não é segregado, eles estão assim, eles não ficam, não há uma inclusão dentro da sala de aula. Se você entrar aqui dentro você vai perceber que a professora de apoio está sempre separada dos meninos. Porque eu não sei se a intenção é essa, sabe, de separar os



meninos lá dentro, eu não sei se a inclusão ela, o projeto percebe isso. Entendeu, porque os meninos estão excluídos lá. Que a interação dentro da sala de aula não aconteceu. A interação assim, na própria questão do conteúdo. Entendeu? Só que tem o lado positivo também, que eu acho que é uma interação do convívio social com eles. [...] Você já percebeu isso?

### **É verdade.**

Eu acho complicado também, por causa da [inaudível], concentra na sala de aula, está aquele grupo com a professora de apoio, e o resto todo da sala..., entendeu? Eu noto que ali dentro está havendo exclusão. O único ponto positivo que eu vejo é esse, é a interação social. Só isso.

**Você questionou a estrutura, a dinâmica interna nas salas de aula, e o modo das pessoas interagirem, né, em relação ao conteúdo, a percepção das pessoas e a estrutura da escola. O que é que você acha que melhoraria? Que mudanças, que se ocorressem tornariam a coisa melhor?**

**Larissa:** Olha, na verdade, eu acho que se nas escolas inclusivas se houvesse uma melhor preparação dos professores, até os professores de áreas, como história, geografia, se a sala fosse bem menor, de no máximo uns 15 ou 20 alunos, e o professor, mesmo o de área fosse preparado pra lidar com os alunos especiais de uma forma assim, de uma forma total [...] Então, a primeira coisa que deveria fazer é isso, a sala diminuir. O tamanho da sala, a quantidade de alunos. Na verdade. Diminuir a quantidade de alunos e os professores que forem trabalhar com a educação inclusiva eles estarem realmente preparados. E terem tempo de trabalhar com esse tipo de, com esse tipo de situação. Pra lidar com essa situação.

A professora no trecho acima questiona a própria inclusão, sua validade e seus objetivos. Ela elenca vários fenômenos que juntos contribuem para a dificuldade no processo inclusivo, como a interação em sala de aula entre professor/a-aluno/a e entre aluno/a-aluno/a. A professora de apoio, ao entrar na sala, reúne, sob sua orientação, o grupo de alunos/as com deficiência. Ela é a responsável pela escolarização. O ponto abordado em sala será

adequado à necessidade específica do/a aluno/a. Em razão disso, a professora de apoio, em sala de aula, atua em uma classe paralela junto da classe regular. Ante esse quadro, a professora Larissa questiona a inclusão uma vez que não é o/a professor/a quem de fato se ocupa das crianças com deficiência.

A professora ainda argumenta sobre a falta de recursos e organização do sistema de ensino para a inclusão, bem como o número de alunos/as numa sala inclusiva. Podemos deduzir que sob a alegação de adequação curricular, a escola elabora diferentes objetivos pedagógicos em relação ao público atendido, com base num pressuposto de que eles/elas não sejam capazes de aprender, logo não possuem poder, não são os principais beneficiados do sistema escolar, porque não ocupam o centro da ação pedagógica. Neste ponto, letramento como erudição e poder pode ser percebido, na medida em que segrega como desprovidos de poder aqueles a que se atribui ineficiência ou incapacidade na realização de tarefas acadêmicas. Essa divisão ou separação começa no sistema ou nos/as elaboradores/as da política, irradia-se pela estrutura que prevê professores/as que não ensinam e apoios que acumulam tarefas de ensino e cuidado, e exala na prática, permitindo a segregação em sala de aula, a superlotação, a subaprendizagem e a diferença, que colocam as crianças com deficiência em desvantagem, porque delas seriam oferecidos menos conteúdos, avaliações desproporcionais aos conteúdos abordados e menos chances de crescimento pela invisibilidade ou irrelevância atribuídas aos seus resultados.

### **c) Letramento inclusivo como ocupação do espaço regular**

Em Goiás, as Apaes ofereciam escolarização e atendimento especializado. Contudo, mesmo nas Apaes, havia carência de profissionais. Nesses casos, os/as professores/as se esforçavam por suprir a carência, buscando cursos de aperfeiçoamento e atividades que diminuíssem o impacto da deficiência, para criar uma ponte entre o trabalho docente e o atendimento especializado que as

próprias professoras ofereciam. Nesses casos, o contexto facilitava essa ponte, porque a associação entre atividades da vida diária e as atividades acadêmicas era uma prática valorizada e incentivada dentro da prática escolar. Esses saberes ativados proporcionavam maior segurança, sendo que, nos casos de sua falta, a própria agência fica comprometida como podemos ver no trecho:

**E você buscou ajuda em alguma pesquisa, algumas pessoas? O que que você fez?**

**Neuza:** Não. Eu não busquei pesquisas, não. Mas não, também não foi difícil, como eu falei ali. Ele superou. Eu achava que era uma coisa e foi outra. Fácil de lidar com ele.

**Ah.**

**Neuza:** Porque ele lê, ele, né. A gente fala, ele entende.

O aluno não tinha o cognitivo prejudicado. Ele foi alfabetizado e acompanhava bem as aulas, de forma que, em 2009, ele já cursava o nono ano. O aluno acumulava duas deficiências: a Síndrome de Down e a deficiência visual (baixa visão). Neuza esperava que a inclusão fosse realizada apenas com alunos/as dependentes, mas, ao se dar conta de que o aluno acompanhava a matéria, embora com alguma dificuldade, não buscou conhecimentos, não aperfeiçoou seu trabalho e nem isso lhe foi pedido. Percebeu que o fazer pedagógico de apoio apenas ocupava o espaço escolar. A prática inclusiva não contempla o conhecimento sobre inclusão. A prática não prevê restrição nem bonificação para quem domine tal campo do conhecimento. Neuza se ajustou à prática escolar, no sentido de que suas habilidades ou mesmo o letramento em Educação Especial não eram parte integrante da prática inclusiva.

#### **4.2 Representações e letramentos no Distrito Federal – as escolas III e IV**

No Distrito Federal, a configuração do ensino especial diverge sensivelmente da proposta goiana. Enquanto em Goiás a

escolarização é atribuição do AEE, no Distrito Federal a escolarização é responsabilidade do/a professor/a da sala comum. Além disso, na escola IV verificamos outra mudança que foi a introdução do letramento burocrático inclusivo, por meio de gêneros discursivos voltados para o controle, preenchido pelos/as professores/as. Fichas e relatórios que são preenchidos mensalmente, que tangenciam a prática burocrática administrativa mas percorrem a prática escolar inclusiva. Assim, no Distrito Federal, os/as professores/as possuem pela localização e maior poder aquisitivo em relação aos/as professores/as de Goiás, uma visão diferenciada da educação inclusiva, o que passaremos a analisar.

#### **a) Letramento como autonomia para a prática**

O letramento como autonomia para a prática não é algo demonstrado conscientemente pelos/as professores, contudo, eles/elas mencionam o desejo de realizar, o desejo de desenvolver suas atividades, relacionando sua falta de autonomia à falta de conhecimentos mais aprofundados. Em Brasília, há seminários promovidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE. Esses cursos são curtos e trazem noções gerais sobre a proposta de inclusão, facilitando a sensibilização por parte das equipes para o acolhimento à pessoa com deficiência. É em relação a essa formação deficitária que eles/elas relatam:

**Então não houve assim um período experimental, houve um curso, depois do curso já a prática?**

**Laura:** No ano seguinte. Esse curso ele foi feito assim acho que nos quatro meses, eles abordaram de forma bem abrangente. Imagina quatro meses, uma vez por semana, foram poucos encontros, sabe? Eu não me lembro se foram quatro encontros, seis encontros, foram poucos encontros, em que eles abordaram de uma forma bem geral, sabe bem geral mesmo. O que uma criança com Síndrome de Down, eu me lembro muito bem que eles fizeram uma dinâmica em que uma professora estava com os olhos vendados, a outra estava sentada assim, como se fosse uma deficiente física, eles simularam

várias pra gente ver como iria trabalhar, mas assim, por mais que você visse ali não era, estavam só atuando, digamos assim. E no ano seguinte já foi colocado um monte de alunos nas nossas salas, nas escolas deficientes.

Laura não faz crítica exatamente ao curso que recebeu. Ela menciona, entre outros, que o curso foi abrangente, geral, que explicitava os tipos de deficiência, bem como o fato de simularem diferentes situações. Contudo, Laura argumenta duas circunstâncias: a pouca duração que não permitia o aprofundamento e a sensação de insegurança deflagrada ante a expectativa da prática, iniciada logo após o curso de formação. Para Laura, para atuar como professora de sala comum com alunos/as incluídos/as seria necessária uma adaptação à prática, ou seja, que o letramento inclusivo fosse tomado como algo mais amplo, indo além do acesso ao curso. Para que ela se sentisse capaz de atuar na educação inclusiva, precisaria tanto do aprofundamento do curso como do acompanhamento em seu fazer pedagógico. Ao participar do curso, obteve noções gerais, mas não autonomia para a prática.

#### **b) Letramento inclusivo como fragmentação do ensino**

A inclusão em salas comuns veio acompanhada de um discurso de justiça social e de fortalecimento da pessoa com deficiência. Contudo, o fortalecimento se dá na prática, por meio do acesso a direitos, ao respeito às necessidades e, principalmente, pela aquisição de posições de poder em que a agência seja possível. A justiça social e o fortalecimento da pessoa com deficiência na escola dificilmente ocorrerá sem que haja uma reformulação de forma a unir instrumentos e pessoas capazes em prol de uma realidade mais favorável.

Em nossa pesquisa nenhum dos/as participantes (professores/as) consideraram-se fortalecidos/as por estarem envolvidos/as na inclusão. Ao contrário, o sentimento constante é

de impotência, de desamparo. A professora Ana Maria de língua portuguesa nos traz a seguinte informação:

**Mas os outros professores também fazem essa prova em conjunto com o professor de recurso ou não?**

**Ana Maria:** Não. Eu acho que não. Mas eles falam que tem que fazer adequação. Nesse bimestre eu não fiz a prova ainda, por quê? Porque a escola falou que tava com pouco papel, tal. E como minha prova é bem extensa, são em média, seis folhas, porque é muita interpretação de texto, então não fiz. Mas no quarto bimestre eu já quero aplicar. Mas com relação aos meus alunos com necessidades especiais, sempre a atividade que eu levo, eu levo atividade menor. No caso da Eduarda que é Down e do Antônio, eu sempre peço pra recortar, colar no caderno, entendeu, e eu sempre corrijo. Da Eduarda, o caderno dela é bem organizadinho. Então toda vez que eu corrijo, e quando eu não entendo alguma coisa, eu peço pra ela ler. Porque ela às vezes, ela troca palavra né, aliás, troca a letra. Então o P ela coloca o B, ela fica trocando, então eu peço pra ela ler. E sempre eu coloco parabéns, deixo beijinho, porque a idade mental é realmente de criancinha. Então já incentivo, tanto é que eu me dou bem com a Eduarda. Com alguns professores ela já tem alguma resistência, acho porque não entende bem a matéria, né, mas como a minha é mais livre, interpretação de texto, e peço até pra ela ler na sala, então já é uma aproximação melhor.

Ana Maria entende a importância do afeto e do incentivo para que seus/suas alunos/as com deficiência interajam. Sua visão de letramento inclusivo é semelhante a de outros/as professores/as, no sentido de ser um fragmento daquilo que é oferecido como escolarização. Algo menor, colagem, desenho, elogios. No caso de Eduarda uma aluna com Síndrome de Down, ainda é possível a leitura porque ela foi alfabetizada. Podemos, assim, perceber que a falta de comunicação sobre a quantidade, identidade dos/as alunos/as especiais e a participação docente em salas com alunos/as incluídos/as pouco impactará para o ensino oferecido aos/as alunos/as regulares. Contudo, o impacto sobre professores/as e

alunos/as especiais é sentido, inclusive, na maior ou menor aprendizagem da pessoa incluída.

### **c) Letramento inclusivo como prática burocrática inclusiva**

Em Brasília havia um controle sobre os recursos financeiros. Cada criança incluída correspondia a um valor a mais que a escola recebia. Além desse recurso, havia maior controle na modulação dos atendimentos do AEE, de forma que o AEE deveria manter organizados em fichas os atendimentos. Observe na fala de Ana Maria:

**Quando você chegou e você tomou posse dos seus diários, e viu os seus alunos especiais, alguém veio te dar alguma orientação?**

**Ana Maria.** Não. Ninguém. Eu que olhei lá e vi. Ai depois que eu fui a sala de recursos, como sempre né, aí conversei com o Leonardo, aí ele me deu um calhamaço de papéis pra fazer a adequação.

**Ele te ensinou a fazer a adequação.**

**Ana Maria:** Ele me explicou, mas é tanto termo técnico ali, que na hora eu entendi, mas depois... a informação...perdeu-se. Entendeu? Então, tanto é que eu não fiz, eu faço em sala de aula, mas eu não preenchi ainda todos os papéis. Principalmente dos TD's, eu não preenchi. Porque como são mais de vinte, ao todo, então tenho que fazer mais de vinte, é muita coisa.

Pedagogicamente, a professora não precisa modificar sua estratégia. Ela o faz por interesse, visto que os/as professores/as de sala comum não são especialistas. Mas, uma característica da nova prática inclusiva em Brasília é o preenchimento das vias de acompanhamento da inclusão. São papeis individuais em que se registram todos os procedimentos em cada disciplina. O professor Leonardo foi convidado para o AEE por uma iniciativa do GDF, que pretendia permutar pedagogos/as, oriundos/as das escolas e centros especiais, numa perspectiva mais centrada na Educação Especial, por professores/as de humanas e exatas, mais centrados na formação regular. Tal proposta tem aumentado o número de homens no AEE. Mas Leonardo não conseguia orientar

adequadamente. Ele ofereceu a informação, lhe passou os papéis da adequação curricular e Ana se viu na incumbência de processar os registros. O termo previa a descrição de dados do laudo, como definição da deficiência e grau. Os/as professores/as não sabiam o que escrever. Além disso, era de preenchimento mensal, ou seja, cada aluno teria uma nova ficha a cada mês contendo as intervenções. Como um prontuário médico em cruzamento com relatórios de recursos humanos, as fichas da inclusão pouco ou nada tinham de funcionais, reverberando que na prática apenas a burocracia havia sofrido alterações.

### **Considerações Finais**

A perspectiva dos letramentos compreende uma ecologia de gêneros discursivos envolvidos na prática social. Levando em consideração a variedade de deficiências, graus e tipos de limitação, as peculiaridades e preferências de cada estudante, a tarefa de oferecer o ensino especial seria ampliada ante sua nova configuração.

Acreditávamos que os/as professores/as das classes comuns onde houvessem alunos/as incluídos/as tivessem sido contemplados pela política, de forma a alcançar habilidades e letramentos que permitissem acessar o conhecimento que ainda não possuíam sobre Educação Especial e educação inclusiva.

A realidade observada demonstrou a ausência de novos gêneros discursivos em indícios de que a prática social da educação regular estaria estabilizada, ou seja, que não houve do ponto de vista pedagógico mudanças significativas que exigissem de seus participantes uma nova organização em torno de novos gêneros discursivos.

Assim, práticas dominantes costumam estabilizar seus gêneros discursivos, ou colonizar outras práticas em processos de recontextualização discursiva. Na educação inclusiva, encontramos textos de leis, resoluções e formulários como sendo detentores de



um discurso poderoso, colonizando a prática inclusiva, em detrimento de gêneros pedagógicos.

Nesse habitat ou ecologia as pessoas que produzem os gêneros poderosos se envolvem também nesse poder, podendo irradiar as suas ações por meio desses textos. Já as pessoas que ocupam posições de menor prestígio são aquelas que produzem textos menos vigorosos, ou que recepcionam os textos produzidos por outrem.

Professores/as de ambos os contextos consomem textos e não os produzem. Atuam em posição de desprestígio em razão de uma política centrada em ideologias muito interligadas. Encontramos, assim, **seis discursos sobre letramento e letramento inclusivo** que podem lançar luz sobre a atual prática inclusiva: Letramento como ferramenta para o conhecimento, Letramento como habilidade e poder, Letramento inclusivo como ocupação do espaço regular, Letramento como autonomia para a prática, Letramento inclusivo como fragmentação do ensino, Letramento inclusivo como prática burocrática inclusiva.

Dos letramentos mencionados, apenas o letramento como autonomia para a prática corresponde ao modelo de Letramento Ideológico, em que há uma crítica ao domínio hegemônico em torno da competência linguística. Essa constatação, leva-nos a perceber os conflitos em educação inclusiva como parte dos conflitos gerados pelo desejo de competência escolarizada, grandemente alicerçado pela ideologia hegemônica em torno da escrita e de seus usos sociais. Por fim, percebemos uma escola fragilizada, cujos personagens se encontram desfigurados e receosos ante o espetáculo de uma proposta de universalização da escolarização, sem os respectivos programas sociais e efetivos investimentos.

## Referências

- BARTON, D. & M. HAMILTON. **Local literacies: reading and writing in one community**. London; New York: Routledge, 1998.
- BATISTA, M. W. & ENUMO, S. R. F. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros**. Estudos de Psicologia. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.
- BAUER, M. W. e GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Edinburgh: University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- HEATH, S. B. **Ways with words**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAGALHÃES, I. Adult literacy research, ideology and empowerment. In: S. GIEVE & I. MAGALHÃES. **Proceedings of the 4th annual C.R.I.L.E. seminar**: Lancaster University, 1998.
- \_\_\_\_\_. Discurso, ética e identidade de gênero. In MAGALHÃES, Izabel, GRIGOLETO, Marisa e CORACINI M. J.. (Orgas.). **Práticas identitárias**. Língua e Discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.
- OLSON, D. R. **literacy, language and learning: the nature and consequences of reading and writing**. In
- STIERER, B. & MAYBIN, J. **Literacy, Language and Learning in educational practice, Multilingual Matters**, 1994.
- PEREIRA, O. S. **Educação integrada: somos todos responsáveis**. Revista Integração, 3(6), 1990.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.
- RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o**

protagonismo juvenil. Tese de doutorado inédita. Universidade de Brasília, 2008.

SATO, D. T. B, **A Inclusão da pessoa com Síndrome de Down:** discursos, identidades e práticas de letramento. Dissertação de Mestrado inédita. Universidade de Brasília, 2008.

SASSAKI, R.K. **Quantas pessoas têm deficiência?** Instituto Interamericano del Niño, 1998.

\_\_\_\_\_. **Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva no Estado de Goiás, Brasil:** Relato para o Banco Mundial. Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 2004.

STREET, B. **Literacy in theory and practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

# **“MARIA”: SUBMISSÕES HISTÓRICAS DA MULHER DA COLÔNIA NO CONTO “DINA” DE LUIS BERNARDO HONWANA**

Edivaldo Gomes Barbosa

## **Introdução**

O discurso demarca ideologias, posições-sujeito inclusões e principalmente exclusões. No campo das relações de gênero, evocar, analisar e problematizar o discurso é fundamental para evidenciar relações hierárquicas a médio e longo prazo.

O presente estudo analisa o discurso em sua representação literária investigando as relações de gênero em um contexto colonial em que novas relações e disposições do poder emergem e no qual a mulher é duplamente confrontada com as regras da comunidade e da metrópole. Nesse sentido, é importante não apenas analisar o discurso e o que ele significa, mas suas implicações ao longo da história, enquanto fomentador ou problematizador de ideologias dominantes.

A preferência na análise de uma narrativa do período colonial no continente africano ocorre devido o processo de colonização ter perdurado um tempo maior que no Brasil (com recente libertação nas décadas de 1970 e 1980) um contexto marcado pela supressão e apagamento do outro. É importante evidenciar como a mulher está inscrita nesse contexto, quais discursos operam, de que forma e ainda mais como contribuem para a produção de outros discursos, que reiterados, fundamentam ideologias dominantes e colaboram para acentuar as diferenças entre os gêneros.

## 1. Durações históricas e igualdade de gênero

Os trabalhos em Análise do Discurso utilizam a História para explicitar as crenças e valores circulantes no grupo social que condicionam o discurso - a colonização enquanto evento histórico permitiu, por exemplo, o surgimento de discursos fascistas e de supressão do outro. No entanto, ao considerar o inverso, ou seja, que os discursos convivem não só com o corpus mas também com fenômenos históricos é admitir uma extensão temporal maior daquele.

Ao situar o discurso em uma periodização histórica, pode-se unir um ou mais eventos que compartilham de um mesmo discurso. Para tal tarefa, no presente trabalho, é relevante demonstrar que há: discursos relativos à mulher colonial que são de curta duração e que combatem outros discursos, insurgindo-se contra eles; e que há discursos sobre a mulher colonial que são de longa duração e que persistem seja na militância, no pensamento de homens, mulheres, políticas públicas, ou até mesmo na literatura.

Admitir que os discursos convivem com o corpus e os fenômenos históricos também é admitir uma História serial, ou seja, uma História estrutural e que permite “dar um sentido novo à noção de acontecimento” (FOULCAULT, 1972: 290). É fazer aparecer além de acontecimentos visíveis e de conhecimento geral, acontecimentos imperceptíveis. Seria possível assim abranger discursividades e compreender seus dispositivos e práticas em razão de uma mesma semântica discursiva.

A noção de acontecimento, tão cara à Análise do Discurso, é revestida de uma noção plural que permite romper com a recorrência à História para evidenciar os sentidos dos eventos e com a noção de discurso-enunciação como eventos únicos. Permite especificar também quais elementos do discurso fogem aos sujeitos e aqueles de que detêm o conhecimento, segundo as camadas sociais que pertençam.

Foucault explica essa noção de História por meio de dois traços. O primeiro refere-se aos discursos de longa duração:

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias quase imóveis ao olhar – histórias com suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro... (Foucault, 1969:3)

O segundo refere-se os discursos de curta duração que operam em rupturas, superpondo-se como diversas narrativas ocorrendo concomitantemente:

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade (com problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência e transformação. (Foucault, 1971: 56-7)

Por exemplo, em relação ao colonialismo, um discurso de longa duração é o da desumanização do colonizado. Sua despersonalização se opera, em níveis linguísticos, pela supressão da marca do plural e a consequente dissolução no anônimo.

Se a doméstica colonizada não vem certa manhã, o colonizador não dirá que ela está doente, ou que ela engana, ou que está tentada a não respeitar um contrato abusivo. (Sete dias em sete: as domésticas colonizadas raramente se beneficiam do descanso hebdomadário concedidos a outras). Afirmará que “não se pode contar com eles”. (Memmi, 1977: 82)

Ou seja, a afirmação performa um apagamento dos acontecimentos particulares, do porquê da doméstica não ter comparecido. Esse interesse na vida do subordinado não interessa ao colonizador de modo que a doméstica não existe enquanto indivíduo.

Os discursos de curta duração podem ser considerados como “estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial” (LEITE, 2003: 11). Esses, têm a carga semântica pós-colonial, cuja ideologia é a não subserviência à metrópole. Por exemplo, os discursos da Negritude “a emoção é tão negra, como a razão branca” que incluem a redescoberta da história e das culturas do continente americano e denunciam a desumanização progressiva. Ao analisar a mulher pós-colonial como subalterna por meio das durações históricas do discurso, pretende-se fazer uma análise de tal subordinação e seus impactos na construção e na igualdade de gêneros.

## **2. Colonialismo, Feminismo e Análise do Discurso: possíveis relações.**

De forma direta, se nas sociedades coloniais o homem sofreu um brutal processo de colonização, os estudos pós coloniais e o feminismo foram importantes ao demonstrar que a mulher foi colonizada duas vezes, ou seja, “Uma mulher da colônia é uma metáfora da mulher como colônia” (DU PLESSIS, 1985,p.46). A mulher colonial era destinada ao trabalho e posição social de um escravo e também à função da prostituição e de objeto sexual do colonizador e posteriormente do senhor de engenho.

Papeis esses decorrentes da opressão, silêncio e repressão constitutivas das ideologias das sociedades pós-coloniais, uma vez que o sujeito e o objeto estavam organizados em uma hierarquia. Nesse sentido, a mulher negra na sociedade pós-colonial padecia de uma dupla escravidão e cujos papeis eram limitados a servidão senhorial e sexual, vítimas constantes de violências físicas e psicológicas. O silenciamento da mulher colonial representa o fato de que o sujeito subalterno não possui um espaço a partir do qual ele possa se expressar.

Nesse sentido, o objetivo do estudo dos discursos pós-coloniais e do feminismo está em integrar a mulher marginalizada à

sociedade. No entanto, isso só é possível a partir da frequente problematização em função da substituição das estruturas de dominação. Por exemplo, o feminismo ajudou a debater questões não respondidas pelo pós-colonialismo como a igualdade de gêneros e lugar da mulher em situações de opressão, evidenciando violências em diversos níveis. Assim, pode-se descobrir quais discursos ocupam uma longa duração e construir discursos que se oponham, discursos de curta duração e engendrar meios de reforçá-los.

Sendo a literatura um campo de manifestação não apenas artística mas também ideológica, configura-se como campo fértil que permite a atuação desses campos do saber ao evidenciar e esclarecer relações de poder e submissão, de representação e apagamento, de insurgência e aceitação compreendendo o impacto dessas relações para a escrita de outras obras.

### **3. Momento Histórico e Obra**

Uma vez que Honwana faz parte dos autores de expressão da literatura Moçambicana, é necessário contextualizar o autor na cronologia dos períodos relacionados à literatura em Moçambique. Aqui, recorre-se brevemente à história como suporte para entender os fatos norteadores que figuravam no contexto do autor e como influenciaram sua obra.

Na literatura moçambicana até o fim da II Guerra Mundial eram escassos os textos e escritores, não configurando um *corpus* nem instituições literárias com editoras, prêmios, críticas e leitores. Até essa data, os períodos da literatura Moçambicana referem-se aos períodos de preparação de uma estética e produções literárias.

Constitui-se em um primeiro período compreendido do início da colonização portuguesa até 1924 com a publicação de *O livro da dor* de João Albasini. Esse momento é marcado por uma atividade literária inconsistente e descontinua até os anos 20 do século XX,



com dispersas publicações em períodos breves como as de Campos Oliveira datadas nos anos 60,70 e 80.

Em um segundo momento, há o prelúdio que compreende desde a publicação do livro da dor até o fim da II Guerra Mundial e os poemas dispersos dos anos 30 de Rui de Noronha publicados em *Sonetos* (1946). Nesse ínterim, negros, mulatos, brancos e goeses se reuniam em comunidades acadêmicas distintas, cabendo a Cassiano Caldas a organização de um grupo de jovens mestiços os quais seriam incumbidos de desenvolver uma consciência sobre o problema colonial e propor meios de desalienação, papel símile ao do Liceu Salazar.

Esses grupos iniciaram uma terceira fase de 1945/48 a 1963 caracterizada pela formação da literatura moçambicana. Tocados pelo Neo-realismo e pela Négritude, os escritores desse período desenvolveram uma consciência de grupo. A década de 50 é a mais importante devido ao surgimento e consolidação de movimentos grupais e o destaque de autores que produziram sua obra influenciados pelos negrismos americanos.

Por fim, a quarta fase, a de desenvolvimento culmina com o início da luta armada de libertação nacional e a independência do país, ou seja, o período de 1964 até 1975. Nesse período, coexiste uma intensa atividade literária e cultural com textos de motivação política, anticolonialistas e que se referiam à luta armada.

É nesse período também, mais precisamente em 1964, que Luís Bernardo Honwana publica *Nós matamos o cão-tinroso* livro que reunia contos emancipando a narrativa em relação ao apreço poético existente até então. Na obra, Honwana retrata o racismo no período colonial português. O autor se relaciona com o contexto cultural e social de Moçambique para retratar a ocorrência da segregação racial, exploração e as diferenças de classe social dentro da colônia por meio dos personagens que ocupam posições sociais diferentes e que evidenciam a dinâmica de assujeitamento e dominação.

Escritos durante o tempo que o autor foi preso político, os textos possuem um tom marcadamente político e estão em consonância com o início da luta armada de libertação nacional que prepara a decadência do sistema colonial - O Cão Tinhoso - e uma renovação política e social por meio da independência das colônias e da supressão das discriminações.

### **3.1 “Pro trabalho, cachorros!”: o corpus**

O Dina está presente em *Nós matamos o cão-tinhoso* coletânea de contos que, desde seu lançamento, conta com seis edições em língua portuguesa e traduções em outras línguas como em inglês (1969) e em russo. O conto narra o episódio de violência contra a mulher, no caso Maria filha de Madala um escravo na lavoura (machamba).

Durante o Dina (horário do almoço), a filha encontra o pai em uma visita cordial. No entanto, o capataz confunde a mesma com uma mulher de engates “favores sexuais” e é violentada em plena plantação. Madala se entristece ao perceber a situação e o capataz surpreso ao descobrir a real identidade da moça ordena que os trabalhadores voltem ao trabalho na plantação. O tópico a seguir é constituído das análises dos discursos presentes no corpus, ilustradas pelas passagens da narrativa em citações.

## **4. Análise do conto**

No início da narrativa, há a contextualização, ainda que por inferência, do tempo e espaço em que ocorre a narrativa: uma lavoura ao meio dia. Há também a apresentação de Madala, o pai de Maria

Dobrado sobre o ventre e com as mãos pendentes para o chão, Madala ouviu a última das doze badaladas do meio-dia. Erguendo a cabeça, divisou por entre os pés de milho a brancura esverdeada das calças do capataz a dez passos de distância. Não ousou endireitar-se

mais porque sabia que apenas devia largar o trabalho quando ouvisse a ordem traduzida num berro. Apoiou os cotovelos aos joelhos e esperou pacientemente.

Madala é escravo e ocupa uma posição subserviente ao capataz, não apenas no que diz respeito à tarefa desempenhada por ele como na linguagem corporal e dependente de uma ordem dada por um superior.

Essa é a realidade do homem colonizado, submisso em sua individualidade e também em sua coletividade “Alongando a vista, [Madala] viu a mancha escura no corpo do Filimone, igualmente dobrado sob a superfície das folhas, aguardando a ordem de largar o trabalho.” Nesse contexto, os colonizados são submetidos a duras rotinas de trabalho em condições extenuantes e degradáveis, assumindo todos os riscos possíveis do trabalho forçado “Por entre as raízes saltou um escorpião [...] Madala pensou que se fosse mordido por aquele escorpião, teria dores horríveis durante três dias e talvez morresse no quarto.”

Prosseguindo a leitura,, há uma recorrência que chama a atenção; ao associar acidentes ocorridos durante as longas jornadas de trabalho, Madala recorda um incidente com outro escravo, o Pitarrossi, que morreu, na mesma plantação devido a mordida de uma cobra. No entanto, o que se sobressai do acontecimento é o fato ocorrido com a viúva

Nenhum dos outros conhecera o Pitarrossi, mas todos deviam conhecer a mulher dele, que depois disso começara a dormir com os homens que lhe pagavam bebidas nas cantinas. Primeiro dizia que só se deitava com quem lhe desse vinte escudos, mas agora só lhe interessava beber.

Ou seja, relaciona a dependência da mulher ao marido economicamente e emocionalmente, de modo que o falecimento “do chefe de casa” é o motivador dos acontecimentos seguintes. . Isso é comprovado ainda no mesmo trecho:

Quando havia magaiças<sup>28</sup>, embebedava-se de tal maneira que não era preciso dar-lhe nada, e, então qualquer um, mesmo que trabalhasse nas machambas, levava-a para o capim alto atrás das cantinas. Mas todos sabem que quando é assim, ela adormece logo e só acorda quando o homem se levanta.

Ou seja, não basta apenas a existência subserviente, ao homem e à colônia, os discursos demonstram que é operada uma subserviência tripla: em primeira instância à metrópole, em segunda ao marido e na falta deste a “qualquer um”. A mulher nesse caso sofre uma despersonalização completa; sua identidade é desconhecida (ela é a “mulher do Pitarrossi”), seu corpo é violentado (“qualquer um levava-a para o capim alto atrás das cantinas”, “ela adormece logo e só acorda quando o homem se levanta”) e é de propriedade do homem (“lhe pagavam bebidas”).

Em seguida, interrompendo as divagações do personagem, soa a ordem do capataz “-Vamos ao chicao!” que dá o imperativo do que fazer em seguida. É hora do almoço e os escravos de todas as funções se dirigem ao acampamento-refeitório, nesse ínterim Maria se aproxima do acampamento em uma visita, e é levada por Djimo até seu pai.

Madala percebe o interesse afetivo na cordialidade de Djimo com Maria, no entanto faz suas próprias ressalvas sobre a filha “O Djimo parecia gostar muito da Maria, mas o velho sabia que, como ela dormia com muitos homens, ninguém queria casar com ela.” Percebe-se no discurso uma formação discursiva que remete a ideologia machista que concebe uma mulher reservada e casta para o casamento e em oposição uma mulher libertina para os prazeres sexuais.

É uma ideologia que matiza a diferença de prazeres entre homens e mulheres. Em outras palavras, a hierarquia do homem sobre a mulher fundamenta uma ideologia que prega a natureza sexual livre do homem e conseqüentemente a anulação da

---

<sup>28</sup> Magaiças : trabalhadores moçambicanos de regresso das minas da África do Sul

liberdade sexual da mulher. Tal concepção é reiterada hodiernamente por meio da violência simbólica e discursos de longo prazo abusivos às mulheres cuja liberdade sexual é expressiva.

Maria é alvo de desejo entre os homens do acampamento “Todos os homens do acampamento olhavam para a Maria, percorrendo-lhe as formas apetecíveis por sobre a capulana.<sup>29</sup>”. Nesse sentido, convém recorrer a Bataille (1987) sobre o feminino como objeto de desejo; em uma condição em que a mulher é tomada como objeto de desejo do homem, ela representa um símbolo que é atravessado pelo erotismo seja pela utilização de adereços ou trejeitos comportamentais. Nessa condição de erotização feminina, pressupõe a mulher em uma condição passiva, diante de um desejo ativo e imperativo masculino.

A personagem em posição passiva e esquiva é vítima de um assédio direto pelo capataz imperativo que a princípio indaga sobre o motivo da sua presença no acampamento. O capataz depreende que a presença de Maria no acampamento deve-se a tentativa de “engate” (servir sexualmente) com algum trabalhador, o que não é o caso.

- Olá, Maria! O que é que vieste cá fazer? Estás a engatar o Madala? ...Ao Madala não deve ser porque está muito velho ... Talvez seja ao Djimo... Maria tu estás a engatar o Djimo?”

- Eu não está engatar Djimo...- respondeu Maria, tentando falar em português.

Divertido, o capataz interrompeu o movimento de levar o cigarro à boca: - Mas tu não gostarias de dormir com ele? Hein? De olhos postos no chão, Maria não respondeu. O capataz se afastou sorrindo.

A presença do capataz exerce um poder coercitivo e inquisitivo: por ser homem e por ser o colonizador opera uma subserviência nítida na linguagem corporal da personagem “De

---

<sup>29</sup> Capulana: peça do vestuário feminino, uma espécie de saia.

olhos postos no chão” em relação ao relaxamento daquele “Divertido”, “com um cigarro na mão”.

No diálogo que segue, Maria conversa com o pai e pede que aproveite o horário de almoço este que observa apenas a sombra da filha ao lado de fora do acampamento, sem saber que nesse meio tempo o capataz voltara a conversar com a mesma.

Do ponto em que estava sentado, Madala podia ver a Maria, meio oculta, à sombra de um celeiro. Embora estivesse o tempo todo a olhar para lá não viu o capataz chegar. Maria respondia às perguntas do branco sem tirar os olhos do chão. Madala sentiu pena de não poder ouvir o que diziam e, por isso, perguntou ao seu íntimo o que é que um homem diz a uma mulher quando quer ir dormir com ela.

O diálogo entre os distantes, o que se segue é o capataz entrando na plantação e “dez passos atrás, Maria seguia-o”. De longe, Madala assiste passivamente a cena, indignado pois sabe o que está prestes acontecer e impassível porque sabe quem praticará a ação é o dominante a quem serve. O ato de violência sexual, uma vez que Maria foi coagida a seguir o capataz, ocorre

Na confusão verde do fundo da machamba, Maria não viu o capataz imediatamente. Esbracejou com aflição tentando libertar as pernas. Um braço rodeou-lhe os ombros duramente. O bafo quente e ácido do homem aproximou-se da sua face. A capulana da Maria desprendeceu-se durante a breve luta e a sensação fria de água tornou-se-lhe mais vívida. Um arrepio fê-la contrair-se. Sentiu nas coxas nuas a carícia morna e áspera dos dedos calosos do homem.

A mulher é capturada sexualmente pelo capataz colonialista.

- Maria, o que é que vieste fazer aqui? A voz do capataz estava rouca. [...]

- Por que fez isso? – [Maria] murmurou - Por quê? – Maria sacudiu o homem com rudeza.

- Hum? - A mão do capataz fechou-se preguiçosamente sobre o seio de Maria. - Tu não gostaste? - O homem pulou para o lado. - Hein? Não gostaste? - Compôs a roupa e virou para Maria.

Assim, pode-se falar em diferentes colonizações: da mesma forma que tomou violentamente as terras transformando em colônia, os povos transformando-os em escravos, o colonialista em sentido direto coloniza a mulher que antes já subserviente pela hierarquia patriarcal, agora serve aos colonizadores.

Ao fim do ato sexual, os dois saem da plantação:

O capataz surgiu pela esquina de um dos celeiros velhos e procurou Maria. Quando a descobriu, lançou-lhe para o regaço uma moeda de prata: - Ai tens o que te devo...

Maria desembaraçou o braço da capulana, mas logo retraiu a mão. Cruzou os braços sobre o peito e apertou as mãos às costas.

- Então Maria?

Maria projetou o corpo contra a parede do celeiro e desviou a cara. Madala observava-a com o seu olhar triste.

-Mas o que é que tens rapariga? Não queres o dinheiro? Tens medo de o receber? - calou-se, aguardando a resposta de Maria. Mas continuou: - Tens medo que os rapazes descubram que és uma puta?

A violência sexual segue a humilhação moral diante dos demais com o pagamento pelo ato. Mais uma vez a linguagem corporal identificada nas marcas verbais “retraiu”, “projetou o corpo contra a parede”, “desviou a cara” denotam o sentimento de fragilidade, tristeza e submissão da personagem, não obstante características de vítimas de abuso sexual. E a baixa posição social na hierarquia é concretizada na violência simbólica das palavras de baixo calão.

O capataz ao descobrir por fim que Maria é filha de Madala fica surpreso e sem outra alternativa manda os escravos voltarem ao trabalho, encerrando a hora do almoço. Madala que assistiu a tudo impassível e revoltado - aqui também há a condição de subserviência, não da mulher, mas do colonizado que exposto a

humilhação não responde as agressões sofridas – recebe e bebe o vinho ofertado pelo capataz quando da descoberta por fim volta ao trabalho.

No conto, os discursos insurgentes aparecem em menor número em relação à recorrência dos discursos que evidenciam o lugar do subalterno, do colonizado. Pode-se ressaltar o discurso de um dos escravos em uma conversa entre Madala e os outros escravos ao chegarem no acampamento.

- Madala, como é que vão as coisas no teu grupo? Madala não respondeu prontamente.
- Faz muito sol na plantação....-desculpou-se a voz ante o mutismo de Madala.
- Sim, faz muito sol na plantação
- E o branco não sai de cima de vocês [...] o branco é mau ele demora muito antes de mandar largar... Eu vi isso quando trabalhava na plantação...Também não deixa as pessoas endireitarem-se por um bocado para descansarem as costas.”

O caráter insurgente está em reconhecer o colonizador, “o branco” como aquele que pratica ações coercitivas e violentas contra os colonos e que tomou posse de uma cultura solidificada.

Outro discurso, que em consonância com a cena de enunciação funciona como uma problematização ao sistema de hierarquias “- Por que fez isso? – [Maria] murmurou - Por quê? – Maria sacudiu o homem com rudeza”. A pergunta de Maria refere-se ao ocorrido no momento da enunciação (a sucessão de atos de violência: sexual e moral) e considerada , em sentido amplo, evoca um questionamento sobre a violência colonizadora, sobre a ideia da mulher da colônia e da mulher como colônia.

## 5. Discussão

Faz parte do ideário da colonização subjugar e suprimir a identidade, a consciência de grupo, a força de trabalho dos



colonizados de forma geral. Os efeitos da colonização são agressivos sobretudo para as mulheres.

No conto, é perceptível a presença dos discursos que estabelecem o lugar da mulher colonial como alvo de submissões: subordinadas à sociedade colonial (nas figuras do próprio marido e do colonizador), ao poder colonial e por vezes devido a cor da pele. Esses são representativos de discursos mais gerais que conferem uma objetificação à mulher e reiteram a metáfora da “mulher da colônia como colônia” e que se configuram como discursos de longa duração haja vista sua perpetuação além da sociedade pós-colonial e em diversas esferas de representação.

Na literatura contemporânea, esses discursos ainda são encontrados como, por exemplo, na obra *Amadiana* a exemplo de Gabriela, cravo e canela em que a cor é explicitamente associada aos afazeres domésticos e a sensualidade, bem como em “O cortiço” de Aluisio de Azevedo com Rita Baiana.

Os discursos que reconhecem os danos da colonização e das práticas colonialistas e que interrogam sobre o sistema de coerção, a objetificação dada as mulheres aparecem quase inexpressivamente no conto analisado. Esses discursos que pretendem desconstruir a norma branca e da metrópole fascista possuem uma menor duração e por vezes encontram entraves em sua expressão.

Os discursos de curta duração convergem com os processos de releitura como um conjunto de práticas descolonizadoras que pretendem conferir à literatura uma polifonia e um hibridismo em recusa da caracterização da história do colonizado pelo viés monocêntrico e persuasivo da metrópole. O objetivo de todo esse contradiscurso é a conscientização das instituições acadêmicas, a relistagem da hierarquia de textos e leituras alternativas na reconstrução de textos canônicos. Os discursos de curta duração convergem também com os ideais anticoloniais a exemplo da Negritude que constituiu-se como um processo da busca de

identidade do tratamento da raça e da cor negras e da defesa do humanismo dos povos negros.

Portanto, é importante rever o cânone literário e sobretudo as “literaturas de origem” investigando subalternidades históricas, analisar meios de controle contidos em atos de linguagem e formações que subjagam sujeitos e suprimem suas identidades por meio do discurso, transformando as mulheres em um conjunto de “Marias” que compartilham de histórias de exclusões em “longa duração”.

## Referências

BONNICCI, T. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000

\_\_\_\_\_. Zolin, Lucia Osana. (Org.) **Teoria Literaria: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Tradução de Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987

DU PLESSIS, R.B. **Writting beyond the ending: narrative strategies of the 20th century Women Writers**. Bloomington: Indiana, 1985

FOULCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1969

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1971

\_\_\_\_\_. Retornar à história. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972, PP.282-95

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HONWANA, L.B. **Nós matamos o Cão-tinioso**. São Paulo: Ática, 1980, PP.40-53

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Edições Colibri.2003

MEMMI, A. **The Colonizer and the Colonized**. Boston: Beacon Press, 1967

POSSENTI, S. Durações históricas e sua relação com o público e privado. In. LARA, Gláucia Proença ; LIMBERTI, Rita Pacheco. (Org.) **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo, Contexto: 2015.

# O DISCURSO LITERÁRIO NA OBRA *JÚLIO CÉSAR*, DE SHAKESPEARE: DISPUTA DE SENTIDOS NUM JOGO DE IMAGENS

Érica Patricia Barros de Assunção  
João Benvindo de Moura

## Introdução

A literatura, como arte, é caracterizada por uma linguagem peculiar pautada em textos que gozam da liberdade de criação tanto pelo viés linguístico como estético, sendo considerada, nesse sentido, discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2006), pois rege suas próprias regras em um campo determinado agregando enunciações autolegitimadoras que são transpassadas pelos aspectos dos contextos sociohistóricos.

A relação entre literatura e discurso, ainda que alvo de objeções, não ressalta nada além do que corrobora o seu propósito, ou seja, antes de rotulada como uma possível ponte para os distanciamentos entre os estudos linguísticos e literários, a mesma surge da necessidade de melhores contribuições para um estudo amplo do texto literário a partir de teorias discursivas (MELLO, 2005).

A Análise do Discurso Literário passa, assim, a configurar um viés pelo qual o texto literário é explorado, um ponto de vista ou uma visão que se funda nos aspectos discursivos. O discurso escrito ganhou destaque nos estudos da Análise do Discurso Literário com as contribuições do teórico francês, Dominique Maingueneau, que, entre outros conceitos, amplia a noção de *ethos*,

esclarecendo aspectos subjacentes à cena de enunciação na qual tal noção se desenvolve para fundamentar a ideia de *ethos* discursivo.

Nesse sentido, o texto literário de *Júlio César*, de Shakespeare, nos oferece a composição de um discurso literário repleto de recursos retóricos, dentre eles, o *ethos*, que é o foco de nossa análise. Assim, esse trabalho tem como base um estudo da estruturação do discurso literário da obra, atentando para a construção de imagens como recurso discursivo, os *ethé* dos oradores, que compõem o jogo imagético dentro do quadro retórico concebido pelo consagrado escritor inglês.

## 1. O Discurso Literário

A análise do discurso literário é considerada uma linha originada da análise do discurso que, no âmbito da linguagem, possui instrumentos competentes para possibilitar uma melhor assimilação da produção literária. Os avanços teóricos na área da AD contribuíram para o desenvolvimento dos estudos das relações entre discurso e literatura.

Segundo Mello (2005), à primeira vista, alguns podem duvidar dos benefícios em relacionar as teorias da AD à literatura, mas a mesma oferece pontos de vista que viabilizam explorar e entender de forma esclarecedora a obra literária a partir de ferramentas discursivas. A linguagem literária é livre, pois não está sujeita às estruturas linguísticas da língua, sendo criação artística, exerce poder, representação e significado que são observados pela Análise do Discurso Literário no intuito de amplificar a visão sobre a literatura.

A análise do discurso literário considera o fato de que a instituição literária não pode ser desvinculada da enunciação que por sua vez alega seu espaço próprio. O discurso literário ao mesmo tempo em que busca um espaço para sua legitimação, não pode ser também desassociado do contexto social, do quadro da época que é retratado. A literatura estabelece seu significado na forma do seu conteúdo como forma de constituição.

O discurso literário, como discurso constituinte, possui sua própria fonte legitimadora. Para isso, entendemos a constituição como processo pelo qual o discurso estabelece sua legitimidade e estabelece sua organização estrutural como texto. O texto literário é responsável pelas condições que levarão a sua legitimidade através da gama universal de sentidos emanados por ele:

No sentido que lhe atribuímos o discurso literário não é isolado, ainda que tenha sua especificidade: ele participa de um plano determinado da produção verbal, o dos *discursos* constituintes, categoria que permite melhor apreender as relações entre literatura e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência. A expressão “discurso constituinte” designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma. (...) Os discursos constituintes são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade, sendo em verdade os garantes de múltiplos gêneros do discurso. (MAINGUENEAU, 2006, p. 60 e 61)

O discurso literário está incluído em determinado campo da produção verbal e dá significado aos atos da coletividade através de uma inseparável imbricação entre texto e enunciação. A análise do discurso literário, por sua vez, visa “explorar as múltiplas dimensões da discursividade, buscando precisamente explicar a um só tempo a unidade e a irreduzível diversidade das manifestações do discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p. 38). Dentro dos estudos desenvolvidos na Análise do Discurso Literário, há a possibilidade de análise do *ethos* discursivo que é a construção da imagem de si através do discurso.

## **2. O *ethos* como estratégia persuasiva**

A noção de *ethos* surge nos estudos da retórica com os postulados de Aristóteles. De acordo com o autor, a retórica é a arte da persuasão, sendo que há três meios pelos quais ela se estabelece através do discurso: *ethos*, que representa os fatores oriundos da

moral do orador; *pathos*, que representa aqueles oriundos da forma emocional como se dispõe os ouvintes ao discurso do orador; e *logos*, que representa os que se originam no próprio discurso. Essas três manifestações são consideradas os pilares da argumentação, sendo que a construção do *ethos* é baseada na *phronesis* - a prudência, na *arete* - a virtude e na *eunoia* - a benevolência. (ARISTÓTELES, 2005)

O *ethos* aristotélico é o meio pelo qual o orador estabelece a confiança e credibilidade através de seu discurso, ou seja, o *ethos* é construído pelas duas partes, o orador e o ouvinte. Para o autor, o caráter do orador é o fator persuasivo mais eficiente. A argumentação oral tanto veicula sentido quanto possibilita a construção da imagem de si mesmo pelo orador. Desta forma, o *ethos* aristotélico está vinculado à enunciação, pois o leitor concebe a imagem do autor pelo que é enunciado e este se torna um sujeito de enunciação, a voz do enunciador. Temos desta forma, uma articulação entre o *ethos* relacionado ao ato enunciativo e o construído pelo público.

Todas as escolhas discursivas dizem algo sobre si e representam um posicionamento que guia a construção de uma imagem. Isso baseia a discussão sobre *ethos* que tem sua origem nos estudos do filósofo Aristóteles e vem sendo estendida para os estudos da AD. Para a Análise do Discurso, o *ethos* está relacionado à adesão dos sujeitos receptores do discurso que podem refutá-lo ou aceitá-lo. Segundo Amossy (2005), o que está implícito é suficiente para a construção de uma imagem e, querendo ou não, todo discurso carrega a imagem de quem o profere:

Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. (...) A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais. (AMOSSY, 2005, p. 9)

No entanto, Maingueneau (2005), ao retomar a noção de *ethos* projetada por Aristóteles, propõe distanciamentos que a amplificam dentro da perspectiva da Análise do Discurso. Assim, a noção de *ethos* para Maingueneau extrapola a tradicional noção retórica, pois o autor foca na recorrência desse fenômeno também em textos escritos, não apenas em textos orais, bem como em textos que não possuem estruturas típicas argumentativas. Além disso, essa noção centra-se mais no sujeito enunciador e no sujeito do qual se busca a adesão, como também no posicionamento discursivo.

Essa noção de *ethos* de Maingueneau (2006) é estendida também para seus estudos na linha do Discurso literário. Na construção do *ethos* escrito, a comunicação é estabelecida pela confiança entre os envolvidos. No caso da narrativa, a retórica é responsável pelas ferramentas de persuasão que se apoiam na autoridade do enunciador. Para isso, o autor pode utilizar argumentos exteriores e interiores ao discurso. O uso de tais ferramentas e o delineamento de estratégias argumentativas não garantem, como na construção do *ethos* aristotélico, o inquestionável e irrefutável êxito de aceitação. Cabe ao enunciador, então, estabelecer, através de um fiador, a legitimação da enunciação validando, assim, tal cena enunciativa.

O autor ainda afirma que o *ethos* também se manifesta através de uma relação entre enunciação e corpo enunciante, pois o discurso escrito é dotado de um “tom”, com a mesma validade para o discurso oral, e essa vocalidade requer uma corporalidade, sendo ambas incorporadas à figura do fiador:

Todo texto escrito, mesmo que negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não como corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. (MAINGUENEAU, 2008, p.18)



Segundo Maingueneau (2008), a noção de *ethos* não está relacionada somente à oralidade, mas à escrita e ao “conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas” nas quais se apoiam os destinatários, sendo que “o “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos” e “a corporalidade é associada a uma compleição corporal, mas também uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social” (p.18).

A corporalidade do *ethos* baseia-se na necessidade do co-enunciador acompanhar a experiência do enunciador construindo para o mesmo um corpo material, pois a voz exige a materialidade que encontra respaldo nas rotulações sociais e culturais. O corpo sustenta a ideia de encarnação de um discurso e este passa por um processo inevitável de corporação para conceber-se, para existir. Desta forma o autor descreve o processo de incorporação do *ethos*:

O *ethos* faz passar esquemas que se supõe que agem à margem dos conteúdos, mas que impõem uma figura à fonte do Verdadeiro: o universo do discurso toma corpo ao colocar em cena um discurso que deve encarnar sua verdade por meio da enunciação, que não pode ser acontecimento e persuadir, a não ser que ela permita uma incorporação. (MAINGUENEAU, 2005, P. 91)

De acordo com Amossy (2005), o *ethos*, na perspectiva de Maingueneau, é construído como um articulador, paralelo à cena de enunciação, pois o contexto que cerca tal construção tem suma importância para buscar a adesão. O tom do enunciador sustenta-se no caráter e na corporalidade de um *ethos* e isso permite que não ocorra “separação entre texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz”. (MAINGUENEAU, 2006, p.278). Assim, o *ethos* é dotado de um caráter, como já havia mostrado Aristóteles, mas também de uma corporalidade.

Essa ideia da corporalidade do *ethos* está relacionada à capacidade do mesmo de se movimentar socialmente por meio de

representações que podem carregar características estereotipadas positivas ou negativas que são reforçadas ou transformadas pela enunciação, levando a incorporação, ou seja, a forma como locutor toma essas representações, esses *ethos*, para si:

(...) pode-se, com efeito, usar essa “incorporação” em três registros:

- A enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador, *dá-lhe um corpo*.
- O destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo.
- Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2006, p. 272)

Entretanto, Maingueneau (2005) frisa que o *ethos* não deve ser analisado como fenômeno independente dos fatores contribuintes para sua construção, de tal modo que, o enunciador se inscreve numa determinada conjuntura social e cultural que dá suporte a enunciações legítimas, ou seja, para o autor, o *ethos* está inserido em uma estrutura de enunciação que ele chama de cena de enunciação, da qual o tal fenômeno não pode ser dissociado. A cena de enunciação é composta por outras três cenas: a cena englobante, referente ao tipo de discurso; a cena genérica, relacionada ao gênero do discurso; e a cenografia, que é o canal pelo qual a enunciação se legitima.

Desta forma, o *ethos* é o produto da interação entre várias instâncias, entre elas: *ethos* pré-discursivo, imagem prévia; *ethos* discursivo constituído *ethos* mostrado: realizado através do discurso e *ethos* dito: realizado através de trechos do texto que exprimem a própria enunciação; e *ethos* efetivo, resultado da interação dos fatores anteriores. (MAINGUENEAU, 2008)

### 3. Procedimentos metodológicos

Este trabalho é baseado em uma pesquisa bibliográfica, possuindo caráter qualitativo e interpretativo. Ao passo em que aprofundamos o contato com a obra *Júlio César*, de William Shakespeare, também nos debruçamos em uma pesquisa bibliográfica apoiada nas contribuições teóricas de Amossy (2005), Aristóteles (2005); Maingueneau (2005, 2006, 2008); e Mello (2005).

Concentramo-nos nas ideias de Dominique Maingueneau por conta de sua larga e aprofundada contribuição aos estudos na área de Análise do Discurso Literário, bem como a ampliação da noção do *ethos* que nos ajudaram a endossar a nossa análise da construção dos *ethé* dos oradores, que compõem o jogo imagético inserido no discurso literário da obra em questão.

Realizamos a análise dos dados buscando identificar os elementos discursivos que caracterizam a formação das imagens dos oradores Bruto e Marco Antônio ao construírem e manipularem as imagens de Júlio César, no discurso literário de Shakespeare, bem como as implicações dessas imagens no quadro retórico estruturado na obra, caracterizando tais *ethé* e pautando-nos nos objetivos traçados.

### 4. Análise da construção dos *ethé* dos oradores e o jogo imagético em *Júlio César*

A obra *Júlio César* é uma peça trágica escrita por Shakespeare em 1599. A peça retrata um fato da História romana no qual há um complô entre Bruto e seus comparsas para assassinar Júlio César. Logo após o assassinato, tragicamente covarde, Bruto, através de um discurso, justifica o ato assegurando que César tinha planos para massacrar o povo romano como um tirano impiedoso, porém, em seguida Marco Antônio discursa em homenagem a César e encaminha uma grande multidão de cidadãos romanos a uma

revolta contra os algozes do imperador assassinado. Bruto e seus cúmplices são perseguidos até a morte.

No início da obra, o autor nos apresenta o pano de fundo sobre o qual irá tecer seus enunciados discursivos literários, a cenografia da obra. O leitor é convidado a se transportar para o contexto histórico da Roma antiga (44 a.C.), delimitando-se ao recorte que compreende os últimos dias do imperador romano Júlio César. O autor apoia seu discurso na cenografia baseada nesse contexto que é apresentado no início da peça, caracterizando o conflito que marca o assassinato de César: a idolatria por populares a César e as suspeitas de tirania por parte do imperador.

Amparando-se em tal cenografia, o autor inicia a estruturação do discurso literário da obra que é, essencialmente, marcado pela construção de imagens e pela organização de um jogo imagético. Esse jogo imagético é embrionado e arquitetado desde o início da peça e tem o seu ápice nos discursos dos oradores no funeral de César.

Do início da peça até o assassinato do imperador, o autor nos oferece, através do seu discurso literário, alguns arquétipos que nos viabilizam uma projeção da imagem de César. Verificamos alguns aspectos da construção da imagem de César em passagens que representam um ser “humilde” ao recusar três vezes a coroa arremessada pelos cidadãos romanos, indicação do desejo do povo em ver César como rei. O mesmo é ainda retratado como “figura fraca” que inspira suspeita de como tenha chegado ao poder e, ainda, “determinado” ao desafiar as previsões sobre o seu assassinato.

No início da peça, diante da veneração do povo romano por César, apreendemos o *ethos* prévio de César de bom e justo governante. Porém, há a insatisfação de um grupo de cidadãos nobres que encontram na figura do governante supostas ambições dignas de um tirano. Assim, tais arquétipos primários baseiam a construção das imagens de César que se contrapõem em “justo e bom”, pelo povo e os mais próximos, e “tirano e mal”, pelos nobres

que ambicionavam o cargo de César. Esse conflito culminará no assassinato de César que ganha contornos diferentes na oratória dos oradores Bruto e Marco Antônio no funeral do imperador romano, delineando uma disputa pelo poder.

No funeral, Bruto posiciona-se para proferir um discurso ao povo romano e Marco Antônio negocia a permissão para proferir um discurso que enalteça os feitos de César. Bruto entende que o discurso de Marco Antônio o favorecerá, afinal todos amavam César, embora tenham tomado atitudes extremas contra o mesmo em prol do bem do povo de Roma. A única condição imposta a Marco Antônio é que, durante o seu discurso, ele não tente macular a imagem dos conspiradores, que agora estão no poder.

O conspirador Bruto tem como certo que o povo entenderá o motivo que levou o grupo de conspiradores a assassinar César e inicia o discurso adquirindo crédito dos ouvintes, corroborando com a característica da confiança e credibilidade do *ethos* aristotélico. Assim, o orador apela para que os cidadãos ouvintes acreditem em suas palavras, construindo o *ethos* de homem honrado: “Crede em minha honra e respeitai minha honra, para que possais acreditar nela” (SHAKESPEARE, 2000, p. 77). Esse *ethos* é praticamente dito, pois o fiador, aqui, baseia-se na figura de um nobre que enuncia em sua defesa ressaltando uma de suas qualidades ligada a sua posição social.

Incorporada a credibilidade de suas palavras, Bruto justifica o assassinato de César com base no fato de o seu amor por Roma ser maior que o que tinha por César, pois o imperador, segundo ele, pretendia escravizar o povo romano, apelando, assim, para o patriotismo romano e construindo um *ethos* de patriota e de justo para com Roma. Isso representa um fator positivo adicionado à figura de bom governante almejada pelo orador, que estrutura perguntas retóricas indutivas que levam os cidadãos romanos a concluir que o mesmo agiu corretamente, afinal é melhor haver um povo livre em Roma e César estar morto que um povo escravizado

e César estar vivo, ressaltando o aspecto negativo da imagem de César como governante:

Bruto: E se esse amigo, então, perguntar por que motivo Bruto se levantou contra César, eis minha resposta: não foi por amar menos a César, mas por amar mais a Roma. Que teríeis preferido: que César continuasse com vida e vós todos morrêsseis como escravos, ou que ele morresse, para que todos vivêsseis como homens livres?(...) Haverá aqui, neste momento, alguém tão vil que deseje ser escravo?(...) Haverá alguém tão desprezível, que não ame sua pátria? (SHAKESPEARE, 2000, p. 77)

Desta forma, Bruto começa a obter a adesão dos ouvintes que estão, aos poucos, incorporando os *ethé* construídos por Bruto, pois passam a tomar para si as justificativas do orador. Entretanto, no encerramento do seu discurso, o orador opta pela ponderação encerrando o caso e garantindo a validade dos feitos de César, os seus merecimentos e a não atenuação de seus supostos crimes. Assim, Bruto mostra reconhecimento pela figura importante que representa César para a expansão de Roma.

O *ethos* de justo construído por Bruto é incorporado pelos ouvintes e a imagem de tirano de César, também construída por Bruto, é consumida pelo povo que começa a agradecer Bruto por ter livrado Roma de César. Há, dessa forma, o início a desconstrução de imagens o jogo de imagens no discurso da obra. Bruto que era tido como conspirador e assassino, torna-se justo e patriota. César que antes possuía *ethos* prévio de justo e bom, passa a representar um mal do qual Roma se livrou.

Com a aproximação de Marco Antônio que conduz o corpo de César, Bruto despede-se do público e oferece um cargo de governo a Marco Antônio, recompensa pelo trato acordado nos bastidores. Com isso, Bruto constrói o *ethos* de altruísta, pois o fiador reforça o seu suposto amor por César ao ressaltar seus feitos e beneficiar o seu melhor amigo, como uma forma de compensação. Esse *ethos* é incorporado e faz com que o povo romano se identifique com as

boas qualidades de seu novo governante que sai ovacionado da tribuna:

Bruto: Aí vem o seu corpo, chorado por Marco Antônio, que, muito embora não houvesse tomado parte em sua morte, será beneficiado por ela, pois passará a ocupar um cargo na República. (SHAKESPEARE, 2000, p. 78)

Em seguida, a construção da imagem de um César tirano feita por Bruto e, inclusive, a construção do *ethos* discursivo de justo e patriota, que salvou seu país das garras de um tirano, surte efeitos entre os cidadãos ouvintes. Através de seu discurso, o orador consegue, então, assegurar a adesão dos ouvintes, bem como o consumo das imagens de César construídas por ele e a incorporação de seus *ethé*. César, antes adorado pelo povo agora é representado com a imagem de tirano para com o povo de Roma e tal imagem é reforçada e contraposta ao *ethos* de Bruto de homem honrado e justo. Assim, se concretizam as desconstruções das imagens de ambos dentro do jogo de imagens no discurso da obra:

QUARTO CIDADÃO - Será bom que ele (Marco Antônio) aqui não diga nada contra o nome de Bruto. PRIMEIRO CIDADÃO - Que tirano foi esse César! TERCEIRO CIDADÃO - Justo. Para Roma, foi grande bênção ficar livre dele. (SHAKESPEARE, 2000, p. 80)

Assim como Bruto encerrou o seu discurso, Marco Antônio inicia o seu de forma ponderada, e retomando a justificativa do orador anterior, reafirma continuamente o *ethos* de homem honrado de Bruto para evitar a mancha na imagem dos conspiradores. O orador sutilmente inicia a desconstrução da imagem de ambicioso acerca de César construída por Bruto, incitando a dúvida sobre tal construção e contrapondo, novamente, as imagens de César: Justo, fiel e humilde x ambicioso e tirano.

Através de fatos e ações de César, o orador firma seu discurso em ideias e imagens paradoxais no intuito de reverter, aos poucos, o jogo imagético. Assim, Marco Antônio também começa a adquirir

a confiança e credibilidade do público ao lembrá-lo de que ele era amigo de César, portanto, possui propriedade de falar a respeito do mesmo, ao mesmo tempo em que reforça o *ethos* prévio de Júlio César de justo:

Antônio: O nobre Bruto vos contou que César era ambicioso. (...) César foi meu amigo, fiel e justo; mas Bruto disse que ele era ambicioso, e Bruto é muito honrado. César trouxe numerosos cativos para Roma, cujos resgates o tesouro encheram. Nisso se mostrou César ambicioso? Para os gritos dos pobres tinha lágrimas. (...) Vós o vistes nas Luperciais: três vezes recusou-se a aceitar a coroa que eu lhe dava. Ambição será isso? No entanto, Bruto disse que ele era ambicioso, sendo certo que Bruto é muito honrado. Contestar não pretendo o nobre Bruto; só vim dizer-vos o que sei, realmente. (SHAKESPEARE, 2000, p. 80 e 81)

O orador começa a obter a adesão da plateia que passa a repensar suas conclusões acerca da construção das imagens de Antônio, que agora é considerado um homem muito honrado, e de César e seus conspiradores. Antônio frisa que não pretende causar rebelião e ofensas contra os conspiradores, reforçando que são homens nobres e honrados, mantendo sua palavra, mas com intenções retóricas opostas. Os ouvintes, então, têm de pesar os dois discursos dos dois nobres honrados que falam de César e manipulam imagens diferentes deste, numa disputa pelo poder. Trata-se de um jogo de imagens em que quem conseguir a adesão segura e completa da plateia, obtém êxito.

Antes da leitura do testamento de César, o trunfo final que torna Antônio o vencedor desse jogo imagético do discurso literário shakespeariano, o orador utiliza sabiamente o cadáver de César como uma ferramenta de persuasão, a imagem de César morto e prova lastimável da injustiça sofrida pelo mesmo, alcançando o objetivo de atingir o *pathos* através da imagem de injustiçado e vítima de César. Assim, direcionando a atenção do público para o corpo de César, o orador induz os ouvintes a concluírem que o ato justificado é, na verdade, uma covardia,



principalmente, da parte de Bruto cuja imagem é relacionada agora às palavras “traidor” e “ingrato”, revertendo a situação desse jogo imagético e provocando sentimento de vingança:

Antônio: Vede o furo deixado pela adaga de Cássio; contemplai o estrago feito pelo invejoso Casca; através deste apunhalou-o o muito amado Bruto, e ao retirar seu aço amaldiçoado, observai com cuidado como o sangue de César o seguiu, como querendo vir para a porta, a fim de convencer-se se era Bruto (...) como o sabeis, era o anjo do finado. (...) De todos, foi o golpe mais ingrato, pois quando a Bruto viu o nobre César, a ingratidão mais forte do que o braço dos traidores, de todo o pôs por terra. (...) Mas chorais tanto, bondosas almas, só de o manto verdes do nosso César, cheio, assim, de furos? Então olhai para isto, o próprio corpo de César, deformado por traidores. (...) SEGUNDO CIDADÃO - Oh nobre César! TERCEIRO CIDADÃO - Oh dia de luto! QUARTO CIDADÃO - Oh celerados! Oh traidores! SEGUNDO CIDADÃO - Queremos vingança! (...) Vingança! Matemos os traidores! (SHAKESPEARE, 2000, p. 84 e 85)

Antes de ler o testamento de Júlio César, Antônio volta-se para a construção de seu *ethos* de humilde afirmando não ter a mesma eloquência de Bruto, ser um homem franco e simples, não ter o dom da oratória para convencer os ouvintes, pois apenas fala o que já está explicitado. O fiador, nesse caso, sustenta seu discurso no reforço das supostas qualidades de Bruto para que, assim, possam ser transferidas para a sua própria imagem, indicando, também, uma transferência de poder e a assimilação da reversão de ideias no intuito de afastar o poder político do comando dos conspiradores. A incorporação *ethos* se concretiza e os ouvintes se revoltam contra os traidores de César:

ANTÔNIO - Não vim aqui roubar-vos, meus amigos, o coração. Careço da eloquência de Bruto. Sou um homem franco e simples, como bem o sabeis. (...) Pois é fato: não tenho espírito, valor, palavras, gesto, eloquência e a força da oratória para inflamar o sangue dos ouvintes. Contento-me em falar tal como falo,

simplesmente, dizendo-vos apenas o que todos sabeis (...). Se eu fosse Bruto, sendo ele Antônio, agora aqui teríeis um Antônio capaz de levantar-vos o espírito e em cada uma das feridas de César uma voz pôr, que faria revoltarem-se as pedras da alta Roma. CIDADÃOS - Revolta, sim! Revolta! (SHAKESPEARE, 2000, p. 86 e 87)

A leitura do testamento de César finda o jogo imagético e garante que os objetivos de Antônio sejam concretizados, ao assegurar a adesão completa dos ouvintes. Após a leitura de trechos do testamento, fica claro que César não pretendia abusar de seus poderes, ser um governante tirano nem escravizar o povo romano, pois se trata de uma prova concreta escrita pelo próprio César no qual constam as intenções benéficas deste:

ANTÔNIO - Temo ofender quantos honrados homens apunhalaram César. QUARTO CIDADÃO - Homens honrados, nada! São traidores. CIDADÃOS - São vilões e assassinos todos eles. (...) Lede o testamento! (...) ANTÔNIO - César deixa para cada romano em separado setenta e cinco dracmas. SEGUNDO CIDADÃO - Nobilíssimo César! Vamos vingar a morte dele! ANTÔNIO- Além disso, deixou-vos seus passeios, caramanchões privados e os recentes jardins por ele feitos neste lado do Tibre. Sim, deixou-vos, para sempre, para vossos herdeiros, como pontos de diversão comum, porque pudésseis passear e distrair-vos. Foi um César, realmente! Outro igual, quando teremos? (SHAKESPEARE, p. 85 e 88)

Desta forma, reverte o jogo de imagens ao retomar e firmar o *ethos* prévio de bom e justo do imperador Júlio César, fechando a construção da sua representação como bom, justo, vítima, nobre e único, enquanto os conspiradores que na figura de Bruto com os *ethé* de justo e de patriota agora são definidos como traidores, vilões e assassinos. O orador Marco Antônio converte através do seu discurso as imagens desconstruídas por Bruto, obtendo êxito com a reversão e atingindo seus objetivos retóricos ao persuadir o povo romano manipulado as imagens de Bruto e César, bem como com a construção de seu *ethos*. Antônio desperta a revolta nos

ouvintes que perseguem os conspiradores e os matam, um a um. O poder, assim, saí das mãos do traidor Bruto e é dividido em um triunvirato sob a administração de Marco Antônio, Otávio César e Emílio Lépido.

### **Considerações finais**

Podemos concluir que as construções dos *ethé* nos discursos proferidos após o assassinato de César, dos oradores, Bruto e Marco Antônio, bem como as imagens de César, representam estruturas argumentativas complexas retóricas com as quais o escritor, através do seu discurso literário, nos apresenta um conjunto de representações construídas e desconstruídas de acordo com o objetivo de cada orador que são inseridas em um jogo imagético esquematizado pela disputa de poder. Sendo que a imagem de Júlio César passa a ser a peça central do jogo imagético no qual o mesmo passa a ser representado em dois pontos de vista opostos: justo x tirano.

Ao construírem tais imagens de César, cada orador também constrói a sua própria imagem visando à disputa pelo poder político em Roma. Os *ethé* se contrapõem e são equilibrados dentro desse jogo imagético de tal forma que o orador Marco Antônio acaba por atingir êxito e vitória, persuadindo o povo contra os conspiradores, por calcar a formulação de imagens através de recursos discursivos e argumentativos diversificados e por dispor de provas mais eficazes, já que a construção da imagem de César é a chave para a construção da própria imagem do orador e o alcance dos objetivos persuasivos.

### **Referências**

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. In: AMOSSY, Ruth (org.).

**Imagens de si no discurso:** a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa nacional – casa da moeda, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. Tradução: Luciana Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

\_\_\_\_\_. **Discurso Literário**. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia, incorporação. Tradução: Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MELLO, Renato de. Análise do Discurso & Literatura: uma interface real. In: MELLO, Renato de (org.). **Análise do Discurso & Literatura**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. Edição Ridengo Castigat Mores. Fonte Digital, 2000. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cesar.pdf> - Acessado em: 10 jan. 2016 às 22h.



# PROPOSTAS DE ESCRITA DE REDAÇÃO DO ENEM: SUJEITO-ENUNCIADOR OU SUJEITO-AUTOR DAS IDEIAS EXPRESSAS NO TEXTO?

Francisco Renato Lima  
Safira Ravenne da Cunha Rêgo

## 1. Introdução

A escrita constitui-se como a materialização ou codificação da língua, em seu aspecto gráfico. Escrever é transpor para o papel, um projeto de dizer oriundo de nossas experiências de mundo, e que se traduz, por meio de um texto, de uma organização lógica de ideias que explicitam concepções diversas de como esse mundo é construído em nossa mente e de como agimos sobre ele. Essa é uma concepção que advém de uma proposta de escrita de forma livre e prazerosa, porém, muitas vezes não é essa a condução que o processo toma na vida do sujeito, em que este, na condição de aluno, na escola, vivencia situações em que a produção escrita é parte de um caminho vertical, bitolado por regras de prescrição e normatividade, que lhe tiram a autonomia e poder de ser autor do próprio texto. Consideremos a reflexão a seguir:

É constante a presença e o uso da língua escrita dentro do âmbito escolar; por isso costuma-se qualificar a escola como representante da “cultura letrada” (*literate culture*), com todas as conotações que habitualmente se associam ao termo. Antes de aceitar esta caracterização é necessário porém reconstruir, a partir do cotidiano escolar, o que acontece com a língua escrita neste contexto particular.

A tarefa não é simples já que é possível abordar o uso da língua escrita de perspectivas muito diferentes. A língua escrita está relacionada com muitos dos vários processos que se desenvolvem na escola, como a transmissão, a socialização, a reprodução, a destruição ou a resistência cultural, etc. Dentro de cada processo acontece algo diferente com a língua escrita e portanto é necessário analisá-la de modo diferente. Apenas uma visão integrada, impossível de ser elaborada atualmente, poderia dar conta dos significados da língua escrita no contexto escolar (ROCKWELL, 1985, p. 86)

O autor traz uma reflexão sobre os usos da escrita na esfera escolar, referindo-se como ‘uma tarefa que não é simples’, uma vez que envolve processos que estão para além da cultura interna da escola, que como instituição social, é reflexo de todo um contexto de organização política, cultural e sócio-ideológica no qual está inserida, desempenhando um papel duplo, uma vez que é ao mesmo tempo formadora de opiniões e também é influenciada pelas forças externas do contexto em que faz parte, e que interferem na organização de seu currículo. Vale ressaltar, que na citação acima, a autora utiliza o termo ‘atualmente’, e vejamos que a realidade de onde enuncia remete ao ano de 1985, de quando o texto foi publicado, mas que ainda é tão atual para o nosso discurso hoje, 30 anos depois.

Partindo desse contexto, direcionamos nosso olhar, para o modo como acontece o processamento dessa escrita no âmbito escolar e propomos uma discussão, baseada nos seguintes questionamentos: No processo de escrita das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o aluno teria liberdade de expressão ou é assujeitado pelas regras da doutrina acadêmica e universitária? Como o aluno se posiciona nesse processo: ele assume uma autoria no texto, legitimando seu dizer, suas ideias; ou apenas segue as regras impostas pelos sistemas de avaliação em larga escala e normais gramaticais prescritivas de produção de texto?

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado sob as diretrizes do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), é uma prova que testa as capacidades dos alunos oriundos de escolas públicas ou privadas em fase de conclusão do Ensino Médio. Em sua redação, são avaliadas algumas competências dos candidatos, relativas à leitura e escrita, as quais vêm expressas num manual, o que nos possibilita, entre outras coisas, questionar se o aluno tem a liberdade de se expressar, argumentando acerca do tema proposto, ou ele é assujeitado a desenvolver determinados tipos de habilidades e seguir requisitos estabelecidos. Será o aluno incentivado a pensar e refletir sobre o ambiente em que vive, a fim de detectar seus problemas e soluções, ou é ele obrigado a tomar determinado tipo de postura? Na verdade, sabe-se que, muito mais do que medir a capacidade linguística e gramatical do aluno, a redação do ENEM, de caráter dissertativo, visa avaliar a total adequação e adaptação desse aluno às exigências do exame. Assim, nesse estudo, buscou-se através de pesquisa de campo com alunos de um curso preparatório para o ENEM, compreender até que ponto a autoria é comprometida nesse teste, e de que forma os alunos encaram esse conjunto de diretrizes e normas.

Teoricamente, partimos principalmente, das leituras de Possenti (2002a; 2002b; 2009) e Orlandi (2004a; 2004b; 2012), reconhecendo seus limites e conciliações teóricas nos estudos que envolvem o texto e o discurso, situando a questão do sujeito como partícipe desse ato, considerando as relações de interação e construção de sentidos mediados pela linguagem, considerando-a em uma perspectiva dialógica, dentro dos estudos das teorias enunciativas.

## **2. O Exame Nacional do Ensino Médio: Situando a problemática**

Durante toda (ou quase toda) a vida escolar do aluno, a forma como a escrita lhe é apresentada parte de um consenso estabelecido



pela cultura escolar, de que para produzir textos é preciso ler bem e ter o domínio de diversos gêneros que circulam dentro da escola. Esse pressuposto até certo ponto, tem validade e fundamento, porém até o momento em que esse aluno é desafiado a demonstrar domínios de leitura mais amplos do que aqueles apresentados pela escola, como por exemplo, no momento de escrita de uma redação do ENEM, que está atrelada a uma série de comprovação de habilidades<sup>30</sup> na escrita, em que se exige do aluno, o domínio de muitos outros tipos de textos e gêneros do discurso presentes nas diversas esferas de comunicação humana, que muitas vezes não são tratados na escola.

Para Meserani (1995, p. 79), ao longo da manutenção da tradição de um ensino da língua materna sob o afã da gramática normativa e prescritiva, “o bom aluno era aquele que escrevia seguindo as regras gramaticais da norma culta padrão e que também sabia imitar os bons autores”, de modo que prevalecia o método mnemônico como proposta didática no ensino da escrita, exigindo do aluno apenas a capacidade de memorização, o que na prática, era apenas copiar, decorar e reproduzir fielmente os textos. O aluno não teria ‘voz’ no próprio texto, não se constituía autor do seu dizer (ORLANDI, 2004a); e desse modo, também não assumia o papel de protagonista na condução de sua aprendizagem escolar como um todo.

Sobre isso, em análise de como as competências e habilidades da escrita da redação do ENEM possibilita à constituição do sujeito no próprio texto, assumindo uma autoria, Leal; Motta (2014, p. 79) apontam que:

Em outras palavras, quando o processo de autoria não é legitimado, temos, portanto o apagamento e a resistência desse sujeito, que não materializa e resiste diante daquilo que é e está institucionalizado

---

<sup>30</sup> O documento completo, com todas as habilidades e competências exigidas para a prova do ENEM, está disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=841&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=841&Itemid). Acesso em: 13 jul. 2015.

pelas políticas da boa escrita, subjetivando e homogeneizando-os. Enfim, não valida outras vozes, outros vieses.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de Língua Portuguesa (PCNEM-LP) definem texto como “a unidade básica da linguagem verbal é o texto, compreendido como a fala e o discurso que se produz, e a função comunicativa, o principal eixo de sua atualização e a razão do ato linguístico” (BRASIL, 2000, p. 18), e, portanto, considera o aluno “[...] como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos, que produz e que o constituem como ser humano”.

O documento “A Redação no ENEM 2013 – Guia do Participante” (BRASIL 2013), traz a Matriz de Avaliação da Redação, a qual foi seguida no ano de 2014 e prevista para este ano de 2015, em que traz as seguintes definições:

**Quadro 01: Matriz de Avaliação da Redação do ENEM**

| Competência / Níveis (notas)   | Nível 0  | Nível I (40 pts)  | Nível II (80 pts)  | Nível III (120 pts)  | Nível IV (160 pts)   | Nível V (200 pts)   |
|--|--|---|--|--|--|---|
| <b>I – Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.</b> | Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa. | Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. | Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. | Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. | Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita. | Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência. |

|   |  |   |  |   |  |   |
|---|--|---|--|---|--|---|
| <p><b>II – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo - argumentativo em prosa.</b></p> | <p>Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa.</p>                                | <p>Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo - argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.</p> | <p>Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.</p> | <p>Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo - argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.</p> | <p>Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo - argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.</p> | <p>Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.</p> |
| <p><b>III – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.</b></p>   | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.</p> | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.</p>   | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.</p>                             | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.</p> | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões relacionadas ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.</p>                     | <p>Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.</p>              |
| <p><b>IV – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção</b></p>  | <p>Não articula as informações.</p>  | <p>Articula as partes do texto de forma precária.</p>   | <p>Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de</p>  | <p>Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado</p>  | <p>Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.</p>  | <p>Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.</p>   |

|   |  |  |   |  |   |   |
|---|--|--|---|--|---|---|
| da argumentação.  |  |  | recursos coesivos.  | do de recursos coesivos.   |   |   |
| V – Elaborar proposta de intervenção o para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. | Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto. | Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto. | Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto. | Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. | Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. | Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. |

FONTE: BRASIL (2013)

O documento (BRASIL, 2013, p. 09) é enfático quanto à atribuição de nota zero a redação. Isto deve ocorrer quando houver:

- fuga total ao tema;
- não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- texto com até 7 (sete) linhas;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação ou parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
- desrespeito aos direitos humanos; e
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

É possível perceber na leitura desse quadro de habilidades, que “legitimar as políticas de ensino do Enem é, com efeito ideológico, corroborar para o processo de autoria e constituição desse sujeito-aluno na sua relação com a língua escrita” (LEAL, MOTTA, 2014, p. 80), porém isso na prática, ainda é um dilema para professores e alunos. Por exemplo, diante da exposição de muitos temas polêmicos, os alunos se veem divididos entre expressar sua opinião, advinda do lugar social de onde enuncia (BOOF, 2012), assumindo uma autoria no seu texto; ou escrever aquilo que atenderia a contento as exigências do Exame (que inclui normas gramaticais e estrutura das tipologias textuais: narração, descrição

e dissertação), e por consequência lhe traria um resultado positivo, que é a aprovação no vestibular, uma vez que a grande maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do País, já aderiram ao resultado da prova do ENEM como forma de ingresso aos seus cursos.

Coracini (1999, p. 129-130) aponta, que na escola, “para se propor uma produção escrita aos alunos é recorrente que se ensine todo o conteúdo de gramática, exercícios, análises morfológicas, sintáticas, etc.”, e tudo isso, “de forma organizada, pois caso contrário, o aluno não aprenderá e nem assimilará o conteúdo, de forma a não conseguir realizar a produção escrita”, como exige a prova dissertativa do ENEM. Esse pensamento alimenta a ideia de que o ensino de gramática, em uma perspectiva normativa e tradicional, é o que possibilitará uma boa escrita (LEAL; SANTOS, 2013).

E isso faz com que, segundo conclui Leal; Motta (2014, p. 83) haja, “no funcionamento do Exame Nacional certo sociologismo que, através do imaginário e pelas condições próprias da história, cria uma projeção imaginária de “aluno-ideal” e um efeito de “escrita-ideal””. E nesse projeto, a legitimação de uma autoria do aluno, acaba ficando em segundo plano, priorizando-se o aspecto gramatical e metodológico na escrita.

Segundo Azevedo (2011) as condições de realização da prova do ENEM estão permeadas por técnicas que normaliza, qualifica, classifica e pune, isto é, uma política institucional que privilegia e avalia os discursos e as formas do bem dizer e que, por sua vez, faz do aluno um sujeito sancionado pelas coerções e verdades institucionalizadas na prova. Isso faz o aluno ficar preso perante àquilo que quer e aquilo que pode dizer, contanto que é posto a escrever sobre um tema que só passa a ser conhecido no momento da prova, o que nos faz supor que a Escola desempenha uma prática de leitura e escrita recorrentes, diversificada, bem como a intertextualidade, as relações, etc. Tudo isso se resume num padrão supostamente aprendido pelos candidatos na esfera escolar e que conduz o inscrito a reproduzir a prática de produção textual sobre

tema previamente não conhecido e em situação de avaliação. (LEAL; MOTTA, 2014, p. 83)

Essas competências, conforme explicitadas acima, exigem que sejam superados muitos paradigmas vigentes nas concepções e nas práticas de ensino da língua materna, e adote-se uma gramática contextualizada, que conforme Antunes (2014) consiste em “uma opção metodológica de tratamento dos fatos gramaticais” (p. 46), considerando que toda gramática é contextualizada, uma vez que se situa dentro de um contexto que interfere na forma como ela é produzida, e por consequência, apresentada ao aluno. Para a autora, a “gramática contextualizada é gramática a serviço dos sentidos e das intenções que se queira manifestar num evento verbal, com vistas a uma interação qualquer” (p. 47), ou seja, uma gramática para usos específicos e que considera a dimensão global do texto e a atuação do sujeito no processo de construção de sentidos sobre esse texto, partindo, portanto, de uma concepção de linguagem como forma de interação, em que a construção do sujeito se dá mediante sua participação ativa nas formas de interação com e sobre a língua, o que pressupõe ter “independência e autonomia sobre aquilo que discursa” (MESERANI, 1995, p. 79).

### **3. Leitura e escrita & texto e discurso: A questão da autoria**

Quando se fala em leitura e escrita, remonta-se, logo, à questão do ensino, o qual não pode ser visto fora de um olhar discursivo, por abranger as diversas circunstâncias formadoras do texto enquanto função social. Nesse sentido, pensar um texto é reconhecer que ele possui uma autoria, um motivo para que exista, tenha sentido, circule socialmente e seja interpretado. Foucault (1969) entende a noção de autoria relacionando-a à de obra, e atribuindo ao autor a característica de estar imerso em um ambiente sócio-histórico, em constante transformação, sentido este contemplado quando se encara, no caso deste trabalho, a ideia de produção textual com base em um modelo pré-determinado, de

cima para baixo, e que não admite desvios, nem erros, uma vez que ele é um padrão.

Sobre o exercício de produção escrita de textos na escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998), apontam que:

Formar escritores competentes supõe, portanto, uma prática continuada de produção de textos na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez características que precisam ser aprendidas (PCN, 1998, p. 49).

A prática de produção de textos estimula a criticidade do autor, a sua capacidade de enxergar o mundo, compreender suas problemáticas e delas extrair as possíveis soluções. No entanto, quando deparado com normas e exigências estabelecidas por uma instituição que o obriga a pensar de determinada forma, escrever seguindo certos direcionamentos e chegar a uma solução que é exatamente aquela “prontinha”, ‘sem tirar nem pôr’, como se o aluno não pudesse pensar por si próprio; como se as reflexões que ele fez ao longo de sua vida não fizessem mais sentido, aqui, por contrariar ou não atender a determinado tipo de regra.

O aluno é barrado em sua liberdade de expressão e pensamento; ele está constantemente se vigiando, para que não cometa nenhum deslize e não seja prejudicado por não reproduzir, fielmente, as ideias que a ele foram ensinadas. A preocupação, nesse sentido, não é refletir, e sim obedecer. Não basta ao aluno saber criar, expor, argumentar e solucionar; ele deve fazer tudo isso sem fugir do padrão que lhe é imposto; ou seja, consciente de que está concorrendo a uma vaga num curso superior, ele necessita se adequar ao que é exigido durante esse processo, independentemente de suas escolhas e opiniões pessoais.

Essa acepção despreza as peculiaridades do autor em nome de um modelo estabelecido *a priori* e vai de encontro com os indícios de “autoria”, evidenciados por Possenti (2009), uma vez que o autor trabalha com as noções de *locutor* e *singularidade*, como marcas das peculiaridades e inserção do autor e suas características na produção do texto. Para que se alcance a efetividade em torno da interpretação, isto é, sua decifração, é necessário o uso de alguns suportes, dentre eles a autoria, que funciona como um registro da subjetividade de quem escreve, isto é, não existe texto sem autor; logo, não há sentido sem essa relação do conhecimento de regras e as opiniões pessoais do autor.

Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem gramatical - isso é mais do que sabido, mas, com maior frequência do que se supõe, ainda se sustenta que o conhecimento da língua – das regras de gramática – é que faz de um texto um texto (pontuação adequada, por exemplo). Ora, se um “texto” não for mais que uma soma de frases, então ainda não temos um texto. (POSSENTI, 2002a, p. 110)

Comprometer a originalidade de um texto pode torná-lo inverossímil, artificial, forçadamente construído. No caso da redação do ENEM, particularmente, existe uma grande problemática a se questionar: Como formar cidadãos críticos, se o candidato não tem sequer a liberdade de pensar? A partir da consideração do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento de avaliação com quantidade crescente de participantes ao longo dos anos, e considerando que a avaliação de textos escritos é uma das preocupações recorrentes por se tratar de um processo de ensino-aprendizagem, não há como menosprezar a importância da produção textual e sua relação com o meio social, e com o próprio autor.

Não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em discursos, ou seja, em domínios de “memória” que façam sentido; por fim, nem vale a pena tratar de autoria sem



enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa pessoalidade, de alguma singularidade. (POSSENTI, 2009, p. 95)

Se for pensada a noção de assujeitamento e de obediência a regras, a noção de autoria é automaticamente descartada; afinal, ela leva em consideração a subjetividade, a individualidade de quem escreve. Para a Análise do Discurso (AD), nessa perspectiva, a “autoria” é a “posição” que o sujeito assume diante de seu texto. Orlandi (2004b) contempla essa posição por meio de formulações históricas. Ou seja, “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável” (ORLANDI, 2004b, p. 70), e se ele “inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (p. 70).

Fruto da produção de sentidos entre locutores, o discurso é fundamentalmente uma construção histórico-social que privilegia o sujeito-autor enquanto interpelado por uma ideologia, em que desvios e falhas são tidos não como erro, mas como elementos integrantes do próprio fazer discursivo. Logo, não se pode imaginar um discurso sem a inserção do sujeito-autor evidenciado em sua particularidade, em sua ideologia.

Essa ideia de desvio, trabalhada na AD, contraria o manual de instrução e exigências do ENEM, à medida que ele não o admite (o desvio). Pêchuex (2012, p. 53) aponta que: “Toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua”, de maneira a construir os “deslizamentos de sentido”, imprescindíveis à produção de sentidos.

Equívocos, falhas e desvios, de fato, constituem o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, convém analisar discursos de alunos em preparatórios para o ENEM, posicionando-se a respeito das imposições estabelecidas, considerando-se a prática de ensino como alicerce para o processo de produção textual.

#### **4. Práticas de ensino e produção de texto: Pensando a questão de propostas de escrita de redação com alunos do 3º ano do Ensino Médio e/ou cursinhos preparatórios para vestibular**

Rígido e inflexível, o sistema de notas do ENEM exige que o candidato consiga compreender um fenômeno (em sua maioria, social), argumente sobre ele e apresente uma proposta de intervenção clara e explícita a esse problema, de forma a demonstrar domínio da Norma Culta da Língua Portuguesa e a usar corretamente os elementos coesivos, na produção desse texto. Trata-se, logo, de um manual que, se bem seguido e respeitado, corresponde a um bom desempenho.

Sobre domínio da norma culta da Língua Portuguesa, entende-se o pleno respeito à norma-padrão. “O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido” (POSSENTI, 2002b, p. 33). Entretanto, na Competência I da Redação do Exame Nacional do Ensino Médio, não se admitem desvios nem se consideram as variações linguísticas ou regionais, podendo representar formas de prejuízo à nota nessa competência; ou seja, o construto de formação do aluno, aqui, é menosprezado.

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento significa conhecer o tema abordado e conseguir apresentá-lo de maneira que represente uma problemática, em sua grande maioria, social. Até aqui, tudo bem, afinal, pode-se, com essa segunda competência, verificar como o autor se posiciona diante dos fenômenos que ocorrem no meio em que ele vive. No entanto, quando o Exame determina que repertório utilizar, a tarefa se torna muito forçada.

Trata-se desse modo, de um modelo único, inflexível, que obriga e condiciona o pensamento do aluno, como se houvesse uma “domesticação do sentido, da história”, conforme Orlandi (2004b). Assim, se o aluno compreende perfeitamente o tema, consegue expor sua problemática e, inclusive, demonstra domínio

da estrutura do texto dissertativo-argumentativo, ele poderá se sair bem; só que se ele não desenvolver esse tema por meio da apresentação de um repertório sócio-cultural, como alusões históricas e referenciais, ele jamais vai conseguir obter a nota máxima. Pode-se, falar, portanto, numa exigência de se adequar ao meio político e social, por uma imposição, o que, na verdade, constitui uma “ilusão”.

Se, pela teoria, sabemos que a unidade é uma ilusão, constitutiva e necessária, mas uma ilusão produzida pela relação imaginária do sujeito com suas condições de existência, assim também a necessidade de uma referência inequívoca a uma nacionalidade é uma ilusão. Mas esta tem um caráter eminentemente político importante de se realçar. Mais do que isso: é essa ilusão que sustenta em grande medida as nossas formas do social. (ORLANDI, 2004b, p. 131-132)

Na proposta de redação do ENEM, o candidato escreve para quem? Para quê? Ele está preocupado em emitir sua opinião, em agradar ao avaliador ou em lograr êxito no vestibular? Aquilo que deveria ser um reflexo da construção e produção de sentidos no meio social vem se tornando uma automática tarefa de reprodução de dizeres, quando, na verdade, o candidato deveria se portar como protagonista de sua escrita, legitimando seu dizer, partindo de um lugar histórico-cultural de onde enuncia e assumindo uma autoria no próprio texto.

#### **4.1 Uma análise: da coleta de dados, dos sujeitos e de seus discursos**

A coleta de dados para esta análise foi realizada através de uma entrevista feita por meio de um grupo em um aplicativo de celular (*WhatsApp*), criado para socializar e integrar as ideias de sujeitos unidos no mesmo objetivo. Questionou-se a respeito da normatização de regras e imposições na redação do ENEM, e três

(3) alunos de um curso preparatório para o exame se manifestaram contrários e descontentamento com a grande quantidade de normas, regras e modelos que seguem no momento da produção de textos. Os sujeitos A, B e C foram entrevistados no mês de julho do ano de 2015, pela própria professora de Redação do curso.

Os questionamentos lançados aos participantes do grupo de interação foram: O texto dissertativo-argumentativo do ENEM é um texto que instiga a criatividade e imaginação do aluno, ou é uma modalidade que condiciona e limita? Ele possibilita diversas interpretações e opiniões ou é ele um texto previsível, que admite um único modelo; um único ponto de vista, que não admite desvios ou tentativa de inovar?

O sujeito A, aluno de Curso Preparatório X para o ENEM, quando questionado sobre as regras as quais deve seguir para que se alcance um bom desempenho na redação, descreve:

Somos obrigados a seguir regras, porque, na verdade, o que vale é o que eles querem, por isso falar mal do governo não é uma boa ideia. Aí vou fazer uma redação com a opinião que seria bem “vista” por eles, e a visão deles nem sempre é a realidade do problema.

Aconselha-se, inclusive, que nem se use o termo “governo”, na redação, por transmitir essa noção de subordinação, priorizando o termo Poder Público. No entanto, o que se percebe é que há, sim, essa tentativa de “camuflar”, de esconder, de não transferir a culpa dos problemas do país aos governantes, nem de tachá-los como os únicos responsáveis por sua solução. Sobre o mesmo questionamento, o sujeito B é categórico ao enfatizar que:

As regras para se produzir um bom texto dissertativo no ENEM, de certa forma acaba reduzindo muitas das opiniões do aluno. Por exemplo, nós jovens e adolescentes nos encontramos diante de tantos pensamentos e opções na hora de fazer a redação, e por conta da aflição de fazer um texto que estabeleça sentido e coesão e preencher

o quadro de regras acaba nos deixando sem a possibilidade de dar o nosso máximo.

O mesmo aluno (Sujeito B), quando perguntado sobre a opinião dos autores durante a redação, esclarece que: “A maneira na qual o sentido é atribuído a um todo despreza a nossa opinião em particular. Talvez pudéssemos nos sair melhor com uma redução de tantas regras. Acaba ficando um texto previsível e, muitas vezes, sem um tom ou beleza particular”.

O sentido, conforme Orlandi (2012, p. 62), é visto a partir de uma ““história das leituras”, em que o mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores”. Isso confirma o quanto é inviável seguir apenas uma direção, e sempre as mesmas regras. As proibições e os limites prejudicam a leitura de mundo sob um olhar discursivo e social.

O sujeito C, a respeito das proibições e dos limites a serem considerados na redação do ENEM, afirma:

Eu não acho que o aluno é livre para pensar por si, pois tem muita gente que não concorda com alguns termos que eles propõem. Tipo: respeitar os direitos humanos. Se a redação por exemplo fosse a redução da maioria penal, muita gente não concordava em estabelecer apenas atitudes sociais, educação, acho que preferia até pena de morte.

É necessário ter uma razão para escrever, um motivo para se incorporar o papel de autor; e isso se torna muito mais consistente e real quando existe uma associação entre os discursos produzidos na sociedade e entre os sujeitos nela inseridos. Nessa perspectiva, não se trata de seres empíricos nem simples indivíduos, mas dotados de função, posição na sociedade. Para Azevedo (2011, p. 1826):

É importante insistir, mais uma vez, que a constituição do *eu* se dá entre outros *eus*, não se trata de uma singularidade absoluta nem transcendental, apesar de possuir um corpo e uma personalidade forjada pelo discurso. Os sujeitos não são apenas seres biológicos nem empíricos, pois participam de contextos complexos, interdiscursivos, marcados por elementos sociais, históricos, etc., e também não são meros fantoches das relações sociais, pois atuam como pessoas que organizam os discursos em resposta ao outro.

Aos olhos da Análise do Discurso Pecheuxiana, o indivíduo, sendo interpelado por uma ideologia, passa a ocupar uma posição na sociedade, o que o torna a se assujeitar a determinados contextos. Da mesma forma, o autor desse texto-argumentativo se assujeita às regras estabelecidas uma vez que ocupa a posição de candidato a uma vaga numa universidade, adquirida por meio dessa tão complexa e polêmica seleção.

O papel que esse sujeito assume é o de candidato, portanto, ele se põe na situação de seguidor das normas, sendo que, por mais que sua formação seja defensora da liberdade de expressão e criação, o que vale, aqui, é atingir a meta, mesmo que esta seja previsível, que atenda a um manual feito de uma maneira linear e estável. Limitados por modos de agir historicamente estabelecidos, os sujeitos-autores da redação do ENEM procurar compreender e obedecer às estratégias impostas de forma a conquistar e agradar alguém (no caso, os avaliadores) e, assim, alcançar êxito.

O sujeito A, entrevistado, fala sobre uma idealização da sociedade:

Não seria criar uma sociedade, mas algumas realidades pra eles não é a que realmente é. Não sei se “camuflar” seria a palavra certa. Acho que poderia levar em consideração regras de português (isso é claro), só que a opinião, mesmo que não seja a esperada, seja bem vista. Tipo: diminuir a maioria penal, isso não muda nada. Os caras de Castelo tavam detidos, já mataram o companheiro. Falar que é falta de educação, pode ser, mas tenho certeza que Castelo tem escola para todos.

Seria uma forma de tentar esconder os problemas sociais usando como argumento que a educação e os direitos humanos devem vir em primeiro lugar? Será que estabelecer que a proposta de intervenção deve, por obrigação, não desrespeitar os direitos humanos, a diversidade e a instituição está contribuindo para a formação, de fato, de cidadãos críticos ou amarrados a uma imposição com as quais, muitas vezes, eles nem concordam?

Ao controlar, sancionar, estabelecer e penalizar, a redação do ENEM priva o candidato de criar e fazer a seu modo. Com um sistema de notas pautado em regras estabelecidas *a priori*, percebe-se uma recusa à ideia de incompletude defendida por Orlandi (2012, p. 93), ao afirmar que, no discurso, por se tratar de um efeito de sentido entre locutores, não há essa linearidade, esse modelo acabado, definido. “Do ponto de vista discursivo, não um fim punctual como não há um começo absoluto, uma inicial total. É ao autor, enquanto função-sujeito, que cabe a representação de que ele começa e termina seu texto”.

A questão da educação entra nos discursos dos entrevistados uma vez que ela é indicada para ser usada como uma das propostas de intervenção mais lógicas e sensatas, ideia com a qual nem todos compartilham. Nota-se, ainda, que ao se referir ao ENEM e suas exigências, os sujeitos entrevistados usam o pronome “eles”, como se se tratasse de algo ou alguém muito exterior, muito distante. Ou seja, não estamos falando da nossa sociedade, estamos seguindo regras para falar da sociedade “deles”, o enunciador transfere sua voz individual para o espaço da coletividade, do outro.

## **5. Considerações finais**

É fato que a produção textual constitui exercício de relevante importância, sobretudo se considerado o plano do ensino, vez que se manifesta em análise, reflexão e autoconstrução. No entanto, ao trabalhar a Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),

pode-se verificar a imposição estabelecida aos candidatos, em forma de manual, a qual os obriga a assumir determinada postura, sendo, do contrário, prejudicados em seu desempenho no teste.

Cabe, então, perguntar se o aluno é autor das ideias expressas ou apenas um reprodutor de discursos, enquanto assujeitado ao sistema de regras estabelecido pelo Exame. Ele cria e elabora ou ele obedece e se assujeita? Será se o ENEM está, de fato, formando cidadãos críticos e defensores de um ponto de vista, ou seres automatizados e condicionados por um manual didático de normas e modelos a ser fielmente seguido?

Orlandi (2004a; 2004b) e Possenti (2002a; 2002b; 2009; 2012), ao tratar da questão da autoria em produções textuais, enfatizam a relação com o meio social e com as características particulares e traços individuais do autor enquanto sujeito formador de discursos. Nesses casos, é imprescindível que se faça essa recorrência ao caráter ideológico e idiossincrático do produtor do texto em consonância com o ambiente no qual ele está inserido.

Os depoimentos de alunos em preparatório para o ENEM deixam mais clara, ainda, essa ideia de assujeitamento ao exame, que funciona como uma espécie de manipulador de opiniões, pensamentos e comportamentos, ao ordenar o que se deve fazer e como fazer; o que evitar e por que evitar; o que usar e em que medida usar.

É mergulhando no texto que o aluno descobre sua capacidade crítica, interpretativa e de posicionamento diante do mundo; e é nessa descoberta que ele aprende a emitir sua opinião e a sugerir melhorias e soluções aos problemas da sociedade vigente. Essencialmente, um Exame que pretende trabalhar essas questões que constituem a própria formação sócio-cultural e subjetiva dos cidadãos não pode contemplar apenas aspectos gramaticais e ortográficos, limitando-se a correções, ao certo e ao errado.

Inobstante, ainda que privilegie aspectos sócio-históricos do país, o ENEM estipula normas, padrões, o que condiciona o autor do texto a pensar como lhe é ordenado. O que se entende, contudo,



é que a prática de produção e criação textual não pode se restringir à regulamentação do aluno, como se ele não tivesse o livre arbítrio de criar, por si próprio, de mudar e de intervir diante dos fenômenos com os quais convive e presencia diariamente.

## Referências

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola, 2014.

AZEVEDO, I. C. M. de. Exercício da autoria no Exame Nacional do Ensino Médio: um mapeamento de manifestações discursivas. In: **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**: Curitiba, 2011. p. 1822-1836. Disponível em: < <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=332586&key=ba845b8a297653d7029055cbfa9a776a> >. Acesso em: 13 jul. 2015.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 50. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no ENEM 2013**: Guia do Participante. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), 2013. 42p. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2013/guia\\_participante\\_redacao\\_enem\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf) >. Acesso em: 12 jul. 2015.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas Pontes, 1999.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1969.

LEAL, Amilton Flávio Coleta; SANTOS, Cristiane Pereira dos. As competências e habilidades no Exame Nacional do Ensino Médio: os sentidos da resistência. In: **Anais do VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1983 - 2013** – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença, Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013. Disponível em: < <http://anaisdosead.com.br/6SEAD/PAINAIS/AsCompetenciasEHabilidades.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2015.

\_\_\_\_\_; MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. Das competências e habilidades no Exame Nacional do Ensino Médio à constituição do sujeito na/pela escrita. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 10 N°23 v.3– 2014 ISSN 1809-3264 p. 78 – 84. Disponível em: < [http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zquerubim\\_23\\_v\\_3.pdf](http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zquerubim_23_v_3.pdf) >. Acesso em: 13 jul. 2015.

MESERANI, Samir. **O intertexto escolar**: sobre leitura, aula e redação. São Paulo: Cortez, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni Puccionelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 20, n. 01, p. 105-124, jan./ jun. 2002a. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10411/9677> >. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

ROCKWELL, Elsie. Os usos escolares da língua escrita. **Cad. Pesq.**, São Paulo (52): 85-95, fev. 1985. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/690.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2015. (Publicado originalmente em: FERREIRO, E. y

**GÓMES PALACIO, M. Nuevas perspectivas sobre los procesos de lectura y escritura.** México, Siglo Veintiuno, 1982.).

# DISCURSOS SOBRE O AUTISMO: O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO NA REVISTA ISTOÉ

Ismael Paulo Cardoso Alves  
João Benvindo de Moura

## Introdução

O Transtorno do Espectro Autista ou, como é mais popularmente conhecido, o autismo é uma síndrome que afeta as habilidades cognitivo-motoras de crianças, jovens e adultos em todo o mundo. Com base na ONU, estima-se que 1% da população mundial é autista. Isso significa que 1 a cada 68 pessoas no mundo possui a síndrome. No Brasil, atualmente, o número de autistas diagnosticados é de 2 milhões. Embora tenha sido descoberta ainda na primeira metade do século XX, mais especificamente no ano de 1943, a Medicina ainda não chegou à conclusão da causa da síndrome, se interna ou externa, e por que é mais presente em meninos do que em meninas. A ausência de uma resposta satisfatória prejudica o diagnóstico e o tratamento do autista, que pode ser de três tipos, a saber, leve, moderado ou grave. Além disso, ela alimenta o preconceito da sociedade, que, por ausência de informação, vê o autismo como uma doença.

Diante do número significativo de autistas no Brasil e no mundo, cada vez mais a síndrome tem ocupado espaço na sociedade, o que propicia a produção e circulação de discursos diversos sobre o tema. Parte desses discursos está presente na

mídia jornalística, atingindo uma grande quantidade de leitores. A revista IstoÉ, por exemplo, em sua seção intitulada Medicina & Bem-estar, publicou uma matéria intitulada “Os segredos do autismo”, em que relata a vida de uma criança autista, descreve as características prototípicas da síndrome e divulga descobertas científicas sobre o tema. Relatar, descrever e divulgar são três ações que têm como base a finalidade contratual estabelecida implicitamente entre a IstoÉ e seus leitores, e constituem estratégias discursivas de persuasão utilizadas pela revista.

Em nosso trabalho, nos propomos a identificar as estratégias de persuasão presentes na matéria acima referida. Para atingir nosso propósito, adotamos alguns dos princípios teórico-metodológicos da Semiologia de Patrick Charaudeau, tais como finalidade contratual e estratégias discursivas, mais especificamente, sujeitos comunicante, enunciador, destinatário e interpretante, estratégias de legitimidade, credibilidade e captação, respectivamente. Esses princípios caracterizam uma vertente da Análise do discurso de linha francesa em sua terceira fase. Os resultados são apresentados nas considerações finais de nosso trabalho.

A metodologia do nosso trabalho consiste na análise discursiva, mais especificamente, nas estratégias de persuasão em uma matéria publicada pela revista IstoÉ, intitulada “Os segredos do autismo”. Para isso, adotamos princípios teórico-metodológicos da teoria Semiologia de Patrick Charaudeau, são eles, finalidade contratual e estratégias discursivas, identificando, na análise da matéria, os sujeitos externos (comunicante e interpretante) e internos (enunciador e destinatário) do discurso, e as estratégias de legitimidade, credibilidade e captação da revista. Em vista da extensão de nosso trabalho, não poderemos analisar a matéria em sua íntegra. Ao invés disso, ilustraremos nossa análise com fragmentos discursivos da mesma. Todavia, disponibilizaremos a matéria em sua íntegra por meio de anexo.

## 1. A Análise do Discurso francesa: origem e consolidação

A Análise do Discurso (doravante, AD) teve sua origem na França, na década de 1960, com os trabalhos do linguista Dubois e do filósofo Pêcheux. De acordo com Maldidier (2014), no capítulo “Elementos para uma história da análise do discurso na França”, o que levou ao surgimento dessa disciplina foi o interesse que havia em comum entre os dois pesquisadores citados, a saber, o marxismo e a política. Esse interesse fez com que se unissem em torno de um projeto comum.

Uma característica marcante da AD, presente já nesse primeiro momento, é a sua interdisciplinaridade. Em seu processo de formação e consolidação, a AD Francesa utilizou-se de princípios teórico-metodológicos do Estruturalismo, do Marxismo, da Psicanálise e da Epistemologia. Isso acontece devido às áreas de concentração em que atuavam Dubois e, principalmente, Pêcheux. Com os trabalhos de Pêcheux, ideologia e sujeito passaram a ocupar papéis de destaque nos estudos sobre Linguagem.

De 1969 a 1976, com as publicações de trabalhos nas revistas “Langages” e “Langue Française”, a AD adquiriu amplitude internacional, passando a ser conhecida em outros países, principalmente, nos EUA e na Inglaterra, impulsionando novos trabalhos, que adquiriram contornos próprios. Por conta disso, consideramos pertinente delimitar a AD que nos serve de aporte teórico-metodológico, a saber, a Análise do discurso de linha francesa (em alguns momentos do trabalho ADF).

Maingueneau (2015), no capítulo “A noção de discurso”, enumera oito pontos em comum entre as várias vertentes (as principais, francesa, americana e inglesa) da AD e fases (primeira, segunda e terceira) da ADF. São eles: (1) O discurso é uma organização além da frase; (2) O discurso é uma forma de ação; (3) O discurso é interativo; (4) O discurso é contextualizado; (5) O discurso é assumido por um sujeito; (6) O discurso é regido por

normas; (7) O discurso é assumido no bojo de um interdiscurso; e (8) O discurso constrói socialmente o sentido (pp. 24-30).

Esses oito pontos fazem parte da teoria Semiolinguística. Essa teoria foi criada por Charaudeau em 1979, tendo passado por revisões e se consolidado nos anos de 1983, 1992 e 1997. É seu aporte teórico-metodológico que nos oferece subsídios para compreendermos as estratégias de persuasão de nosso objeto.

## 2. A Teoria Semiolinguística de Charaudeau

Charaudeau (2014), no livro “Linguagem e discurso: modos de organização”, nos apresenta sua teoria, conhecida no meio científico como “Semiolinguística”. Segundo o analista, a Semiolinguística é um campo de estudo que, propositadamente, integra duas antinomias, a saber, a Semiótica e a Linguística. Embora a Semiótica e a Linguística caracterizem-se por suas particularidades, elas oferecem, segundo o autor, para a sua teoria, meios para se compreender o que e como nos fala a Linguagem.

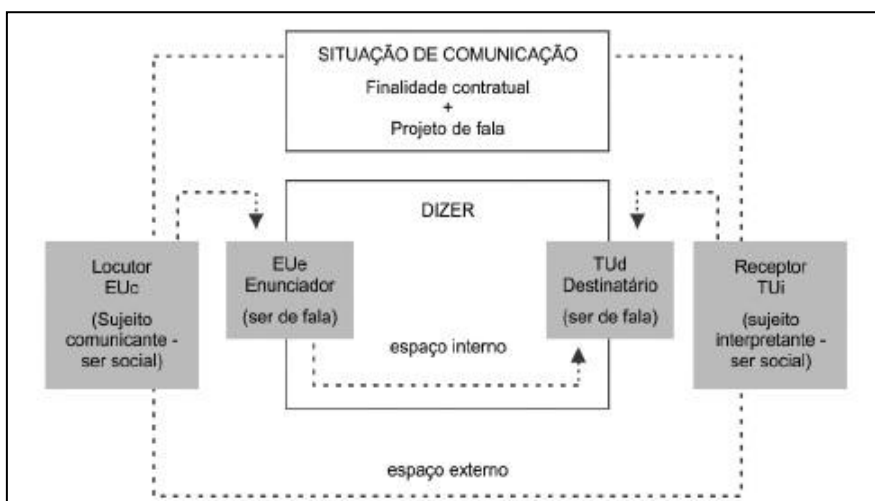


Figura 01: Contrato de comunicação

Fonte: Charaudeau (2014, p. 52)

Para que possamos compreender isso de forma satisfatória, é preciso que fique claro que, para Charaudeau, todo discurso é um ato de linguagem, fenômeno complexo que não se restringe apenas à produção do discurso em si, mas também às suas condições de produção. Dentro de sua complexidade, todo ato de linguagem é uma encenação, da qual participam quatro sujeitos, dois deles externos e dois deles internos ao discurso. Vemos, na Figura 01, acima, de que maneira ocorre essa encenação.

O modelo acima é composto por EUC e TUi, sujeitos que, por meio de uma finalidade contratual, promovem entre si uma relação de interação. Essa interação se dá por meio de um projeto de fala, que consiste em estratégias adotadas por EUC para persuadir (termo adotado pelo próprio Charaudeau) TUi a pensar, sentir ou agir, com base nas intenções de EUC. Para isso, EUC, cria por meio de seu discurso, EUE e TUD, sujeitos que existem no e pelo discurso, e que são representações criadas por EUC e por TUi com base nas condições de produção.

Desse modo, para que as estratégias de EUC sejam bem-sucedidas, é necessário que TUi dê credibilidade a EUE e se identifique com TUD. Por esse motivo, Charaudeau afirma que todo ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção, é uma expedição e aventura. Expedição porque, para que EUC possa persuadir TUi, faz-se necessário que haja entre ambos uma finalidade contratual e um projeto de fala. Aventura porque TUi pode ou não, por meio do discurso, ser persuadido.

Fernandes (2010), no capítulo “A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores”, nos oferece um exemplo ilustrativo de como ocorre essa encenação. Segundo a autora, o jornal Folha de São Paulo, por meio de uma matéria em que relata a dura rotina de uma mãe e de uma aluna da rede pública de ensino com paralisia cerebral, intenciona promover no público leitor sentimentos como indignação, insatisfação, solidariedade, dentre outros.



Tomando como modelo o contrato de comunicação da Figura 01, o jornal Folha de São Paulo é EUC e o público leitor é TUI. A finalidade contratual entre ambos é a de oferecer e consumir fatos de relevância social. Para isso, o jornal produz matérias e disponibiliza a assinantes e não assinantes. O projeto de fala da Folha, nesse caso, consiste no relato diário de mãe e filha. Faz parte também do processo de persuasão, a imagem que o jornal cria de si, por meio de seu discurso, e a imagem que tem do público leitor. Essas imagens correspondem, respectivamente, a EUE e TUD.

Charaudeau (2001), no capítulo “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”, estabelece uma distinção entre os sujeitos. Para o analista, EUC (sujeito comunicante) e TUI (sujeito interpretante) promovem, entre si, um vínculo de parceria. É esse vínculo que permite a encenação por meio da interação entre EUE (sujeito enunciador) e TUD (sujeito destinatário), que ocupam, dentro da encenação, o papel de protagonistas. A relação entre EUC e TUI se dá por meio de uma finalidade contratual composta por três componentes. São eles, comunicacional, psicossocial e intencional.

Embora a finalidade contratual seja formada por três componentes, em vista da extensão de nosso trabalho, nos deteremos apenas no componente intencional, mais especificamente, analisando as estratégias adotadas pela revista IstoÉ para persuadir ou seduzir seu público leitor com base em uma de suas matérias disponíveis em seu site sobre o autismo. Essas estratégias, segundo Charaudeau e Maingueneau (2014), são de três tipos, a saber, legitimidade, credibilidade e captação. Essas estratégias constituem a segunda parte de nossa análise.

Charaudeau (2014), no capítulo “O ato de linguagem como encenação”, define estratégia como um recurso utilizado pelo sujeito comunicante com a intenção de persuadir ou seduzir o sujeito interpretante por meio de seu discurso com base nas possibilidades e nas restrições da situação de comunicação. Segundo o analista, “A noção de estratégia repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUC) concebe, organiza e encena suas

intencões de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi)” (p. 56).

Segundo Charaudeau (1995 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014), são três os tipos de estratégia. A legitimação pertence ao espaço externo da encenação e corresponde ao status do sujeito comunicante, conferindo-lhe autoridade. A credibilidade pertence ao espaço interno da encenação e corresponde ao modo como o discurso é organizado pelo sujeito enunciador em vista de seu posicionamento, se neutro, engajado ou distanciado. A captação vai do espaço interno para o espaço externo da encenação e corresponde aos efeitos do discurso sobre o sujeito interpretante.

Ao analisar o discurso de uma matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, a saber, “Aluna com paralisia depende da mãe para assistir à aula”, Fernandes (2010) identificou nela as estratégias de legitimação, credibilidade e captação. A estratégia de legitimação do jornal se dá com a explicitação do nome da instituição e da jornalista responsável pela matéria. A estratégia de credibilidade ocorre por meio do detalhamento e da narração do fato. E a estratégia de captação consiste em provocar no leitor os sentimentos de indignação com o descaso do poder público de São Paulo e de solidariedade com a aluna com paralisia e sua mãe.

Como podemos ver, para persuadir o sujeito interpretante, o sujeito comunicante se vale de estratégias. Essas estratégias pertencem ao espaço externo e ao espaço interno do ato de linguagem e não são excludentes entre si, visto que se correlacionam. Em vista disso, é possível concluir que a ausência de uma dessas estratégias acarreta prejuízos aos efeitos de persuasão ou sedução pretendidos. Em nossa análise, restringimo-nos apenas à persuasão. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2014), a persuasão é um “produto dos processos gerais de influência”.

Nossa análise foi dividida em duas partes. Na primeira parte, analisamos a finalidade contratual, identificando os sujeitos externos e internos do ato de linguagem. Na segunda parte,

analisamos as estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação presentes na matéria publicada pela revista IstoÉ.

### **3. Análise dos dados: a finalidade contratual**

Com base no contrato de comunicação proposto por Charaudeau (2014), quem ocupa o papel de sujeito comunicante na matéria “Os segredos do autismo” é a jornalista Greice Rodrigues. Destacado pela cor vermelha (no texto original), seu nome aparece logo após o subtítulo da matéria marcado pela preposição “Por” (linha 08 do texto em anexo), que indica que foi a jornalista quem produziu o discurso.

O discurso foi produzido com base nas recentes descobertas feitas pela Medicina sobre o autismo. Essas descobertas são apresentadas no terceiro parágrafo do texto por meio da construção “Recentemente, especialistas reunidos no encontro da Associação Americana para o Avanço da Ciência, nos Estados Unidos, apresentaram uma revisão na maneira de avaliar os autistas” (linhas 36 a 38 do texto em anexo).

A produção do discurso obedece a uma finalidade contratual entre a revista IstoÉ, empresa em que Greice Rodrigues trabalha, e seu público leitor, composto tanto por assinantes quanto por não assinantes. A base dessa finalidade contratual é atualização de conteúdos de relevância social. No caso em questão, estima-se que o número de autistas brasileiros seja de 1 milhão de pessoas no Brasil (informação presente no segundo parágrafo, na linha 25 do texto em anexo).

Ao produzir o seu projeto de fala, Greice Rodrigues elabora o seu discurso, levando em conta a finalidade contratual. Em vista disso, a jornalista produz sua matéria com base no relato da vida de Lucas Ohara na construção “Lucas é autista” (no primeiro parágrafo, na linha 13 do texto em anexo) na descrição das características prototípicas do autismo na construção “eles têm uma imensa

dificuldade em se relacionar com os outros e com o mundo” (no primeiro parágrafo, nas linhas 21 e 22 do texto em anexo) e na divulgação das descobertas mais recentes da Medicina sobre a síndrome.

A matéria foi escrita na terceira pessoa. Ao fazer isso, a jornalista apaga a sua voz. Com isso, não é mais a Greice Rodrigues quem fala, mas a revista IstoÉ, que ocupa dentro do contrato de comunicação o papel de sujeito enunciador. Esse sujeito enunciador se dirige a um sujeito destinatário, a saber, o público leitor da revista. Esse público leitor é composto por assinantes e não assinantes da revista IstoÉ, que ocupam dentro do contrato de comunicação o papel de sujeito interpretante.

### **3.1 Estratégias discursivas**

A estratégia de legitimidade consiste na exposição dos nomes da revista IstoÉ (linha 01 do texto em anexo), da seção em que se encontra a matéria, intitulada “Medicina & Bem-estar” (linha 01 do texto em anexo), e do nome da jornalista responsável pela matéria, a jornalista Greice Rodrigues, antecedido pela preposição “Por” (linha 08 do texto em anexo) (no texto original, disponível no site da revista, os nomes da seção e da jornalista aparecem destacados por meio dos recursos expressivos da caixa-alta, no nome da seção, e da cor vermelha, tanto no nome da seção quanto no nome da jornalista). Esses três nomes dão autoridade para que o sujeito comunicante possa produzir seu discurso sobre o autismo por meio do sujeito enunciador.

A estratégia de credibilidade consiste no relato da vida do autista de nove anos Lucas Ohara e de sua mãe Paula Guimarães na construção ““Ele está mais auto-suficiente. Mais preparado para a vida”, diz a mãe, Paula Guimarães” (no quinto parágrafo, linhas 72 a 74 do texto em anexo), na citação dos filmes Rain Man e Snow Cake na construção “No cinema, filmes como Rain Man (...) e Snow cake (...) ajudam a revelar um pouco do mundo dessas pessoas”

(no segundo parágrafo, linhas 26 a 30 do texto em anexo), e na divulgação das descobertas científicas do médico Lauren Mottron, dos cientistas da Universidade da Carolina do Norte, do psicólogo infantil Fábio Barbirato e do psiquiatra Estevão Vadasz (no terceiro ao sexto parágrafos, linhas 34 a 84 do texto em anexo). Essas três ações dão credibilidade à fala do sujeito enunciador, como alguém que sabe o que diz e de que seu discurso é confiável.

A estratégia de captação consiste na descrição das características prototípicas do autista na construção “alterações no comportamento, na interação social e no uso da imaginação” (no primeiro parágrafo, linhas 14 e 15 do texto em anexo), da estimativa do número de autistas no país na construção “Esse distúrbio tão peculiar atinge cerca de um milhão de pessoas no Brasil” (no segundo parágrafo, linhas 25 e 26 do texto em anexo) e das descobertas atuais da Medicina sobre os autistas na construção “O médico Laurent Mottron defendeu a tese de que (...) os autistas são mais inteligentes e habilitados a desempenhar funções do cotidiano do que se imaginava até agora” (no terceiro parágrafo, linhas 38 a 42 do texto em anexo). Essas três descrições provocam no sujeito interpretante os sentimentos de comoção e de esperança para com as famílias de autistas e as descobertas da Medicina sobre a síndrome.

#### **4. Considerações finais**

Por meio de nosso trabalho, constatamos que a revista IstoÉ, por meio da matéria “Os segredos do autismo”, publicada na edição impressa 1899 e disponibilizada em seu site, estabelece com seu leitor uma finalidade contratual de atualização de um conteúdo de relevância social, visto o número expressivo de 1 milhão de autistas no Brasil, composta por quatro sujeitos, dois externos e dois internos ao discurso. A jornalista Greice Rodrigues ocupa o papel de sujeito comunicante, enquanto os assinantes e não assinantes da revista ocupam o papel de sujeito interpretante do discurso. Por meio do seu projeto de fala, a jornalista elabora seu

discurso, relatando a vida de uma criança brasileira autista, descrevendo as características prototípicas do autista e divulgando as mais recentes na época descobertas sobre a síndrome, apagando sua voz por meio do uso da terceira pessoa e dando voz à revista IstoÉ, que ocupa o papel de sujeito enunciador da matéria, com base na imagem que a Greice Rodrigues tem do público leitor da revista, que ocupa o papel de sujeito destinatário. Para persuadir os leitores, o sujeito comunicante se utiliza das estratégias de legitimidade, credibilidade e captação. A estratégia de legitimidade consiste na explicitação do nome da revista IstoÉ, da jornalista Greice Rodrigues e da seção em que aparece, intitulada “Medicina & Bem-estar”. A estratégia de credibilidade consiste no relato da vida de Lucas Ohara e de sua mãe Paula Guimarães, na citação de filmes Rain Man e Snow Cake, que têm como protagonistas personagens autistas, e na divulgação de descobertas recentes feitas na época pela Medicina. A estratégia de captação consiste em provocar no sujeito interpretante os sentimentos de comoção e de esperança.

## Referências

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. A análise do discurso. IN: **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994. pp. 13-42.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. (Coordenação da equipe de tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado). 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. (Tradução de Ida Lúcia Machado, Renato de Mello e Williane Viriato Rolim). IN: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. pp. 23-37.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. (Coordenação de tradução de Fabiana Komesu). 3ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

FERNANDES, Adélia Barroso. A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores. IN: MACHADO, Ida Lúcia; MENDES, Emília. **As emoções no discurso**. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. pp. 141-152. Volume II.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. (Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos). IN: SIGNORINI, Inês. **[Re]Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. pp. 135-155.

\_\_\_\_\_. Estudos de discurso e análise do discurso. (Tradução de Sírio Possenti). IN: **Discurso e análise do discurso**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. pp. 15-61.

MALDIDIER, Denise. I. Elementos para uma história da análise do discurso na França. IN: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2014. pp. 17-30.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. IN: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 101-142. Volume 2.

SILVA, José Otacílio da. Charaudeau. IN: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. pp. 235-279.

## ANEXO

No quadro 01, abaixo, reproduzimos integralmente a matéria intitulada Os segredos do autismo, que foi publicada pela revista IstoÉ na edição impressa número 1899, em março de 2006, na seção Medicina & Bem-estar, e disponibilizada no link [www.istoe.com.br/1960\\_OS+SEGREDOS+DO+AUTISMO](http://www.istoe.com.br/1960_OS+SEGREDOS+DO+AUTISMO). Em vista da extensão de nosso trabalho, destacamos trechos que, consideramos, melhor ilustram a finalidade contratual, as estratégias discursivas e o dispositivo argumentativo da teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Todavia, consideramos oportuno reproduzir a matéria na íntegra, tendo em vista a compreensão do leitor sobre o conteúdo da matéria. Para sua reprodução integral, transcrevemos a matéria por meio do recurso de cópia (Control + C) e de cola (Control + V) do notebook, editando a fonte para o Times New Roman e o tamanho 10 da fonte, sem, contudo, alterar o seu conteúdo.

|    |   |
|----|---|
| 01 | Revista IstoÉ, edição 1899, março de 2006, seção Medicina & Bem-estar     |
| 02 |   |
| 03 | <b>Os segredos do autismo</b>   |
| 04 |   |
| 05 | As últimas descobertas sobre o transtorno, que atinge um milhão de        |
| 06 | pessoas no Brasil   |
| 07 |   |
| 08 | Por Greice Rodrigues  |
| 09 |   |
| 10 | Quem passa um tempo com Lucas Ohara, nove anos, pode ficar com a          |
| 11 | impressão de que o menino é às vezes um pouco mais agitado do que o       |
| 12 | normal ou mais desligado do que a maioria das crianças de sua idade.      |
| 13 | As duas coisas são verdadeiras. Lucas é autista. Isso significa que ele é |
| 14 | portador de um transtorno do desenvolvimento que provoca alterações       |
| 15 | no comportamento, na interação social e no uso da imaginação.             |
| 16 | Crianças como ele, em maior ou menor grau, podem passar horas             |
| 17 | observando um ventilador girar ou gastar longos minutos batendo os        |
| 18 | dedos em uma mesa. Também são capazes de saber tudo sobre temas           |
| 19 | inusitados – o assunto favorito de Lucas, por exemplo, são os             |
| 20 | dinossauros – e, apesar disso, guardar as informações para si. Nada       |



|    |   |
|----|---|
| 21 | mais compreensível, segundo a lógica autista. Afinal, eles têm uma        |
| 22 | imensa dificuldade em se relacionar com os outros e com o mundo. Em       |
| 23 | alguns momentos, inclusive, é como se nenhum dos dois existisse.          |
| 24 |   |
| 25 | Esse distúrbio tão peculiar atinge cerca de um milhão de pessoas no       |
| 26 | Brasil. No cinema, filmes como Rain Man (Dustin Hoffman fazia um          |
| 27 | autista irmão do personagem vivido por Tom Cruise) e Snow                 |
| 28 | cake (Bolo de neve), recém-exibido no Festival Internacional de           |
| 29 | Cinema de Berlim, na Alemanha, e sem data para estrear no Brasil,         |
| 30 | ajudam a revelar um pouco do mundo dessas pessoas. Snow                   |
| 31 | cake mostra o envolvimento da autista Linda (Sigourney Weaver) com        |
| 32 | o ex-presidiário Alex, vivido por Alan Rickman.                           |
| 33 |   |
| 34 | Mas é da ciência que surgem as melhores respostas. A síndrome foi         |
| 35 | oficialmente descrita pela medicina há apenas 63 anos e já se avançou     |
| 36 | muito nas pesquisas. Recentemente, especialistas reunidos no encontro     |
| 37 | da Associação Americana para o Avanço da Ciência, nos Estados             |
| 38 | Unidos, apresentaram uma revisão na maneira de avaliar os autistas. O     |
| 39 | médico Laurent Mottron, pesquisador do tema no hospital canadense         |
| 40 | Riviere-des-Prairies, defendeu a tese de que, apesar de seus problemas,   |
| 41 | os autistas são mais inteligentes e habilitados a desempenhar funções     |
| 42 | do cotidiano do que se imaginava até agora. “A idéia de que grande        |
| 43 | parte dos pacientes tem retardo mental é equivocada. Apenas alguns        |
| 44 | deles apresentam esse tipo de limitação. Portanto, os autistas devem      |
| 45 | ser vistos de outra forma”, esclarece o pesquisador. O cientista acredita |
| 46 | que muito da visão turva até hoje preponderante se deve ao fato de        |
| 47 | que os portadores geralmente não eram submetidos a testes que             |
| 48 | pudessem avaliar corretamente sua capacidade de raciocínio.               |
| 49 |   |
| 50 | A descoberta feita pelo canadense aponta para uma nova maneira de         |
| 51 | encarar e tratar as vítimas da síndrome, o que é uma ótima notícia. Os    |
| 52 | estudos, no entanto, ainda não deram respostas definitivas a uma          |
| 53 | questão importante: a causa do transtorno. Nessa direção, o que existe    |
| 54 | de novo é um trabalho divulgado em dezembro por cientistas da             |
| 55 | Universidade da Carolina do Norte (EUA). Eles mostraram que o             |
| 56 | tamanho do córtex cerebral (região do cérebro) de crianças autistas é     |
| 57 | maior do que o de jovens sem o transtorno. É justamente nessa área        |
| 58 | que se processam os pensamentos e agora se investiga como essa            |
| 59 | característica influi no surgimento dos sintomas.                         |
| 60 |   |
| 61 | Com essas novas descobertas já é possível aprimorar e aumentar as         |
| 62 | opções de tratamento. “Recorremos à psicoterapia para estimular as        |

|    |  |
|----|--|
| 63 | habilidades sociais do paciente, à ajuda de profissionais especializados |
| 64 | para melhorar o controle motor e a remédios, quando necessário, para     |
| 65 | atenuar sintomas como a hiperatividade”, explica o psiquiatra infantil   |
| 66 | Fábio Barbirato, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Com    |
| 67 | essas medidas, o que se busca é aumentar a autonomia do autista e        |
| 68 | proporcionar-lhe um desenvolvimento mais adequado, suficiente para       |
| 69 | criar as pontes que facilitarão sua convivência com o mundo. Caminho     |
| 70 | trilhado pelo pequeno Lucas, hoje assistido por especialistas da         |
| 71 | Associação de Amigos do Autista e estudante da segunda série de uma      |
| 72 | escola preparada para receber crianças como ele, em São Paulo. “Ele      |
| 73 | está mais auto-suficiente. Mais preparado para a vida”, diz a mãe,       |
| 74 | Paula Guimarães. A torcida é para que Lucas e todos os outros autistas   |
| 75 | fiquem cada vez mais sintonizados com o mundo.                           |
| 76 |  |
| 77 | E há motivos para otimismo. Além das descobertas do especialista         |
| 78 | canadense, a medicina já amecheu um sólido conhecimento das              |
| 79 | características mais importantes do transtorno. Entre elas estão sinais  |
| 80 | inconfundíveis, surgidos nos primeiros anos de idade, como agitação      |
| 81 | excessiva. “É comum também o aparecimento de movimentos                  |
| 82 | repetitivos com as mãos ou com o corpo e a fixação do olhar em algum     |
| 83 | ponto”, explica o psiquiatra Estevão Vadasz, do Hospital das Clínicas    |
| 84 | de São Paulo.  |
| 85 |  |
| 86 | Sabe-se também que o distúrbio tem graus variáveis. Há os mais           |
| 87 | severos, nos quais muitos pacientes não falam e apresentam elevada       |
| 88 | agitação e agressividade. Existe ainda o autismo de alta                 |
| 89 | funcionalidade. Nesses casos, os portadores aprendem a ler e têm boa     |
| 90 | capacidade intelectual, mas manifestam limitações motoras e de           |
| 91 | socialização. E há os autistas diagnosticados com a síndrome de          |
| 92 | Asperger. São indivíduos que possuem muita dificuldade na relação        |
| 93 | social, mas não apresentam atraso no desenvolvimento da cognição.        |
| 94 | Muitos até se destacam pela inteligência em áreas relacionadas à arte e  |
| 95 | às ciências exatas.  |



**A EMBREAGEM PARATÓPICA E SEU ELO ETHÉREO:  
O PARASITA METAMORFOSEADO EM SUJEITO NIILISTA  
EM MEMÓRIAS DO SUBSOLO**

João Benvindo de Moura  
José Mágnio de Sousa Vieira

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo inserir o sujeito *Homem do Subsolo*, da obra de Dostoiévsky, em dois pertencimentos: um máximo, em que ele centraliza sobre si a origem de suas enunciações, e um mínimo, em que ele apresenta um parasita para fazer emergir seu ethos niilista por meio de sua própria enunciação sobre o ELE. O sujeito niilista Homem do Subsolo é entendido como um nômade discursivo acompanhado por um parasita que sofre ações do niilista evidenciando as características com as quais ele procura revestir seu ethos. Ele ocupa a posição de enunciador que fala de si e de outrem. No máximo, ele se co-enuncia ao falar de si, tornando-se o EU da enunciação. No mínimo, ele co-participa ao falar de ELE em sua enunciação.

Os dois lugares habitados inconstantemente pelo sujeito da enunciação representam a paratopia de Maingueneau (2001; 2014) que, nesta pesquisa, é definida como uma posição *tópica* em que o locutor se inscreve de alguma forma no espaço social para poder proferir uma mensagem aceitável. A delimitação quanto ao modo de configuração niilista do ethos é balizada por Pecoraro (2007) e Volpi (2012). As marcas discursivas que identificam o parasita no

discurso literário *Memórias do Subsolo*, são entendidas como embreagens paratópicas, marcas do enunciado no discurso que permitem verificar nelas o acionamento de evidências enunciativas comprovadoras do niilismo no discurso analisado.

A análise pode identificar termos que servem como embreantes, isto é, palavras que acionam o avanço das marcas niilistas no nível discursivo, permitindo uma progressão enunciativa que apresenta o parasita tanto como aquele que se utiliza do sujeito niilista para nutrir-se quanto como àquele que permite a progressão de sua imagem niilista.

### **Uma primeira instância da constituição do sujeito: o parasita**

Uma das explanações de Maingueneau (2014) sobre a ideia de parasita vem associada com a de nômade, sendo que parasitas e nômades trocam os poderes de modo constante. Tal parasita pode, na visão de Maingueneau, ser manifesto por meio de um exílio ou mesmo como uma manifestação dos espaços presentes na sociedade oficial. Dizendo de outro modo, estes parasitas ou nômades discursivos não habitam a sociedade, marginalizam nela. Eles são desprovidos de um lugar no âmbito do prestígio e se tornam periféricos desse macro-lugar. Utilizando ainda uma metáfora poderíamos dizer que, no entorno de um lugar em que a sociedade oficial se instaura, os parasitas servem de periféricos, habitantes da periferia em moldes abramileirados. Assim sendo, os parasitas são planetas que permeiam em uma relação de interdependência, um lugar que irradia para eles e os nutre de energia. O sol está para a sociedade oficial como os planetas estão para os parasitas. É impossível habitar o sol por questões alheias à vontade. Mas não é impossível habitar um planeta.

Trazendo para uma primeira explanação a ideia introdutória dos termos nômade e parasita, do mesmo modo como podemos dizer, com ressalvas, que antes de uma imagem existe uma imagem prévia dela própria, há antes de um sujeito constituído um

parasita, a nutrir-se dos elementos discursivos que um lugar, aqui, nos moldes dessa proposta, entendido como o discurso literário, permite que ele absorva para se constituir. Acreditamos que a primeira instância do sujeito é a de parasita. O que o ethos, visto aqui como um processo que permite ao parasita metamorfosear-se em sujeito, faz é remodelar, revestir esse ser instável que tenta obrigar o discurso a aceitá-lo em si mesmo. Já que o discurso é também lugar de enunciação.

Entretanto, esse parasita, embora possa um dia dizer-se sujeito, nunca o será de fato, pois isso independe de sua vontade. Assim como um burguês pode vir a ser um conde por comprar o título de um nobre falido, os outros nobres jamais o considerarão um deles por unanimidade, seu sangue nunca será azul. O parasita será sempre um tender a ser sempre instável revestido por uma casca frágil que camufla algo líquido. A solidez será para ele sempre inatingível. A casca que reveste esse parasita é o ethos. O que fica aparente é o sujeito. O que pode derramar é o parasita. Assim como a propriedade desconstitui o nômade do que o caracteriza, o vir a ser sujeito desconstitui o parasita do que é seu caráter. Um parasita nutre-se do discurso e os nutrientes alimentam sua imagem, seu ethos e a sua instabilidade lhe obriga a continuar a sugar do terreno discursivo ininterruptamente as propriedades que rebocam as paredes rachadas da casca que mantém sua forma, seu ethos.

Maingueneau (2014) utiliza as Fábulas de La Fontaine para explicar os parasitas. Nesse exemplo o pertencimento paradoxal do parasita confunde as noções de autor que enuncia e de personagem que acaba por ter entre suas funções, alheias a sua vontade, o enunciar de tal autor. Foquemos no contraste entre a cidade e o campo em que, no exemplo trazido por Maingueneau, o autor se nutre pelos importantes e a eles dedica o que escreve. La Fontaine seria um exemplo disso. Há em suas fábulas sempre uma relação de contraste em que um lado mendiga, se retira do mundo, desvia, engana, é errante, nômade, instável etc, enquanto o seu oposto traz o outro lado. Há sempre uma relação de ter e almejar ter algo do

outro. O eu e seu duplo estão em conflito permanente. A necessidade de um precisa da falta que o outro apresenta. A insuficiência de um é satisfeita no momento em que este percebe que no outro também falta algo. Para Maingueneau, os parasitas se dividem entre os da sociedade em que ele cita clérigos, juízes, príncipes, reis etc e os parasitas deles próprios dentre os quais insere o próprio escritor que, patrocinado por um nobre pode escrever por meio de elogios àquele que lhe permite nutrir-se dele para por meio dele poder enunciar um tipo discursivo tido como literário.

Por meio do caráter parasitário da obra, seu autor abriga-se nela e edifica sua obra. O parasita constrói sua imagem, seu ethos, por meio dos nutrientes permitidos a ele sugar de seu abrigo, o discurso. Por conta disso o que irá enunciar não é totalmente livre, pois depende da vontade de outrem, para ultrapassar seu superior. Aquele que pertence de fato à sociedade oficial deve ser iludido por meio de artifícios, como elogios para por meio do que ele permite subir à tona superficial do discurso proferir dizeres outros, às vezes inalcançáveis para as pessoas de seu tempo e só vislumbráveis em uma época a frente do tempo de sua enunciação.

Maingueneau não utiliza-se do termo parasita nos moldes que intentamos fazer neste trabalho. O parasita é entendido do nosso ponto de vista, em nossos propósitos analíticos sob a égide micro-analítica. Enquanto Maingueneau (2014) os vê habitando a sociedade e materializando-se por meio do discurso, em nossa filtragem de seu aporte teórico que nos subsidia, os vemos habitando o discurso e materializando-se por meio de elementos embrionários de suas movimentações, ou seja, como termos acionados na materialidade do discurso a partir do momento da enunciação em que as marcas discursivas se põem à vista, como a ponta de um iceberg e a ponta é a embreagem do efeito de sentido que o parasita tende a propagar no discurso. O parasita não quer ser visto como tal. Por isso reveste-se de caracteres que o camuflam. Ele quer ser visto como sujeito constituído de elementos legitimadores para inserir-se no âmbito oficial, pelo menos é isso que ele almeja.

## O percurso de transmutação do parasita

No intuito de provocar uma metamorfose que anule a visibilidade parasitária que lhe confere o status de parasita, a entidade que habita o discurso literário e pretende tornar sua enunciação aceitável, para, por meio dela propagar sua ideologia, vai ver no lugar discurso literário, um suporte que não suportará plenamente seu dizer e nem permitirá que tal entidade comprometa a estabilidade do próprio discurso sob pena de comprometer o caráter constituinte que o legitima. O parasita não quer ser notado, pois isso pode comprometer sua nutrição. Ele ao se alimentar, ao sugar o parasitário, não lhe ajuda em nada, por conta disso pode ser expulso facilmente do lugar. É nômade. Mas para proferir a ideologia que lhe é alheia ao mesmo tempo em que precisa dele para irradiar-se por meio do discurso, propõe uma negociação ao discurso (visto nesse ponto como semelhante a uma instituição que o abriga): o discurso precisa propagar ideologia e a ideologia precisa do discurso para materializar-se discursivamente. O sujeito pode mediar a materialidade discursiva de que se precisa para que a negociação exista. Para isso a entidade precisa deixar de parasitar o discurso e tornar-se corpórea. Nesse ponto o ethos começa a trabalhar e configura uma imagem para a entidade que ainda abriga a ideologia e que precisa parasitar o discurso afim de contatar com o real. Ao atingir o discurso e nutrir-se dele para subsistir, aquilo que era entidade passa a parasita e, quando começa a utilizar-se do discurso para não mais nutrir-se, mas constituir-se imageticamente deixa o caráter de parasita e torna-se sujeito que agora enuncia, profere e tem retorno do outro. Eis que o parasita antes impossibilitado de enunciar e desprovido de uma imagem e de um corpo passa a ter seu ethos reconfigurado e a atualizar sua imagem no intuito de progredir discursivamente.

A partir das considerações acima, podemos com Maingueneau (2014), conferir ao parasita uma característica: a de ser acusado de improdutividade, por conta disso é praticante do parasitismo. No



entanto deve desvincular esse caráter de si no momento em que emerge como sujeito. Uma diferença entre o que estamos concebendo aqui como parasita e o que Maingueneau defende está no fato de que o parasita não é central no processo, mas faz emergirem outras pessoas no discurso. Personagens secundárias servem para delinear as personagens centrais, nesse sentido o parasita serviria para chamar a atenção para a protagonista. A aproximação entre esse olhar e o que estamos apregoando esta no fato de que para nós o parasita também não é central, mas pode vir a ser ao tornar-se sujeito da enunciação. Entretanto outra semelhança se instaura entre nossa tentativa de pesquisa sobre o parasita, o fato de que a personagem protagonista do corpus analisado, aqui intitulada Homem do Subsolo encena às vezes a função de parasita e de parasitado. Ele se mostra no discurso ora como vítima quando centraliza as ações sobre outras personagens, ora como algoz quando traz sobre si as mazelas das vítimas de sua maldade. Sua consciência, como se verá demarca seu niilismo.

Para nós, no momento em que o proferimento enunciativo se veste do EU, o parasita torna-se sujeito da enunciação. Mesmo que sua localização seja instável, ele consegue marcar-se por meio dos embreantes que profere. A 'posição sujeito' não é estável justamente por conta da polifonia presente no discurso. A instabilidade do discurso não permite ao sujeito sentir pisar em terra firme, pois, a qualquer momento ele, caso não se ancore no que o discurso que lhe abriga permite que seja dito pode voltar à condição de parasita ou até mesmo de ser expelido pelo organismo sinuoso que se configura em discurso. Nesse tocante o Ethos se torna imprescindível, uma vez que permite ao sujeito comportar-se como um camaleão linguístico, nos termos de Faraco (2012) (guardadas as devidas proporções) que ao sentir necessidade de mudar o tom de seu discurso, remodula sua fala e reconfigura sua imagem, o que lhe permite continuar no 'recinto' discurso. O ethos reconfigura o sujeito, atualiza sua imagem para que ele possa fazer progredirem discursivamente suas enunciações.

## De parasita a sujeito: uma atualização possibilitada pelo ethos

Eis que chegamos na ponte de transição do parasita em sujeito, que como defendemos é mediada pelo ethos devido o fato de este elemento da cadeia discursiva permitir que um dado objeto de discurso se atualize e progrida rumo a possibilidade de surtir um efeito de sentido em outrem. Para Maingueneau (2014), o parasita é acusado de improdutivo. Assim como um sanguessuga absorve de quem o aloja nutrientes necessários a sua subsistência periférica e seu inquilino o tolera contra sua vontade. Seu inquilino é um lugar de transição cuja ânsia de expeli-lo independe de sua vontade.

O parasita seria, para Maingueneau (2014, p. 127): "... o pária redentor...a comunidade dos miseráveis, dos sem lugar na sociedade. Nesse lançar de olhos, o romancista... mediador entre a humanidade sofredora e Deus". Como o nosso parasita não está no mundo social 'maximizado', ou seja, não fazemos aqui análise do discurso focada em Dostoiévski, mas daquele que enuncia em uma das obras cujo autor é esse escritor russo, e sim na entidade que tornou-se parasita e almeja ser sujeito no discurso enunciado, o pária, o redentor, o mediador será a personagem em sua relação com a instância de discurso e não com o autor de *Memórias do subsolo*, aquele ser físico, Dostoiévski, mas no homem do subsolo que na obra analisada é o Homem do Subsolo. Se Dostoiévski camufla-se ou não na personagem para proferir seus dizeres, não é nosso interesse nesse estudo.

As características atribuídas ao sujeito por meio das atualizações que o ethos sofre no transcorrer discursivo possibilitam na ponte 'etheréa' vislumbrar uma cenografia que envereda para uma materialização discursiva com tendências niilistas. Quando o parasita passa a sujeito começa a se tornar parasitário de outros parasitas que nutrem-se dele enquanto lhe servem de contraste, ou seja, quando o parasita ganha a forma de sujeito da enunciação, passa a centralizar sobre si as atenções já que é por meio dele que as ideologias ganham sua roupagem. Assim

outras personagens se tornam necessárias para realçar os caracteres do sujeito. Embora não possam habitar um sujeito constituído nutrem-se dos discursos que dele emanam ao mesmo tempo em que remodelam a imagem dele. São periféricas, parasitas, mas sem elas não é possível vê o sujeito marcado. Tais personagens periféricas tem sua existência no discurso no fato de que o sujeito precisa delas para se constituir e progredir discursivamente. Elas passam de assunto a seres da interação com a finalidade de permitir a existência do sujeito.

Do mesmo modo em que uma mansão e um casebre lado a lado delimitam fronteiras, o sujeito e as personagens periféricas contrapõem sua 'sub-imagem' da imagem oficial, a do sujeito. Esses tipos de parasitas servem de realce para o aquilo que no momento em que se encontra se separa. Do mesmo modo em que o tido como paradigma de belo entra em atrito com o novo que a priori será o feio, o sujeito oficial será valorado como o legitimado e seu transeunte o que apenas existe, mas não serve de medida. Como no pensamento lógico de um Protágoras, guardadas as devidas proporções, (Cavalcante, 2011), Um está no mundo e por isso apenas vegeta, o outro transita no mundo por meio do discurso, por isso é digno de apreciação e quiçá adoração.

É no interim da transição entre o parasita e o sujeito, nesta metamorfose que o ethos age. O sujeito que em suas origens tenha sido parasita não pode mais cumprir tal papel, mas pode fazer com que outros o exerçam. Há nesse contrato velado uma simbiose em que o sujeito para progredir por meio do ethos precisa da presença das personagens do discurso literário para se propagar subjugando-as mesmo que se mostre o subjugado ao mesmo tempo em que elas nutrem-se de suas sobras. Há nisso uma ajuda mútua, mesmo que ambos os lados não a percebam e talvez essa ignorância quanto à existência dessa simbiose é que seja o segredo de sua permanência.

## **O emergir do sujeito da enunciação como niilista por meio das embreagens paratópicas**

A emersão da entidade/parasita/sujeito não pode se dá no vazio. As enunciações se manifestam em discursos. Logo os discursos são lugares de enunciação. No momento em que o sujeito se constitui e impõe como tal na cena de enunciação em que se instaura pode se aprimorar, de acordo com o que o terreno em que pisa oferta, para sua atualização. Há um leque de opções ofertado no processo de formação discursiva. A opção niilista é uma delas. Para intentar uma análise que conflua no sujeito niilista precisamos elencar critérios para o que caracterize um ethos niilista. Para isso precisamos trazer à tona uma pequena discussão sobre esse movimento histórico, filosófico e principalmente literário que a baila da nomenclatura latina significaria o nada ou a busca pelo nada. A contextualização do termo possibilita vê-lo no tempo e no espaço das ideias humanas como algo muito mais pujante do que a simples busca pela negação do homem a ser resolvido pelo nadismo.

O niilismo, enquanto movimento atrelado ao pensamento russo foi modelado, segundo Pecoraro (2007, p. 47) como tendo uma forma positiva e construtiva, o autor ao trazer o pensamento de Alexandre Herzen, assim expressa:

[...] movimento de transformação e emancipação. O niilismo... é a “lógica sem estrutura”, é a “ciência sem dogmas”, é a “ incondicional obediência à experiência” e a aceitação das suas consequências, quaisquer que sejam, desde que surgidas da observação e requeridas pela razão. O niilismo não transforma “algo em nada, confundido com algo, é uma ilusão de ótica (grifos do autor)[...]

O funcionamento do pensamento lógico sem uma estrutura materializando tal pensamento torna a concepção contraditória, a lógica requer exatidão e a estrutura poderia dá ao conceito de niilismo exposto delimitações. Mas o niilismo escapa a delimitações. Uma ciência não dogmática representa transmutação,

estado constante de mudança, o que provocaria ao próprio termo niilismo mudança significativa inconstante. Se o dogma petrifica aquilo que o constitui, o niilismo ao buscar a experiência incessante não possibilita a estabilização de nada. O nada será sempre algo que nunca poderá ser tido como nada e que nunca poderá ser estável, pois a experimentação constante torna a forma, o dogma e a estrutura em si, inconstante. Haverá sempre a ilusão de que o que é visto é o que de fato existe quando o que de fato existe não é estável, portanto, o algo confundido com um nada, na verdade é a transmutação de si próprio provocada pela experiência científica.

As palavras, os termos que permitem a propagação da imagem do sujeito nos moldes do que é considerado niilismo funcionam como embreagens paratópicas, ou seja, palavras que remetem a elementos tanto da língua quanto do mundo cujo valor se dá por meio do evento enunciativo que provoca sua existência, conforme Maingueneau (2014). Se é possível falar de tipos de paratopia, e no tocante a isso Maingueneau cita as de identidade, espacial, temporal e linguística, são nas palavras que apreçoam tais características, ao tempo em que insiram o sujeito analisado, é por meio de tais palavras que as ações que o constituem por meio da enunciação formadora de seu ethos, que identificaremos as marcas niilistas. Ao apontar ou remeter a lugar, espaço, tempo, por meio do que profere, as palavras funcionam como embreantes que constroem a imagem do sujeito da enunciação. A tessitura discursiva formada deixa transparecer em si ao mesmo tempo a criação literária e sua inspiração no real, no mundo. De um modo geral e didático um tanto quanto perigoso, poderíamos dizer que por meio dos embreantes paratópicos o sujeito pode forjar-se no discurso, marcar sua presença no que materializa discursivamente por meio de seus atos enunciativos e ao fazê-lo por tabela traz para a cena da enunciação sequelas do mundo físico. Metaforicamente ao utilizar-se do linguístico o sujeito adentra na atmosfera do real como um cometa que ao atingir a terra é ao mesmo tempo um corpo estranho e fundido na superfície. É de fora, mas habita o mundo.

O ethos niilista que pode emergir de uma premissa que se diga positivista, não está ancorado na obediência, mesmo que seja obediente, mas no modo como ele, por meio de sua enunciação mostra-se como um sujeito que sente vontade de experimentar algo que não o mostre como o que aparenta ser. Se o sujeito é mal e assim se mostra pelo ethos discursivamente, o que é importante é identificar o que ele nos diz pelo discurso. Ou seja, sendo mal e praticando maldades, o sujeito intenta uma altivez, como se verá, que embora não consiga camuflar a maldade, vive dentro dos preceitos e normas sociais, mesmo não conseguindo sustentar-se nelas.

A vertente não positivista do niilismo, especificamente no âmbito russo, apregoa por seu turno o dogmatismo e a rebeldia. Como diz Volpi (2012, p. 37):

[...] convencido do imperativo de negar a qualquer preço, de prosseguir de qualquer modo, mesmo entre ruínas e escombros. Renegava, assim, o passado e condenava o presente, incapaz, porém, de abrir-se a uma configuração concreta e positiva do futuro. Sua proposta era o individualismo, a frieza do utilitarismo, não cínica nem indiferente, mas radical e coerente ao sustentar a rebelião da *intelligentsia* contra o poder e a cultura dominantes [...]

O que se espera de um niilista bem como da modelagem de um ethos niilista é que a siga mesmo que não o faça à risca. O sujeito manifestante de uma ideologia nos moldes niilista deve negar um estado de coisas que vivencia se considera que ele não é o estado de merecimento. Ao ir contra o passado e o presente, mostra instabilidade de seu pertencimento. Há nisso uma espécie de paratopia. Conforme se verá, adiante, o nosso objeto de análise, mescla essas duas orientações já expostas do niilismo. Ao se seguir esta última premissa do pensamento niilista cumpre-se a um preceito ideológico, ou seja, os dogmas que legitimam a rebeldia devem ser seguidos pelos membros do movimento revolucionário ou terrorista, a terminologia que encapsulará o niilismo vai

depender do ponto de vista levantado, se entendido pelo prisma kzarista a preferencia seria o ultimo termo, se pelo prisma dos niilistas seria o primeiro termo o encapsulador do niilismo.

### **O máximo e o mínimo da embreagem paratópica**

A embreagem paratópica pode ser vista ainda sobre duas perspectivas que por tabela, convertem-se uma na outra, a saber: as posições mínima e máxima. Ao tratar dessas posições Maingueneau (2014) o faz direcionando-as a inscrição do escritor. Aqui a fazemos direcionando tal terminologia ao sujeito enunciador. Sinônimas respectivamente de superior e inferior, as posições mínima e máxima são, como diz Maingueneau, por natureza "potencialmente paratóticas." As posições mínima e máxima são simbólicas e escapam a qualquer tentativa de instauração tópica social. Como um modo de exemplificar a ambivalência da dicotomia mínima/máxima basta apreciar uma personagem com título de nobreza cuja conduta social é de pária. A personagem transita de um limite ao outro livremente sendo estável e, portanto, paratópica. A ambivalência pode ser associada com a noção de valor saussuriana em que um signo tem valor pelo que o outro signo não é. Há o duplo na ambivalência da posição mínima/máxima o que atesta a paratopia não só como posição, mas como situação instável, incomoda. O fato de uma personagem poder ir de uma posição a outra atesta que um parasita pode tornar-se sujeito e um sujeito pode ocupar a posição de pária, portanto, ser parasita.

### **Metodologia, corpus e análise**

Para prosseguir a análise, neste trabalho foram selecionadas cinco sequências discursivas (Doravante SD) que permitissem verificar o emergir discursivo por meio das embreagens paratópicas. Os embreantes paratópicos identificados nas SD

serviram para atestar por meio da materialidade do discurso literário em apreço o modo como o sujeito reconfigurou seu ethos no intuito de mostrar-se niilista dentro do que seja característico dessa tipologia nas premissas que a subsidiam.

| SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS ANALISADAS |  |
|-----------------------------------|--|
| SD 1                              | Menti a respeito de mim mesmo quando disse, ainda há pouco, que era um funcionário maldoso. Menti de raiva. Eu apenas me divertia, quer com os solicitantes, quer com o oficial, mas na realidade, nunca pude tornar-me mau. A todo momento constatava em mim a existência de muitos e muitos elementos contrários a isso. Sentia que esses elementos contraditórios realmente fervilhavam em mim. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 16-17)   |
| SD2                               | Sabia que eles haviam fervilhado a vida toda e que pediam para sair, mas eu não deixava. Não deixava, de propósito não os deixava extravasar. Atormentavam-me até a vergonha, chegavam a provocar-me convulsões e, por fim, acabaram por enjoar realmente! Não vos parece que eu, agora, me arrependo de algo perante vós, que vos peço perdão?... Estou certo de que é essa a vossa impressão... Pois asseguro-vos que me é indiferente o fato de que assim vos pareça... (op. Cit)   |
| SD 3                              | Pensais acaso, que eu queira fazer-vos rir? É um engano. Não sou de modo algum tão alegre como vos possa parecer; aliás, se, irritados com toda esta tagarelice (e já sinto que vos irritastes), tiverdes a ideia de me perguntar quem, afinal, sou eu, vou responder: sou um assessor-colegial. Fiz parte do funcionalismo público a fim de ter algo para comer (unicamente para isto), e quando, no ano passado, um dos meus parentes afastados me deixou seis mil rubros em seu testamento, aposentei-me imediatamente e passei a viver neste quatinho. Já antes disso vivi aqui, mas agora instalei-me nele.. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 18) |
| SD4                               | Tenho um quarto ordinário nos arredores da cidade... Dizem-me que o clima de Petersburgo está-me prejudicando e que, para os meus insignificantes recursos, a vida aqui é muito cara. Sei disso; sei melhor que todos estes conselheiros e protetores  |



|      |   |
|------|---|
|      | experimentados e sábios. Mas ficarei em Petersburgo; não deixarei esta cidade! Não a deixarei porque... Eh! Mas, na realidade, me é indiferente o fato de que a deixe ou não. (op. Cit)   |
| SD 5 | Em todo o caso, daqui a um ano o seu preço vai cair – prossegui com perversidade. – Vai passar daqui para alguma parte mais baixa, para uma outra casa. Depois de um ano mais, irá para uma terceira, cada vez mais baixo, e daqui a uns sete anos, terá chegado à Siênaia, a um porão. E assim ainda seria bom. A desgraça será se, além disto, aparecer-lhe alguma doença, bem, digamos uma fraqueza do peito... se você apanhar um resfriado ou alguma coisa no gênero. Com a vida que vocês levam é difícil curar uma doença. Se ela se agarrar a você, poderá não larga-la mais. Então você vai morrer.<br>(DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 106) |

Em SD 1 podemos verificar que o máximo e o mínimo impõem-se de modo saliente. Embora não apresentemos o contraponto que o Homem do Subsolo agora contradiz, o ethos que ele intentava mostrar alhures é desfragmentado num espécie de confissão. Ele se rende e afirma que [SD> Menti a respeito de mim mesmo quando disse, ainda há pouco, que era um **funcionário maldoso**<] Mesmo querendo mostrar-se mau, para ele seu comportamento não atingia esse status quando intentava maldade. A ambivalência do sujeito da enunciação sai de um nível máximo, o de ser mau e atinge um valor mínimo o de ter mentido sobre si para seu interlocutor. Ao mesmo tempo seu ethos se reconfigura o que se constata por meio do embreante <funcionário>, desse modo já conseguimos inserir o Homem do Subsolo em algum lugar do mundo real. A adjetivação representada pelo complemento <maldoso> ressalta um caractere do sujeito que enuncia no discurso. Ao apresentar-se enquanto mentiroso ele também deixa por meio da ambivalência de seu dizer reconstruído sua instabilidade etheréa. Seu ethos vai ao tempo que se reconfigura, também se deslocando via embreantes no transcórre do discurso. Aquilo que dizia ser já não recobre sua imagem, o que era

pretensão sua mostrar-se em Máximo torna-se em Mínimo. A progressão discursiva se dá no acréscimo de novas camadas discursivas como [Menti de raiva. Eu apenas me divertia, quer com os solicitantes, quer com o oficial, mas na realidade, nunca pude tornar-me mau] Ele justifica sua conduta enquanto resultante de um estado de espírito. Apresentando a motivação de sua mentira, a raiva, a seguir prossegue afirmando que com o que antes chamava de raiva passa a conceber como objeto de diversão. Há uma confusão sobre qual seria o limiar definidor da maldade para o Homem do Subsolo. O fato dele dizer “não” aos que solicitavam algo em sua repartição, mesmo quando a resposta deveria ser um “sim” para ele não atinge o nível comportamental tido como mau. A seguir ele diz [A todo momento constatava em mim a existência de muitos e muitos elementos contrários a isso. Sentia que esses elementos contraditórios realmente fervilhavam em mim.] Com isso o Sujeito da enunciação ao tempo que se contradiz, também apresenta uma pista para escolher a conduta que agora desfaz, a de ser mau. É como se fosse mais fácil ser mau que bom e desse modo prosseguir por meio de uma construção imagética má, ele estivesse indo contra uma natureza boa que lhe gritava de dentro, mas que ele teimasse em reprimir. O mau não se amarra, mas ele até sendo mau não consegue sê-lo por ficar preso ao que intenta apresentar fidedignamente.

Na SD 2 os pensamentos subterrâneos desse sujeito sempre o atormentaram. Ele não os queria externar nem tê-los e por não agir de acordo com eles, não fazia mais que abriga-los. Esses pensamentos foram parasitas do corpo desse ethos que agora se mostra por meio do discurso que materializa suas enunciações via texto. Ao permitir que seus pensamentos saiam dele fará com que os mesmos saiam nele e sejam com ele. Estamos diante de uma outra duplicidade. A escolha é dupla, ou deixa-se o que já é entranhado sair de si para o mundo físico ou para o mundo da enunciação que atingirá o físico, ou continua-se servindo de casulo para pensamentos que fervilham e anseiam para ganhar um

mundo. De qualquer modo os pensamentos estarão no sujeito, que será o centro de sua órbita, sendo sensibilizado ou não pelo que é manifestado, o sujeito estará sempre envolto a efeitos de sentido. [Sabia que eles haviam fervilhado a vida toda e que pediam para sair, mas eu não deixava.] Os pensamentos que o Homem do Subsolo pensou poder repreender transbordaram dele porque se nutriram de si mesmos e dele próprio fazendo-o romper com o silêncio e externa-los do lugar no tempo em que ele diz algo sobre eles. Nesse momento eles não são mais do mundo da enunciação somente, mas adentraram o físico, o mundo real, foram compartilhados e não pertencem mais a ele, são partilhados pelos que os acessam e ganham vida extra enunciativa. Esses pensamentos ao girarem em torno de um ponto começam a orbitar esse ponto e por meio dos embreantes paratópicos passam a iniciar a constituição de vislumbres, de imagens demasiadamente embaçadas, ethos que ao incorporarem-se podem constituir a imagem de um ser que poderá fala-las quando sentir-se apoiado nelas, ou seja, poderá partilhar de ideias e tomando partido delas passar a defendê-las por meio do discurso.

Em SD 3 vemos que o sujeito está em constante reconfiguração, pois quando acredita que seus interlocutores estão deturpando sua imagem lhes ataca por meio do diálogo e antecipa o pensamento que imagina está sendo construído pelo seu Outro. Na teia discursiva que vai engendrando o sujeito da enunciação apresenta por meio de mais embreantes novos aspectos de sua imagem. Começa a se corporificar, fazendo com que o leitor possa vislumbrá-lo por meio de associações, ao que há no mundo. Em [aliás, se, irritados com toda esta tagarelice (e já sinto que vos irritastes), tiverdes a ideia de me perguntar quem, afinal, sou eu, vou responder: sou um assessor-colegial.] percebemos que o Homem do Subsolo, geralmente acredita que o ethos que mostra pelo seu discurso é negativo. Para ele no transcorrer de seu discurso está aparentando ser um tagarela que está cansando seus interlocutores com suas delongas. O embreante <sou um assessor

colegial> nos faz acrescentar mais um caractere ao sujeito da enunciação, o que o demarca mais ainda no mundo que constrói por meio de seu discurso. Ele afirma que [Fiz parte do funcionalismo público a fim de ter algo para comer (unicamente para isto), e quando, no ano passado, um dos meus parentes afastados me deixou seis mil rubros em seu testamento, aposentei-me imediatamente e passei a viver neste quartinho. Já antes disso vivi aqui, mas agora instalei-me nele]. O funcionalismo público é uma espécie de lugar habitado pelo Homem do Subsolo, por meio do qual ele sobrevive na sociedade. Entretanto era um lugar incomodo e no momento que pode sair dele o sujeito da enunciação o fez. O Homem do Subsolo parasitava um lugar e depois de adquirir um pouco mais de poder passou a habitar o mesmo lugar que antes não lhe pertencia. Nesse ponto percebemos o mínimo se transformar em máximo.

Em SD 4 O Homem do Subsolo afirma residir nos arredores da cidade. Assim ele mostra-se periférico, alguém que não pertence à sociedade oficial. [Tenho um quarto ordinário nos arredores da cidade... Dizem-me que o clima de Petersburgo está-me prejudicando e que, para os meus insignificantes recursos, a vida aqui é muito cara]. Ele não se insere na cidade, mas em seus “arredores”, seu quarto é “ordinário” e não o protege das intempéries, sua falta de recursos não lhe permitem viver em São Petersburgo, mesmo assim ele não sai da cidade. O Homem do Subsolo é ambivalente, ao tempo em que financeiramente é um parasita social da cidade que o segrega, é para sua consciência, um sujeito. Ele é o ser quem diz em seu discurso, em suas memórias. Para quem o aconselha a sair da cidade, ele se mostra teimoso [Sei disso; sei melhor que todos estes conselheiros e protetores experimentados e sábios. Mas ficarei em Petersburgo; não deixarei esta cidade! Não a deixarei porque... Eh! Mas, na realidade, me é indiferente o fato de que a deixe ou não]. O Homem do Subsolo enuncia como se reclamasse de quem o aconselha ao mesmo tempo em que aparenta não se importar em morar na cidade ou não. Ele

prefere ser contra os conselheiros, pois assim os menospreza. Ele não habita a cidade, nem crê que a habitará um dia, prefere vê-la de longe, analisa-la à distância. Ele já não é produtivo na sociedade, mas já se instaurou em algo, seu quarto e dele pode proferir discursos. Não é a cidade de São Petersburgo ou outra qualquer que irá modificar sua conduta, por isso ele é indiferente quanto ao lugar que habite, para ele basta o já estar instalado em algo. Defensor da inteligência acima de tudo e contestador dos moldes culturais e do poderio simbolizado pelos costumes da elite que ele sustenta já de modo consciente, o ethos deve elevar-se com uma espécie de acionamento que só pode se tornar visível através da embreagem paratópica, ou seja, das marcas discursivas que materializam por meio de enunciados os caracteres do sujeito que o configuram como niilista.

Em SD 5 o Homem do Subsolo fala com outra pessoa. Sente-se grande ante a pequenice que enxerga em seu interlocutor, uma prostituta. [Em todo o caso, daqui a um ano o seu preço vai cair – prossegui com perversidade. – Vai passar daqui para alguma parte mais baixa, para uma outra casa] Ele demonstra satisfação em diminuir o outro, em fazer com que o outro seja aquilo que ele, em uma instância maior também o é. O que o Homem do Subsolo tem se instaura em contraponto ao que falta no outro. A prostituta com quem o Homem do Subsolo dialoga, chamada Liza, é tida como uma mercadoria cujo valor diminui com o tempo em que é usada pelos outros. Para ele ter alguém em uma situação pior que a dele serve de consolo, o deixa menos triste. No nível de Liza, o Homem do Subsolo existe enquanto que ela parasita, margeia. Ele não adentra o nível da elite mas consegue transitar entre o seu mundo e o de Liza, ela no entanto não vai até o mundo dele, ele é quem pode ir até o dela. Para o Homem do Subsolo é gratificante saber que Liza apenas descerá na escala social enquanto que ele não desce além de sua marginalidade. Há uma simbiose entre o Homem do Subsolo e Liza, pois ao passo que ele a diminui enaltece-se por meio desse processo perante a ela. Ao rebaixa-la ele

constrói para si uma imagem maior que a dela. Liza orbita a instância do Homem do Subsolo que enquanto niílista, não deixa de viver de acordo com algumas das normas da sociedade que ele orbita impõem. Entretanto, não se prende a amarras. Liza é alguém que o Homem do Subsolo quer vê transformado em nada, entretanto o que ele vislumbra em sua “vitória” frente ao que vê como o mais fraco que ele, não é mais que uma ilusão. Como se vê [Com a vida que vocês levam é difícil curar uma doença. Se ela se agarrar a você, poderá não largá-la mais. Então você vai morrer.]

### **Considerações finais**

Quando o parasita atinge a instância do Eu metamorfoseia-se em sujeito e pode posicionar-se, tomar partido, dependendo do que o lugar, discurso literário, permite que seja dito, do contrário pode voltar ao estado de parasita. O discurso literário constrói enquanto se cria, uma cenografia, nos moldes de Maingueneau, onde o sujeito encena e centraliza sobre si as ações. Ele é o centro, os outros orbitam ele. A simbiose representa a dependência. Os parasitas realçam o Homem do Subsolo. Os periféricos estão no mundo, os sujeitos transitam nele. O sujeito da enunciação se movimenta no discurso literário mostrando-se bom e mal por meio dos níveis máximo que se aproxima do sujeito e o mínimo que se aproxima do parasita. A paratopia não é apenas lugar, mas situação instável. A análise resultou na identificação do sujeito enquanto ocupante de uma posição tópica em que seu discurso é aceitável no espaço que permite que o dizer seja dito, ganhando força pelo lugar de onde o sujeito sai e instaurando-se no âmbito sócio-histórico em que propaga a si próprio, conforme Maingueneau (2014). Desta forma este trabalho evidencia que o sujeito vive de seu parasitado, o discurso literário, buscando nele os elementos necessários para fazer emanarem seus posicionamentos, suas convicções.

O momento em que as vozes de personagem e narrador se mesclam, ocorre no âmbito discursivo é emblemático, pois ao identificar-se com a personagem por meio de suas enunciações, uma espécie de sedução por meio de signos, o que para Maingueneau (2014) provoca uma embreagem que integra personagem e narrador ao discurso. No tocante ao que fazemos nesse trabalho, a personagem principal também mescla sua voz ao discurso com tanto afinco que adentra nele, nutre-se dele, habita nele e materializa-se também enquanto personagem que em sua pretensiosa insignificância significa a grandeza dos outros em detrimento a própria. Porém ao fazer isso, toma para si a responsabilidade de enunciador. O que lhe faz suprir as próprias pequenices ao permitir-se falar delas. Ele transforma para seu prazer, o outro em nada que não é mais que uma ilusão de ótica, pois ao diminuir o outro ele se ilude em pensar ser mais que alguém.

Com o que tínhamos, fomos até onde pudemos. Mas a arena continuou nebulosa e na nevuia da opacidade discursiva não sabemos ainda se o que há no além mar é um precipício ou terra virgem a ser poluída por nós. O caminho, no entanto, ao menos por hora finda aqui.

## Referências

- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Cap. 2. Fortaleza: Edições UFC, 2011
- MAINGUENEAU, Dominique. A embreagem paratópica. *In: O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PECORARO, Rossano. **Nihilismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- VOLPI, Franco. **O nihilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

# O DISCURSO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O PODER E A IDEOLOGIA

Maria do Socorro de Andrade Ferreira

## **Introdução**

O caráter dialógico da língua nos fez refletir acerca de como o discurso está enredado por certas circunstâncias, bem como a outros conceitos que se fazem necessários para apreendê-lo. Diante disso vimos a necessidade de realizar uma incursão teórica que buscasse elencar esses elementos mais próximos e, porque não dizer, mas urgentes à compreensão do discurso.

Para lograr êxito nessa tarefa, nos utilizamos de uma pesquisa bibliográfica na qual trouxemos para o corpo do trabalho conceitos como: a enunciação e discutimos acerca da singularidade desse fenômeno linguístico; o sujeito da enunciação, no qual apresentamos suas características e a relação com o discurso do outro, assim como conceitos e concepções sobre o discurso, a ideologia e o poder. Em todos esses tópicos damos ênfase à relação com o tema do discurso.

Em síntese, podemos dizer que o presente texto aborda uma discussão teórica através da qual buscamos discutir algumas noções tais como discurso, enunciação, ideologia e poder, a partir de um referencial teórico amplo e rico, que vai de Foucault a Benveniste, de Bakhtin a Ducrot, passando por Althusser e Maingueneau, Barthes e Charaudeau. O percurso teórico tem por objetivo mostrar o discurso e as relações imbricadas a ele, logo,



nosso trabalho procura tecer os caminhos percorridos na estreita relação entre discurso político, ideologia e poder, de modo a evidenciar como pode ser produtiva a contribuição desse referencial teórico para análise do discurso.

## 1. A enunciação

O que inicialmente podemos afirmar acerca da enunciação é que ela é única e irrepetível, ou seja, é o dizer, já que o enunciado é o dito. O discurso está circunscrito em um dado momento, proferido por um determinado enunciador que, mesmo que volte a dizer o que falou anteriormente jamais o repetirá na íntegra, como aconteceria a uma fotografia, por exemplo. Isso nos mostra que cada enunciação é única e, ainda que se utilize dos mesmos sujeitos e condições de produção, sempre será uma nova enunciação. Para Benveniste (1989, p.82) “a enunciação é esse colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Em contraposição, para Foucault:

[...] há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem suas individualidade espaço-temporal. Duas pessoas podem dizer ao mesmo tempo a mesma coisa; já que são duas, haverá apenas duas enunciações distintas. Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reproduzir (2005, p.114).

Podemos perceber que Benveniste detém o mérito de sistematizar uma teoria da enunciação e repor a questão da subjetividade na ordem dos estudos da linguagem. Para Foucault a enunciação manifesta-se com enquadramentos singulares. Já para Drucrot (1984), enunciação é como “acontecimento histórico, isto é, o fato de uma frase ter sido objeto de um enunciado”. Para o autor,

o caráter da enunciação é irrepitível, ancorada no seu efeito temporal diferentemente do que preconiza Benveniste, ao mostrar a “língua como ato individual” (1988, p.82).

Atrelada a essa singularidade enunciativa está o sujeito e o tempo. Esses elementos individualizam a enunciação e isto porque, cada vez que um enunciado é proferido, circunstâncias novas o reivindicaram e novos sujeitos procuram compreender o já proferido. Emerge daí a necessidade de uma nova enunciação, pois esta deverá se ajustar a este novo sujeito ouvinte ou que o profere. Ambos reproduzirão o discurso da forma como o compreendem ou como querem ser compreendidos e, esta compreensão/ significação, para constituir-se, passa por uma série de elementos intrínsecos à vida particular de cada um de nós, como os processos sócio-históricos e ideológicos, que se acentuam de maneira diferenciada na vida de cada sujeito.

O tempo também é determinante para essa singularidade; cada vez que se faz necessário proferir aquele mesmo discurso, a ele será incrementado novos elementos bem como a própria compreensão do sujeito; se o repetirmos a alguém já familiarizado com o assunto, diremos de uma forma; se o indivíduo a quem nos reportamos é um leigo, o mesmo assunto dito a um especialista da área poderá ser dito àquele, da forma como este possa compreendê-lo.

Seguindo os critérios foucaultianos acerca do discurso, temos o enunciado não como uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis fazendo com que apareçam conteúdos concretos no tempo e no espaço. Quanto à enunciação podemos afirmar que, um mesmo enunciado dito por um mesmo indivíduo diversas vezes, resulta em igual número de enunciações. A este conceito, portanto, está inscrito a forma indefinida da necessidade da repetição do enunciado (FOUCAULT, 2005, p.98), dadas novas circunstâncias.

Assim, cremos ser a enunciação um fato que se individualiza pelo modo de percepção do sujeito, pelo tempo em que o enunciado é proferido como pelas circunstâncias desse momento

chamado aqui, diferenciando-se da percepção de tempo, que mais se relaciona ao contexto histórico de uma determinada época. Em contrapartida o “aqui” se refere ao momento exato em que está circunscrito o momento da cena enunciativa, esse momento, pois é irrepetível.

A necessidade de repetir o dito anteriormente à “mesma enunciação” torna eficiente o conceito que o mestre da dialogicidade linguística trouxe para a enunciação. Segundo Bakhtin (1988) todo enunciado se faz pela necessidade da réplica, assim haverá sempre um locutor, mesmo em potencial, que espera uma resposta.

Como se vê, mesmo quando os conceitos de Foucault e Bakhtin parecem divergir, eles confluem num mesmo sentido: enunciação é singular porque existem “novos sujeitos”, num “novo tempo” a espera de uma nova resposta. Segundo Barros (2005), para Bakhtin toda enunciação está impregnada de conteúdo ideológico e mostra sua concepção de enunciação como produtora de interação de dois indivíduos socialmente organizados.

Formulações como estas nos mostram que está aí pressuposta a concepção de que o sujeito semantiza a língua no evento enunciativo. E este está circunscrito a um momento, um dado contexto e no invólucro do *outro* do discurso, que possui características da ideologia, da qual trataremos a seguir.

## **2. A ideologia e a materialidade discursiva**

A materialidade da ideologia se dá nas práticas das pessoas, estas são reguladas pelo que Althusser denominou *Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE-* que compreende as instituições como a família, a religião, a escola, a política, o sindicato entre outros. Althusser acentua ainda o caráter produtivo da ideologia, “[...] o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. O imaginário é o modo através do qual o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida” (ALTHUSSER *apud* BRANDÃO, 1993, p.22-23).

Nos estudos sobre a história e a dominação dos povos, a linguagem usada pelos dominados das “terras descobertas” não aparece apenas como mais uma arma para subjugar os povos, mas como uma ferramenta decisiva para dominá-los. Entendemos que em cada falar de um povo encontram-se instrumentos de defesa alojados no “palato duro” da cultura própria de cada região, de cada país. O falar, no sentido de discursar, enseja um aglomerado semântico que denota valores culturais, éticos e morais e é por meio da fala que conhecemos a ideologia, termo por muitos teóricos conceituado, dentre as várias, destacamos algumas.

Na concepção marxista, (MARX & ENGELS, 1965 *apud* BRANDÃO, 1993) a ideologia é responsável por não permitir a percepção da alienação com o objetivo de impedir a revolta do povo contra a classe dominante, sem precisar recorrer à violência física; mantém a coesão social, mascarando as distorções sociais e ocultando as explorações. Assim, constatamos que o discurso ideológico, nessa perspectiva, funciona como as sombras da realidade descritas no “Mito da Caverna” de Platão em sua *República*, impedindo que o oprimido tenha uma visão própria do mundo, pois os valores da classe dominante lhes foram impostos como universais, decorrentes da “ordem natural das coisas” e não como resultado da injusta repartição de bens.

A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. [...] é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX & ENGELS, 1965, p.14 *apud* BRANDÃO, 1993, p.20).

Há um conceito que possivelmente concilie tanto as posições positivas quanto negativas acerca do conceito de ideologia; sem que diga uma coisa ou outra, Aranha e Martins afirmam que

“ideologia significa o conjunto de ideias sistematizadas que justificam determinada prática” (1992, p.57).

Esta é uma concepção que possivelmente vem sintetizar as muitas concepções divergentes acerca do tema. Observamos que esta concepção é mais voltada aos dias atuais, quando fala das ideias e valores comuns representantes de uma sociedade e não apenas meios de produção, o que poderia deixá-la restrita somente às questões relacionadas ao trabalho. Chauí interpreta a noção de ideologia como um sistema lógico...

[...] e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ,1980, p.113).

Corroborando com esta concepção, Brandão afirma que a ideologia:

[...] se apresenta, ao mesmo tempo, como explicação teórica e prática. Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. [...] vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos” que preservem a coerência do seu sistema (BRANDÃO, 1993, p.21).

Pelo exposto, asseveramos que a ideologia manifesta-se no discurso daquele que enuncia sem, contudo revela-se como tal. A ideologia que se manifesta nos textos de um país democrático, de livre manifestação do pensamento, não se utiliza mais de cortes bruscos no discurso, de mudança repentina de assunto, como ocorria nos textos jornalísticos do período ditatorial no Brasil que, de repente, emendavam a uma notícia uma receita de bolos, as rádios que subitamente saíam do ar. A ideologia que permeia as relações cotidianas isenta da força da ditadura, que alguns países

tiveram a infelicidade de conhecê-la, se “mostra” bem mais sutil, se assevera nas práticas, do mesmo modo que se camufla por meio destas.

É nesse sentido que Ricoeur *apud* Brandão diz ser a ideologia operatória e não temática, porque “operando atrás de nós”; pensamos sem, muitas vezes, trazê-la ao nível da consciência. É nesse ponto que as duas concepções - ideologia e linguagem - se cruzam, especialmente com os discursos marcadamente institucionalizados. Sobre este aspecto, Brandão afirma:

[...] faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais. Seleccionando, dessa maneira, os elementos da realidade e mudando as formas de articulação do espaço da realidade, a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo. E esse modo de ser do mundo, veiculado por esses discursos, é o recorte que uma determinada instituição ou classe social (dominante) num dado sistema, (por exemplo, o capitalista) faz da realidade (BRANDÃO 1993, p.27-28).

A estudiosa nos chama a atenção para a produtividade da língua, característica que lhe é tão peculiar, que permite o jogo, o brincar com as palavras e assim o fazer poético; por um lado a linguagem se permite manipular o sentido e assim a construção da referência, o sentido no qual possa está empregado permite manipular; é nesse instante que a língua pode está a serviço da ideologia. O que vem a corroborar com a assertiva da filósofa Marilena Chauí, para quem a ideologia organiza-se “como sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e o que devem valorizar” (CHAUÍ, 1980, p.113).

A posição de Foucault (1979) se aproxima a de Chauí (1980) porque também o aspecto ideológico é visto como dimensão

necessária de todo discurso, responsável pela produção de situar um sentido para o corpo social.

## 2.1 Discurso e ideologia: relação de imbricação

A ideologia é um fenômeno silencioso que atravessa várias instâncias sociais, logo podemos afirmar que a ideologia é intrínseca ao discurso.

Discursar é defender um ideal em confronto com outro, se justificando por meio de respostas aos porquês, à importância e a relevância do que se defende. Todavia, a compreensão da linguagem dependerá dos fatos sociais aos quais está inserida. Logo, o discurso se dar quando há uma articulação das palavras que concomitantemente carregam em si o mundo exterior a elas; o mundo próprio do falante; traz pressupostos tanto ideológicos quanto da *formação discursiva*<sup>31</sup> a que pertencem. Como podemos observar no que afirma Brandão:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, [...] não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são históricos- sociais (1993, p.12).

Bakhtin torna-se um dos “lançadores” da pedra fundamental para a Análise Discurso (AD), pois ele via nos textos a possibilidade de materialização dessas estruturas que estão para além da frase, “fora do texto”, mas nas entrelinhas deste, porque o homem, produzindo textos se apresenta, ou melhor, se mostra por meio dele.

---

<sup>31</sup> São responsáveis por dar aos indivíduos, de uma determinada conjuntura social, a semântica das palavras.

[...] decorre que o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos textos ou por meio deles, o que distinguiria as ciências humanas das exatas e biológicas, que examinam o homem 'fora do texto' (BARROS, 2008, p.26).

Do pensamento bakhtiniano depreendemos que o homem constitui-se na sua formação integral, em sociedade como um cidadão que a conhece por meio dos diversos textos, que a perfilam e que permitem a produção de "outros textos", mas que na sua constituição estão imbuídos os aspectos ideológico relacionados a cultura e ao espaço que o sujeito transita. Logo, seu discurso não é a voz que principia algo novo, mas é um todo enredado de outras partes já mencionadas aqui.

Todavia, não é tarefa fácil "visualizar" o homem pelo seu discurso. É relevante pontuar que Foucault (2005) concebe os discursos como dispersos, assim, rompe com a ordem clássica do discurso como um desenrolar "previsto", dá uma nova visão de discurso para a história: ruptura e descontinuidade; dessa forma, atribui uma instância de singularidade ao discurso e, dispensa qualquer "referência a uma teleologia ou subjetividade fundadora" do mesmo. Isto é, aos analistas do discurso cabe a tarefa de "organizar" essa dispersão que, segundo ele é própria de todo discurso.

Para realizar a tarefa proposta pelo filósofo é necessário conhecer as "regras de formação", a saber, são: *os objetos, espaço comum discursivo, os tipos de enunciação, os conceitos, os temas e as teorias*. Uma importante observação foi apontada por Foucault: "Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância" (FOUCAULT, 2005, p.28).

De sua assertiva, inferimos como pressuposto basilar da atividade, do analista do discurso, debruçar-se sobre o espaço comum que o discurso circula; no contexto deste cenário discursivo, pois estes identificam determinadas instancia discursiva, o que nos remete outra vez a instância enunciativa: eu -



aqui – agora, ou seja, um **eu**, que enuncia a partir de um contexto específico, atrelado às circunstâncias do **aqui** e **agora** (BENVENISTE, 1988, grifo nosso).

## 2.2 A construção dos sentidos nos discursos

É na opacidade ideológica que, segundo Pinto (1999) encontramos os significados e também as marcas heterogêneas que forçam essa opacidade da ideologia, que por sua vez encontram-se submersas à formação discursiva a qual pertencem. Todavia, encontrar o sentido para os interlocutores do discurso é, para cada um deles particularmente, associá-lo às representações sociais que já possuem e, acerca disso nos fala Pinto:

Uma parte do ideológico também transparece num texto sob a forma de *preconstruídos*, (*sic*) que são inferências e pressuposições que o coemissor deve fazer para suprir as lacunas e dar coerência à interpretação que faz, interligando entre si as frases e partes do texto e ligando-o a um “mundo” (1999, p.41).

Podemos observar que para “encontrar” o significado do que diz o enunciador em um texto, uma série de elementos precisa ser analisada, ou seja, todas as questões relacionadas à ideologia, as marcas de heterogeneidades além de outras como o pré-construído, que nada mais é do que a capacidade que o indivíduo tem de individualizar o que diz, pois é nesse instante que tomamos a consciência do indivíduo e do outro do discurso; o pré-construído faz parte das relações que o sujeito já possui anteriormente ao momento que discursa e, a partir dele faz significar o que diz e o que ouve. O “mundo” ao qual se refere Pinto é uma espécie de *sinapse* cujas terminações nervosas seriam os enunciados que acoplados a esta passariam a mandar estímulos ao sistema nervoso central, passariam, portanto a significar dentro da própria vida do sujeito.

### 3. Discurso e poder: uma relação de simbiose

Impossível falar em discurso e não falar de poder, ele necessariamente ocupa todas as instâncias de relacionamentos sociais desde que perdeu o *status* da materialização na figura do soberano.

As questões relacionadas ao poder surgem nos estudos do filósofo Foucault, a partir de sua preocupação com o sujeito. Seus estudos têm a finalidade de procurar saber como o poder atinge o sujeito nas suas relações cotidianas.

A noção foucaultiana (1982) de poder contrapõe-se a de repressão que segundo o conceitua Holanda (1988), *é o ato de reprimir, sustar a ação ou o movimento*; podendo ainda ter outras conotações como *disfarçar, dissimular, oprimir* ou mesmo *violentar*. Para o filósofo não se explica o poder se lhe remetermos somente sua função repressora. Contrária a ela, a afirmativa da existência que pode também ser aplicado pelo sujeito para o/os sujeitos, no sentido de aprimorá-lo. Esse poder positivo tem relação direta com não só com a questão do domínio, mas com a capacidade e a força em função de alcançar um objetivo visando um bem comum.

A perspectiva foucaultiana nos leva a concluir que abordagem do tema a partir de “como se exerce o poder” é uma análise das relações sociais que permeiam a vida do homem nas diversas instâncias cotidianas e não do poder como substância concreta. Os personagens que atuam nesses cenários em que circundam o poder, tais como as instâncias já relacionadas por Althusser, mudam, mais as relações que permeiam essas relações sociais permanecem as mesmas.

Segundo Foucault, o poder pode ser definido como “um conjunto de ações sobre ações possíveis, operando sobre o campo de possibilidade onde se inscrevem os sujeitos ativos” (2004, p.144). Nessa concepção, o poder só se exerce sobre sujeitos que têm diante de si um campo de possibilidades, com condutas diversas, reações e comportamento podem ser exercidos. Não há, portanto

um confronto entre poder e liberdade, onde poder se exerce e liberdade desaparece; mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (2004).

Para Barthes o poder está emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um local de fora do poder, locais institucionalizados e socialmente reconhecidos como detentores de poder. Esse teórico enfoca muito mais a própria língua como detentora de poder do que qualquer outro mecanismo existente na sociedade porque para ele a língua é o elemento trans-social, responsável pelo transporte do poder quando os personagens da história migram, por catástrofes, ou quaisquer outras mudanças que venham ocorrer na história social dos homens: “o poder é, simetricamente perpétuo no tempo histórico [...]. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana é a linguagem – ou, para ser mais preciso sua expressão obrigatória: a língua” (BARTHES, 2005, p.12).

Nesse ponto, para Barthes o único meio de escape ao poder que exerce a linguagem é a literatura, considerando assim esta como uma manifestação artística da linguagem. Desse modo, Barthes assevera o poder manifesto pela palavra; é maior que simplesmente a palavra dita, a palavra manifestada se exerce.

Notadamente, o discurso político possui as características de que a palavra dita se exerce e é legitimada por este *status* de que é investido o político. A esse respeito, trataremos no tópico que segue.

#### **4. O discurso político**

Neste item pretendemos destacar o discurso na sua perspectiva política que Charaudeau o define como “uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais no interior de determinado campo de prática” (CHARAUDEAU, 2006, p.32).

O teórico estabelece a diferença entre *campo de prática* e *assunto político*. Este último pode surgir totalmente fora de um real discurso político; pode ser apenas um comentário, cujo discurso insere-se no assunto político, mas sem o risco político, ou seja, sua finalidade está fora da ação política. Todavia, para se configurar em discurso político, as falas que ao assunto político são remetidas devem estar atrelada ao campo da prática política, ou seja, ao fazer político no seu cotidiano.

Para melhor diferenciação entre comentário e discurso político Charaudeau estabelece os dois planos em que pode ser encontrado o assunto político:

No plano da linguagem certamente existe um lugar no qual se inscreve o discurso político, aquele em que precisamente se encontram *opinião* e *verdade* em uma relação dialética entre a construção da opinião, desemboca o julgamento reflexivo, e a verdade, que surge da ação e do ato da decisão. É nesse lugar que se instituem comunidades múltiplas de pensamento e de ação, que se definem nesse “em comum”, um em comum que é preciso considerar como uma norma de pensamento e de ação intercambiada entre os membros do grupo (CHARAUDEAU, 2006, p.45).

Para Charaudeau, o discurso político-opinião é aquele responsável, apenas pela reflexão ou comentário acerca do que ele denominou discurso político-verdade, responsável pela prática política e que tem, portanto, esse discurso como norma de suas práticas em seus espaços ou posições que constituem a *práxis* política. O autor ainda ratifica as normas e critérios com relação ao discurso político:

Essa norma partilhada constitui a mediação social na qual se encontram os valores transcendentais que, ao mesmo tempo, fundam o julgamento e a ação, e que são construídos e transportados por um discurso que os faz circular na comunidade, construindo seu cimento identitário. O discurso político resulta de uma mistura sutil entre a

palavra que deve fundar a política e a que deve gerir a política (CHARAUDEAU, 2006, p.45-46).

Logo, percebemos que existe uma norma – para o discurso político se instituir como tal – e conhecê-las, é no dizer de Foucault “descer ao estudo das práticas concretas” pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento com o objetivo de fazer aparecer os processos em que o sujeito e o objeto se transformam um em relação ao outro, (2004, p.237). Para que a fala sobre política se instaure como discurso faz-se necessária à fala somada à prática política, isso é o que lhe confere o *status* de discurso político.

Pelo exposto podemos ratificar a questão do *status* quanto à credibilidade/ o poder do discurso. Os comentários sobre a política não constituem o campo de prática, logo estão alijados do poder. Já a política, notadamente o campo de prática, legitima aos seus interlocutores a credibilidade discursiva, uma vez que estão investidos em um campo de prática que os autoriza a discursarem como tal.

### **Considerações finais**

A incursão literária nos permitiu constatar que os discursos trazem consigo fenômenos ideológicos e socioculturais, responsáveis pelo significar junto aos seus interlocutores. Por essa razão, o fenômeno da enunciação é sempre evocado pelo enunciador mesmo quando este faz referência à mesma sequência de enunciados. Sobre isto Bakhtin (2005) assevera que todo enunciado se faz pela necessidade da réplica. Por essa razão, Benveniste ratifica que, há enunciação quantas vezes o sujeito repetir a mesma frase. Logo, toda enunciação está presa à situação da temporalidade na qual é proferida.

À compreensão do discurso faz-se necessário o conhecimento da formação do discurso, no caso do discurso político, a compreensão e a forma de utilização dos mecanismos de

estratégias. Conforme Aranha & Martins (1992), a prática política discursiva sistematiza um conjunto de ideias que justifica o seu fazer político. Um dos objetivos do discurso político é o de se apresentar como lógico e coerente e assim ditar o que devem pensar e como devem agir os membros de uma determinada sociedade. (CHAUI, 1980).

Charaudeau (2006) nos traz a importante distinção entre comentário e discurso político ratificando que o discurso político só pode ser definido como tal quando atrelado às práticas políticas.

A produtividade da língua, assim como no fazer poético, permite ao discurso manipular a construção da referência e, neste instante a língua pode está a serviço da ideologia. As concepções de ideologia e linguagem estão articuladas especialmente nos discursos institucionalizados.

Todavia a ideologia se faz necessária à produção de sentido social circunstancial, segundo Foucault que comunga com o mestre Bakhtin, para quem o ideológico é a “cultura imaterial” de todo indivíduo. Dessa forma, o sentido produzido pelo discurso está na confluência do discurso e das representações sociais que esses sujeitos possuem.

O que também ganha espaço no processo discursivo é a questão do poder, conforme Foucault surge em toda parte e se expressa de diferentes modos. Outra dimensão observada na relação poder – discurso é o caráter positivo em função de alcançar um objetivo visando um bem comum.

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.
- ARAÚJO, Inesita Soares. **O olhar semiológico**. Rio de Janeiro: Eco-UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.

- BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e a construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- BARTHES, Roland. **Aula**. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1988.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.
- BIROLI, Flávia. Dizer (N) o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **[RE] Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1984.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; J.E.M.M. **Dicionário da língua portuguesa**. Botafogo: Nova Fronteira 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michael Foucault, uma trajetória filosófica**. Tradução Vera Pato Carrero. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade e política**. Manoel de Barros da Motta (Org.). Rio de Janeiro: Forense, 2004. ( Coleção Ditos e escritos v).
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 1999.

# AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DO PRESIDENTE OBAMA PARA A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO BRASIL

Mariana Ramalho Procópio

## Introdução

Toda argumentação pode ser considerada como uma tentativa de levar o outro a partilhar uma mesma opinião, criando nos ouvintes uma predisposição à ação ou uma ação efetiva. A argumentação se desenvolve num campo de conflitos: as expectativas são diferenciadas e o próprio entendimento do bom argumento vai ser relativo.

O presente artigo procura analisar as estratégias argumentativas do presidente Barack Obama em um discurso dirigido aos brasileiros, em março de 2011, em razão da visita do chefe de estado norte-americano ao Brasil. Nosso objetivo é tentar identificar as imagens construídas de Brasil e EUA, por meio de sua estruturação discursiva. Neste sentido, justifica-se o uso da análise do discurso, que, como propõe Maingueneau (2001, p.17), “visa a apreender a estrutura dos enunciados através da atividade social que os carrega. Ela relaciona as palavras a lugares. Através da multiplicidade das situações de comunicação, o discurso eclode numa multiplicidade de gêneros, cujas condições de possibilidades, rituais e efeitos se devem analisar”. Sendo o discurso um fato social por excelência, ele não poderia ser estudado fora de uma esfera situacional, a qual motivaria e ofereceria as condições de emergência desse enunciado.



A fim de proceder à análise, faremos uso de proposições acerca da organização do discurso argumentativo, conforme proposta de Charaudeau (2007). A partir de tais considerações, retomaremos o discurso em questão, buscando nele identificar as imagens de Brasil e Estados Unidos, a partir das estratégias argumentativas.

## **1. Considerações sobre argumentação pelo viés de Patrick Charaudeau**

Charaudeau (1992) define que o sujeito desenvolve estratégias de argumentação de acordo com suas intenções em influenciar seu interlocutor. O dispositivo argumentativo será constituído pela tese a ser postulada, e pelos universos de problematização e contextualização, implícito e explícito.

Para tanto, o sujeito se valerá de procedimentos argumentativos a fim de legitimar ou inferir credibilidade à sua fala, ou ainda captar o seu interlocutor. Na tentativa de legitimação, o enunciador se apoiará numa posição de autoridade (seja institucional ou pessoal) para se pronunciar. Já na tentativa de alcançar credibilidade, o locutor se posicionará de maneira a determinar uma posição de verdade. Ora o enunciador optará pela neutralidade, ora pelo engajamento. E por fim, quando estiver em cena o jogo de captação, o locutor tentará convencer o interlocutor sobre sua fala. A maneira pela qual ele conquistará o convencimento e a adesão dependerá de sua finalidade: polêmica, persuasão, interpelação, dramatização, etc. Em relação ao nível discursivo, o locutor se valerá das categorias e modos de organização da matéria linguística para produzir os efeitos desejados. Podem ser destacados: a descrição, a analogia, o questionamento, as comparações, a metáfora e a interpelação.

A fim de que haja argumentação é necessário ainda que os indivíduos partilhem um contrato intelectual baseado principalmente aos contextos sócio-históricos e a um universo de representações em comum, isto é, a uma mesma *doxa*. Identificados

como representações coletivas, os *imaginários sociodiscursivos* partilhados pela sociedade, dão significado ao mundo. A construção dos imaginários relaciona elementos afetivos e racionais nessa simbolização do mundo e das relações que fazem parte deste mundo. São criados e veiculados pelos discursos circulantes na sociedade com uma dupla função: criação dos valores que serão difundidos na sociedade e justificativa das ações de indivíduos e grupos sociais.

De acordo com Charaudeau (2007), a construção dos imaginários sociodiscursivos está ancorada em dois tipos de saberes: (i) os *saberes de conhecimento* que tendem a estabelecer uma verdade acerca dos fenômenos do mundo que independe da subjetividade do sujeito; e (ii) os *saberes de crença* que pertencem a um modo de explicação do mundo, proveniente de julgamentos e apreciações dos sujeitos. Sobre os tipos de saberes, podemos dizer que a principal diferença entre eles está no tipo de relação estabelecida entre sujeito e mundo.

No caso dos saberes de conhecimento, o mundo se sobrepõe ao homem. É a partir da verificação, provada (no caso dos saberes científicos) ou experimentada (no caso dos saberes de experiência) que um determinado argumento se legitima e se fundamenta. No caso do saber científico, as explicações costumam ser sistematizadas em teorias e modelos explicativos. Já no saber de experiência, as explicações partem do conhecimento de mundo, de uma experiência socialmente partilhada, mas que nem sempre vai ser provada.

No âmbito dos saberes de crença, a relação homem/mundo é diferenciada: é o homem que se sobrepõe ao mundo, isto é, o julgamento subjetivo sobre os fatos do mundo é que se configura com um saber. Por serem subjetivos, estes julgamentos não podem ser verificados. No entanto, as pessoas que utilizam estes tipos de saberes o fazem por adesão, no caso dos saberes de revelação, ou por apropriação quando tratarmos dos saberes de opinião.

No caso dos saberes de revelação, as explicações são fundamentadas em uma verdade exterior ao sujeito, que costuma ser expressa pelas doutrinas, ideologias e arcabouço moral. Já nos saberes de opinião, as explicações partem do julgamento e opinião de um determinado sujeito e são construídas por motivações variadas, tais como necessidade, verossimilhança, razão, emoção, etc. Interessante notar que este saber é, ao mesmo tempo, pessoal (pois é o julgamento de um ser específico) e social (este ser faz uso dos saberes circulantes na sociedade para construir seu julgamento).

Ainda em relação aos saberes de crença de opinião, eles podem ser divididos e apresentados nas seguintes maneiras:

i) *Opinião Comum* – trata-se de um julgamento generalizado e que é partilhado socialmente. O sujeito faz uso de argumentos disponíveis na *doxa*. São exemplificados pelos provérbios e pelos enunciados de valor geral.

ii) *Opinião Relativa* – julgamento que diz respeito a um sujeito individual ou a um grupo específico. O sujeito demonstra o seu posicionamento, o seu juízo de valor sobre determinada pessoa ou situação. O saber de crença de opinião relativa geralmente está inserido em um espaço de discussão, no qual o sujeito precisa se posicionar favorável ou não um diante de um determinado assunto.

iii) *Opinião Coletiva* – opinião de um determinado grupo em relação a outro grupo, visando à atribuição de um valor identitário a esse grupo. Este julgamento busca categorizar, definir e essencializar o grupo em questão.

Para observarmos, pois, a construção de imagens em um discurso, precisamos compreender a organização do sistema de pensamento, que engendra aquele discurso. Para tanto, deve-se observar os principais argumentos utilizados pelo locutor e quais tipos de saber que a eles estão vinculados. Estes tipos de saber fundamentam os discursos circulantes e servem de base para a criação dos imaginários e revelam as imagens.

## 2. Análise do *Corpus*

De acordo com Charaudeau (2008), para identificar um discurso com uma visada argumentativa é necessário que consideremos e identifiquemos os componentes da situação comunicativa, tais como identidade dos interlocutores, circunstâncias sócio-históricas do discurso, dispositivo, restrições, intencionalidades, além de analisarmos as escolhas quanto à tematização, aos modos enunciativos e estilo da produção discursiva.

A fim de que possamos começar as análises, algumas informações a respeito da situação de comunicação do discurso em questão se fazem necessárias. A visita do presidente norte-americano ao Brasil fez parte de uma série de visitas realizadas por ele a países latino-americanos (Brasil, Chile e El Salvador) com objetivo de estreitar relações entre esses países e os Estados Unidos. A jornalista Lúcia Pécora, do portal IG<sup>32</sup>, publicou informações fornecidas pelo vice-conselheiro de Segurança Nacional para Comunicações Estratégicas dos EUA, Ben Rhodes, segundo o qual o giro latino-americano de Obama seria a viagem símbolo da política de seu primeiro mandato para a região. A meta, em longo prazo, seria recuperar a influência perdida na América Latina e contrabalancear o poder crescente da China, maior parceiro comercial do Brasil.

Desde que se tornou presidente, em 2009 e até o momento da visita ao Brasil, o presidente Obama já havia passado por 20 países. No caso específico de nosso país, ainda que o crescimento econômico brasileiro da última década merecesse destaque, parece que a intenção da visita era mesmo a construção de uma imagem favorável dos EUA. Tanto que a cidade escolhida para visita não foi Brasília – símbolo político – e nem São Paulo – símbolo econômico,

---

<sup>32</sup>Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/visitaobama/no+brasil+e+chile+obama+discursa+para+seduzir+america+latina/n1238176928905.html> Acesso em 25/06/2015.

mas o Rio de Janeiro. O ponto alto da visita ao Brasil seria o discurso realizado pelo líder de governo americano no domingo 20 de março. Conforme os assessores de comunicação do governo, esse discurso seria diretamente dirigido à população brasileira, abordando os valores em comum – como inclusão social, democracia e respeito à diversidade – que os dois países compartilham.

Inicialmente, o discurso seria realizado ao ar livre, na Praça Floriano, popularmente conhecida como Cinelândia, no Rio de Janeiro. Entretanto, por medida de segurança, o pronunciamento foi realizado no interior do *Theatro Municipal*, também na Cinelândia, mas para poucos convidados. Telões espalhados pela praça reproduziam a fala do presidente, que durou, aproximadamente, 22 minutos. Entre os convidados, estavam 2000 pessoas, dentre as quais autoridades, artistas, empresários, atletas, ativistas sociais e políticos, além de 200 jornalistas brasileiros e estrangeiros.

Passemos agora ao discurso<sup>33</sup> propriamente dito. Apresentaremos a seguir os pontos considerados por nós como principais componentes da imagem construída dos países. Gostaríamos de destacar que ele é um *corpus* rico para análises diversas. Neste trabalho, no entanto, nossas análises priorizaram elementos que seriam capazes de nos fornecer as imagens suscitadas pelo discurso.

Podemos sintetizar o objetivo da fala de Obama em estreitar relações entre os países, mas, principalmente, criar uma imagem favorável de seu país para os brasileiros. Para tanto, o locutor deverá se projetar como legítimo para dizer o que diz, garantir a credibilidade de seu discurso e captar seu auditório, despertando nele disposições favoráveis à sua fala e seus ideais defendidos.

---

<sup>33</sup> O discurso, na íntegra e traduzido, pode ser acessado nos seguinte link: <http://g1.globo.com/obama-no-brasil/noticia/2011/03/leia-integra-do-discurso-de-barack-obama-no-theatro-municipal.html>

A legitimidade é garantida pelo estatuto social do locutor: trata-se do presidente Barack Obama, principal autoridade dos EUA e, portanto, a pessoa legalmente capaz e indicada para falar das relações entre os países.

A tentativa de construção da credibilidade se dará por meio da organização discursiva, por meio de procedimentos como exemplo e analogia e pela vinculação destes aos imaginários circulantes na sociedade<sup>34</sup>. Para tanto, ora o discurso será apresentado por meio de um engajamento do locutor, no qual ele apresenta a sua opinião acerca das informações apresentadas, ora pela neutralidade, por meio da revelação de informações conhecidas de maneira objetiva por todos.

A fim de construir essa credibilidade, uma estratégia marcante é a mobilização do saber de conhecimento científico. Entendemos aqui que o conhecimento histórico como um conhecimento científico, uma vez que ele foi *provado*<sup>35</sup> por meio do trabalho de investigação e de reconstituição do passado pelos historiadores. Destacamos o seguinte trecho:

Se você parar para pensar, as jornadas dos EUA e do Brasil começaram de formas parecidas. São duas terras com abundantes recursos naturais, terras natais de povos indígenas antiquíssimos. As Américas foram descobertas por homens que vieram do outro lado do oceano como um “novo mundo” e colonizadas pelos pioneiros que ampliaram os territórios rumo ao Oeste atravessando imensas fronteiras. Nos tornamos

---

<sup>34</sup> Entendemos que a tentativa de construção da credibilidade do discurso se dará de maneiras variadas, ao longo do pronunciamento do presidente e imbricadas nas demais estratégias de legitimação e captação. Entretanto, procedemos à realização de alguns cortes, com o intuito de destacarmos alguns procedimentos que nos chamaram a atenção.

<sup>35</sup> Não entraremos aqui nas questões epistemológicas que envolvem as diversas ciências e nem no ofício do historiador. Apenas inserimos o conhecimento histórico no rol do saber científico, devido a algumas características: relativa estabilidade, proposições elaboradas a partir de indícios que por vezes funcionam como prova, fruto trabalho de investigação intensa de um pesquisador, etc.

colônias dominadas por coroas distantes, mas logo declaramos nossa independência e em seguida recebemos grandes quantidades de imigrantes em nossas costas e mais tarde, depois de muita luta, limpamos a mancha da escravidão de nossas terras.

O resgate de acontecimentos históricos marcantes de EUA e Brasil é realizado para, acima de tudo, demonstrar as semelhanças entre os dois países. Em todo o texto, os índices socioeconômicos, relatos históricos legitimados em livros e documentos oficiais e toda gama de informações aprovada por especialistas e historiadores foram usados como argumentos científicos que comprovam as afirmações defendidas pelo presidente. Tais informações são provadas e não deixam dúvidas de que o Brasil é hoje um país amadurecido, forte economicamente, parceiro e aliado dos EUA e lutador pelos ideais democráticos e humanitários.

No que se refere, às estratégias de captação, em nosso *corpus*, nota-se que o presidente procurou demonstrar as semelhanças entre os dois países a fim de levá-los a agirem juntos, como ele mesmo diz em seu pronunciamento:

Mas hoje quero falar diretamente com o povo brasileiro sobre como podemos fortalecer a amizade entre nossos países. Vim aqui para compartilhar algumas ideias, pois quero falar sobre os valores que compartilhamos, as esperanças que temos em comum e a diferença que podemos fazer juntos.

É possível perceber que ao falar da existência de aproximações entre os países, o locutor já começa a estruturar um universo patêmico favorável ao seu discurso. O uso de substantivos como *amizade* e *esperança*, já indicam que o discurso será marcado por valores mais ligados à ordem subjetiva, emocional. Essa relação amistosa entre os países e seus povos é reforçada também pelo uso do verbo *compartilhar* e do pronome possessivo *nosso*. Ao partilharem, dividirem, terem algo em comum, o locutor tenta

demonstrar que não há relações assimétricas entre os países, que não se configura ali uma relação de poder, entre dominantes e dominados, mas sim de povos que têm ideais em comum e podem agir a partir de tais aproximações.

No que se refere ao despertar de disposições favoráveis às ideias apresentadas, Charaudeau (1995) comenta que é necessário captar o universo de crença do interlocutor, fazendo uso dos imaginários sociodiscursivos circulantes no arcabouço sociocultural no qual o interlocutor está inserido, para problematizar e contextualizar as referidas ideias. Assim, pode-se, dentre outras coisas, seduzir ou agradar o auditório com brincadeiras; tratar de seus temas preferidos, de temas polêmicos, etc.

Por esse prisma, consideramos que algumas temáticas foram mobilizadas no discurso do presidente norte-americano. Entendemos que estes temas foram utilizados principalmente com objetivo de captar os interlocutores, de criar uma aproximação entre os mesmos para que o discurso e as imagens construídas por Obama, fossem tidos como verdadeiras.

Relacionaremos também a esses temas aos diversos tipos de saber e dos imaginários que os ancoram para assim, entendermos também como se dá a tentativa de construção da credibilidade do discurso. Por fim, acreditamos que a identificação dos temas, dos tipos de saber e dos imaginários nos permitirão observar as imagens constituídas no pronunciamento de Obama em relação ao Brasil.

## **2.1 Temática Esportiva**

Por duas vezes, o presidente Obama se refere ao esporte com intuito de criar uma aproximação a seus interlocutores. Na primeira, o presidente se mostra *agradecido* aos brasileiros por estarem lá, prestigiando sua fala, em vez de estarem assistindo a um jogo de futebol: “Quero agradecer a todos por estarem aqui,



pois me disseram que há um jogo do Vasco e do Botafogo... Eu sei que os brasileiros não abrem mão de seu futebol tão facilmente". Percebe-se que o presidente mobiliza em sua fala um saber de conhecimento, portanto, objetivo, verificável: o jogo existe, tem um campeonato acontecendo que prevê a existência daquela partida para a referida data. Ademais, a referida partida representa um grande clássico do futebol nacional, sobretudo para o Rio de Janeiro, local em que ele se encontrava.

No entanto, mais forte do que a existência do jogo é afirmação do presidente acerca da *paixão* brasileira pelo futebol. Ao dizer que *os brasileiros não abrem mão de seu futebol tão facilmente*, o presidente insinua que numa escala de prioridades, o futebol seria sempre uma prioridade para os brasileiros. O uso do advérbio *facilmente* indica o modo pelo qual está atividade não costuma ser realizada: geralmente, é difícil para os brasileiros deixarem o futebol de lado. O presidente revela-se, então prestigiado, agradecido por tal conduta de seus ouvintes.

A construção discursiva acima mencionada permite que identifiquemos a ancoragem da fala Obama em um saber de crença (isto é, ligado a julgamentos e valorações) de opinião coletiva, que associa a identidade brasileira ao futebol. Já podemos aí notar a revelação de uma primeira imagem: o brasileiro é marcado por sua relação com o esporte, especificamente com o futebol. O acontecimento esportivo é, para tal povo, uma preocupação constante e sua dependência/ paixão pelo mesmo é marca de sua identidade.

Essa identidade de apreço e vocação ao esporte é reforçada em outro momento na fala de Obama referente à escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica de 2016:

Vocês sabem que esta cidade não foi minha primeira escolha para os jogos olímpicos, mas, se os jogos não pudessem ser realizados em Chicago, não tem lugar em que eu gostaria mais de vê-los do que aqui no Rio. Por isso pretendo voltar em 2016 para ver o que acontece.

No trecho acima, Obama mobiliza de maneira explícita dois tipos de saber em sua fala: primeiro, um saber de conhecimento, no que se refere à escolha dele quanto à sede olímpica de 2016. É de conhecimento de todos que o presidente apoiava a candidatura da cidade americana para receber os jogos. Trata-se de uma informação objetiva, que circulou nas mídias na época das candidaturas. O segundo saber é do tipo crença, mais especificamente um saber de crença de opinião relativa: trata da impressão, do posicionamento de Barack Obama sobre a realização das Olimpíadas no Rio. O presidente demonstra que a cidade brasileira era a sua segunda opção e sua preferência e simpatia pelo Rio é tanta, que ele se compromete em retornar para assistir aos jogos. Ainda, ao dizer que *não tem lugar em que eu gostaria mais de vê-los do que aqui no Rio*, o presidente tenta demonstrar sua identificação com o lugar, com o país, fornecendo elementos para a projeção de imagens das duas nações como amigas.

## 2.2 Temática Artística

Nesse tópico, gostaríamos de destacar as passagens na fala do presidente norte-americano referentes à música, ao cinema e outra ao escritor Paulo Coelho. No caso da música, percebemos que a citação de trechos de canções amplamente difundidas na sociedade brasileira visa a criar, de imediato, uma identificação entre os interlocutores e um clima favorável para a recepção de seu discurso. Obama inicia sua fala, em português “Alô, Rio de Janeiro. Alô Cidade Maravilhosa”, resgatando, ao mesmo tempo, duas músicas: *Aquele Abraço*, de Gilberto Gil e a marcha *Cidade Maravilhosa*<sup>36</sup>, de André Filho.

Além da identificação e da criação de um universo patêmico positivo, a citação daqueles trechos específicos das referidas músicas também é significativo. O uso da interjeição *alô* indica um

---

<sup>36</sup> A marchinha *Cidade Maravilhosa* (1934) de André Filho tornou-se em 1960, hino da cidade do Rio de Janeiro.

chamamento ao auditório imediato e a todos aqueles que ouviam o pronunciamento de maneiras diversas. Ainda, o uso da expressão *cidade maravilhosa* indica que o presidente compartilha aquela opinião sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Em relação ao cinema, Obama relata que seu primeiro contato com o Brasil foi por meio do filme *Orfeu Negro*, que ele assistiu na infância com a mãe. E ele destaca que o filme “tinha música e dança como pano de fundo, e os lindos morros verdes”. Nesse momento, percebemos que ele faz uso, novamente, de um saber que crença opinião coletiva. Trata-se de uma produção ficcional que caracterizava o Brasil. É interessante notar que os aspectos destacados pelo presidente como representantes do Brasil no filme coincidem com alguns temas que pudemos destacar no discurso do chefe de estado norte-americano.

Um pouco adiante, em seu pronunciamento, Obama mobiliza outro tipo de saber: o de conhecimento pela experiência, que destacaremos por meio do fragmento “Vi essa beleza nas encostas dos morros, nas infindáveis milhas de areia e oceano e nas vibrantes multidões de brasileiro que vieram aqui hoje”. O regime enunciativo elocutivo, expresso pelo verbo *ver* na primeira pessoa do singular, demonstra que ele *comprovou* aquilo que ele acreditava. Ele *viu* que o Brasil possui as belezas tratadas pelo filme e conhecidas no senso comum. Embora um filme seja uma produção ficcional, no qual o espaço de criação de roteiristas e diretores é imenso, o presidente comprovou que a representação realizada na produção cinematográfica não era fantasiosa, mas, real. Inclusive, Obama demonstra certa surpresa ao ter comprovado que essa beleza é ainda maior ao vivo, no momento que diz “jamais imaginaria que este país seria ainda mais bonito do que no filme”.

A construção discursiva *eu vi* passa a fazer parte do discurso de Obama e foi repetida em outros momentos, em outros assuntos. O presidente experimentou, comprovou o que muito se tem falado ou divulgado sobre o Brasil. E essa nos parece ser a principal relação

entre os tipos de saberes no discurso em questão: o presidente americano traz à tona informações dóxicas a respeito do Brasil, informações estas componentes de um saber de crença de opinião coletiva e relaciona a estas informações (e, portanto ao saber de crença de opinião coletiva), o saber de conhecimento pela experiência. O presidente *foi, viu, comprovou*, que tudo que se fala sobre o país é verdade. E ele, como chefe de estado, tem legitimidade para dizer o que diz e credibilidade por ter ido *in loco* comprovar tais informações.

Ainda no que se refere aos aspectos artísticos levantados por Obama, destacamos o uso de uma citação do escritor Paulo Coelho pelo presidente: “Acreditamos nas palavras de Paulo Coelho, um de seus mais famosos escritores, que com a força do amor e nossa vontade podemos mudar nosso destino. E também o de muitos outros”. É possível perceber que o uso da citação de um *escritor famoso*, isto é, conhecido por todos, demonstra novamente a tentativa de aproximação com os interlocutores. Quanto ao conteúdo da citação, percebe-se uma ancoragem no saber de crença de revelação que, embora não diretamente ligado ao aspecto religioso, encontra-se voltado para uma questão da moral, da boa conduta. Mais do que esforços políticos e econômicos, a mudança (nas pessoas, nos países) depende de amor e de vontade. E como o povo brasileiro é *abençoado por Deus* e cheio de virtudes (que serão tratadas em tópico posterior), a mudança no destino será certa.

### 2.3 Temática da Natureza

A temática da natureza esteve presente em alguns momentos dos discursos. Destacamos no pronunciamento de outra música<sup>37</sup> amplamente conhecida no cenário nacional: a canção *País Tropical*, de Jorge Benjor. Ao fazer uso da citação “um país abençoado por Deus e bonito por natureza”, percebe-se a mobilização de diversos tipos de saber: o da opinião coletiva, isto é, aquele que visa a

---

<sup>37</sup> Aqui encontramos duas temáticas imbricadas: a da natureza e a artística.

identificar um grupo – no caso, o Brasil – e também o saber de crença de revelação: o presidente mobiliza e corrobora uma ancoragem religiosa, divina para justificar as maravilhas do Brasil.

A representação do país, por meio de suas belezas naturais, é reforçada pelo uso constante do saber de conhecimento pela experiência. A natureza exuberante está aí para quem quiser ver e comprovar e ele, Obama, comprovou essa exuberância: “Vi essa beleza nas encostas dos morros, nas infindáveis milhas de areia e oceano e nas vibrantes e diversificadas multidões de brasileiros que vieram aqui hoje”. Neste trecho, além das maravilhas ambientais, o próprio povo é incluído no rol das belezas naturais, principalmente por sua diversidade.

#### **2.4 Temática das Virtudes e dos Valores individuais**

Outro tema bastante evocado pelo orador diz respeito aos valores e virtudes individuais atribuídos por ele ao povo brasileiro. Vejamos o fragmento: “Desde o momento em que chegamos, o povo desta nação tem gentilmente mostrado à minha família o calor e a generosidade do espírito brasileiro, obrigado”. Somente nesta frase, estão elencadas três características tidas como representativas do *espírito brasileiro*: gentileza, calor humano e generosidade. Tais características pertencentes ao imaginário sociodiscursivo referente à hospitalidade do povo brasileiro, não são apenas frutos de um saber de crença de opinião, isto é, de uma apreciação estereotípica com vistas a essencializar um grupo. Esse imaginário é sustentado também pelo saber de conhecimento de experiência: mais uma vez, o presidente Obama, e também sua família, puderam atestar a veracidade desse imaginário.

O tema das virtudes e dos valores é retomado também por meio da recuperação das trajetórias de vidas de personagens brasileiros importantes no cenário mundial como o ex-presidente Lula e a presidente Dilma. Vejamos o exemplo desta última:

Há décadas, foi aqui fora, na Praça da Cinelândia, o grito por mudança foi ouvido aqui, estudantes e artistas e políticos de todas as correntes ergueram faixas que diziam “abaixo a ditadura”, as pessoas no poder. Suas aspirações democráticas não seriam realizadas ainda por muito tempo. Mas um dos jovens brasileiros envolvidos naquele movimento iria mudar para sempre a história deste país. A filha de um imigrante. Sua participação no movimento fez com que fosse presa e torturada por seu próprio governo. Ela sabe o que é viver sem seus direitos mais básicos pelos quais tantos lutam hoje. Mas ela também sabe o que é perseverar. Ela sabe o que é triunfar. Porque hoje é ela é a presidente de seu país, Dilma Rousseff.

A fim de destacar os atributos e virtudes pessoais da brasileira em questão (mas que se estendem a tantos outros), Obama constrói uma mininarrativa de vida da presidente. O norte-americano mobiliza saberes de crença de conhecimento teórico – está documentado nas páginas da história brasileira a existência da ditadura militar e o envolvimento de Dilma no combate às injustiças provenientes de tal regime. Assim, por meio da identificação de valores como superação, perseverança, liberdade, Obama tenta projetar uma imagem positiva da governante brasileira e de todos que assim como ela se identificam com tais valores.

## **2.5 Temática Política e Econômica**

Em se tratando de um pronunciamento feito por um chefe de estado com objetivos claros de estreitar as relações entre os países interlocutores, a temática política e econômica não poderia ser negligenciada. Sobretudo porque é interesse dos EUA recuperar sua influência sobre o Brasil, uma vez que este é agora a sexta economia mundial<sup>38</sup> e peça importante nas relações econômicas e

---

<sup>38</sup> Na época da visita de Obama (março de 2011), o Brasil era a sétima economia mundial.

políticas mundiais, às quais interessam diretamente aos americanos.

No que se refere a essa temática, percebemos três direcionamentos adotados por Obama: (i) ressaltar os avanços ocorridos no Brasil; (ii) destacar a importância deste país para o mundo; (iii) demonstrar como Brasil e EUA podem atuar juntos, no sentido de conquistarem seus objetivos políticos, sociais e econômicos e ainda, garantirem a paz mundial. Destacamos o exemplo que ilustra o primeiro direcionamento:

Hoje o Brasil é uma democracia desabrochando, um lugar onde as pessoas são livres para falar o que pensam e escolher seus líderes e onde um garoto pobre de Pernambuco pode sair de uma fábrica de cobre e chegar ao gabinete mais elevado no país. Na última década, o progresso feito pelo povo brasileiro inspirou o mundo. Pois hoje metade deste país é considerada classe média. Milhões foram retirados da pobreza. Pela primeira vez a esperança está voltando a lugares onde antes prevalecia o medo. Eu vi isso hoje, quando visitei a Cidade de Deus.

A fim de demonstrar os avanços ocorridos no Brasil, o presidente Obama descreve o país. Nessa descrição, encontra-se a valorização de virtudes como liberdade e superação, materializadas no uso do adjetivo *livres* para falar das pessoas e do lugar e na narração da trajetória do presidente Lula.

A descrição é marcada pela ancoragem tanto em saberes de conhecimento quanto saberes de crença. Ao revelar que *metade deste país é considerada classe média* e que *milhões foram retirados da pobreza*, Obama faz usos de índices socioeconômicos, de dados estatísticos e, portanto objetivos e comprováveis para atestar a credibilidade de sua fala e construir a imagem do Brasil como potência emergente. Além desse saber científico, ele também mobiliza o saber de conhecimento pela experiência: mas, uma vez, o líder americano *viu* e aprova a veracidade das mudanças ocorridas em solo tupiniquim.

No caso dos saberes de crença, percebe-se o uso dos saberes de opinião comum. O uso do verbo *desabrochar* parece remeter ao enunciado geral do *desabrochar* de uma flor. Ora, para que uma flor *desabroche*, ela passa por vários processos até atingir a maturidade e o esplendor. Essa analogia cabe bem ao desenvolvimento brasileiro: se antes era um botão, um país promissor, agora se materializa numa economia e sociedade vivas, maduras e vigorosas.

Destacamos agora um exemplo do segundo movimento (destacar a importância do Brasil para o mundo) operado por Obama ao tratar da temática política e econômica:

A cada dia que passa, o Brasil é um país com mais soluções. Na comunidade global vocês passaram de contar com a ajuda de outros países a agora ajudar a lutar contra a pobreza e a doença onde quer que elas existam. Vocês desempenham um papel importante nas instituições globais ao promover nossa segurança como um todo e nossa prosperidade como um todo.

No trecho acima, podemos encontrar, mais uma vez a mobilização de saberes de conhecimento científico. O fato do Brasil não precisar mais contar com a ajuda (sobretudo financeira) e poder oferecer auxílio financeiro e humanitário a países em situações de necessidade, é de conhecimento de todos e foi amplamente divulgado na imprensa e política mundial. Ainda ao atribuir ao país *um papel importante nas instituições globais*, podemos crer que o presidente se refira às relações amistosas mantidas entre o Brasil e países cujos interesses e condutas divergem dos norte-americanos. Assim, percebe-se como efeito dessa consideração, a construção da imagem do Brasil como uma espécie de fiador dessas relações conturbadas e um dos responsáveis por garantir a segurança e a prosperidade do mundo e atrelada aos interesses norte-americanos.



Por fim, destacamos um fragmento para realçar o terceiro direcionamento de Obama – demonstrar o modo pelo qual Brasil e EUA devem atuar juntos:

Juntos, podemos aumentar nossa prosperidade em comum. Sendo duas das maiores economias do mundo, trabalhamos lado a lado durante a crise financeira para restaurar o crescimento e confiança. [...] Numa economia globalizada, os EUA e o Brasil deveriam expandir o comércio, expandir investimentos, de modo a criar novos empregos e novas oportunidades em ambas nossas nações por isso estamos trabalhando para derrubar barreiras para fazer negócios. Por isso estamos criando relacionamentos mais próximos entre nossos trabalhadores e nossos empreendedores.

O trecho destacado nos permite perceber que o presidente enumera quais seriam as áreas e condutas nas quais a atuação dos países deve ser conjunta. Interessante notar que para tanto, a enumeração começa sob a forma de um conselho: EUA e o Brasil *deveriam expandir* e que essa expansão abrange as áreas consideradas importantes pelos EUA no relacionamento entre os dois países: comércio, investimentos, empregos e barreiras comerciais.

### **3. Considerações finais sobre as análises e imagens projetadas**

A partir dos trechos destacados e das relações estabelecidas entre eles e os diversos tipos de saber, acreditamos que a estratégia utilizada pelo presidente americano para “falar diretamente com o povo brasileiro sobre como podemos fortalecer a amizade entre nossos países” centrou-se na aproximação entre os interlocutores, por meio de referência a temáticas de interesse e de identificação dos brasileiros.

Entre os tipos de saber encontrados, percebemos de maneira mais incisiva um duplo movimento: o resgate de saberes de crença de opinião coletiva, circulantes na sociedade e reveladores do

imaginário social sobre o Brasil e seu povo. Deparamo-nos com imagens estereotípicas do Brasil como um verdadeiro éden, dotado de belezas naturais e com povo alegre e acolhedor. A vida do brasileiro é regada por música e futebol.

O resgate de tais saberes é feito, entretanto, com o intuito de ser comprovado esse imaginário sociodiscursivo já circulante na sociedade e para tal comprovação, nota-se a utilização do saber de conhecimento de experiência e por vezes de um saber de conhecimento científico para comprovar o saber de opinião coletiva. Assim, Obama busca demonstrar que muito do que circula no imaginário social acerca dos brasileiros – belezas naturais, “calor e generosidade do espírito brasileiro”, “o progresso feito pelo povo brasileiro”, existe, foi comprovado por ele.

A imagem do Brasil construída pelo discurso de Obama é, pois de um país mais maravilhoso do que se costuma idealizar. É um país privilegiado pela natureza, dotado de um povo virtuoso e batalhador e com notável progresso e desenvolvimento. Por tudo isso e por sua trajetória, o Brasil é tido como semelhante e aliado dos EUA.

## Referências

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l’expression**. Paris, Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Ce que communiquer veut dire. *Sciences Humaines*. s/l: nº 51, juin, 1995.

\_\_\_\_\_. Les stéréotypes, c’est bien, les imaginaires, c’est mieux. In : BOYER, Henri (Org). **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Paris: L’Harmattan, 2007. p.49-63.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



# ARGUMENTOS DE AUTORIDADE E DISCURSO HUMORÍSTICO: DA IMITAÇÃO AO MÉTODO CONFUSO

Rony Petterson Gomes do Vale

## Introdução

[...] *quanto mais bobo, mais ri e mais faz rir, mais se é sábio.*  
(MINOIS, 2003, p. 285)

Neste trabalho<sup>39</sup>, propomos discutir a presença do *argumento de autoridade* no Discurso Humorístico (doravante, DH). Argumento baseado no prestígio concedido a pessoa ou a um grupo de pessoa que representa “o” saber sobre certos assuntos, esse argumento se mostra muito produtivo (e, por vez, necessário) em alguns tipos de discurso.

Nosso objetivo é procurar observar as características desse tipo de argumento em relação a duas estratégias discursivas próprias do DH: o *Método Confuso* e a *imitação* (captação e subversão) (cf. VALE, 2013). Para isso, analisamos quatro obras humorísticas, a saber:

- *Grammatica*<sup>40</sup> *do Português pelo Methodo Confuso* (FRADIQUE, 1984);
- *História do Brasil pelo Método Confuso* (FRADIQUE, 2004);

---

<sup>39</sup> Esta é uma versão ampliada e revista de texto apresentado como comunicação oral no IV Simpósio Internacional de Análise do Discurso, na UFMG, em 2016.

<sup>40</sup> Os excertos retirados dessa obra estão com a ortografia da época da publicação.

- *Homem: manual da proprietária* (TELLES, 2002);
- *Mulher: manual do proprietário* (TELLES, s/d).

Com efeito, na primeira parte deste trabalho, faremos uma breve reflexão sobre o *argumento de autoridade* na *retórica* e na argumentação (teoria) e no que diz respeito à possibilidade de se cair no ridículo com o “mau” uso desse tipo de argumento. Na segunda parte, relembremos a função do Método Confuso<sup>41</sup> (doravante, MC) nas obras de Mendes Fradique e o modo como esse autor utilizou os argumentos de autoridade. Na terceira parte, traremos as colocações de Maingueneau (1997) sobre o conceito de *imitação*, verificando, ao mesmo tempo, a capacidade dessa categoria na análise dos argumentos de autoridade presentes nas obras de Carlos Telles. Por fim, teceremos algumas considerações sobre os resultados obtidos com essa análise e como ela poderá contribuir para os estudos do DH – e por que não dizer, para outros discursos que se utilizam desse expediente.

## 1. Argumentos de autoridade: da falácia ao ridículo

*Quando a pessoa do próximo deixa de nos comover,  
só aí pode começar a comédia.* (BERGSON, 2007, p. 100)

Dentre os argumentos baseados no *prestígio* aferido a uma pessoa (como, por exemplo, o *argumento do sacrifício* ou o *argumento pelo modelo*), o *argumento de autoridade* – *argumentum ad verecundiam*<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> O *Método Confuso* tem suas origens na publicação póstuma da obra do escritor Luís Delfino, feita por seu filho, Thomaz Delfino. Segundo Busatto (1984, p. 274), o fato de essa publicação ter se dado de modo disperso, em vários volumes, e sem uma ordem ou um critério, impossibilitou o acompanhamento da evolução estética da obra de Luís Delfino.

<sup>42</sup> Interessante ter em mente aqui as acepções do substantivo latino *verecundia*, *ae* (f): “respeito, modéstia, reserva, descrição”. Entre elas podemos observar tanto autoridade quanto submissão. Já o corresponde *verecundo*, *aris*, *ari* (verbo) – “ter respeito” – parece deixar mais claro quem busca apoio em quem, numa relação claramente assimétrica de força ligada ao argumento.

ou *argumentum magister dixit*<sup>43</sup> –, pode ser considerado um dos mais produtivos e eficazes, principalmente no que diz respeito ao âmbito acadêmico-científico, filosófico, judiciário, político, religioso e publicitário. Isso se deve, por vezes, à sua própria definição enquanto modo de raciocínio retórico que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor [e, por que não dizer, contra a] de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348). De fato, baseia-se na força da imagem do orador criada no discurso (*ethos*<sup>44</sup> discursivo) ou na tradição que essa pessoa representa (*ethos* prévio<sup>45</sup>), o que, em muitos casos, não pode ser apagado pelo uso de outros meios de provas centradas na demonstração lógica. Com efeito, pode-se invocar uma variedade de autoridades: da *doxa* a filósofos, de textos fundadores, profetas e deidades (como os da Bíblia) a cientistas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Embora esse argumento seja produtivo e eficaz, sua utilização não escapa a certas restrições. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) nos dizem que tal argumento já foi considerado um

---

<sup>43</sup> A expressão *magister dixit* [“o mestre (o) disse”], segundo Ronai (1980, p. 105), corresponde a um provérbio comum aos intelectuais no medievo, principalmente aos seguidores de Aristóteles, para os quais “a opinião de seu mestre não admitia réplica”.

<sup>44</sup> Em seu sentido aristotélico, *ethos* era considerado uma das provas retóricas juntamente com o *logos* e o *pathos*, funcionando como um argumento persuasivo em favor do orador. Por meio desse argumento, o orador poderia se mostrar portador de qualidades como a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretê*), e a benevolência (*eunóia*). Desse modo, para Aristóteles, o *ethos* era tido como o caráter ou a imagem que o orador, em seu discurso, mostra ou constrói, objetivando aumentar a adesão de um determinado auditório (ARISTÓTELES, 2007).

<sup>45</sup> Para Amossy (2005, p. 124), a categoria de *ethos pré-discursivo*, proposta por Dominique Maingueneau no âmbito da Análise do Discurso, corresponde a um “saber prévio que o auditório possui sobre o orador”, anterior ao momento em que o orador toma a palavra. Todavia, esse saber se constitui também em um discurso, ou seja, há um discurso que fornece suporte a esse *ethos*. Desse modo, Amossy propõe que qualifiquemos somente como *prévio* essa forma de *ethos* presumida pelo auditório.

pseudoargumento, isso devido: (i) à infalibilidade – não comprovada – concedida à autoridade; e (ii) a seu uso fraudulento, abusivo e não lógico, isto é, uma utilização com a função de “camuflar” nossas crenças e irracionalidades. Ou seja, ao se questionar sua função, se questiona, ao mesmo tempo, o prestígio da autoridade:

É perfeitamente legítimo acrescentar autoridade a um raciocínio, mas é falacioso substituir o raciocínio pela autoridade em assuntos capazes de ser entendidos pela razão. Esta falácia é particularmente perniciosa quando a autoridade citada não é uma autoridade no assunto em discussão. (JOSEPH, 2008, p. 235)

Todavia, isso abre caminho não somente para uma argumentação fraca (facilmente refutável), mas também para o ridículo, para o cômico. Nesse passo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 349; 352) nos apresentam algumas situações, como, por exemplo: (i) quando o argumento é supérfluo, não acrescentando nenhum valor à argumentação; ou (ii) quando se concede “um valor argumentativo inegável a afirmações que demonstram ignorância ou uma incompreensão”. Em ambas as situações, o sujeito argumentante corre o risco de ver seu discurso se tornar risível, pois somente um erro de fato para lançar um homem sensato no ridículo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 234). Em outras palavras: “o ato de fala realiza-se entre os homens [...]. Como resultado, imprime uma direção. Não seguir esta direção é polemizar” (GERALDI, 1978, p. 52).

Como podemos ver, a escolha pelo argumento de autoridade pode levar a argumentação para caminhos outros que não o da razão; mas sim, o do risível. No entanto, em alguns casos, pode ser exatamente esse “o” caminho escolhido pelo *sujeito argumentante* – ou, melhor dizendo, pelo *sujeito humorista*.

## 2. Método confuso e argumentos de autoridade na obra de Mendes Fradique

*Às vezes, as coisas que os piadistas fazem parecem incompreensíveis para os outros.* (PEART, 2014, p. 140)

Nessa seção, revisitaremos, primeiramente, o conceito de MC e procuraremos observar o uso dos argumentos de autoridade por Mendes Fradique, buscando identificar as características do primeiro no segundo e tirar disso alguma regularidade ou padrão.

Em outros momentos (cf. VALE, 2013; 2015), discutimos de forma pormenorizada a ideia de MC nas obras *Grammatica do Portugues pelo Methodo Confuso* (doravante, *GPMC*) e *História do Brasil pelo Método Confuso* (*HBMC*). Todavia, não custa lembrarmos que o MC é, de acordo com Lustosa (1993, p. 111-112), a grande característica do estilo de Mendes Fradique que, invadindo “o espaço editorial através de informações falsas ou de deslocamentos de fatos, datas, personagens, biografias, notas de rodapé, prefácios etc.”, faz refletir, crítica, satírica e humoristicamente, sobre os mais diversos temas na sociedade brasileira. Suas obras *GPMC* e *HBMC* são exemplos do uso desse método: confundem explicando – ou seria melhor dizer: explicam confundindo – as maçantes *técnicas*, já caducas à época de Fradique, de *descrição e de análise gramatical tradicional* e a *escrita historiográfica* brasileira, abaladas naquele momento pelo *Movimento Modernista*. Merece destaque a *HBMC*, que, ainda de acordo com Lustosa (2004, p. 17), atingiu grande sucesso comercial, tendo sete edições durante a década de 1920 e sendo considerada “até hoje o livro brasileiro mais completo em recursos humorísticos que se conhece”.

Quanto ao uso dos argumentos de autoridade, eles são recorrentes nas duas obras; no entanto, esse uso é também marcado pelo MC. Logo, como o MC, por definição, é confuso, isso não nos possibilita outra forma de análise senão a de exemplos – talvez a única regularidade no MC seja não ter regularidade, o que não nos



impede tentar, pelo menos, sistematizar esse uso – como diria o próprio Fradique (1925): “Boa piada; método confuso”.

Utilizamos, para esse propósito, algumas rubricas de caráter meramente operatório, com base na leitura de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 347 *et seq.*), elencando alguns exemplos da *GPMC* e da *HBMC*.

#### ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES CONSIDERADAS PELO GRANDE NÚMERO

Aparecendo numa das janelas do palácio, diante de uma multidão inumerável de selvagens, o príncipe [D. Pedro I], afunilando as mãos à boca, berrou aos ouvidos de Raul, então ouvidor-geral do Reino: “Como é para o bem de todos, felicidade e geral danação, diga ao povo que fico”. (FRADIQUE, 2004, p. 130)

#### ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES SEM QUALQUER PRESTÍGIO

A **lexicologia** é a parte mais cacête da grammatica: estuda a classificação dos vocábulos, como se fosse isso preciso ou mesmo útil aos interesses do gênero humano. Enfim, nessa coisa de grammatica, somos da opinião daquelle prudente velho Aleixo, que dizia: “Não fosse eu o velho Aleixo; Assim o acho, assim o deixo...” (FRADIQUE, 1984, p. 52 – grifo do autor)

Uns afirmam que D. Pedro I, apavorado com a suspensão das garantias constitucionais, abalou para São Paulo, onde proclamou a Independência... (FRADIQUE, 2004, p. 131)

#### ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES QUE REPRESENTAM UMA TRADIÇÃO OU TENDÊNCIA

Segundo afirmam os grammaticos, a grammatica é o conjunto de regras tiradas do modo pelo qual um povo falla usualmente uma língua. Ora o povo falla usualmente muito mal, e escreve peiormente; logo, não é de estranhar que seja a grammatica a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. (FRADIQUE, 1984 p. 7)

ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES COM VALOR QUESTIONÁVEL

*Esta terra, senhor, é em toda parte praia praiana, chã e mui formosa. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo. (Austregésilo – Preceitos e conceitos)*

Assim falou Zaratustra, isto é, assim escreveu Pedro Vasca Minha, em crônica publicada no *Jornal do Commercio*, logo após o Descobrimento. (FRADIQUE, 2004, p. 70 – grifos do autor)

São do poeta Múcio Teixeira os seguintes pés:

*Minha terra tem palmeiras*

*Onde canta o sabiá*

(FRADIQUE, 2004, p. 71 – grifos do autor)

ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES COM VALOR ESPECÍFICO PARA UMA ÚNICA ÁREA

A letra **D** póde, em alguns casos, ter o mesmo valor que a letro (sic) **Q**. Ex.: Duas quantidades eguaes a uma terceira são eguaes entre si:  $D = ab$   $Q = ab$  d'onde  $D = Q$  (Pasqual – Axiomas) (FRADIQUE, 1984, p. 34)

ARGUMENTOS COM BASE EM AUTORIDADES COMPETENTES, MAS QUE SE MOSTRAM INCOMPETENTES

O sr. Clemenceau<sup>46</sup> julgava a terra dividida em duas partes – *la France et là bas* – portanto, os portugueses poderiam, grosseiramente, impingir à face do mundo o Brasil, como descoberta sua, premeditada, calculada.

(FRADIQUE, 2004, p. 63)

Segundo uma definição colhida em uma clássica endelechia portuguesa a lingua é o instrumento que fórma a vós. [...] Hoje, depois dos trabalhos de Edson, o endelechista teria accrescentando: exceptuam-se os gramofones, os paizes civilizados da America, e os alto-falantes, que falam sem que para isso possuam lingua própria.

(FRADIQUE, 1984, p.10)

---

<sup>46</sup> Provavelmente, George Clemeneau, estadista francês. Exerceu carreira política durante a segunda metade do século XIX até meados do século XX. Ocupou, entre outros cargos, o de primeiro-ministro em 1906.

Com base nos exemplos expostos, podemos afirmar que o MC desvirtua o uso do argumento de autoridade: leva em consideração o consenso geral, mas, ao mesmo tempo, distorce o crédito dado às autoridades. Desloca a voz de autoridades no tempo, aplicando argumentos próprios ou lógicos de sua época (início do século XX) à do descobrimento do Brasil; ou, de modo inverso, traz a voz, ou melhor, o discurso, facilmente reconhecíveis pelo leitor, de autoridades do passado e coloca na boca de “autoridades” do presente. Por vezes, aparecem argumentos com bases em autoridades que não existem; outras vezes, elas são confundidas com personagens ou seres inventados e que, de acordo com Lustosa<sup>47</sup>, nem sempre é “possível identificar”, pois Fradique os cita de forma “deliberadamente confusa”, o que dificulta obter dados biográficos precisos. Todavia – e isso é bem confuso –, os argumentos de autoridades se fazem presentes e, de certo modo, legitimam – embora, como sugere Joseph (2008), caindo em falácias –, não o fazer pseudocientífico de Fradique, mas a sua capacidade de atingir à visada de *fazer-rir*<sup>48</sup>, mostrando que também no DH o uso desse tipo de argumento tem o seu lugar.

### 3. Argumentos de autoridade e imitação: *captação x subversão*

O conceito de *imitação* está presente no rol das marcas linguísticas e discursivas, descritas por Maingueneau (1997), pelas quais podemos identificar a heterogeneidade, isto é, as marcas que evidenciam tanto a subjetividade quanto a constituência nos/dos discursos. Mais especificamente, a *imitação* faz parte daquilo que Maingueneau define como *heterogeneidade mostrada*: a parte mais explícita das formas de heterogeneidade. A partir disso, o autor salienta que *imitação* pode se dar de duas formas:

---

<sup>47</sup> Notas biográficas presentes no apêndice da *HBMC*, p. 264.

<sup>48</sup> Sobre a visada de *fazer-rir*, cf. Vale (2013, parte I, cap.2).

[...] a imitação de um gênero do discurso pode assumir dois valores opostos: a captação e a subversão. Realmente, quando um falante se apaga por trás do “locutor” de um gênero determinado de discurso, e mostra que o faz, poderá pretender beneficiar-se da autoridade ligada a este tipo de enunciação ou arruiná-la. No primeiro caso, quando há a “captação”, a imitação incide sobre a estrutura explorada e, no segundo caso, quando há “subversão”, a desqualificação desta estrutura ocorre no próprio movimento de sua imitação. (MAINGUENEAU, 1997, p. 102)

Continuando com as ideias de Maingueneau (1997), este assinala os diferentes modos como a *imitação* pode incidir sobre textos ou gêneros. Desse modo, dependendo do alvo (diremos, o texto-fonte), ela se constitui como:

- a) captação de um gênero;
- b) captação de um texto singular e de seu gênero;
- c) subversão de um gênero;
- d) subversão de um texto singular e de seu gênero.

Isso lança várias possibilidades de verificação da *imitação* dentro de um mesmo texto ou gênero sem a preocupação de demonstrar ou quebrar limites entre definições, como, por exemplo, as de *paródia* ou de *pastiche*. Por exemplo, pode-se perceber que um texto imitou o estilo de um gênero quando aquele usa os mesmos recursos linguísticos deste último; ou mesmo quando um gênero usa um tema pertencente a um determinado texto para alcançar outro fim. Todavia, quando se trata do uso dos argumentos de autoridade, as coisas podem tomar outros caminhos.

No DH, o *sujeito humorista* pode utilizar “n” estratégias para atingir sua finalidade, entre eles o uso da *imitação*. A princípio, esse uso parece seguir a sistematização proposta por Maingueneau (1997), ou seja, se estamos buscando o caminho do risível, há uma tendência em pensar (i) em *paródia* e, por consequência, (ii) em

*subversão*. No entanto, como já demonstramos em outros momentos (cf. VALE, 2008; 2012; 2013; 2014), as coisas não são tão simples e os limites entre *subversão* e *captação* podem se configurar de modo impreciso. No caso da utilização dos argumentos de autoridade, isso parece atingir uma complexidade ainda maior, devido à função desses argumentos e do risco do ridículo. Vejamos.

Carlos Queiroz Telles possui duas obras que nos chamam muita atenção, tanto pela forma quanto pelo conteúdo. São espécies de “manuais”: i) *Homem: manual da proprietária*; e ii) *Mulher: manual do proprietário*. No primeiro, o homem é comparado a um automóvel, com seus problemas de manutenção e procedência. No segundo, a mulher é apresentada como uma geladeira, com vários modelos e especificações.

Parabéns! Querida amiga! Você acaba de se tornar possuidora da mais perfeita máquina que a natureza criou — além de você, é claro. Seu HOMEM é um produto único — resultado de milhões de séculos de pesquisa, desenvolvimento de produto e aperfeiçoamento tecnológico. (TELLES, 2012, p.5)

Parabéns! Você acaba de se tornar proprietário da pérola máxima da criação — uma MULHER. A forma como você conseguiu realizar esse feito não vem ao caso. Cantada é um assunto de caráter íntimo e cada um tem lá suas técnicas... (TELLES, s/d, p. 5)

Em ambos os manuais, assim se inicia a “apresentação”, o que é próprio dos manuais de produtos. Nessa parte, a empresa mostra a sua “voz” (p. ex.: a Consul ou a Brastemp, no caso de geladeiras; ou, a Ford ou a GM, no caso dos automóveis) e relata a tradição e a qualidade do produto adquirido (relação fabricante-produto-serviço-cliente). A princípio, poderíamos falar em paródia dos manuais ditos normais; porém, é exatamente aí, na “apresentação” dos “produtos”, que as coisas se complicam nas obras de Telles, uma vez que Jeová & Associados assinam como “empresa”. Com

efeito, a “voz” de Deus (e, como veremos mais à frente, o apoio de seus “sócios”) é chamada para dar autoridade a todo o manual.

Por seu intermédio [do manual], você receberá informações sobre a estrutura, componentes e procedimentos rotineiros de manutenção de uma MULHER. São conselhos genéricos que valem para a maior parte dos modelos encontráveis na praça. [...] *Por mais corretas que sejam as nossas dicas, lembre-se: o manejo inadequado pode gerar desgaste prematuro e problemas crônicos de funcionamento.* (TELLES, s/d, p. 5 – grifos nossos)

No excerto acima, Deus/Jeová enuncia um discurso que nunca existiu, mas... e se tivesse existido... quem teria a maior autoridade para falar sobre sua própria criação? Seus sócios talvez? Como assim? Então disse Deus: “façamos o homem à nossa imagem, conforme nossa semelhança.” (Gn, 1.26). Sobre esse passo, Voltaire, contestando outra passagem bíblica, levanta a hipótese de que Deus utilizou-se de serviços “terceirizados”:

“No princípio, Deus criou o céu e a terra”. Assim é que foi traduzido, mas a tradução não é exata. Não há homem um pouco instruído que não saiba que o texto traz: “No princípio, os deuses fizeram ou os deuses fez o céu e a terra”. Aliás, essa leitura concorda com a antiga ideia dos fenícios, que haviam imaginado que Deus empregou deuses inferiores para desmembrar o caos... (VOLTAIRE, 2008 p. 275)

Com base no visto até aqui, seria ridículo afirmar que Deus utilizou um de “nós” enquanto plural de modéstia<sup>49</sup>, como nos discursos acadêmico-científicos na atualidade. Todavia, nos manuais de Telles, isso seria apreciável e justificável para uma empresa S.A., como a Jeová & Associados. Com esse argumento, a *imitação* acaba incidindo sobre uma autoridade que “sobrepõe todos os obstáculos que a razão poderia opor-lhe” (PERELMAN;

---

<sup>49</sup> Numa análise histórica do Gênesis, não cabe pensar na ideia da santíssima trindade.

OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 251), uma vez que *credo quia absurdum est*<sup>50</sup>. Logo, captação ou subversão? Mais uma vez: “Boa piada, método confuso”!

### Considerações Finais

Diante do exposto, diremos que a dicotômica *captação X subversão*, proposta por Maingueneau (1997), é operatória no sentido de que lança luz sobre as formas de interdiscursividade e intertextualidade; no entanto, quando se trata de gêneros e textos engendrados pelo DH, essas categorias devem ser aplicadas com muita atenção, pois, como vimos nos casos analisados, o argumento de autoridade teve as suas particularidades retóricas e discursivas imitadas, mas, ao mesmo tempo, as formas de *imitação* (captação e subversão) foram distorcidas pelo MC:

- *Captadas* – no sentido de que o valor de autoridade não necessariamente se desconfigurou, ou seja, mesmo para fazer-rir preservou-se, até certo ponto, o prestígio da pessoa – no DH, como em outros discursos, o *sujeito comunicante* também procura legitimar suas afirmações/colocações.
- *Subvertidas*, pois o argumento pode se voltar para o peso da autoridade, deslocando a força argumentativa do seu discurso: nos casos analisados, observamos que subverter não está necessariamente no sentido de trazer para baixo, destruir valores ou perverter; parece haver graus de subversão, ou seja, nem toda subversão está a serviço da desqualificação do discurso do outro.

Ter sempre em mente essas questões é fundamental, a nosso ver, para que seja possível uma categorização mais específica dos

---

<sup>50</sup> “Creio por ser absurdo”. De acordo com Ronai (1980, p. 45), essa frase de origem desconhecida seria uma adaptação de “Certum est quia impossibile est” [É certo, por que é impossível], palavras de Tertuliano na obra *Da carne de Cristo*.

argumentos de autoridade nos discursos sociais, baseada não somente, como se fez neste trabalho, nas especificidades da argumentação/retórica, mas também nas características próprias de cada tipo de discurso analisado, aqui, no caso, as do DH.

## Referências

- AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2007.
- BERGSON, H. *O riso: ensaio sobre significação da comicidade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BUSATTO, L. Posfácio: M. F. e sua gramática. In: FRADIQUE, M. *Grammatica portugueza pelo methodo confuso: adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e suburbios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 273-274.
- FRADIQUE, M. Desvantagens do methodo confuso. In: *A lógica do absurdo*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1925.
- FRADIQUE, M. *Grammatica portugueza pelo methodo confuso: adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e suburbios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- FRADIQUE, M. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BÍBLIA Sagrada: nova tradução na linguagem de hoje. Barueri, SP: Sociedade Bíblia do Brasil, 2000.
- GERALDI, João Wanderley. Algumas observações sobre o estudo da significação. *Série estudos*, Uberaba, n. 5, p. 46-55, 1978.
- JOSEPH, I. M. *O trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica*. São Paulo: É Realizações Editora, 2008.
- LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.



- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEART, N. *Ghost rider: a estrada da cura*. 2 reimp. Caxias do Sul – SC: Belas Letras, 2014.
- RONAI, P. *Não perca o seu latim*. 10 impr. São Paulo: Nova Fronteira, 1980 [2002].
- TELLES, C. Q. *Mulher: manual do proprietário*. São Paulo: Editora Best Seller, [s.d.].
- TELLES, C. Q. *Homem: manual da proprietária*. 9 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.
- VALE, R. P. G. “Põe a Chapeuzinho Vermelho na tela!!!”: análise da argumentação midiática a partir de uma paródia do programa Brasil Urgente. *Gláuks: Revista de Letras e Artes. Análise do Discurso*. Viçosa, v. 8, n.1, p. 202-228, jan./jun. 2008.
- VALE, R. P. G. Nos limites do pastiche e da paródia: estratégias discursivas no Memorial do Fim. *Entremeios (revista on-line)* v. 4, 2012. Disponível em: <<http://entremeios.inf.br/published/72.pdf>>.
- VALE, R. P. G. *O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso*. 2013. 279f. Tese (doutorado) – Faculdade de Letras, POSLIN, UFMG, Belo Horizonte.
- VALE, R. P. G. *Argumentação na mídia, problematidade e imitação nos gêneros transgressivos*. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 6, p. 138-152, jun.2014.
- VALE, R. P. G.. Humor, humoristas e problemas de topia discursiva. *Linguagem em (Dis)curso (Online)*, v. 15, p. 267-283, 2015.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

# UM OLHAR PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANALISANDO O DISCURSO DO ÂMBITO TERAPÊUTICO

Sandro Xavier

## Introdução

Este texto é um excerto da tese resultante da pesquisa realizada no doutorado em linguística da Universidade de Brasília com o objetivo de analisar o discurso de terapeutas acerca de seu trabalho com crianças e adolescentes que foram vítimas de abusos sexuais, e com seus familiares.

A pesquisa busca a compreensão da ação da sociedade como um todo relativa ao tema e o aprofundamento da relação terapêutica para apoio à superação do trauma. Por meio de ferramentas utilizadas pela Análise de Discurso Crítica (ADC), os discursos serão analisados. As bases teóricas encontram referências em Norman Fairclough (trad. 2001, 2003, 2006 e 2012), bem como Lilli Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) que consideram o discurso como parte integrante da prática social.

Para uma compreensão do fenômeno da pedofilia e sua base psicológica, foram consultadas, principalmente, Fani Hisgail (2007) e Anna Salter (2009). Muitas bases teóricas para compreensão de fenômenos que envolvem gênero social foram pesquisadas, especialmente para compreensão das ocorrências de silenciamento, com destaque para Deborah Cameron (1998 e 2006). A importância

da definição de interdição feita por Michel Foucault (2004) não pode ser minimizada.

Considerando que os discursos são uma construção/reprodução da prática social adotada no contexto em que se inserem, as colaboradoras desta pesquisa mostraram ser evidente na sociedade o silenciamento que marca a identidade de crianças, bem como a interdição sofrida pelos temas do sexo e da violência, contribuindo para que não se fale sobre o crime e o pedófilo permaneça contraditoriamente protegido.

Mostra-se mister superar o silêncio, como é amplamente divulgado, encontrar mecanismos para que as crianças tenham voz e superar sua condição de menor agência (cf. Holland *et alii*, 1998 e Xavier, 2008).

## **1. O contexto do abuso sexual a crianças**

A pesquisa discursiva, especialmente no que tange à Análise de Discurso Crítica (ADC), necessita de apoio contextual para que sua análise seja válida.

Em reportagem publicada pelo site *R7 Notícias*, o repórter André Sartorelli sugere que o pedófilo utiliza-se dessa prática por um transtorno mental classificado pela Organização Mundial de Saúde e incluído na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde). O jornalista esclarece, também, que:

Segundo o DSM-4 – o conjunto dos transtornos mentais listados pela Associação Americana de Psiquiatria –, para ser descrito como pedófilo o doente deve ter pelo menos 16 anos de idade e ser ao menos cinco anos mais velho que a criança. (Sartorelli, 2010)

De acordo com a informação de Sartorelli, existe uma nomenclatura para o trato da violência sexual entre menores. Quando o abuso é cometido por um menor com idade inferior a 16 anos, ele é tratado como ofensor (Costa, *et alii*, 2011). A psicopatia

pode ser uma explicação para a falta de ligação afetiva com outro ser humano, ainda mais com um membro da própria família.

Hisgail também aponta o silêncio imposto aos abusados como um dos motivos da perpetuação do ato criminoso. Eles se valem desse conhecimento e estabelecem um pacto de silêncio com as vítimas, buscando proteger-se de punição (Hisgail, 2007, p. 31). Isso nos leva ao fenômeno do silenciamento, que veremos mais adiante.

Ao longo da pesquisa, pude encontrar relatos de jornalistas, advogados e familiares de crianças abusadas, bem como de policiais que se envolveram em casos de pedofilia. Alguns desses textos foram analisados em trabalhos apresentados em congressos com um recorte da pesquisa para o doutorado (Xavier 2010a; Xavier 2010b).

## **2. O discurso terapêutico**

Entender como os variados profissionais que tratam de pedófilos e dos abusadores em geral veem a situação psicológica desses indivíduos, que atacam crianças e adolescentes, é necessário para que se possa estabelecer uma relação no discurso analisado. Vejamos o que diz o psicanalista e filósofo Mario Fleig, em entrevista concedida a Márcia Junges:

Em geral, um pedófilo não se interessa por atos de violação, pois seu discurso pressupõe a situação em que a criança consinta nas relações que tem com ele, e até mesmo que ela queira isso. (...) Parece ser muito relevante para o pedófilo que a criança se apresente em uma espécie de sexualidade natural, expressão do desejo de gozar, oposta à sexualidade reprimida e deformada do mundo adulto. (Junges, 2013)

Muitos pedófilos são encontrados entre a família, inclusive os pais. Ivonete Granjeiro e Liana Fortunato Costa (2013) apresentaram estudo sobre um caso de abuso sexual com relação a operadores do direito e da justiça em 2006 ao portal português

*Psicologia.com.pt*, em que abordam uma situação em que o próprio pai abusa das filhas:

O estudo demonstrou que a história de violência denunciada nos autos teve início na geração anterior, fazendo parte da vida não apenas das crianças, mas também de sua mãe. A família da mãe mantinha uma relação de hierarquia, em que os mais velhos tinham mais poder que os mais novos. Além disso, a mãe das crianças foi vítima de estupro, aos quinze anos de idade, por cinco rapazes. A conclusão do relatório psicossocial é que as crianças vivenciaram situações de violência sexual, perpetradas pelo pai, além de serem expostas, durante a união de seus pais, a episódios de alto grau de violência. (Costa e Granjeiro, 2013, p. 9)

Percebe-se, com isso, que Fleig faz uma distinção entre o pedófilo que é “vítima” (palavra utilizada por ele mesmo) de seu desejo e o malvado que planeja seu ato, esconde e não percebe a vileza de sua atitude.

É importante salientar, também, que a perversão que aponta para o desejo sexual por crianças não faz do pedófilo uma pessoa marcadamente diferente na sociedade de qualquer um de nós. Anna Salter aponta que eles são como nós, “podem ser amigos leais, bons empregados e membros responsáveis da comunidade de outras maneiras” (Salter, 2009, p. 55), e acrescenta:

Mesmo estupradores de crianças furiosos (uma minoria dos abusadores, sem dúvida) podem se comportar normalmente em público. Eles podem ter uma namorada ou esposa, podem ser populares. Ninguém é capaz de enxergar a raiva cortante que os impulsiona, com exceção de suas vítimas. (Salter, op. cit., p. 56)

A observação das informações do quadro nos deixa clara a ideia de que a contribuição da ciência e a afetividade familiar são decisivas para a humanização da criança e para a sua inserção significativa na sociedade como cidadão.

**Evolução da concepção de infância (Reis, 2009, p. 14)**

|                    | PERÍODO       | FASE DA CRIANÇA  | CONCEITO DE INFÂNCIA                                   |
|--------------------|---------------|--|--|
| <b>1º REGISTRO</b> | Até o séc. 15 | “Nada ou quase nada”<br>“Insignificante”   | Inexistente  |
| <b>2º REGISTRO</b> | Séc. 18       | Maior aproximação dos pais<br>Novo tipo de relação entre pais e filhos   | A criança é ainda um ser inferior                      |
| <b>3º REGISTRO</b> | Séc. 19       | Aquisição de uma maior consciência sobre a especificidade da criança   | A relação mãe/criança exige necessidades específicas   |
| <b>4º REGISTRO</b> | Séc. 20       | Reconhecimento da importância da relação mãe-bebê<br>Amamentação materna / sentimento maternal<br>Valorização da maternidade<br>Acúmulo de conhecimentos científicos oriundos da biologia, medicina, psicologia, sociologia, direito, etc. | A criança torna-se um cidadão com direitos específicos |

A família é evocada, na maioria das vezes, como a instituição em que a criança vai se refugiar; a despeito de muitos casos

ocorrerem na família, como aponta a própria cartilha preparada pela CPI da Pedofilia, nas questões 3 e 4:

**3 – Em que locais pode acontecer o abuso sexual?**

R – Nos mais variados lugares, a começar pela própria casa, nos parques, nas ruas e praias, na vizinhança, nas escolas, consultórios médicos, transportes públicos e particulares, e até através do telefone ou do computador (Internet).

**4 – Quem são os abusadores?**

R – Os abusadores, na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e do círculo de confiança das crianças e adolescentes, como por exemplo, familiares, amigos, vizinhos, colegas ou mesmo os seus responsáveis. (BRASIL, s.d., p. 18 e 19)

O fato é que as marcas de um abuso sexual para a vítima são, lamentavelmente, indeléveis. O corpo terapêutico da casa de acolhida reconhece que seu trabalho é fazer com que a vítima retorne a sua vida normal, sem que o fato lhe retire a possibilidade de seguir adiante, mesmo com as marcas que lhe ficam. Algumas no corpo mesmo!

### **3. Teoria e método**

É consenso entre os estudiosos da área do discurso que há uma ligação intrínseca entre os campos da atividade humana e o uso da linguagem. Bakhtin afirma que os enunciados refletem esses pressupostos por meio não somente de seu conteúdo e do estilo de linguagem, mas, também, “pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (Bakhtin, 2003, p. 261).

A ADC tem sido relacionada à Linguística Crítica já há alguns anos. Seu foco é nos conceitos centrais de poder, ideologia e crítica. Para cumprir sua tarefa, ela realiza um trabalho necessariamente transdisciplinar, utilizando-se, especialmente de retórica, linguística textual, antropologia, filosofia, sociopsicologia, ciência

cognitiva, estudos literários e sociolinguísticos, bem como linguística aplicada e pragmática (Wodak e Meyer, 2009, p. 1).

Uma característica importante dos estudos de gênero é a perspectiva interdisciplinar. Sara Mills mostra essa necessidade em uma publicação que organiza (Mills, 1995). Ela se situa no campo da linguagem, mas mostra que não se pode compreender a complexidade da situação de gênero sem o apoio de outras disciplinas que possam ampliar o debate e fazer compreender as demandas de mulheres na sociedade.

Outro expoente dos estudos de discurso e gênero é Mary Talbot. Pelo quadro abaixo, pode-se perceber a diferença que Talbot aponta entre sexo e gênero:

**Diferença entre sexo e gênero (baseado em Talbot, 1998)<sup>51</sup>**

| <b>SEXO</b>  | <b>GÊNERO</b>   |
|--|---|
| a) Biologicamente estabelecido   | a) Socialmente construído   |
| b) Determinado por genes, gônadas e hormônios  | b) Aprendido culturalmente  |
| c) O cromossoma masculino determina o sexo do novo ser. Se Y, as gônadas desenvolvem testículos. No caso de X, serão ovários | c) As características masculinas ou femininas são adquiridas na percepção do que é afirmado pelo seu contexto |
| d) Essencialmente binário  | d) Não se determina de forma antagônica   |
| e) Macho ou fêmea  | e) Masculino ou feminino  |

No livro *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*, de Izabel Magalhães, verifica-se uma total situação de silêncio da criança em uma consulta. O que pode ser percebido nas suas palavras a seguir:

E as crianças, como é o olhar que lhes dirigem a instituição médica e os pediatras? Nas consultas pediátricas, fala-se às crianças e,

---

<sup>51</sup> Em Xavier, 2008, p. 48.



principalmente, sobre as crianças, mas elas muito pouco falam. (Magalhães, 2000, p.131)

Esse poder exercido sobre a criança também é reflexo de uma entidade recorrente na sociedade. O poder social, conforme encontramos em Van Dijk (2008), pode ser entendido como controle, ou seja, “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações dos outros” (Van Dijk, 2008, p. 17).

Sem dúvida, a estrutura familiar é o núcleo da sociedade que ensina, propaga e controla os seus componentes. Podemos constatar no resultado da observação de um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a triste afirmação a seguir:

A maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorre dentro de casa e são perpetrados por pessoas próximas, que desempenham papel de cuidador destas. Nesses casos, os abusos são denominados intrafamiliares ou incestuosos. (Habigzang *et alii*, 2005, p. 341)

É bom salientar que, por intermédio da ADC, serão verificadas as situações de abuso de poder comunicativo. Entendemos que não se fala de problema no poder, mas no abuso que se faz dele. Van Dijk também deixa claro que abuso de poder é o uso ilegítimo do poder (Van Dijk, 2008a, p. 28-29).

O silenciamento pode ser compreendido como aquilo “que acontece quando as vozes são abafadas, escondidas” (Xavier, 2008, p. 43). Isso pode ocorrer em diversos âmbitos da atividade humana, verificando-se em cerimônias religiosas, na retórica política, no discurso legal, na ciência ou mesmo na mídia em geral, fazendo um paralelo com o fato da interdição estudado por Foucault (2004).

O paralelo desse silenciamento infantil com o fato estudado por Cameron pode ser percebido quando ela aborda situações em

que o silêncio pode “também significar autocensura por medo de ser ridicularizada, atacada ou ignorada” (Cameron, 1998, p. 3).

Para lançar luz ao tema do agenciamento, foi utilizado o trabalho de Dorothy Holland (*et alii*, 1998) em que se trabalha a construção da identidade em várias culturas, exemplificando as ações realizadas para o conhecimento da sua realidade, para a avaliação do seu contexto e para as decisões tomadas em direção à autorrealização.

#### 4. Análise e resultados

Pode-se afirmar que o discurso está inserido em uma prática social, que pode moldar, também, a maneira como o indivíduo se manifesta discursivamente. Vejamos essa relação no quadro produzido por Fairclough abaixo:

##### **A linguagem nos níveis sociais (Fairclough, 2003, p. 24)**

|   |
|---|
| <b>Estruturas sociais</b> ..... <i>linguagens</i>       |
| <b>Práticas sociais</b> ..... <i>ordens de discurso</i> |
| <b>Eventos sociais</b> ..... <i>textos</i>              |

As entrevistas foram feitas no próprio ambiente onde trabalham as profissionais terapeutas. Foram selecionadas oito colaboradoras – para as quais adotou-se nome fictício, escolhido por elas mesmas –, para que suas entrevistas compusessem o *corpus* da tese. A seguir, serão apresentados segmentos que representam essa percepção.

#### 4.1. A importância do contexto familiar

Uma das questões da bateria de perguntas feitas às terapeutas solicita que relate algum caso que mais marcou seus atendimentos. A maioria descreve atos cometidos por próprios parentes, como a que vemos abaixo relatada por Elis:

A qual a mãe tinha sofrido situação de violência com o pai, mas (???) física se separou e casou com esse policial que era ótimo, que era.., né?, inclusive no diário da menina ela traz esse sofrimento, ela **tinha ele como pai**. Então ela começou a proteger a irmã, porque ele usava ameaça de que iria pegar a irmã mais nova... que se ela num ficasse... Então ela entrava com ele, pra proteger a irmã, e aí tem tudo isso relatado no diário. Então se você lê o diário, você lê o sofrimento daquela... aquilo ali é uma coisa assim que.. né? Na época tirei xerox e mandei pro diá.., pra polícia civil pra.. porque, cê cê lê aquilo ali, dá uma coisa assim a cores, né? entendeu?

Fica evidente, no discurso de Elis, a decepção com o que se espera de uma pessoa considerada “ótima” e de quem se esperava um tratamento de proteção especialmente por três fatores encontrados no discurso que evoca um contexto familiar: 1. A menina abusada o tinha como pai. Isso faz com que a expectativa de proteção, respeito e exemplo, entre outras prerrogativas, seja maior. 2. A mãe vinha de um contexto de agressão com o ex-marido e pai das meninas. Certamente, o novo marido conhecia tal situação e, naturalmente – ou teoricamente –, esperava-se que ele oferecesse um tratamento diferente daquele que deturpou a convivência do casal. 3. O novo marido era policial. A figura de proteção, conhecedora do contexto de violência doméstica que a mulher vivera, não combina, também teoricamente, com a posição de novo alzo.

Para Carmen, por exemplo, ao relatar seu trabalho no envolvimento com um dos casos que compartilhou na entrevista, demonstrou toda a dificuldade encontrada para além do abuso:

[eles estão] Abrigados, em abrigamento... porque a família, toda evangélica, não conseguiu tá lidando com isso dentro de casa, e tinha outros filhos menores... e às vezes pegavam os irmãos mantendo relações... e aí... é... eles foram abrigados. É **uma família muito difícil**. A gente tem histórico de deficiência mental, de transtorno mental e aquela coisa toda, e assim... pra atender você tem que ter

uma energia extremamente absurda, entendeu? E muitas vezes assim... no quadro de deficiência mental, de transtorno, não é um treino rápido, é um treino demorado. Então você **tem que tá com disponibilidade pra eles**, disponibilidade pra um monte de coisa que tudo isso eu não tenho...

A família, na visão das terapeutas e, por consequência, no tratamento terapêutico, é condição importante para que se recupere a autoconfiança, para que se possa continuar a vida a despeito das marcas que o abuso deixa.

#### **4.2. As marcas da identidade infantil**

No discurso terapêutico, são identificados os menores que passam pela experiência traumática de serem abusados, mas também se fala dos ofensores. Essa primeira diferença e seleção de adjetivo (ou substantivo, dependendo da função sintática) já mostra um comportamento primordial na ação do falante envolvido com o tema da pedofilia. As características de sua identidade ficam perceptíveis quando ela aponta sua condição:

Lembrar dessa cena, né? Da.. da.. experiência que ela vivenciou. E aí.. por isso que precisa trabalhar, precisa colocar no lugar. O que a gente tem feito, deixado muito claro pro **adolescente ofensor...** que o fato dele ter abusado dessa criança não foi **início marcante** da sexualidade dele...

O ofensor – reforçando, o menor que comete abuso sexual contra outro menor –, o menor pedófilo, também vive uma série de problemas que são detectados no trabalho terapêutico.

O trabalho do genograma busca identificar a gênese de um medo inexplicável que a criança apresenta. Dessa forma, já se espera, no atendimento a uma criança abusada, um comportamento que apresente essa característica acuada, exageradamente tímida, que evidencia um medo. As marcas do

silenciamento da criança podem ser percebidas em trechos das entrevistas, especialmente em palavras marcantes que evidenciam a intenção de não falar:

...ela não tem medo mas ela tem uma outra forma de **não falar**, que é a linguagem técnica de psicologia, ela não tá, ela tá **não falando**, quando ela te pega não vai não vai, ela tá **não verbalizando**...

O que eu queria falar no teu tema, as crianças ficam **silenciada**...

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe deixa... **não vamo falar nada**, um **segredo** mesmo.

E aí no último dia o menino virou e falou: “Porque o que eu levo daqui é **poder falar e ser ouvido**.”

Nesse último dado, percebe-se, por análise antagônica, que a terapia permite que o menino fale de forma que seja efetivamente ouvido. Poder falar e ser ouvido de verdade, segundo o que se percebe no discurso, é condição anormal, não somente para ele, para as crianças em geral, especialmente se for vítima de abuso sexual, fato que envolve sexo e violência, temas naturalmente interditados.

#### 4.3. A transgeracionalidade

Segundo relata a terapeuta Aleteia, há pessoas que vão à terapia acompanhando o filho sem imaginar que sua própria história, escondida até então, pode ser escarafunchada e revelada:

Quando você vai catar a história, ela também passou por aquilo. Só que ela teve coragem de vir pedir ajuda pro filho, e de forma indireta ela veio denunciar. Só que ela vem pensando que jamais vai denunciar os dela. Mas **no tratamento ela tem que abrir**. Aí é **quando a gente sabe que o problema é transgeracional**.

Dora, explicando os resultados da transgeracionalidade, e reforçando que ele pode influenciar na vida de vários membros de uma mesma família, relata o caso de uma parente próxima de uma criança que é atendida por ela. Essa pessoa, prima da vítima, foi exposta a uma sexualidade exacerbada e precoce, resultando em uma entrega ao trabalho com prostituição<sup>52</sup>:

A outra, que é a **prima**, ela ficou tão assim.. é.. com a sexualidade tão afluada, que.. ela.. ela agora, segundo a avó, essa avó, ela já.. já tá fazendo disso uma... ela deve ter uns **treze anos**... ela já tá fazendo disso um trabalho, ela já tá **vivendo a prostituição**. Entendeu a questão da **transgeracionalidade**, né?

Carmem também faz um relato com exemplo mostrando como se trabalha a transgeracionalidade em uma família, especialmente com a técnica do genograma:

Ah, a **transgeracionalidade** tem livros específicos pra isso, que é o **genograma** que a gente utiliza muito. Então a gente constrói um **mapa dessa família**, até a **terceira geração**, e aí elas... assim... é filho de quem, né? Comé que era essa história? Comé que é essa vivência? É muito interessante nessa área, por exemplo, de você ver os **mitos da família**.

**Uhum.**

Aquilo que é levado **de geração pra geração**.

**Uhum.**

O que que é **os ditos não ditos dessa família**, tipo... é... vou te dar um exemplo bem básico assim: não pode comer manga verde, manga verde após o almoço morre. Por que que morre? Já foi ver? Não sei o que, então a gente começa a quebrar.

**A vovó falou e ficou...**

A vovó falou e ficou.

**Até tradição.**

---

<sup>52</sup> Para uma compreensão da prostituição como um trabalho opcional em que a mulher profissional do sexo exerce agência, diferentemente da prostituição por necessidade, sem prazer e/ou por obrigação, ver Xavier, 2013.

Não pode dar... antes do casamento, por que que... ah eu dei e não presto. Então a gente começa a perceber em cima daquilo que é falado, como ficou aquilo, **como significou isso** e como ela vai levando... porque a gente tem realmente uma coisa uma **repetição** e a gente **repete uma história familiar**, entendeu? Mas a gente já percebeu o que que é repetido, então o que que você vê, **ciclos de violência são repetidos...** um pai que batia, né?, como forma de comunicação, batia lá, a mãe repete isso batendo nele também... é a forma de aprendizagem que ela teve, não teve comunicação verbal, uma coisa que a gente nota muito nessas famílias hoje é a falta de comunicação.

Dessa forma, podemos perceber que a transgeracionalidade deixa claras as repetições de comportamento que uma família apresenta.

#### 4.4. A abordagem para meninos e meninas

Essa compreensão de um poder machista que permeia a sociedade já atinge aos pequenos dentro da própria família. Por isso é comum dizer que as próprias mães criam seus filhos para o machismo, especialmente quando relegam somente às meninas as tarefas domésticas.

Então, as mães, principalmente as mães, os pais também, mas mais as mães, elas temem que o **menino fique homossexual**, elas têm esse fantasma vem junto, né? A gente que pensa que menina é mais abusada que menino, eu não sei se dizer se é igual, mas é quase que igual, né, e sempre as duas famílias elas têm esse medo de que.. que vai ficar sequela, por mais que a gente...

No geral... as mães.. que os meninos foram abusado.. elas têm medo que **virem homossexual**, se ele sentiu algum prazer, será que ele vai **querer repetir**? O outro medo é da **repetição**, que a gente tem que passar isso que nem... num é uma regra...

Para o menino, o abuso sexual sofrido significa que ele perde a condição de poder masculino atribuído à criança do sexo masculino. Essa tradicional posição de liderança e de virilidade é aviltada.

A dificuldade encontrada para falar do abuso sexual está muito situada em dois fatores percebidos nas entrevistas: o silenciamento evidenciado pela identidade marcadamente apagada das crianças, e a interdição à qual os temas do sexo e da violência são impostos.

#### 4.5. Interdição e silenciamento

Mais marcadamente em Foucault (2004), a interdição tem sua descrição e, com isso, é trabalhada em várias teorias sociais. Há temas que não se pode tratar com determinadas pessoas ou grupos. Em algumas instâncias, esses temas são proibidos ou não são tolerados. Como exemplo, de temas interditados, Foucault aponta a sexualidade e a política (2004, p. 9).

Fabiana chama de “a síndrome do segredo” o silêncio grave que é gerado pela interdição. Isso confirma que o cuidado com temas considerados interditados não deve ser extremo, a ponto de fazer a criança ter medo de falar. Isso pode ser fator de proteção ao abusador, como temos visto. Vejamos as palavras de Fabiana:

Acontece, né? Então é.. é muito comum assim, então a criança fala e aí **a família não escuta** não vê, e aí ela volta, e **a síndrome do segredo**, né, que os que os estudiosos que a literatura traz, né?

O silenciamento é um fenômeno que ocorre quando as vozes são abafadas, escondidas (Ver Xavier, 2008). No caso da pedofilia, uma série de circunstâncias levam ao silenciamento. A identidade da criança já tem a marca do apagamento. Sua voz, portanto, não é ouvida naturalmente. A gravidade de não ser possível exercer a agência como outros grupos que sofrem com o abuso do poder (como mulheres, negros, pessoas em situação de rua, entre outros)



torna o silenciamento para as crianças vítimas de abuso sexual ainda mais difícil de contornar.

Relembrando o discurso de Helena, vemos a gravidade do acordo velado de silêncio quando ocorre um caso de violência na família:

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe: deixa... **não vamos falar nada**, um **segredo** mesmo. E o pai era uma pessoa que fora do convívio familiar era uma pessoa muito respeitada, muito né? Moralmente falava muito certinho, muito íntegro, muito... de moralidade, vamos dizer assim, e dentro de casa a família..

Entra, também, em cena, o discurso institucional de proteção à criança. É necessário superar o silêncio e ajudar a criança que fala com a voz ou mesmo com comportamento. Uma das prerrogativas com a qual a ADC trabalha é justamente a possibilidade de dar voz a setores da sociedade que são mais silenciados. Nesse sentido, fazer virem à tona esses discursos e comportamentos são uma maneira de não perpetuar o abuso e, conseqüentemente, a violência sexual. O ressilenciamento é perigoso, porque alguém que volta à situação de silenciado por não confiar que suas palavras serão ouvidas pode ter suas características potencializadas.

### **Considerações finais**

Após a análise das questões de entrevista, pudemos responder ao interesse da pesquisa, resultando nas seguintes hipóteses:

a) O discurso terapêutico evidencia a necessidade do envolvimento da família para que se evitem os ataques às crianças e adolescentes, bem como para que se consiga superar os traumas decorrentes que marcam a vida do menor abusado. Além disso, ficou evidente que as famílias podem carregar o problema do abuso sexual de forma transgeracional. Assim, é necessário que se

trabalhe a questão com toda a família, já que a situação se prolonga por outras gerações.

b) As crianças e os adolescentes abusados são evidenciados no discurso terapêutico como figuras vítimas de abuso de poder. Elas se tornam indivíduos que transparecem medo, vulnerabilidade e dependência. São marcadas pela dificuldade de fazerem suas vozes serem ouvidas, ou seja, o silenciamento é característica de sua identidade. Quando a criança tenta denunciar e sua voz não é ouvida, fica evidente o terreno fértil para o resilienciamento, gerado pelo medo e a falta de empenho em buscar a verdade dos fatos, bem como pela falta de punição ao agressor.

c) Nota-se que, para as famílias, o maior medo com relação às crianças abusadas é que o menino desenvolva uma homoafetividade e a menina parta para o lado da prostituição. Meninos tornam-se mais envergonhados por serem expostos a uma sexualidade passiva, o que representa para a sociedade uma posição oposta à que se espera dos machos: agressividade, atitude, decisão. Dos meninos se espera que apresentem as características tradicionalmente atribuídas aos masculinos de dominação.

Como foram detectados o silenciamento e a interdição como condição que podem favorecer o criminoso, é preciso que se mude a maneira como se fala sobre o tema. Às crianças, deve-se buscar mecanismos que as outorgue possibilidade de dizer o que sentem e o que acontece em suas vidas. Ainda que os familiares tenham dificuldade de buscar relatos mais específicos sobre o que se desconfia, é necessário que se estimulem as famílias a procurarem auxílio de profissionais mais habilitados para o fazerem, como foi demonstrado nas entrevistas pelas terapeutas que conseguem trabalhar com desenhos e outras técnicas.

A solução para tal problema ainda está muito longe, mas conseguir salvar uma criança que seja dessa experiência nefasta não pode ser considerado pouco. Que a percepção do discurso em torno da pedofilia e uma alteração na forma de tratar o assunto

possam ser uma contribuição para a sociedade no sentido de mudar essa triste realidade.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Abuso sexual infantojuvenil**: algumas informações para os pais ou responsáveis. CPI contra a Pedofilia: Brasília, s.d.

CAMERON, Deborah. (Org.) **The feminist critique of language** (2ª ed.). Londres, Nova York: Routledge, 1998.

\_\_\_\_\_. **The language and sexuality reader**. Nova York: Routledge, 2006.

CHOULIARAKI, Lilli; FAIRCHLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: University Press, 1999.

COSTA, Liana Fortunato; JUNQUEIRA, Eika Lôbo; RIBEIRO, Adeli; MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer. “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais.: **Avances en Psicología Latinoamericana**, Vol. 29(1): 33-46. Bogotá, 2011.

\_\_\_\_\_; GRANJEIRO, Ivonete Araújo Carvalho Lima. A ação dos operadores do direito e da psicologia em casos de abuso sexual. **O Portal dos Psicólogos**. 12 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0378.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Organização, revisão da tradução e prefácio à edição brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. **Language and globalization**. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_; FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. Nova York: Routledge, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. Em: **Psicologia: teoria e pesquisa** 21: nº 3. Brasília: Instituto de Psicologia, UnB, 2005. p. 341 a 348.

HISGAIL, Fani. **Pedofilia: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HOLLAND, Dorothy; LACHICOTTE JR., William; SKINNER, Debra; CAIN, Carole. **Identity and agency in cultural worlds**. Cambridge / Londres: Harvard University Press, 1998.

JUNGES, Márcia. O pedófilo como vítima de seu desejo e perversão. **IHU On-line: revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 10 nov. 2013. Disponível em < [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3152&secao=326](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3152&secao=326)>

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.

MILLS, Sara (org.). **Language and gender: interdisciplinary perspectives**. Londres: Longman, 1995.

REIS, Vítor José Oliveira. **Crianças e jovens em risco: contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco**. Tese (doutorado em psicologia clínica). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2009.

SALTER, Anna. **Predadores: pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2009.

SARTORELLI, André. Pedofilia deve ser vista como transtorno mental. **R7 Notícias**, s.l., 18 maio 2010. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/saude/noticias/pedofilia-deve-ser-vista-como-transtorno-mental-20100518.html>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

TALBOT, Mary. **Language and gender: an introduction**. Cambridge/Oxford, GB; Malden, EUA: Polity Press, 1998.

- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK e MEYER (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2ª ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.
- XAVIER, Sandro. **As vozes de mulheres profissionais do sexo sobre a legalização do seu trabalho**: discurso e gênero. Dissertação (mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, 2008.
- \_\_\_\_\_. O silenciamento de crianças e adolescentes no discurso da pedofilia: uma relação de poder. Colóquio Aled Brasil: discurso e práticas sociais. **Anais eletrônicos**. Recife: UFPE, 2010a. p. 2607 a 2625.
- \_\_\_\_\_. A violência na linguagem do rock: aspectos sociais e seleção lexical. 2º Fórum Internacional de Análise do Discurso: discurso, texto e enunciação. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010b. p. 1636 a 1645.
- \_\_\_\_\_. A voz da rua: a resistência no discurso de prostitutas. In: SATO, Denise Tamaê Borges; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes (orgs.). **Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil**: uma homenagem a Izabel Magalhães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 147 a 167.

# SÚPLICA CEARENSE: UM DIÁLOGO ENTRE MÚSICA E RELIGIÃO

Shara Lylian de Castro Lopes

## Introdução

Os estudos sobre o discurso literomusical têm ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas de Análise do Discurso, doravante denominada AD. A justificativa para esse fenômeno é, principalmente, o reconhecimento do valor e da influência da música na vida social de qualquer que seja a cultura. Compreendendo, ainda, a força que a religião exerce sobre as sociedades, em especial na cultura do Nordeste brasileiro, propomo-nos a investigar as relações interdiscursivas que se estabelecem entre discurso literomusical e religioso.

Assim é que decidimos analisar a canção *Súplica Cearense*, de Gordurinha (Waldeck Artur de Macedo) e Nelinho (1979), levando em conta, principalmente, a interpretação de Luiz Gonzaga e Fagner, duas vozes oriundas do Nordeste brasileiro, constante no álbum *Gonzagão & Fagner* (1984). Nossa intenção é entender a relação que é estabelecida entre dois discursos tidos como constituintes: religioso e literomusical.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as relações interdiscursivas entre o discurso religioso e o literomusical na canção. Como objetivos específicos figuraram: 1 – a descrição dos *ethé* religiosos na canção *Súplica Cearense*; 2 – a investigação dos modos como as cenas enunciativas do discurso religioso se

manifestam na canção analisada; 3 – a análise da contribuição das relações intertextuais para as relações interdiscursivas entre os discursos investigados.

Para tanto, optamos por utilizar a teoria discursiva de Maingueneau (2008a, 2008b, 2009) e sua proposta do pressuposto da interdiscursividade e o conceito de discurso constituinte. Analisamos a canção a partir das categorias discursivas: *ethos* e cenas enunciativas, em especial, a cenografia. Além disso, discutimos sobre a intertextualidade com textos religiosos porque entendemos ser importante para essa construção de relação interdiscursiva. Este texto apresenta algumas subseções: Discurso literomusical e religioso (descrição básica das duas esferas discursivas em questão); Ethos, cenas enunciativas e intertextualidade em canções (descrição básica das categorias discursivas); e Análise das canções.

### **Discurso literomusical e religioso**

Para a realização desta pesquisa consideramos relevante a proposta de Dominique Maingueneau (2008b) acerca do pressuposto da interdiscursividade, a partir principalmente do princípio do dialogismo na língua sugerido por Bakhtin (1992). Isto é, entendemos que todo discurso acontece relacionado a discursos anteriores e posteriores a ele. Aprofundando ainda mais os estudos sobre as relações entre os discursos, Maingueneau (2015) propõe que os campos discursivos<sup>53</sup> se dão a partir de formações de *corpora* diferentes, mas, numa relação de dependência entre si. Desse modo, os posicionamentos também não são independentes (é o que acontece nos posicionamentos da música popular brasileira).

Isso significa que, nem os discursos das canções pertencentes ao posicionamento dos forrozeiros independem das do

---

<sup>53</sup> Esta noção é abordada em Maingueneau (2008b), assim como a de formação discursiva, e revisitada em Maingueneau (2015).

posicionamento da MPB<sup>54</sup>, a título de exemplo. Assim também, o próprio campo do discurso religioso não acontece desvinculado do discurso científico ou do literomusical, por exemplo.

Dentre as formas de estabelecimento de relações interdiscursivas, há as que se manifestam lexicalmente, como aponta Costa (2012). O autor diz que a interdiscursividade lexical pode ocorrer por meio da polissemia, da argumentação e da metáfora. A polissemia “é objeto de disputa no âmbito da produção discursiva da sociedade” (2012, p. 48). Assim é que o discurso lúdico, em que está inserida a canção, e o discurso autoritário, que contém o discurso religioso, podem relacionar numa expressão um embate de interesses em relação à polissemia: um a corrobora ou subverte (o lúdico), enquanto a outra a engessa (o religioso).

Mais detidamente acerca do discurso literomusical, tomamos sua noção separada da do discurso literário, considerando que a poesia e a letra de músicas são textos distintos que se apresentam utilizando suportes diferentes e que não podem ser agrupadas num mesmo rótulo. Elas possuem características peculiares e, portanto, necessitam de um trato diferenciado por parte da AD, conforme aponta Costa (2012).

Para nós, o discurso literomusical é visto como uma prática discursiva que acontece através de um conjunto de canções. Tais canções são produzidas, circulam e são geridas por enunciadores validados pela sociedade em que se inserem. Eles precisam, no entanto, tomar posicionamentos que os permitam ser identificados pelos enunciatários como pertencentes à certa comunidade discursiva. Essas características verbo-musicais é que unem determinado grupo musical, como assevera Costa (2012).

---

<sup>54</sup> Vide a definição do posicionamento da MPB na obra **Música popular brasileira, linguagem e sociedade**: analisando o discurso literomusical brasileiro, de Nelson Costa (2012), em que o autor analisa o discurso literomusical brasileiro e seus inúmeros posicionamentos.



Nesse sentido, uma análise de discurso literomusical requer, fundamentalmente, que se observem pelo menos três situações: o plano musical, o plano verbal, e o investimento ético e enunciativo. O primeiro deles refere-se à configuração do posicionamento musical em determinado gênero/ritmo musical, a partir das características ditas mais melódicas e instrumentais. O segundo diz respeito ao delineamento das letras no sentido de uma formação cenográfica que também caracterize o posicionamento musical tomado e demonstre objetivos claros do discurso, somado ao código de linguagem que é utilizado. Por último, o investimento ético e enunciativo é primordial no discurso literomusical, porque é lá que os enunciadores podem revelar diversos *ethé* que convirjam para determinado posicionamento musical que precisa ser afirmado dentro de um campo.

Já o discurso religioso será considerado a partir de algumas noções. Primeiro: o caráter de irreversibilidade de diálogo, já abordado por Orlandi (1987), isto é, locutor e ouvintes não possuem o mesmo direito de turno de fala ou, num nível mais abstrato, de participação legitimada numa discussão desse campo. Segundo: a autora aponta que o discurso religioso, pelo seu caráter autoritário, também “tende a estancar a polissemia” (1987, p.240).

A partir dessas características mencionadas acerca do discurso literomusical e do discurso religioso é que direcionamos nossas análises sobre a canção Súplica Cearense. A principal intenção foi tentar compreender como discursos com perfis tão dícticos se relacionam, bem como suas categorias se validam entre si e validam o discurso como um todo.

### ***Ethos*, cenas enunciativas e intertextualidade na canção**

Tanto as noções discursivas de *ethos* quanto de cenas enunciativas são importantes para as análises de canção. Isso ocorre porque o gênero canção encaixa-se num tipo genérico que solicita uma cenografia singular para cada canção. A partir dessa

cenografia, é possível visualizar tanto as outras cenas enunciativas quanto o(s) *ethos(ethé)* que encontram-se no discurso analisado.

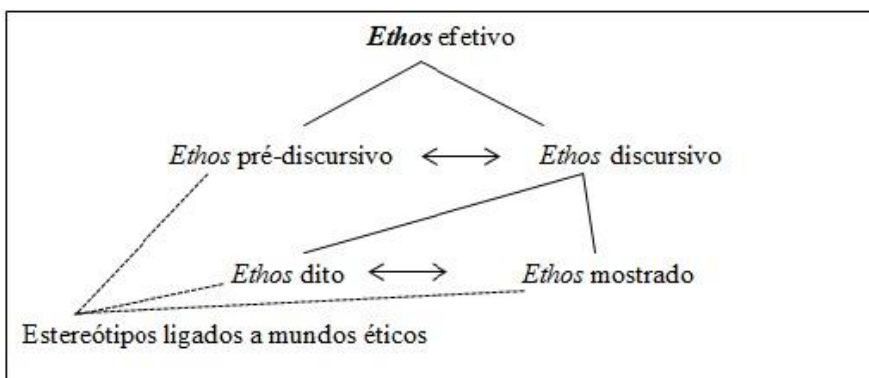
Para nosso trabalho, adotamos as seguintes definições de cenas: a cena enunciativa é, na realidade, a própria representação que um discurso faz de sua situação enunciativa, como apontam Charaudeau e Maingueneau (2012). Para Maingueneau (2008a), que dedicou a íntegra de uma obra para discutir cenas enunciativas e tópicos relacionados a esse tema, existem três tipos de cenas enunciativas: englobantes, genéricas e cenografias. A cena englobante diz respeito à definição do estatuto dos parceiros envolvidos na prática discursiva em questão e ao quadro espaço-temporal. Ela constitui a cena mais elementar de qualquer discurso.

Já a cena genérica é instituída pelo gênero discursivo e refere-se a um contexto mais específico, que apresente papéis, circunstâncias, objetivo, suporte material etc. Essas duas são, segundo Maingueneau (2008a), as cenas necessariamente presentes em toda prática discursiva, visto que todo discurso reporta-se a um gênero e apresenta indiscutivelmente interactantes envolvidos em uma prática discursiva. A cenografia tem lugar especial dentre as cenas de enunciação para o discurso literomusical, porque cada canção requer uma cenografia particular, ao contrário de alguns outros gêneros, como os administrativos.

A cenografia desenvolve o discurso e é responsável por legitimá-lo, assim como, por convencer o público-alvo. Assim como os interactantes mudam conforme as cenas mudam, as topografias e cronografias também não são as mesmas em cada uma delas. Entretanto, podemos compreender que os três tipos de cenas dialogam entre si e cooperam para a compreensão umas das outras, assim como validam e permitem a existência das outras, especialmente a genérica em relação à cenografia. Desse modo, tomaremos o conceito de cenografia como a base de “uma encenação singular da enunciação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 122).

Quanto à noção de *ethos* discursivo, esta é fundamental para compreensão da relação que há entre a construção de sentidos feita no discurso e a própria imagem que é realizada pelo enunciador através da atividade argumentativa. Esta, por sua vez, é realizada pelo enunciador sempre com o fim de persuadir, como explica Amossy (2011). Ela está relacionada com as cenas da enunciação, visto que cada gênero de discurso comporta uma distribuição de papéis pré-determinada que contribui para a imagem de si do locutor. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2012).

Por meio dessa visão de *ethos*, Maingueneau propõe o desmembramento do *ethos* discursivo em um quadro:



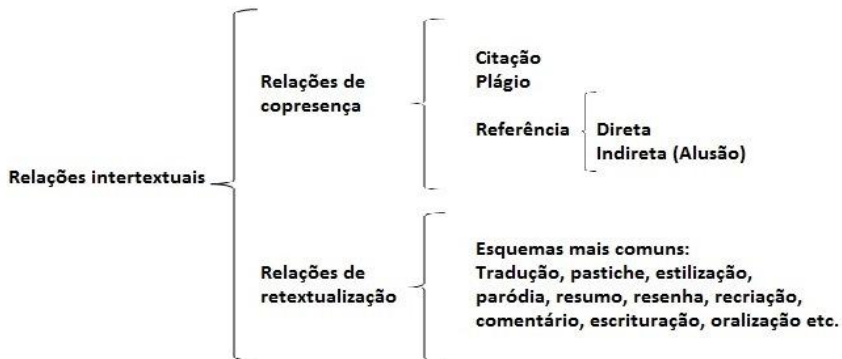
Fonte: Maingueneau (2008b, p. 71)

Segundo o quadro, o *ethos* discursivo é resultado da interação dessas várias instâncias éticas. O autor explica que os limites entre *ethos* dito e mostrado<sup>55</sup> são difíceis de definir. O *ethos* também se delinea além da própria enunciação, isto é, há um *ethos* pré-discursivo. O público constrói parte da imagem do orador antes mesmo que ele comece a enunciação. Entretanto, esse *ethos* prévio não se dá em todos os discursos, mas principalmente nos

<sup>55</sup> *Ethos* mostrado é o próprio *ethos* discursivo que domina o discurso na sua maior parte. Já o *ethos* dito refere-se a fragmentos do texto em que o autor evoca sua própria enunciação direta ou indiretamente (MAINGUENEAU, 2009).

comunicados oralmente, em que outros fatores são mobilizados, tais como a afetividade, conforme Maingueneau (2009).

Para a análise das relações intertextuais, consideraremos o quadro que Costa (2012) propõe a partir da classificação que Piègay-Gros (1996) fez acerca dos possíveis diálogos entre os textos:



Esquema tipológico das relações intertextuais segundo Costa (2012, p. 43).

### Análise da canção “súplica cearense”

*Oh, Deus! Perdoe este pobre coitado / Que de joelhos rezou um bocado / Pedindo pra chuva cair sem parar. // Oh, Deus! Será que o senhor se zangou / E só por isso o sol arretirou / Fazendo cair toda a chuva que há? // Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho / Pedi pra chover, mas chover de mansinho / Pra ver se nascia uma planta no chão. // Oh! Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe. / Eu acho que a culpa foi / Desse pobre que nem sabe fazer oração. // Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água / E ter-lhe pedido cheinho de mágoa / Pro sol inclemente se arretirar. // Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno. / Desculpe eu pedir para acabar com o inferno / Que sempre queimou o meu Ceará.*

A análise que segue é resultado da audição das canções de teor religioso interpretadas por Luiz Gonzaga. Após a audição, optamos pela canção Súplica Cearense: primeiro, pela limitação do *corpus* para um artigo; segundo, porque esta canção apresenta fortes marcas das categorias discursivas para a construção dos *ethé*

sertanejos religiosos, bem como de cenas enunciativas religiosas. Ressaltamos que a pesquisa é parte de um estudo maior sobre canções de Luiz Gonzaga que está sendo realizado pela autora na elaboração de sua dissertação.

É um estudo de caráter qualitativo que procura utilizar o modelo teórico-metodológico a partir do foco da AD: associar investigação de organização textual à situação comunicacional. Para tanto, lançamos mão do aparelho teórico de Costa (2012) em relação ao discurso literomusical e dos posicionamentos de Maingueneau (2008a, 2008b, 2015) acerca das categorias discursivas. Dito isso, seguimos para a análise do *corpus*.

A canção que elegemos para análise discursiva já traz em seu título informações importantes para considerarmos. A súplica, para o dicionário Priberam de Língua Portuguesa, pode ser: 1. Ato ou efeito de suplicar; 2. Oração a uma divindade ou a um santo (prece); 3. Pedido humilde ou aflitivo; 4. Pedido de favor ou graça.

Desse modo, podemos considerar a súplica como um ato de fala diretivo, em que o locutor tenta conduzir o alocutário a realizar algo (neste caso, atender à sua súplica). No entanto, devemos considerar ainda a segunda definição, para a qual a súplica é um tipo de oração (prece), ou seja, ela poderia ser considerada um subtipo de gênero discursivo ligado intrinsecamente aos gêneros do discurso religioso.

A escolha do título a partir da delimitação da “súplica” àquela que só, e somente só, é realizada pelo cearense não ocorre sem fito. Na verdade, a canção, que fora produzida no ano de 1960 pelos radialistas Gordurinha e Nelinho, fazia parte de uma campanha para arrecadar fundos a fim de ajudar a população nordestina que acabara de sofrer uma devastação advinda do rompimento da barragem construída no açude Orós. A intenção do governo com a construção da barragem era, justamente, amenizar as mazelas da seca que flagelava o povo cearense. No entanto, eles não contavam que o rio Jaguaribe, exatamente no ano da construção da barragem,

enchesse<sup>56</sup> mais que o normal até romper as paredes da barragem. O resultado foi uma desgraça que totalizou seis cidades evacuadas e inúmeros desabrigados.

A música inspirada em tal situação caiu nas graças de Gonzaga, rei do baião e vizinho do estado afetado pela enchente, que então resolveu gravá-la, quase vinte anos depois, em 1979. A seguir, outros intérpretes brasileiros de renome a regravaram, como Fagner e Elba Ramalho. Em 1984, num disco gravado por Fagner e Gonzaga, a música apareceria novamente. Mais recentemente, a banda O Rappa também gravou a canção, como *single* em 2009.

Conforme dissemos, consideramos para a análise a interpretação de Gonzaga e Fagner. O primeiro, apesar de pernambucano, fora um exímio representante da voz do nordestino brasileiro e denunciou sempre que pôde os problemas sociais que esse povo enfrentava, bem como enaltecia sua herança cultural e linguística. O segundo era cearense propriamente dito e, juntamente com Belchior, Ednardo e outros, compôs o grupo “O pessoal do Ceará”.

Como já explicitado nas sessões teóricas, o *ethos* discursivo pode formar-se antes da própria culminância do discurso, em nosso caso, antes da execução da canção no palco ou na gravadora. Isto é, toda imagem construída de nordestino religioso antes mesmo da canção já é parte da construção da própria canção, incluída aí também a imagem dos intérpretes enquanto nordestinos e, no caso de Gonzaga, cristão católico. Esse seria, portanto, o *ethos*

---

<sup>56</sup> Houve outras enchentes que castigaram o Ceará e o Nordeste e foram transformadas em versos e canções, como a seca de 1985, sobre a qual Patativa do Assaré compôs *Seca d'água*, que foi gravada por várias vozes do cenário musical brasileiro, dentre os quais Luiz Gonzaga, Ednardo, Alcione, Elba Ramalho e Fagner: “*É triste para o Nordeste o que a natureza fez / Mandou cinco anos de seca e uma chuva em cada mês. / E agora em 85 mandou tudo de uma vez. // A sorte do nordestino é mesmo de fazer dó / Seca sem chuva é ruim / Mas seca d'água é pior. (...)*”

mais externo à canção e mais ligado à cena englobante, segundo abordaremos em breve.

Antes de seguir a discussão sobre as imagens discursivas, é preciso falar um pouco sobre as cenas enunciativas da canção, as quais são parte fundamental da própria construção do discurso que analisamos. O título “Súplica Cearense” já nos conduz a uma cena enunciativa: o enunciador, cearense, ajoelhado, rendido, prostrado, sertanejo pobre, suplicando um favor divino. Essa cena que se constrói exclusivamente para a canção que decidimos analisar é chamada de cenografia.

Ela continua a ser construída no decorrer da canção através dos vocativos seguidos dos pedidos direcionados a Deus. A cenografia da execução da súplica está intimamente ligada à cenografia convencional dos fieis realizando suas preces, seja num local sagrado, como um templo, uma igreja, seja num local qualquer em que o enunciador se encontre em situação vexatória e que sinta necessidade de suplicar.

A cena religiosa traz ainda as características do discurso religioso que Orlandi (1987) aponta (irreversibilidade e autoridade), na medida em que o enunciador, neste caso o nordestino cearense flagelado pela seca, volta-se para Deus com palavras humildes e súplica de perdão, dentre outros motivos, por não ter sabido pedir como convém e agora sofrer com o fenômeno contrário: a enchente.

Dado importante de ser mencionado é que o enunciador nunca questiona o uso do poder divino, ao ocorrer a enchente após inúmeras secas exatamente quando um projeto humano de combate a tal seca encontra-se em andamento. Pelo contrário, o sertanejo, em sua súplica, pede remissão pelo pecado de ter pedido chuva no momento de seca, pois julga que fora incapaz de fazer uma petição que agradasse os ouvidos da divindade. Ainda que o homem tenha o turno de fala, através da súplica, nesta mesma fala ele reconhece sua inferioridade (irreversibilidade do discurso) e

apenas suplica por perdão, após já ter pedido ajuda de quem considera ter todo o poder, seu coenunciador.

Somada à cenografia descrita, há a cena genérica, aquela que se constrói aos moldes do gênero discursivo, em nosso caso, a canção. Súplica Cearense é uma toada-baião. E o é justamente porque esse ritmo mais lento e compassado traz consigo um tom mais triste à canção. Quando somado à melodia realizada com acordes menores, concorda com o conteúdo da letra. Ademais, a interpretação musical é muito importante para que a cena genérica aconteça conforme o esperado. Assim é que Gonzaga e Fagner cantam Súplica Cearense: pondo um sentimento de súplica e humildade e intensificando a voz nos vocativos e nos verbos que mais contêm a intenção da súplica, como “perdoe” e “desculpe”.

Com o decorrer da canção, a súplica começa a ganhar um tom mais confessional, principalmente, com as expressões “a culpa foi desse pobre que nem saber fazer oração” e “ter-lhe pedido cheinho de mágoa”. Essa gradação culmina nos últimos versos “desculpe eu pedir para acabar com o inferno que sempre queimou o meu Ceará”, em que o enunciador traz uma palavra do campo lexical do sagrado, mas com sentido apostó: “inferno”. Ela vem descrever a situação da qual, na sua prece anterior, pediu para ser retirado. Nesse momento, o enunciador suplica, não só por ele, mas fala em nome do estado brasileiro em que reside, na expressão “meu Ceará”. Essa expressão traz o caráter de denúncia social da canção, travestido pelo discurso religioso, se não, na intenção dos compositores, certamente nas de Gonzaga, Fagner e O Rappa, pelos seus próprios posicionamentos dentro discurso literomusical brasileiro.

Esses intérpretes utilizam a canção para além da beleza de sua composição melódica e de arranjo. A canção funciona como um instrumento de representação e denúncia das mazelas sociais e naturais que o povo nordestino e cearense sofre e sofreu. Os infortúnios já foram registrados em outras expressões artísticas como a própria literatura moderna regional, através da escrita de Rachel de Queiroz, Jorge Amado e Graciliano Ramos, por exemplo.



Somada às cenas enunciativas apresentadas, há as escolhas de linguagem informal que marcam a regionalidade do enunciador, quais sejam: “arretirar”, “tiquinho” e “cheinho”. Elas reforçam a imagem da identidade do cearense através dessa decisão que o enunciador faz pelo código de linguagem da região. Já a utilização do pronome de tratamento “senhor”, demonstra o desnível que há entre os interactantes no discurso religioso, que se apresenta na canção e remonta ao carácter irreversível do discurso religioso.

A imagem do enunciador revela o *ethos* de um devoto de longa data, que já passou pela seca e agora passa pela enchente, um sertanejo do Ceará que se encontra numa posição de vulnerabilidade e busca ajuda na fé. Mesmo sabendo que as mazelas são resultados naturais, sobre os quais ele não tem controle, o enunciador suplica perdão e sente-se culpado. Ocupa, portanto, uma imagem de resignação. Essas imagens discursivas são convalidadas pelo *ethos* prévio, pelas cenas enunciativas e pelas próprias escolhas linguísticas ocorridas na canção.

Podemos ainda observar que esses elementos discursivos conduzem à forte imagem do coenunciador: no caso da cenografia, é Deus e na cena genérica, é o auditório brasileiro que ouve a canção. A súplica tem o fim de agir sobre o coenunciador, Deus, para fazê-lo comover-se e atender ao pedido. Já os intérpretes buscam levar o auditório a refletir sobre os problemas enfrentados por essa parcela da população brasileira.

Há que se destacar a existência de uma terceira cena que é a cena do discurso litermusical, cena englobante, em que o coenunciador interpelado é o ouvinte da música popular brasileira, enquanto o coenunciador da cena genérica é o ouvinte do baião e da toada. Essas cenas trabalham de forma conjunta com a cenografia para a construção do discurso.

A elaboração do discurso de enunciador devoto baseia-se principalmente nos conceitos bíblicos acerca dos poderes divinos e sua intervenção sobre a natureza, como é possível ver em vários trechos da Bíblia: “Derrama chuva sobre a terra e envia água sobre

os campos.” (Jo 5:10); “Porque ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos.” (Mt 5:45); dentre tantos outros.

Mas a chuva, segundo registros bíblicos, foi utilizada tanto como uma recompensa divina, para amenizar tempos de seca, quanto como instrumento de punição dos pecados, como no caso do dilúvio descrito no primeiro livro do pentateuco: “Eis que vou trazer águas sobre a terra, o Dilúvio, para destruir debaixo do céu toda criatura que tem fôlego de vida. Tudo o que há na terra perecerá.” (Gn 6:17). Essa relação seria um relação intertextual bem mais indireta, ou mesmo, um relação somente interdiscursiva, já que trata-se de temas reportados.

### **Considerações finais**

Após a breve análise realizada, percebemos que é através da utilização dos *ethé* nordestinos religiosos e devotos, bem como das cenas enunciativas também religiosas que o discurso literomusical na canção Súplica Cearense se delinea. Outrossim, a execução, o ritmo, a melodia e os próprios intérpretes da canção também colaboram de modo importante para essa construção discursiva e identitária na música analisada.

Vimos que o discurso religioso, apesar de suas características de autoridade e irreversibilidade, é fundamental para que a canção obtenha o formato a que se propôs e cause os efeitos de sentido adequados nos coenunciadores. Nesse sentido, é possível perceber que a relação entre discursos de campos diferentes, ambos constituintes, é de diálogo produtivo.

Esperamos, principalmente semear um desejo de questionamento sobre todos os outros discursos que se produzem no âmbito musical brasileiro e são relacionados a temáticas religiosas, para compreender como as categorias discursivas se desenham neles. Não obstante, entendemos a importância deste trabalho como mais um estudo discursivo que auxilia (ou, ao

menos, instiga) na busca pelos tantos não-ditos que o discurso literomusical guarda a nosso dispor.

## Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

BÍBLIA. Português. **A bíblia sagrada**: antigo e novo testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília. Sociedade Bíblia do Brasil.

BAKHTIN, Mikail. (Volóshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DICIONÁRIO Priberam de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://goo.gl/TfLNgT>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

COSTA, Nelson Barros da. **Música popular brasileira, linguagem e sociedade**: analisando o discurso literomusical brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Trad. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987.

PIÉGAY-GROS, Natalie. **Introduction à l'intertextualité**. Paris: Dunod, 1996.

## Sobre os autores

**Adriano de Alcântara Oliveira Sousa** – Graduado em Letras-Ingês pela Universidade Federal do Piauí e mestrando em Letras pela mesma universidade.

**Alanny Silva Luz** – Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Mestranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora do quadro permanente do Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

**Amilton Flávio Coleta Leal** – Graduado em Letras (2012) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre em (2015) e Doutorando em Linguística, pela mesma instituição. Atua nos seguintes temas: Análise de Discurso, escrita, ENEM e sujeito.

**Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta** – Professora Doutora em Linguística pela UNICAMP, efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós Graduação em Linguística da UNEMAT. Pesquisadora inscrita no CNPq e no Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem/CEPEL/UNEMAT. Desenvolve pesquisas na Análise de Discurso com ênfase em: leitura e escrita; discurso e cidade; questões políticas ambientais.

**Cássio Eduardo Soares Miranda** – Mineiro, poeta, professor e psicanalista. Trabalha no Departamento de Fundamentos da

Educação da Universidade Federal do Piauí, onde orienta pesquisas relacionadas à Psicanálise aplicada à Educação, além de ser o editor da Revista Fundamentos. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, atuando na linha de pesquisa “Saúde na Escola”. É Mestre e Doutor em Letras pela UFMG e em Psicologia pela UFRJ. É Pós-doutor em Análise do Discurso pela UFMG.

**Clevisvaldo Pinheiro Lima** – Graduado em Geografia pela UESPI. Especialista em Libras pela UESPI. Docente de LIBRAS da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD. Atualmente é Mestrando em Letras - Estudos da Linguagem, na Linha de Pesquisa “Texto, discurso e gêneros como práticas sociais”, UFPI, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maraisa Lopes.

**Deborah Jordanna Soares Sousa** – Graduanda do curso de Letras Português na UFPI-CSHNB, atual diretora de comunicação do Centro Acadêmico de Letras Fontes Ibiapina participando ativamente com o papel de representar os interesses dos alunos do curso. É também membro do grupo de estudos de Análise de Discurso, área a qual se interessa para futuros estudos. Desde que ingressou no curso, já participou na organização de eventos no Curso de Letras e História.

**Denise Tamaê Borges Sato** – Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília. É autora do Manual de Redação do Governo de Goiás (juntamente com a comissão de elaboração), e Gestora Governamental, consultora *ad hoc* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica, Letramento e Inclusão.

**Edivaldo Gomes Barbosa** – Graduado em Letras-Português pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD dedicando-se ao estudo do Discurso e produção de identidades e como membro do Grupo de pesquisa em sexualidade e gênero (SEXGEN-UFPI) dedica-se aos estudos de Discurso e Corpolatria. Possui experiência em ensino de Leitura e Produção Textual para alunos do ensino médio e pré-vestibulares.

**Érica Patrícia Barros de Assunção** – Graduada em Letras Português, Inglês e Francês pela UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD. Possui experiência em ensino de língua inglesa e portuguesa para alunos da educação básica e ensino de inglês e francês instrumental em cursos de extensão. Atualmente é Mestranda em Letras - Estudos da Linguagem, na Linha de Pesquisa “Linguagem e Discurso: Análise e Variação”, UFPI, sob a orientação do Prof. Dr. João Benvindo de Moura.

**Érika Lourrane Leôncio Lima** – Especialista em Língua Brasileira de Sinais - Libras e graduada em Pedagogia. Professora do IFPI, atuando na área de Língua Brasileira de Sinais - Libras e Disciplinas Pedagógicas com ênfase na Educação Inclusiva e Direitos Humanos e Diversidade. Atualmente coordena o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do IFPI, Campus Teresina Zona Sul. É participante convidada do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Análise do Discurso – NEPAD.

**Francisco Renato Lima** – Graduado em Pedagogia (FSA) e Letras - Português/Inglês (IESM). Mestre em Letras (UFPI). As pesquisas concentram-se em Educação e Linguagem, em temas como: Alfabetização; Letramento; Ensino da Língua Portuguesa; Formação Docente; Multiletramentos e questões relativas à EaD.

Atualmente é professor de Leitura e Produção de Texto do Instituto Dom Barreto (IDB) e Coordenador de disciplinas do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI).

**Ismael Paulo Cardoso Alves** – Graduado em Licenciatura Plena em Letras Português e Literatura na Universidade Federal do Piauí no ano de 2014, é, atualmente, professor do ensino básico em escolas particulares na cidade de Teresina, no estado do Piauí, e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras na UFPI na área de Estudos da Linguagem, sob a orientação do professor doutor João Benvindo de Moura.

**João Benvindo de Moura** - Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2012) com mestrado, especialização e graduação em Letras pela UFPI. Professor adjunto da Universidade Federal do Piauí, atuando nas áreas de Linguística e Língua Portuguesa. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI e consultor do CEBRASPE/UnB. Fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD. Atualmente é pós-doutorando em Análise do Discurso pela UFMG.

**José Magno de Sousa Vieira** – Tem Graduação em Letras - Português (2014) e Especialização Lato Sensu em Linguística e Ensino (2015) pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. É membro Associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí (NEPAD). Pesquisa nas áreas de Fonética, Fonologia e Análise do Discurso. Atualmente é mestrando em Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI na linha de Estudos de Linguagem com projeto de dissertação em Análise do discurso.

**José Ribamar Lopes Batista Júnior** – Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília. Membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Atualmente, é professor do ensino básico, técnico e tecnológico da Universidade Federal do Piauí e coordenador do Laboratório de Leitura e Produção Textual (LPT) do Colégio Técnico de Floriano.

**Maraisa Lopes** – Licenciada em Letras-Português/Inglês e Especialista em Estudos da Linguagem pela Universidade de Mogi das Cruzes. Mestre em Linguística, área de concentração Análise de Discurso, e, Doutora em Linguística, área de concentração História das Ideias Linguísticas, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD).

**Maria do Socorro de Andrade Ferreira** – Licenciada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Mestre em Linguística pela Universidade Federal Piauí – UFPI. Especialista em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Pesquisadora Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD, da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste – GELNE. Atualmente é professora substituta na Universidade Federal do Piauí.

**Mariana Ramalho Procópio** – Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. É Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos, pela FALE/UFMG, com estágio doutoral na *Université Paris-Est Créteil*. É graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFV. É membro do grupo de pesquisa



Estudos Discursivos e co-líder do grupo Comunicação, Linguagens e Tecnologias (ComLinTec).

**Oswaldo Marreiros da Silva Junior** – Graduado em Letras-Inglês pela Universidade Federal do Piauí e mestrando em Letras pela mesma universidade.

**Ricardo Ícaro Moura de Oliveira Madeira** – Graduado em Letras-Inglês pela Universidade Federal do Piauí e mestrando em Letras pela mesma universidade.

**Rony Petterson Gomes do Vale** – PHD em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, na área Linguística/Português. Desenvolve pesquisas sobre o Discurso Humorístico e a Linguagem do Riso, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso.

**Safira Ravenne da Cunha Rêgo** – Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Maranhão. Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Superior de Educação Programus e Mestra em Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, pela UFPI, sob a orientação da Prof. Dra. Maraisa Lopes. Pesquisadora vinculada ao NEPAD (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso).

**Sandro Xavier** – Doutor e mestre em linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Núcleo de Linguagem e Sociedade (Nelis) da UnB e bacharel em teologia pela Universidade Metodista Bennett. Foi professor na Faculdade de Ceilândia, da UnB, com foco na produção de textos e na análise do discurso da saúde. Dedicar-se à revisão, à redação oficial e à pesquisa nas áreas de violência, gênero, interdiscursividade e seleção lexical.

**Shara Lylian de Castro Lopes** – Atualmente, é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC), especialista em LIBRAS pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e graduada em Licenciatura Plena em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso. É membro do grupo de pesquisa DISCUTA (Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais).

**Thiago Machini de Campos** – Pesquisador visitante do NEPAD. Graduado em Letras/Inglês pela Universidade São Francisco, Mestre e Doutor em Linguística pelo IEL/UNICAMP, pós doutorando em Informação e Comunicação pela FFCLRP/USP. Trabalha com pesquisas no campo do fotojornalismo e fotodocumentarismo.

**Valdeny Costa de Aragão Campelo** – Professora efetiva da Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotada na Coordenação de Letras-Libras. Graduada em Administração de Empresas pela UFPI (2009), Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos (2007) e Especialista em Libras (2009) pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI). Atualmente, é mestranda em Letras pela UFPI, na área de Estudos da Linguagem e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD).

A coletânea “Sentidos em disputa: discursos em funcionamento”, organizada por João Benvindo de Moura, José Ribamar Lopes Batista Júnior e Maraisa Lopes, abriga 17 capítulos que em sua heterogeneidade teórico-analítica e temática têm em comum o tratamento dado à linguagem como objeto de observação privilegiado para a compreensão da sociedade. Os autores lidam, em seus estudos, pesquisas, reflexões e análises, com a complexidade que constitui as relações estabelecidas entre: o discurso, a mídia e a política; o discurso e o sujeito; o discurso e as imagens de si e do outro; o político e a língua; a escrita e o imaginário de leitor ideal; os processos de identificação e de resistência; o discurso docente e as práticas de letramento inclusivo; o discurso literário e as questões de gênero; a autoria e sua normatização; a persuasão e as estratégias discursivas; o parasita e o niilista; a ideologia e o poder no/do discurso; argumentos de autoridade e o discurso humorístico; o silenciamento e a interdição em torno da pedofilia; o discurso literomusical e o religioso na música.

**Profa. Dra. Grecieli Cristina da Costa**  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS

